UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA BRASILEIRA

TATIANE MARIA BARBOSA DE OLIVEIRA

Abreu e Lima, o escritor público: estudo e antologia

Versão corrigida

São Paulo

2018

TATIANE MARIA BARBOSA DE OLIVEIRA

Abreu e Lima, o escritor público: estudo e antologia

Versão corrigida

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura Brasileira do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Literatura Brasileira.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Souza de Carvalho

São Paulo

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

O48a Oliveira, Tatiane Maria Barbosa de
Abreu e Lima, o escritor público: estudo e
antologia / Tatiane Maria Barbosa de Oliveira ;
orientador Ricardo Souza de Carvalho. - São Paulo,
2018.
186 f.

Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de Letras Clássicas e
Vernáculas. Área de concentração: Literatura
Brasileira.

1. Literaturas. 2. Literatura Brasileira. 3.
Historiografia. 4. Abreu e Lima, José Ignácio de,
1794-1869.. I. Carvalho, Ricardo Souza de, orient.
II. Título.

OLIVEIRA, Tatiane Maria Barbosa de. **Abreu e Lima, o escritor público**: estudo e antologia. 2018. 186 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Dedico este trabalho aos meus pais e meus irmãos, com gratidão por seu apoio, amor e carinho ao longo desta caminhada.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por ter permitido meus estudos e formação na área de letras, com ênfase em literatura.

Agradeço ao professor Ricardo Souza de Carvalho pela orientação em todas as etapas da pesquisa e pelo crescimento intelectual que me proporcionou.

Aos professores Jefferson Agostini Mello e Paulo Teixeira Iumatti, pelas sugestões para o trabalho durante o processo de qualificação. Aos professores Éverton Correia, Jefferson Mello e Paulo Iumatti por terem aceito o convite para integrar a banca examinadora na defesa e por suas contribuições. Agradeço também ao professor Fellipe de Andrade Abreu e Lima, pelo apoio e orientação no meu trabalho, e ao Instituto Abreu e Lima pela abertura para a pesquisa de campo. Ao professor Juan Pablo Martín Rodrigues, quem primeiro me apresentou ao General, bem como à UFPE, onde iniciei meus estudos. Ao professor Tácito Galvão pela contribuição na pesquisa realizada no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.

À Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, pela oportunidade de realização do curso.

Ao programa do CNPq, pela concessão da bolsa de mestrado e pelo apoio financeiro para o desenvolvimento de atividades da pesquisa.

Aos meus pais, João Oliveira e Terezinha Camelo, e aos meus irmãos, Thiago Oliveira e Túlio Oliveira, pelo amparo, carinho e companheirismo em todos os momentos. À minha família, em especial, aos ensinamentos de minhas avós.

Aos meus amigos, entre eles, à Bruna Carvalho e Juliana Ferreira, pela convivência e amizade na maior parte do tempo em que esta dissertação estava em elaboração. À Juliano Maltez, Lennon Oliveira, Luís Cláudio Moura, Luiz Ramaglia, Marcos Costa, Monique Sousa e Rafael Ferreira pelas fomentadas conversas sobre este trabalho. À Charles Tubeto e Victor Vasconcellos pelas contribuições na elaboração da fase final da dissertação.

A todos aqueles que me acolheram de alguma maneira, e aos que me acolhem a cada dia.

Se a franqueza é sempre o mais belo ornamento do homem social, ela aperfeiçoa o quadro do Escritor público; sem a qual não há boa fé, nem dignidade no homem que toma a seu cargo falar aos seus semelhantes.

(ABREU E LIMA, 1833)

RESUMO

OLIVEIRA, Tatiane Maria Barbosa de. **Abreu e Lima, o escritor público**: estudo e antologia. 2018. 186 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

O trabalho aborda José Ignacio de Abreu e Lima (1794-1869) como homem de letras no século XIX, o qual, além de ser General de Simón Bolívar (1767-1830), teve destacada contribuição na nascente historiografia literária brasileira, com ensaios que se denotam tanto como síntese histórica, bem como declarações de propósitos para a instituição de uma literatura para o país. Como objetivo principal, pretendemos organizar a primeira antologia sobre Abreu e Lima, tendo como escopo a elucidação de seu papel como escritor público, que inclui a tentativa de enquadrá-lo nas categorias de “publicistas e oradores” e de “historiografia e crítica literárias”, a partir do estudo de textos completos ou partes de obras selecionadas de sua vasta produção. Como objetivo específico propomos avaliar como a partir de seus escritos Abreu e Lima desenvolveu sua matéria em três níveis: o olhar autobiográfico, o olhar para o outro, e o olhar que se configura na literatura de uma nação. A antologia consta de um ensaio introdutório, em que abordamos Abreu e Lima como escritor público, ademais de apresentarmos criticamente os textos selecionados e de transcrevê-los. Além disso, também ofereceremos uma seção com um levantamento bibliográfico das obras publicadas por Abreu e Lima e suas reedições.

Palavras-chave: Abreu e Lima. Antologia. Escritor público. Historiografia Literária.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Tatiane Maria Barbosa de. **Abreu e Lima, the public writer:** study and anthology. 2018. 186 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

This M. Phil dissertation talks about José Ignacio de Abreu e Lima (1794-1869) as a man of letters in the 19th century, who, besides being General of Simón Bolívar (1767-1830), had distinguished contribution in the nascent Brazilian literary historiography, with essays that had denoted historical synthesis and declarations of purpose for the institution of literature for the country. As a main objective, we intend to organize the first anthology about Abreu e Lima writings, aiming to elucidate him from his role as a public writer, which includes trying to fit him into the categories of “publicists and orators” and “historiography and literary criticism”, from the study of his complete texts or parts of his selected works of its vast production. As a specific objective we proposed to evaluate how, from his writings, the author Abreu e Lima developed his subjects and contents in three levels: the autobiographical look, the look at the other, and the look that is configured in the literature of a nation. This anthological essay presents an introductory essay, in which we approach Abreu e Lima as a public writer, then critically present the selected texts and their transcriptions. In addition, we will also offer a section with a bibliographical survey of the works published by Abreu e Lima and their reissues.

Keywords: Abreu e Lima. Anthology. Public writer. Literary Historiography.

SUMÁRIO

Apresentação	11
PARTE I- ESTUDO INTRODUTÓRIO	17
1. As batalhas de Abreu e Lima	18
1.1 As primeiras batalhas (1794-1819).....	18
1.2 As batalhas com Bolívar (1819-1832).....	21
1.3 As batalhas na Corte (1832-1843).....	24
1.4 Novas batalhas no Recife (1844-1869)	28
2. Presença de Abreu e Lima na Literatura Brasileira	34
2.1 Entre “publicistas e oradores”	34
2.2 Historiografia literária	38
3. A construção de personagens históricos: Frei Caneca e Simón Bolívar	42
3.1 Frei Caneca	42
3.2 Simón Bolívar.....	45
4. Discussões de historiografia literária: o <i>Bosquejo</i> e o <i>Compêndio</i>	50
4.1 O <i>Bosquejo</i>	50
4.2 O <i>Compêndio</i>	52
5. As escritas do eu: o <i>Diário</i> e a <i>Carta</i> de Abreu e Lima	53
5.1 O <i>Diário</i>	53
5.2 Entre Gerais	58
6. Considerações finais	66
Referências bibliográficas	68
PARTE II- ANTOLOGIA	73
I – <i>Escritos</i> (1824) do General que seguiram o <i>Itinerário</i> (1824) que fez Frei Joaquim do Amor Divino Caneca	75
II – <i>Resumen histórico de la última dictadura del Libertador Simón Bolívar; comprobada con documentos</i> (1830)	85
III – <i>Bosquejo Histórico, Político e Literário do Império do Brasil, ou análise crítica do projeto do Dr. A. F. França. Seguida de outra análise do projeto do deputado Rafael de Carvalho sobre a separação da Igreja Brasileira da Santa sede apostólica</i> (1835)	102
IV – <i>Compêndio da História do Brasil (desde 1500 até o majestoso ato de coroação e sagração do Sr. D. Pedro II)</i> (1843)	129
V – <i>Diário Particular do General J. I. de Abreu e Lima</i> , texto datiloscrito, supostamente, do original, ainda inédito, que foi escrito entre os meses de julho de 1843 a janeiro de 1845 ...	150

VI – <i>Carta do General Abreu e Lima ao General Páez</i> (1868)	167
Apêndice A – CRONOLOGIA DE ABREU E LIMA	174
Apêndice B – OBRAS DE JOSÉ IGNÁCIO DE ABREU E LIMA	177

Apresentação

Início o presente trabalho destrinchando como tudo começou. O nome de Abreu e Lima passou rapidamente pela minha vida, ou por que falaram do Município, em Pernambuco, que leva o seu nome, ou da Refinaria Nordeste, que também é chamada de Refinaria Abreu e Lima. Confesso, que assim como muitos brasileiros, eu não sabia nada de sua história, muito menos de sua obra. No entanto, esse quadro mudou quando eu comecei a estudar na UFPE, e o professor Juan Pablo Martín Rodrigues, do Departamento de Letras/Espanhol, apresentou-me a Abreu e Lima. Inicialmente, trabalhei com alguns textos introdutórios e biografias para que eu conhecesse melhor a vida do General.

Comecei como bolsista do PIBIC, pela UFPE, no biênio 2012/2013, desenvolvendo um trabalho introdutório aos estudos dos Libertadores de América, sob orientação do professor Juan Pablo. Minha parte consistiu em fazer uma atualização da vida de Abreu e Lima, a partir de um estudo comparativo de biografias, e procurando entender a concepção de Abreu e Lima acerca da Literatura Brasileira. Realizei pesquisas de campo que contribuíram na reunião do *corpus* dos meus estudos, visitando a Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), o Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), o Liceu Pernambucano, entre outros. Como resultado desse PIBIC, estudei alguns capítulos do *Bosquejo histórico, político e literário do Brasil* (1835) de Abreu e Lima, texto que figura entre os fundadores da historiografia literária brasileira.

Em 2012 se deu por iniciativa de Juan Pablo a criação de um Grupo de Estudos, de nome “Libertadores de América: Abreu e Lima e a pós-colonialidade latino-americana”, pelo CNPq, com reuniões periódicas e discussões sucintas num Grupo do *Facebook*. Comecei um novo PIBIC, pela UFPE, no biênio 2013/2014, em uma perspectiva mais ampla para a análise da construção do herói, a partir de quatro obras: uma delas foi a comédia *A Rusga da Praia Grande, ou o Quixotismo do General das Massas* (1831), escrita pelo Cônego Januário da Cunha Barbosa (1780-1846), que assinala o primeiro momento em que Abreu e Lima foi ele próprio objeto de ficção. O destaque para a peça está no fato do Cônego Januário, com a tentativa de ridicularizar o herói Abreu e Lima, batiza-o de “General das Massas”, expressão que será retomada por outros autores anos depois, tanto em obras de ficção como em biografias. Na mesma época, Abreu e Lima refutara as acusações e se afirmou ele mesmo como General do Povo, das Massas. Além dessa comédia, também abordei o romance histórico *O General das Massas: a epopeia do brasileiro libertador das Américas* (2012), do jornalista Paulo Santos de

Oliveira; o romance *O mui desassossegado senhor general* (2010), em que o personagem Abreu e Lima é trabalhado por Sérgio Bruni, que inova ao misturar biografia bem documentada e ficção; e a história em quadrinhos *Sangue latino: Um Herói Continental – vida e trajetória de Abreu e Lima* (2008), de Beatriz Costa Paiva. Já no fim de meu curso, decidi trabalhar no meu TCC com *O General das Massas: a epopeia do brasileiro libertador das Américas*.

Uma das principais fontes de minha pesquisa é o site do Instituto Abreu e Lima (www.institutoabreuelima.com.br), que conta com um rico acervo das obras que Abreu e Lima escreveu. Ao entrar em contato com o Dr. Ephren Abreu e Lima e com o Prof. Dr. Fellipe de Andrade Abreu e Lima, ambos do Instituto Abreu e Lima, recebi todo o apoio para meus trabalhos, e hoje colaboro no Instituto, atuando como Diretora de Pesquisa e pesquisadora. As pesquisas sobre Abreu e Lima estão sendo desenvolvidas, e é um momento oportuno de reavaliação da importância deste personagem para a história brasileira.

Na presente dissertação de mestrado – *Abreu e Lima, o escritor público: estudo e antologia* – pretendemos organizar e publicar a primeira antologia sobre Abreu e Lima, tendo como escopo fazer um estudo de seu papel como escritor público, que inclui a tentativa de enquadrá-lo nas categorias de “publicistas e oradores” e de “historiografia e crítica literárias”, a partir da análise de textos completos ou partes de obras selecionadas de sua vasta produção. A antologia será destinada não só a especialistas da historiografia brasileira, mas também a leitores interessados em conhecer mais sobre Abreu e Lima, ao apresentar parte do que produziu a fim de mostrar a diversidade de temas de sua obra. A antologia constará de cinco tópicos. O primeiro tópico abordará vida e obra de Abreu e Lima, tratando das batalhas em que lutou, tanto físicas como intelectuais, e que começam e terminam na sua terra natal: “As primeiras batalhas”, “As batalhas com Bolívar”, “As batalhas na Corte” e “Novas batalhas no Recife”.

Para traçar este perfil, analisamos criticamente os principais trabalhos biográficos feitos sobre Abreu e Lima. Ele foi o brasileiro que teve a oportunidade de vivenciar todos os eventos que culminaram na criação e no fim do sonho de Simón Bolívar (1767-1830) em libertar a América Hispânica. Desta sua participação foi criado o perfil do militar, General de Bolívar, e é dessa imagem de que se ocupou a maioria de seus biógrafos. Ele ganhou espaço nos dicionários de época, como no *Dicionário biográfico de pernambucanos célebres* (1882), elaborado por Francisco Augusto Pereira da Costa, e no *Dicionário Bibliográfico Brasileiro* (1883), de Sacramento Blake, e posteriores, como no *Dicionário Literário Brasileiro* (1979), de Raimundo de Menezes.

Com relação às biografias, destacamos quatro trabalhos. Uma das primeiras é a pequena biografia *O General J. I. de Abreu e Lima* (1902), de Alfredo de Carvalho, que foi publicada

no *Almanaque de Pernambuco* para o ano de 1903. Ele cita um livro de sua autoria que incluiria a biografia e análise crítica da obra de Abreu e Lima, que poderia ser o mais completo estudo sobre ele, mas não há informações que tenha sido publicado. Alfredo baseou-se como fonte no verbete do *Dicionário* de Pereira da Costa, e mesmo sendo objetivo em suas informações, ainda é uma biografia incompleta em relação aos acontecimentos da vida de Abreu e Lima e apresenta um apreciação crítica apenas das principais obras publicadas por Abreu e Lima. Por sua vez, Argeu Guimarães publica, em 1926, *Um brasileiro na epopeia bolivariana (biografia do General Abreu e Lima)*, fazendo menção tanto à biografia feita por Alfredo de Carvalho como também à *Carta* de Abreu e Lima à José Antônio Páez Herrera (1790-1873), esta como fonte principal. Ao traçar o sentido histórico da presença do brasileiro no exército bolivariano, sua biografia é bastante subjetiva, e ainda incompleta, pois como o próprio título sugere, ele destaca Abreu e Lima como soldado de Bolívar e não se atenta aos demais fatos de sua vida. Descrevendo os principais acontecimentos que marcaram a trajetória de Abreu e Lima durante sua passagem por terras hispânicas, que incluem as obras que publicou naquele período, sua colaboração foi a de trazer para o cenário os outros brasileiros que estiveram, de alguma maneira, presentes nas batalhas. Por outro lado, *Abreu e Lima: general de Bolívar* (1934), de Vamireh Chacon, o “livro que tenta ser o mais profundo e erudito trabalho escrito sobre sua vida e obra”, pecaria “pelo excesso de subjetivismo e falta de objetividade” (VIEIRA, 2002, p. 145). Apesar de Chacon enfatizar no seu trabalho o rigor metodológico sobre documentos inéditos, fruto de pesquisas que também avançaram por Caracas e Bogotá, e de distinguir sua biografia da tentada por Argeu Guimarães, faltou em seu trabalho destacar outros escritos de Abreu e Lima, explicitar melhor as fontes e incluir uma seção de referências. Devemos mencionar também as contribuições de Estevão Pinto com *O General Abreu e Lima* (1983), sucinta e objetiva, focando a faceta de escritor polemista de Abreu e Lima. Assim como Chacon, Pinto tem conhecimento do *Diário Íntimo* de Abreu e Lima, todavia, sua biografia não se diferencia das outras tentativas, e a parte do escritor é incompleta, pois ele deixa de mencionar tanto algumas das obras que Abreu e Lima publicou como também suas contribuições para outros jornais.

Após a leitura destes quatro trabalhos, percebemos a carência de uma biografia sem tantas imprecisões e mais completa, que ofereça um panorama do seu papel como escritor valorizando o que ele publicou. É nas dissertações e teses feitas sobre Abreu e Lima que encontramos um registro biográfico aprofundado e mais especializado. Dentre as várias contribuições, destacamos a de Luís Cláudio Rocha Henriques de Moura, *Abreu e Lima: uma leitura sobre o Brasil* (2006), que em sua dissertação abarca com embasamento historiográfico

as várias fases da vida de Abreu e Lima, preocupando-se, sobretudo, na comprovação das fontes de cada informação. Posteriormente, Selma Rinaldi de Mattos na sua tese, *Para formar os brasileiros. O Compêndio da história do Brasil de Abreu e Lima e a expansão para dentro do império do Brasil* (2007), também faz uma biografia com eixo histórico. A autora aponta os acontecimentos que enfatizam a formação de Abreu e Lima ao longo da vida, porém sentimos falta na sua tese de citar as fontes de muitas das informações que ela registra.

No tópico seguinte, “Presença de Abreu e Lima na Literatura Brasileira”, tratamos mais a fundo tanto o lugar de Abreu e Lima nas histórias literárias como também seu posicionamento em relação à nascente historiografia literária, mostrando como um escritor que não se aventurou na ficção pode ser abordado em uma história literária. Para isso, analisamos as abordagens da presença de Abreu e Lima nos trabalhos de Sílvio Romero (1903), José Veríssimo (1916), Nelson Werneck Sodré (1938), Antonio Cândido (1959), Alfredo Bosi (1970) e Roberto Acízelo de Souza (2007 e 2014). Além disso, fazemos uma retomada do momento literário do Brasil entre 1825 e 1845, que corresponde ao período em que foram publicadas cinco das obras que foram analisadas na pesquisa, e em que se destaca na Literatura Brasileira a transição do Arcadismo para o Romantismo, procurando compreender qual o conceito de escritor naquela época e avaliando o perfil de Abreu e Lima como escritor público dos Oitocentos.

Nos três últimos tópicos avaliamos criticamente os seis trabalhos de Abreu e Lima selecionados para a antologia. Tendo em vista que Abreu e Lima tem uma obra muito vasta, e, no momento, como seria inviável reunir tudo para uma antologia que tentasse abarcar as “Obras Completas”, optamos por fazer uma seleção. Nosso objetivo na análise é pensar como a partir de seus escritos Abreu e Lima trabalhou com seus objetos em três níveis: o olhar autobiográfico, o olhar para o outro, e o olhar do conjunto, ou seja, que se configura na literatura de uma nação, e escolhemos textos que pudessem atender a estes três recortes. Abreu e Lima escreveu ao longo de toda a vida, que inclui um período muito extenso, cerca de 40 anos dispersos em vários assuntos e percorrendo diferentes posicionamentos ideológicos.

No tópico 3, procuramos avaliar como Abreu e Lima construiu os personagens históricos, Frei Caneca e Simón Bolívar. Em relação a Frei Caneca, trata-se do testemunho de Abreu e Lima nos *Escritos* (1824) que seguiram o *Itinerário* (1824) escrito por Frei Joaquim do Amor Divino Caneca. O *Itinerário* do Frei encontra-se publicado pela Coleção *Formadores do Brasil* (2001), organizado por Evaldo Cabral de Mello, mas a parte que segue neste *Itinerário*, de autoria de Abreu e Lima, é um material inédito, um manuscrito transcrito, supostamente, do original. Abreu e Lima descreve os acontecimentos que se seguiram após o

momento em que Frei Caneca parou de escrever, das sentenças, bem como dos julgamentos, e das “catástrofes”, que não podiam ficar esquecidas na memória, como ele mesmo aponta. Abreu e Lima complementa o perfil do Frei em meio a dois sonetos dedicados ao religioso. Os estudiosos de Abreu e Lima ainda não têm conhecimento destes dois poemas, que somados a mais um, que fora dedicado à filha do Barão de Guararapes, são os únicos de que temos notícia de que fez Abreu e Lima. O segundo texto analisado nesse tópico é o *Resumen histórico de la última dictadura del Libertador Simón Bolívar; comprovada con documentos*, de 1830, em que Abreu e Lima caracteriza o “Bolívar da Grande Colômbia”. Na verdade, trata-se de uma defesa do Libertador na qual Abreu e Lima faz um testemunho da sua inocência para defendê-lo diante de acusações na Europa. Como o livro não tem capítulos, selecionamos trechos nos quais Abreu e Lima, embasado nas ideias de outros pensadores, propõe uma construção moral do herói Bolívar.

No tópico 4, trabalhamos com os discursos sobre historiografia literária produzidos no *Bosquejo* e no *Compêndio*, suas principais obras no cenário historiográfico brasileiro. O *Bosquejo histórico, político e literário do Brasil* (1835) é a principal referência dele para a historiografia literária brasileira, cujas discussões se encontram mais detalhadas nos capítulos que selecionamos para análise, dentre eles, “Paralelo entre o nosso estado moral e o dos nossos vizinhos e conterrâneos” e “Nosso estado intelectual: conclusão”. No *Compêndio*, destacaremos o prefácio, que também contribui para se pensar a literatura em formação (SILVA, 2002, p. 85, *apud*, SOUZA, 2007, p. 50).

Por fim, no último tópico chegamos ao retrato autobiográfico. No testemunho que fez o General dele mesmo, destacaremos trechos do *Diário Particular do General J. I. de Abreu e Lima*, texto datiloscrito, supostamente, do original, ainda inédito, que foi escrito entre os meses de julho de 1843 a janeiro de 1845, e da *Carta-testemunho* que escreveu para o General Páez. A partir da leitura do *Diário* é possível entender melhor não só o contexto da época e a inserção de Abreu e Lima, mas principalmente, informações sobre as publicações de suas obras e de sua afirmação como escritor. Abreu e Lima costumava fazer anotações nos seus Diários, relatando acontecimentos pessoais, momentos de viagens, que podiam ser utilizados como fragmentos de textos que escrevia. O outro texto a ser analisado neste tópico é a *Carta-testemunho* que Abreu e Lima escreveu para o General Páez, em 1868. A respeito da *Carta*, representa o único testemunho conhecido até agora das Guerras de Libertação da “Grande Colômbia” feita por um brasileiro. Ela foi resposta de muitas outras enviadas pelo General Páez ao General Abreu e Lima, servindo de base para os biógrafos que escreveram sobre ele, e que até seguiram o mesmo viés do texto, sempre com um fundo histórico.

Na conclusão, procuro refazer o caminho que percorreu Abreu e Lima para se consolidar como escritor público, fazendo uma análise geral dos seis textos aqui trabalhados, e procurando realçar as diferentes concepções que integraram sua produção. No entanto, este trabalho não se define apenas pelo seu objetivo. É válido destacar a seção “Obras de Abreu e Lima”, momento em que foi apresentado o mais atualizado levantamento bibliográfico das obras publicadas por Abreu e Lima e suas reedições, valorizando a transmissão do texto, e tendo como escopo fazer uma reavaliação de seu papel de escritor a partir do que publicou. Além disso, apresentamos também na seção uma cronologia completa da vida de Abreu e Lima.

PARTE I- ESTUDO INTRODUTÓRIO

1. As batalhas de Abreu e Lima

No presente tópico adentraremos na trajetória de vida de Abreu e Lima como abordagem para explicação de sua obra. Para isso, revisitaremos os espaços das principais batalhas que vivenciou, desde o exílio do seu país até o retorno à terra natal: “As primeiras batalhas”, “As batalhas com Bolívar”, “As batalhas na Corte” e “Novas batalhas no Recife”.

1.1 As primeiras batalhas (1794-1819)

Tudo começou na cidade do Recife. José Ignácio de Abreu e Lima¹ nasceu no dia 06 de abril de 1794², no Engenho Casa Forte, propriedade que fora herdada pelo seu pai. Em 1826, a família foi privada da posse do imóvel por meio de uma sentença ilegal, tendo quem praticou a injustiça desfrutado do espaço por doze anos. No ano de 1838, a propriedade voltou para a família, da qual, anos depois, Abreu e Lima também entraria na posse natural e civil.

Sua mãe, a viúva Roma, não é lembrada nos trabalhos sobre o General, e nas poucas informações que se tem sobre ela é sendo citada a respeito dos bens da família confiscados, em cartas de Abreu e Lima³. Seu pai foi o revolucionário Padre Roma⁴, José Joaquim Ignácio Ribeiro de Abreu e Lima (1768-1817). Teve dois irmãos conhecidos, João Ignácio de Abreu e Lima e Luís Ignácio de Abreu e Lima, mencionados pelo envolvimento político que tiveram com o General, mas ainda se especula que tenha tido um irmão de nome Antônio e uma irmã chamada Rita⁵. Na viagem que fez a Roma⁶, seu pai conseguiu da Santa Sé um breve apostólico, pelo qual reconheceu seus filhos como legítimos, por terem nascido antes dele haver recebido ordens sacras.

¹Seu nome confunde-se com o do pai (José Ignácio Ribeiro de Abreu e Lima), que aparece, na maioria dos trabalhos, com um “Ribeiro” incluso. No entanto, também é comum incluírem um “Joaquim” no nome do pai: José Joaquim Ignácio Ribeiro de Abreu e Lima.

²Para Sacramento Blake (1898), Abreu e Lima teria nascido no ano de 1796. Alguns estudiosos ao se basearem apenas pelo verbete do seu *Dicionário* utilizaram o ano errado em seus trabalhos.

³Selma Rinaldi Mattos em sua tese de doutorado cita um trecho da carta que Abreu e Lima escreveu para o general Santander, no ano de 1823, em que ele noticia o fato do governo imperial ter indenizado sua família pelos bens confiscados e comenta sobre sua mãe (MATTOS, 2007, p. 40).

⁴Nome que recebeu por ter sido ordenado sacerdote na sede da cristandade ocidental e conservara apesar de ter largado a batina para se casar (MATTOS, 2007, p. 23).

⁵A informação é de um documento não oficial, da família de Abreu e Lima, que localizamos nos arquivos do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.

⁶Chacon (2003, p.7) afirma que o Padre Roma conseguiu, através de seus recursos materiais e intelectuais, ir para a Universidade de Coimbra graduar-se em teologia e dali seguiu para Roma, onde foi ordenado pelo Cardeal Ludovico Bernabé Chiaramonti.

Filho de uma família de boas condições, o jovem recebeu educação e estudo considerável. Abreu e Lima começou aprendendo com o pai, sendo iniciado nos estudos das humanidades, que incluía latim, filosofia, retórica, inglês e francês. Também é provável que tenha sido influenciado pela cultura humanística do ex-frade do Carmo e frequentador da corte de Roma. No início do século XIX “qualquer pessoa com alguma educação acima da alfabetização elementar teria tido uma formação em retórica” (CARVALHO, 1998, p. 133), e para Abreu e Lima não foi diferente. Segundo José Murilo de Carvalho, a arte de persuadir era muito útil, e poderia ser aplicada em todas as circunstâncias da vida. Em 1811, aos 17 anos, após ter concluído os estudos preparatórios, Abreu e Lima começou o curso regimental de artilharia em Olinda. Paralelo a esse curso, aprendia com o pai as primeiras noções de grego e dividia com ele um gosto cada vez maior pela literatura.

O fato de ter pertencido a uma família receptiva às causas revolucionárias, a exemplo do seu irmão Luís, que participou ativamente da Revolução Praieira, de 1848, e sobretudo, por influência de seu pai, pode ter sido uma das razões que, provavelmente, levou Abreu e Lima a seguir a carreira militar: “Para as famílias nobres desse período, o ingresso na vida militar era uma forma de conquistar prestígio político, além da oportunidade de vivenciar a vida política na então capital do Brasil” (MAZIN & STEDILE, 2006, pp. 25-26). Ao terminar o primeiro ano do curso regimental ainda em Olinda⁷, Abreu e Lima foi para o Rio de Janeiro, onde foi admitido como aluno na Real Academia Militar, pois teve “4 avós nobres”, que era um dos requisitos para ingresso na instituição conforme o regulamento. A Academia foi criada por Dom João VI, no ano de 1810. As condições de ensino eram insatisfatórias, pois a instituição deveria garantir o aprendizado das técnicas de defesa do território, entretanto, era um curso parecido com regime de externato e focado nas ciências exatas, de observação e da ciência militar. Durante os estudos, foi um bom aluno de matemática, obtendo prêmios em todos os anos. Em 1816, aos 22 anos de idade, depois de estudar quatro anos incompletos, Abreu e Lima formou-se como capitão de artilharia e professor de matemática. Logo após sua formatura, Abreu e Lima foi enviado para servir em Angola, atuando “como membro de uma comissão que tinha por objetivo instruir a oficialidade daquela colônia portuguesa”⁸, passando nove meses na África.

⁷Nas biografias que consultamos (COSTA, MATTOS, MOURA) não há a informação se este curso regimental de artilharia em Olinda era apenas de um ano, ou se Abreu e Lima não concluiu o curso para poder ir, imediatamente, estudar no Rio de Janeiro.

⁸A informação aparece em Mattos (2007, p. 26). No entanto, Moura (2013, p. 341) afirma que ele teria ido para África para trabalhar como professor.

Em dezembro de 1816 retorna ao Brasil, e um mês após sua chegada ao Recife, participou de uma assuada em Olinda, sendo acusado de crime de resistência, assuada e ferimentos. No início de fevereiro do ano seguinte, foi levado para ser preso na fortaleza de São Pedro, na Bahia. Em março eclodiu a Insurreição de 1817, que foi uma luta em que os pernambucanos procuravam defender seus princípios emancipacionistas e republicanos (QUINTAS, 2011, p. 111). Apesar de ter sido planejada pela elite letrada, contou com uma parcela significativa da população, que manifestavam o sentimento de revolta contra o elemento europeu, opressor e realista (QUINTAS, 2011, p. 140). O pai de Abreu e Lima e o irmão Luís Ignácio foram presos ao desembarcarem em Itapoã, na Bahia, em 26 de março, no momento em que cumpriam missão dada pela junta revolucionária de Pernambuco, a de integrar novos adeptos para a insurreição. A Revolução durou 70 dias, e mesmo com a sagacidade bélica não foi suficiente para evitar a derrocada daquela República. Na Bahia, Abreu e Lima iria participar da primeira batalha de sua vida, mesmo indiretamente, que marcou a maior de suas batalhas. No dia 28 de março, a pedido de seu pai, Abreu e Lima saiu da fortaleza para a cadeia. No dia seguinte, ele continuava detido, e teve que presenciar, ao lado de seu irmão, o fuzilamento do pai, que aconteceu no Campo de Sant'Anna. Este acontecimento marcou a vida do jovem de 22 anos, que iria lembrar o momento anos mais tarde nas páginas do seu *Compêndio* (1843):

No momento em que escrevo estas linhas, assalta-me todo o horror daquela tremenda noite, em que fui quase companheiro da vítima: era eu que parecia o condenado, e não ela. Tenho visto morrer milhares de homens nos campos de batalha, e muitos nos suplícios, mas nunca presenciei tanta coragem, tanta abnegação da vida, tanta confiança nos futuros destinos da sua pátria, tanta resignação enfim; era meu pai quem me animava, porque eu parecia inconsolável; uma mão de ferro me arrancava o coração; meu pranto e minha dor comoviam a todos os que se achavam presentes; era mister separar-me então para dar alívio às minhas lágrimas, e me conduziam à outra prisão, donde voltava depois a poder de minhas súplicas, até que foi forçoso arrancarem-me de seus braços para sempre. (ABREU E LIMA, 1843a, p. 145⁹)

Em outubro de 1817, Abreu e Lima, juntamente com o irmão Luís Ignácio, conseguiram ser soltos, e com o apoio da maçonaria seguiram para a Filadélfia, chegando em fevereiro de 1818 (COSTA, 1982, p. 550)¹⁰. Passaram pouco tempo nos Estados Unidos, momento em que aproveitaram a oportunidade para conseguir alguns contatos de revolucionários americanos, dentre eles, Abreu e Lima teria conversado com Antônio Gonçalves da Cruz¹¹ (1775-1883),

⁹As referências da obra de Abreu e Lima utilizadas no texto é a da transcrição na antologia.

¹⁰Moura (2006, p. 25) afirma que eles “fugiram” da Bahia e seguiram para a Filadélfia.

¹¹O recifense Antônio Gonçalves da Cruz, o “Cruz Cabugá”, ficou conhecido por representar Pernambuco nos Estados Unidos no período em que aconteceu a Revolução Pernambucana de 1817.

que se negou a ajudá-lo. Partiram depois para o Caribe, em abril de 1818, onde o irmão decidiu viver na ilha de São Tomás, indo, posteriormente, trabalhar como caixeiro de uma casa comercial em Porto Rico, e Abreu e Lima seguiu para a Venezuela em novembro do mesmo ano. Ele escreveu carta a Bolívar, datada de 18 de fevereiro de 1819, de Angostura, oferecendo seus serviços de militar e relatando a formação militar, o ofício de professor, o martírio de seu pai, e que estava pronto a dar a vida, se fosse preciso, pela independência e liberdade da Venezuela e de toda a América do Sul. Após ter tido uma resposta positiva de Bolívar, Abreu e Lima partiu para a Venezuela para integrar como capitão de artilharia o exército libertário juntamente com Simón Bolívar, participando de todas as batalhas ao lado dele.

1.2 As batalhas com Bolívar (1819-1832)

Logo que chegou a Venezuela, Abreu e Lima começou desenvolvendo atividades nas letras, atuando na redação do *Correo del Orinoco*, semanário em oposição à reacionária *Gaceta de Caracas*, e que, provavelmente, deve ter sido aproximado da atividade por Roscio¹², o então diretor do *Correo*. As matérias sobre o Brasil no *Correo del Orinoco*, e em especial, acerca de Pernambuco, eram detalhadas, sendo este um dos motivos que atribuíram a Abreu e Lima como sendo o autor das notícias, pois seu nome não era divulgado no jornal. Mesmo longe de sua terra, o discurso pátrio acompanhava o jovem pernambucano, reiterado nas páginas do periódico que ele redigia. Por conseguinte, até mesmo a experiência que ele teve na Academia Real Militar do Rio de Janeiro influenciou muito de seus posicionamentos em Angostura. Exemplo disso, teria ocorrido em julho de 1820, momento em que Abreu e Lima relembra os aprendizados de sua formação, e sugeriu um projeto educativo ofertado aos patriotas, além de propor a criação de escolas para a formação de militares.

Ele mantinha-se informado por livros, jornais e panfletos sobre o que “ocorria no Reino do Brasil às vésperas da emancipação aguçando seus desejos de uma participação política ativa” (MATTOS, 2007, p. 39). Prova de seu empenho ocorreu em meados de 1822, que por meio do contato com Cruz Cabugá teria proposto ajudar D. Pedro. A mesma insistência em aproximar-se das questões do Brasil iria ser revelada anos depois. Em carta datada de junho de 1823, Abreu e Lima pedia para ser enviado ao Rio de Janeiro para atuar como Secretário da Legação do Governo da Colômbia, alegando falar o idioma, entender o país e as articulações da corte. Em

¹²No período em que esteve nos Estados Unidos, Abreu e Lima fez contato com Juan Germán Roscio, quem, posteriormente, teria levado o pernambucano para Angostura.

1825 teria enviado um pedido ao governo imperial para voltar ao Brasil, tendo sido negado, pois de acordo com a Constituição do Brasil ele teria perdido o direito de cidadão brasileiro, por ter aceito emprego, pensão ou condecoração de qualquer governo estrangeiro, sem consentimento do Imperador. Na época, alguns líderes pernambucanos de 1817 e 1824 encontravam-se exilados na Europa, sobretudo, na França, também nos Estados Unidos, como Manuel de Carvalho e o poeta Natividade Saldanha. Além disso, outros nomes brasileiros envolveram-se, de alguma maneira, e mesmo que rapidamente, com as lutas pela independência na América Espanhola, como Emiliano Felipe Benício Mundrucú, Francisco Antonio de Lima Barreto, dentre outros.

Mesmo quando começaram as campanhas libertárias, Abreu e Lima continuou escrevendo, pois foi designado para redigir boletins de batalhas. Participou de todas as batalhas com Bolívar, dentre as quais, destacaram-se a de Las Queceras del Medio em abril de 1819, batalha de Gameza em julho de 1819, Pântano de Vargas em julho de 1819, a batalha de Tópage, batalha de Molinos, Boyacá em agosto de 1819, que consagrou a libertação da Nova Granada, Carabobo em junho de 1821, Puerto Cabello em novembro de 1823 (no Caribe), Sabana de la Guardia, Maracaibo, Ayacucho em 1824, que libertou o Peru, Portete del Tarqui em fevereiro de 1829, já no Equador. Depois das principais pelejas, o objetivo era manter unidas as repúblicas recém-emancipadas frente às ameaças espanholas sob a denominação de Grã-Colômbia, república criada por Bolívar, em 1821, que integrava a Venezuela, Panamá, Colômbia e Equador.

Quando completou 28 anos, recém promovido a coronel, foi incumbido a exercer uma função diplomática. Sendo nomeado por Bolívar como “Enviado extraordinário”, foi indicado pelo General Escalona para ir aos Estados Unidos com o objetivo de resolver “assuntos referentes a problemas políticos relacionados ao Peru e à Bolívia, assim como a compra de armamentos para as forças revolucionárias” (MATTOS, 2007, p. 39). Entre 1827 e 1831 não quis ficar em Bogotá por causa de Santander (1792-1840), então vice-presidente da Grã-Colômbia, preferindo servir como Chefe do Estado Maior em Madalena, tendo ido a Bogotá em 1829 e 1830. Recebeu várias condecorações pelas batalhas, dentre elas, o título de Libertador de Nova Granada; membro da Ordem Militar dos Libertadores da Venezuela; promovido a capitão, em fevereiro de 1819, a tenente-coronel em meados de 1821, e a coronel no fim de 1821; e em novembro de 1829 foi reincorporado ao exército como coronel¹³ após

¹³Os biógrafos divergem em relação às datas. De acordo com Mazin e Stedile (2006, pp. 34-35), ele teria alcançado o coronelato no ano de 1823, e não em 1821, como diz Chacon no seu trabalho de 1983. O mesmo Chacon diz em outro trabalho, que Abreu e Lima teria conseguido o coronelato em 1824 (CHACON, 2003, p. 16).

estar afastado. Alcançou o generalato pelos governos da Colômbia e da Venezuela¹⁴ no ano de 1830, e, posteriormente, sofreu diversos problemas para ter sua patente reconhecida.

O ano de 1825 foi marcado pela batalha que foi acirrada pelo fato de ser estrangeiro. Sua reputação para exercer o cargo de Chefe do Estado Maior na Venezuela foi questionada nas páginas do *El Argos*¹⁵, periódico que era dirigido por Antonio Leocádio Guzmán (1801-1884). No mesmo jornal, Abreu e Lima também foi acusado pelo jornalista de manter um relacionamento com Benigna, a sobrinha de Bolívar, comprometendo também a reputação da família do Libertador. O próprio Abreu e Lima teria admitido uma estreita amizade com Benigna, em sua *Carta a Páez*. No início do mês de setembro, Abreu e Lima travou uma batalha intelectual com o jornalista Guzmán, presente nas matérias que circularam nos jornais *El Argos* e que, posteriormente, não ficou só no campo das palavras: Abreu e Lima atacou Guzmán na rua, ferindo-o na face com sua espada. Abreu e Lima foi preso no dia 11 de setembro, recorreu à defesa e recurso, mas terminou sendo julgado e condenado no dia 8 de dezembro, indo cumprir pena de seis meses no deserto de Bajo Seco, na Venezuela. Ao sair da prisão teria continuado suas atividades políticas por meio de lideranças aproximadas à Bolívar. Pela mesma época, Abreu e Lima também foi atacado duramente na imprensa pelo poeta Luiz Tejada, que questionava a fidelidade do pernambucano a Bolívar.

O tempo em terras hispano-americanas já demonstrava o seu interesse pela história. Quando esteve em Bogotá, no início de 1820, fez contato com James Henderson, cônsul da Inglaterra em Nova Granada, que havia escrito a *História do Brasil*, publicada em 1821. Tendo observado nela muitos erros de história e de geografia, Abreu e Lima fez um estudo de história a partir da análise crítica do livro, trabalho que dedicou ao General Santander. Em 1826, chegou a redigir seu primeiro trabalho estando a serviço da Grã-Colômbia, a *Memória sobre os limites entre o Brasil e a República da Colômbia*, a pedido de Santander, que recusou o estudo por Abreu e Lima não ter seguido suas recomendações. A importância deste trabalho acerca das fronteiras enquadrava-se nos esforços que os países americanos organizavam para delimitar suas fronteiras e tentar o reconhecimento internacional. Dois anos depois, por incumbência do Libertador, escreveu o *Resumen histórico de la última dictadura del Libertador Simón Bolívar; comprobada con documentos*, que se limita ao período de 1826, quando Bolívar retorna do Peru à Grã-Colômbia, e que foi publicado em periódicos e panfletos de época entre os anos de 1828 e 1830, para defendê-lo das acusações do filósofo francês Benjamin Constant¹⁶ (1767-1830), e

¹⁴Seu título de General só viria a ser reconhecido no Brasil no dia 28 de outubro de 1832. (PAIM, 2011, p. 25).

¹⁵Edição do dia 06 de setembro de 1825 (MOURA, 2006, p. 33).

¹⁶Além de Benjamin Constant, ele também teria sido atacado por Docoudray e Hippisley. (MOURA, 2006, p. 46).

que foi considerado como um dos pioneiros trabalhos biográficos sobre Bolívar. Quando Bolívar saiu de cena, Abreu e Lima continuou as batalhas pela imprensa publicando, em 1831, o jornal *La Torre de Babel*, onde atacava os anti-bolivarianos.

Abreu e Lima enfrentou outras batalhas com Bolívar, quando o Libertador sofreu atentados contra a vida, quando viram a Grã-Colômbia se dissolver¹⁷ nos três novos estados, Equador, Venezuela e Colômbia, a qual se integrava o Panamá, e esteve ao lado de Bolívar quando faleceu na fazenda de San Pedro Alejandrino, na Colômbia, em 1830. Manteve a fidelidade ao Libertador até mesmo quando este instituiu um decreto, em 1828, proibindo todas as associações secretas, e Abreu e Lima sendo maçom grau máximo 33 renunciou à maçonaria para estar de acordo com os ideais de Bolívar. Após sua morte, decidiu partir, em 1830, mas antes disso, foi expulso¹⁸ da Colômbia através de um decreto presidencial, pelo Ministro de Guerra, general José Maria Obando, e embarcou para a Filadélfia, em agosto de 1831 (MOURA, 2013, p. 206)¹⁹, passando, posteriormente pela Europa. Quando esteve nos Estados Unidos ficou sabendo da abdicação de D. Pedro I, e em Paris pode conhecê-lo, mantendo com ele boas relações. Sabe-se ainda, que em Paris permaneceu por mais tempo, onde foi alvo de grandes distinções, até mesmo do rei Luís Felipe, que recebeu Abreu e Lima em seu palácio, admitindo-o a honra de sua mesa. Retornou ao Brasil em 1832, após 15 anos de exílio.

1.3 As batalhas na Corte (1832-1843)

Ao retornar ao Brasil em fins de 1832, Abreu e Lima foi morar no Rio de Janeiro. O cenário político mudou significativamente desde que deixara o Brasil, sendo então um país independente, uma monarquia entre repúblicas. A América Ibérica vivia o período de construção de um Novo Estado, da nação e da identidade nacional. Os anos em que passou na capital do Império foram marcados por uma enorme flutuação política, por diversas rebeliões, por tentativas de organização do poder (FAUSTO, 2009, p. 147) e eventos que aconteceram entre o período regencial e a maioridade de D. Pedro II. De acordo com a maioria de seus biógrafos, Abreu e Lima parece ter seguido por opções individuais, além de muitas divergências nos seus posicionamentos, pois se lutava pela formação das repúblicas na América Hispânica,

¹⁷Venezuela e Equador haviam se desintegrado, em 1830, para se tornarem países independentes. O Panamá só se separou em 1903. (CHACON, 2003, p. 7).

¹⁸Antes de ser expulso, Abreu e Lima teria pedido um documento ao general Mariano Montilla, que atestasse seu generalato e sua conduta nas batalhas que participou (CHACON, 2003, p. 34).

¹⁹Mattos (2007, p. 41) afirma que ele teria partido para Filadélfia em julho.

ao chegar ao Brasil passou a apoiar a Monarquia, defendendo que só este sistema era que manteria o país unificado. Ele vai envolver-se com a política e participar ativamente dos debates, da vida na corte e das polêmicas através das letras.

Logo que chegou ao Brasil, Abreu e Lima encaminhou ao governo regencial o pedido de reconhecimento de sua cidadania, do seu generalato e dos títulos que conquistou no exterior. Em 28 de outubro de 1832, através de um ato da Regência ele adquiriu os direitos civis, e o reconhecimento das condecorações providas pelos governos de Venezuela e Colômbia, além do título de general (MATTOS, 2007, p. 50)²⁰. Já no início de janeiro de 1833 iniciou sua carreira de redator para defender o Imperador, publicando o jornal *A Torre de Babel*, apoiando e defendendo o regresso de D. Pedro I, e opondo-se ao governo regencial, que era controlado pelos liberais moderados (MOURA, 2006, p. 80)²¹.

Abreu e Lima chegou no momento em que o país passava pela Regência. Depois que D. Pedro I abdicou do poder e voltou para a Europa, o governo havia ficado nas mãos dos brasileiros, que aclamaram D. Pedro II, mas o herdeiro não podia assumir o trono, pois tinha apenas 5 anos de idade. Dessa maneira, o país viveu o período Regencial, de 1831 a 1840, que através do voto popular e dos termos da Constituição de 1824, passou pela trina, e depois pela regência una (CARVALHO, 2012, pp. 20-22). Este período notabilizou-se pela formação de facções políticas que disputavam o poder (IGLÉSIAS, 2009, p. 146). A partir desta concepção, dividimos a Regência em dois momentos, o primeiro, de 1831 a 1837, que sinalizou a vitória do liberalismo moderado, e a segunda, de 1837 a 1840, em que predominou o conservadorismo (CARVALHO, 2012, p. 87). Abreu e Lima somava as experiências que viveu ao lado de Bolívar às novas investidas no Brasil, e em 1833 filiou-se à Sociedade Conservadora da Constituição Brasileira, dirigida pelo partido Caramuru²² e criada com o propósito de lutar contra a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional. Sua participação nesta Sociedade teria criado atritos e debates, que ultrapassavam o campo das ideias e adentravam em questões pessoais, entre ele e adversários políticos, como Evaristo da Veiga, jornalista que defendia os liberais moderados.

²⁰De acordo com Moura (2006, p. 80), em outubro ele teria conseguido a liberdade para uso dos direitos civis, e que apenas no mês seguinte teria saído uma portaria permitindo-lhe o uso dos títulos concedidos pelos governos de Colômbia e Venezuela.

²¹De acordo com Moura (2006, p. 80) Abreu e Lima já teria começado suas atividades políticas e intelectuais logo quando chegou, em 1832.

²²Também conhecido como Partido Restaurador, o Partido Caramuru foi criado em 1831, e defendia o retorno de D. Pedro I e a consolidação da monarquia. Após a morte de D. Pedro I, no ano de 1834, o partido se dissipou, fazendo com que seus membros migrassem para o grupo dos chimangos.

Além da participação ativa na vida política no Rio de Janeiro, Abreu e Lima envolvia-se também nas questões civis que aconteciam em Pernambuco, sobretudo, pelo fato dos irmãos estarem residindo naquela Província. Em 1834, participou indiretamente do Movimento das Carneiradas²³, que aconteceu no Recife em meados de janeiro, e que foi sufocado no ano seguinte. Abreu e Lima apoiou os revoltosos e nas cartas que trocou com os irmãos dava instruções a Luís Ignácio. No Recife, as cartas apreendidas serviram de prova para um processo contra os irmãos. Foi pedida a prisão de Abreu e Lima, que não se efetivou. Com relação a seus irmãos, mesmo considerados inocentes, Luís foi preso e enviado para o presídio de Fernando de Noronha, sendo absolvido em abril de 1835.

Neste mesmo ano, Abreu e Lima desenvolveu atividades no campo das letras ao participar das discussões sobre historiografia que aconteciam na Corte naquela década. O *Bosquejo Histórico, Político e Literário do Império do Brasil, ou análise crítica do projeto do Dr. A. F. França. Seguida de outra análise do projeto do deputado Rafael de Carvalho sobre a separação da Igreja Brasileira da Santa sede apostólica* (1835) é a obra que marca o retorno de Abreu e Lima à sua terra. Surgida de artigos publicados no *Mensageiro Niteroiense*²⁴, teve como escopo reivindicar os projetos de lei que tinham sido apresentados pelos deputados Antônio Ferreira França e Rafael de Carvalho, sobre a causa monárquica do Brasil e a Igreja Católica, e oferecido à Câmara dos Deputados, na sessão de 16 de maio do referido ano. Abreu e Lima aborda com erudição a história, geografia, política e filosofia, incluindo também uma análise crítica da literatura escrita no país, além de comparar a situação do Brasil com diferentes lugares como Portugal e países da América Latina. O Período Regencial foi marcado, entre outros acontecimentos, pelos entraves na Câmara dos Deputados, que serviram de matéria-prima para as impressões de Abreu e Lima acerca dos projetos dos deputados citados, procurando, sobretudo, demonstrar a impossibilidade de um Brasil republicano.

No período em que esteve no Rio de Janeiro publicou os periódicos *A Torre de Babel* e *a Arca de Noé* no ano de 1833. *A Torre de Babel*, assim como os outros periódicos que publicou no Rio de Janeiro, preservava as características dos pasquins, e enquadrava-se também como “jornal de opinião” (MATTOS, 2007, p. 51). As ideias veiculadas por Abreu e Lima neste periódico representavam uma ameaça para o governo, e no fim de março de 1833, *A Torre de Babel* deixaria de circular devido a uma proibição do governo regencial. Antes mesmo que a

²³O movimento aconteceu na província de Pernambuco, e marcou as tentativas de levantes por parte dos restauradores depois da abdicação de D. Pedro I.

²⁴De acordo com Mattos, Abreu e Lima teria editado o *Mensageiro Niteroiense*, em 1835 (MATTOS, 2007, p. 69). Abreu e Lima teria publicado em 12 dos 134 números que circulou o jornal. (PAIM, 2011, p. 155).

trajetória deste jornal acabasse, em fevereiro Abreu e Lima já havia publicado o *Arca de Noé*, onde continuava a tratar os acontecimentos pertinentes àquele ano. No início de 1836 saiu o *Raio de Júpiter*²⁵, que tinha como objetivo defender a união do Brasil sob o governo monárquico constitucional, opondo-se ao regente do Império Padre Diogo Antônio Feijó, e oferecer apoio à princesa Dona Januária como imperial-regente do Império. A batalha entre Abreu e Lima e o governo do regente foi de dura tenacidade, e o regente acabou rendendo-se e retirou-se do poder. Em março, Abreu e Lima passou a denunciar os jornais que criticavam seus ideais expostos nas páginas do *Raio*, além de opor-se aos jornais editados pelos chimangos²⁶. Ele não deixou de atuar na imprensa, e em 1840 era responsável por editar o periódico o *Maiorista*, que defendia a maioria de D. Pedro II.

Depois do *Bosquejo*, publicou o seu *Compêndio da História do Brasil* (1843), o primeiro compêndio do país nessa área. Em 1850, o *Compêndio* substituiu o *Resumo de História do Brasil até 1828* (1831), de Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde, e foi o livro usado nas escolas durante os anos de 1850 a 1862, sendo substituído por *Lições de História do Brasil* (1861), de Joaquim Manoel de Macedo (MOURA, 2006, p. 19)²⁷. Abreu e Lima pretendia escrever um artigo, mas acabou transformando o trabalho em um livro “escrito em quinze dias bem contados”, mostrando que estava bem envolvido no estudo de história e possuía bom conhecimento sobre o assunto. O *Compêndio*²⁸ inaugurou um novo momento na historiografia brasileira, em que o próprio brasileiro encorajava-se a escrever sobre a história de seu país. De acordo com Moura (2006), o Cônego Januário da Cunha Barbosa (1780-1846) foi o principal responsável em aflorar a maior crítica que sofreu a obra de Abreu e Lima como historiador e que marcaria sua trajetória e memória dentro do IHGB.

O IHGB foi fundado em 1838 por meio do patrocínio de D. Pedro II, que promoveu no Segundo Reinado o desenvolvimento das letras no país. O projeto havia sido proposto pelo Cônego Januário, que desejava fundar uma instituição que abordasse não só o passado da nova nação, mas também a geografia, sua fisionomia contemporânea e seus componentes étnicos, pautado com base em um programa nacionalista, disposto a explorar nosso espaço físico e cultural (BOSI, 2012, p. 233). O Instituto passou a catalisar a melhor produção histórica e

²⁵De acordo com Mattos, nesta época Abreu e Lima teria ampliado sua influência mantendo contatos com redatores de outros periódicos no Brasil, como o *Sentinela Rio-Grandense*, jornal que tratava da revolução no sul. (MATTOS, 2007, p. 72).

²⁶Chimangos foi um epíteto depreciativo atribuído aos liberais moderados pelos conservadores, logo que a Monarquia começou no Brasil.

²⁷De acordo com Paim (2011, p. 123), *Lições de História do Brasil* teria substituído o *Compêndio* em 1861.

²⁸De acordo com Moura (MOURA, 2006, p. 13), em 1858 o Visconde de Sapucaí faz uma reavaliação da obra e reconhece a importância do *Compêndio*, mas pela parte do Instituto não haverá a preocupação em se avaliar a produção de Abreu e Lima.

intelectual do Segundo Reinado por meio da edição da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, que continua em atividade até hoje.

No momento de instalação do IHGB, seu primeiro secretário perpétuo, o mesmo Januário da Cunha, já havia destacado a necessidade de que o próprio brasileiro deveria escrever a sua história. No entanto, Abreu e Lima, que se aventurou em recopilar a história do seu país, sofreu sérias acusações, até mesmo do próprio Januário. Ao receber o *Compêndio*, a comissão do Instituto encaminhou-o à Comissão de História, que emitiu um parecer judicioso e prudente, pois não se arriscariam em dar opiniões sobre a obra de um membro que era revestido do título de sócio honorário. O parecer seguinte, da Comissão de Legislação, por meio do secretário perpétuo Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), acusou Abreu e Lima de plagiador. Abreu e Lima rebateu cada ponto do parecer e ainda explicou o mérito de sua obra em recopilar grande número de fatos no mais rico trabalho em documentos preciosos feito naquela época. A polêmica deu-se por encerrada, pois Varnhagen não queria mais responder aos ataques de seu contendor, e o Cônego Januário, por intermédio do Instituto, publicou nos principais periódicos que não achava conveniente responder a tal escrito. Abreu e Lima, por sua vez, deixou de incluir abaixo do seu nome a condição de sócio honorário do Instituto, retirou-se do IHGB²⁹ e do Rio de Janeiro. Ao passar 11 anos no Rio, vivendo um período turbulento de polêmicas, o envolvimento com o Instituto acelerou o retorno de Abreu e Lima ao Recife.

1.4 Novas batalhas no Recife (1844-1869)

Abreu e Lima retornou ao Recife em 26 de abril de 1844 (MOURA, 2006, p. 203)³⁰. Logo depois de sua chegada, ele apressou-se para publicar a *Resposta ao Cônego Januário da Cunha Barbosa ou Análise do Primeiro Juízo de Francisco Adolfo Varnhagen*, mantendo ainda o vínculo com a capital do Brasil. A *Resposta ao Cônego* foi uma contrapartida em face da apreciação de Varnhagen a respeito do *Compêndio*, publicada em Madri em 1840 sob o título de *Resposta Apologética a um conhecido plagiário que se intitula general*. Este trabalho de

²⁹Abreu e Lima teria se integrado ao IHGB como sócio em 1839 (MOURA, 2006, p. 148). De acordo com Sobrinho (1969, p. 70), as antigas divergências entre Abreu e Lima e o Cônego Januário da Cunha teriam sido um dos motivos pelo qual o pernambucano se recusou a fazer parte do IGHB como um dos sócios fundadores. Como alguns membros não aceitaram a recusa, transformaram o título e a convivência do sócio em um diploma honorário, e Abreu e Lima também não queria aceitar a honraria.

³⁰Um dos motivos que levou Abreu e Lima a retornar para o Recife teria sido o pedido de seu irmão Luís, para que o general se candidatasse como Deputado Geral da província pelo partido Praieiro (MOURA, 2006, pp. 203-204). Abreu e Lima teria recebido promessas de 1190 votos, mas só recebeu 126 no total, dispersos no Recife (66), em Vitória de Santo Antão (33), Nazaré da Mata (25) e Paudalho (2) (CHACON, 1983, p. 183). Ainda de acordo com Chacon, Abreu e Lima teria desembarcado no Recife em 12 de julho de 1844 (CHACON, 1983, p. 179).

Abreu e Lima foi uma resposta “inadequada ou intempestiva”, com violência nos termos e que parecia discordante das linhas austeras de um debate literário (SOBRINHO, 1969, p. 170), uma prática de discurso ligada a uma polêmica, sendo ao mesmo tempo uma resposta e uma defesa. Seria uma resposta acerca da análise do primeiro juízo de Varnhagen sobre o *Compêndio*, mas Abreu e Lima excede em tratar apenas os assuntos relacionados à polêmica e ataca Varnhagen, Januário da Cunha e o IHGB, até mesmo envolvendo episódios pessoais dos envolvidos na polêmica.

No momento de transição entre o Rio e o Recife, no período que se estende entre os meses de julho de 1843 a janeiro de 1845, Abreu e Lima continuaria a escrever, e faria um testemunho autobiográfico no seu *Diário Particular*³¹. Ele costumava fazer anotações nos seus diários, relatando fatos pessoais, momentos de viagens, que não ficavam descartados. A partir de sua leitura é possível entender melhor não só o contexto da época, mas, sobretudo, informações sobre a produção e as publicações de suas obras. No ano de 1845, Abreu e Lima publicou sua *Sinopse ou Dedução Cronológica dos fatos mais notáveis da História do Brasil*, a primeira coleção de efemérides brasileiras, de 1500 a 1842³², livro que também contribuiu para o ensino de história nas escolas da época no Império no Brasil.

No período em que esteve no Rio de Janeiro, Abreu e Lima envolveu-se em diversas polêmicas, sendo alvo constante da crítica. Na volta a Pernambuco não seria diferente, pois não demorou a ser acusado e ter seu nome entre os líderes da Revolução Praieira, que foi uma revolta de caráter liberal, a última grande revolta provincial fechando o ciclo de rebeliões iniciado após o Ato Adicional (CARVALHO, 2012, p. 98), ocorrida na província de Pernambuco em 1848. Foi justamente a arbitrariedade de D. Pedro II o escopo condenado pelos revoltosos do movimento, que além de repudiarem a Monarquia, manifestaram-se contra a falta de poder local. O nome do movimento derivava do *Diário Novo*, jornal que funcionava como órgão do partido liberal, fazendo alusão à sua sede que localizava-se na Rua da Praia, no Recife (FAUSTO, 2009, p. 178). O jornal circulou entre os anos de 1842 e 1852, veiculando notícias sobre a cena pernambucana, as disputas entre os partidos políticos e os rumos da Praieira, e foi fundado pelo irmão de Abreu e Lima, Luís Ignácio, e os colaboradores Nunes Machado, Félix Peixoto, Lopes Netto, Jerônimo³³ e Joaquim Vilella (CARVALHO, 1902, p. 23).

³¹Chacon (1983) e Pinto (1983) citam o *Diário* nas suas biografias de Abreu e Lima tecendo um breve comentário crítico.

³²Abreu e Lima teria feito esta coleção de efemérides antes mesmo do Barão do Rio Branco fazer a dele (CHACON, 1983, p. 166).

³³Carvalho (1902, p. 23) não cita o sobrenome de Jerônimo.

A rebelião foi sufocada, pois não recebeu apoio das outras partes do país (CARVALHO, 2012, p. 98), fato que legitimou ainda mais o poder do Imperador, terminando com mais de mil mortos, muitos feridos, e os que não foram aos tribunais tiveram prisão perpétua. No caso de Abreu e Lima, deflagrada a Praieira, em outubro de 1849, foi preso como rebelde, sem haver sido – visto que consideraram a palavra de testemunhas, sem haver documentos comprobatórios –³⁴, levado às fortalezas do Brum, e ao presídio de Fernando de Noronha. Abreu e Lima, que já havia sido preso em 1817, na Bahia, por ter praticado crime de assuada em Olinda, e em 1825, no deserto de *Bajo Seco*, na Venezuela, por ter ferido fisicamente o jornalista Antonio Leocádio Guzmán, foi mais uma vez para prisão, enfrentando uma difícil provação na vida, pois junto aos outros presos foi submetido às péssimas condições de transportes para a Ilha³⁵, nos porões dos barcos, passando pela corveta “Euterpe”, fragata “Paraguaçu” e do “Austral”.

A verdadeira participação de Abreu e Lima no movimento praieiro estava relacionada às batalhas por meio das letras, visto que ele escrevia em 1844 para o *Diário Novo*, tornando-se redator chefe. Nessa época, Abreu e Lima publicou também o seu periódico *A Barca de São Pedro* (1848)³⁶, sob a metáfora do príncipe dos Apóstolos, Pedro, educando a população para que ela procurasse seus direitos políticos, e tratando das necessidades dos povos. O envolvimento de Abreu e Lima ficava por conta da divulgação de ideias na imprensa, e de ser acusado de presidir a Sociedade Imperial Pernambucana. Após ser julgado como condenado em sentença, conseguiu ser absolvido por apelação do Juiz de Direito José Tomás Nabuco de Araújo, em junho de 1850, interposta da decisão do júri que condenou Abreu e Lima. No número 213 do *Diário de Pernambuco*, edição do dia 25 de setembro de 1849, é na segunda página onde encontramos a réplica da apelação feita por Nabuco, em que ele demonstra a fragilidade de quem preside as leis, de quem acusa um sentenciado de ser “cabeça” de um movimento, pois no código brasileiro faltava-lhe uma lei pátria definindo o que seria “cabeça”, tendo uma terminologia ambígua. Por conta disso, Nabuco precisou consultar o código penal da Legislação Francesa para provar o que seria “cabeça”, aquele quem dirige rebelião, comanda postos, e alicia e reúne gente. O réu não aliciara, nem reunira gente para a rebelião, não era o responsável pela impressão do *Diário Novo*, nem tampouco fora presidente da Sociedade Pernambucana.

³⁴A informação está no *Diário de Pernambuco*, no número 213, do dia 25 de setembro de 1849.

³⁵Anos depois do período de Abandono da Ilha (1500-1736), em 1739, ela tem seu espaço utilizado como presídio, onde inicialmente eram levados desterrados ciganos, índios, prisioneiros da rebelião Farroupilha, revoltosos, e Abreu e Lima era tratado como mais um destes presos. Apenas em 1938 é que acontece a construção de um Presídio político na Ilha.

³⁶*A Barca* era imprensa na tipografia de Luís Ignácio, na Rua da Praia (CHACON, 1983, p. 186).

Os meses em que esteve em cárcere em Fernando de Noronha foi um período fecundo de observações. Mesmo escrevendo comumente para os campos da história e da política, ele não se restringiu a estas áreas, e é importante destacar a variedade dos temas dos livros e dos seus textos e alguns de seus pioneirismos. Ele utilizava-se muitas vezes das experiências de vida, queixando-se de que não tinha os instrumentos necessários para análise dos temas e objetos, e que, por isso, teria usado a prática nas análises que fez no seus *Apontamentos sobre a Ilha de Fernando de Noronha* (1857), pelo qual destacou-se como pioneiro da ecologia prática no Brasil, estudos que depois foram continuados seguindo pelo viés de exploração da redenção ecológica da região açucareira nordestina, e que foi de autoria de seu conterrâneo, Gilberto Freyre (CHACON, 1983, p. 13)³⁷. Sabemos que em 1500 a Ilha já aparece no Mapa de Cantino, mas com o nome de Quaresma, e que diversas foram as tentativas de caracterizar o espaço. Uma delas foi a descrição de Charles Darwin, de 1832, que ao ter visitado a Ilha teria feito uma observação minuciosa. Abreu e Lima havia ido para Ilha em condição de preso, entre 1849 e 1850. Estando numa ilha de aspecto “lúgubre e triste”, e na árdua situação para convivência, ele foi capaz de observar distintos pontos, de experimentar, de pensar no lado mais natural daquele ambiente. Mesmo estando preso, aproveitou a situação para escrever propostas que poderiam transformar a Ilha em um importante domínio do Brasil.

Além dos *Apontamentos* de 1857, Abreu e Lima escreveu os *Apontamentos sobre a Ilha de Fernando de Noronha*³⁸, datados de 1851, que ainda não foram publicados e conta com uma maior riqueza de detalhes sobre a Ilha, incluindo sua fauna e flora. Ainda relacionada à questão da Ilha, ao reconstruirmos as lacunas deixadas pelo tempo, podemos dizer que as experiências vividas por Abreu e Lima naqueles meses serviram-lhe até mesmo para aproximar as relações que ele mantinha com o poder local na época. Em *Carta*³⁹ endereçada ao Barão de Camaragibe⁴⁰, datada de 25 de junho de 1859, do Recife, Abreu e Lima estaria respondendo duas outras cartas que teria recebido do Barão em abril do mesmo ano, em que ele pedia informações a Abreu e Lima sobre questões administrativas da Ilha de Fernando de Noronha. Quando ele escreveu a carta já não estava mais preso, e suas declarações eram do olhar de quem

³⁷Chacon destaca o trabalho de Abreu e Lima em pensar na situação social da Ilha e em pormenorizar a análise da natureza (CHACON, 1983, p. 195).

³⁸Os manuscritos originais de 1851 e 1857 estão no acervo de Abreu e Lima no IAHGP. No entanto, o de 1851 não foi ainda publicado, e o de 1857 foi publicado no ano de 1890 pela Revista do IAHGP.

³⁹A *Carta* ainda não foi publicada, e encontra-se no acervo dos séculos XVIII e XIX de Fernando de Noronha, que foi transferido entre 2003 e 2005 para o Anexo do Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), localizado no bairro de São José, no Recife.

⁴⁰Pedro Francisco de Paula Cavalcanti e Albuquerque (1806-1875) foi o primeiro e único barão (em 1854) e visconde (em 1860) de Camaragibe/PE, títulos concebidos pelos serviços prestados à Coroa. Presidiu a Província de Pernambuco em 1859, e já havia sido vice em 1844.

estava distante, e suas ideias eram precursoras e relevantes para a época, tratando desde os mais simples até os mais complexos temas, como o esmiuçar do trato de uma mandioca ou o exame de pedras e rochedos que compunham um cenário.

Após sua passagem pela Ilha, Abreu e Lima estabeleceu-se em Pernambuco, indo viver isolado, e recebendo poucas visitas de admiradores e amigos. Esse teria sido o período mais fértil de produções literárias, pois além de colaborar em diversos jornais de Recife, esteve também escrevendo obras, muitas das quais ficaram perdidas (CARVALHO, 1902, p. 30). O Recife de fins da década de 1840 e início de 1850 vivia o “maligno vapor pernambucano”, embebido pela crítica social e pelas ideias socialistas (FAUSTO, 2009, p. 178). Abreu e Lima participaria deste cenário, convivendo com as ideias socialistas que eram propagadas por diferentes intelectuais, como Louis Vauthier, que estava a trabalho no Recife. Com o objetivo de analisar o Socialismo dos autores franceses, como Proudhon, Fourier e o inglês Owen (FAUSTO, 2009, p. 178), em 1852 Abreu e Lima escreveu *O Socialismo*, a primeira obra do Brasil a tratar este tema e que viria a ser publicada em 1855. Ainda que o Brasil estivesse longe do pensamento socialista como conhecemos hoje, nesta obra Abreu e Lima demonstrava uma preocupação com o combate às desigualdades sociais numa época em que o país ainda era uma sociedade escravista e legitimava o latifúndio por meio da primeira lei de terras (MAZIN & STEDILE, 2006, p. 12).

No fim da vida, Abreu e Lima participou de várias polêmicas religiosas, chegando a publicar trabalhos nesta área. Em 1866, adotando o pseudônimo de “cristão-novo”, começou uma batalha em defesa do casamento civil, através da imprensa, contra o Monsenhor Joaquim Pinto de Campos. No ano seguinte, deste debate publicou as *Bíblias Falsificadas ou duas respostas ao Sr. Cônego Joaquim Pinto de Campos pelo Cristão Velho* – livro que foi condenado pela congregação do Index no mesmo ano em que foi publicado –, e, posteriormente, *O Deus dos judeus e o Deus dos cristãos* (Terceira resposta ao Sr. Cônego Joaquim Pinto de Campos)⁴¹.

Além destes livros, Abreu e Lima escreveu sobre direito criminal, medicina, entre outros temas, os quais não receberam reedições posteriores, o que nos parece pelo simples fato que o conhecimento de alguns deles foram logo ultrapassados com o passar do tempo: “Sua obra já era considerada rara e esgotada em 1882, ao tempo da publicação do *Dicionário Biográfico de*

⁴¹Nesta época, o pastor missionário escocês Robert R. Kelley teria escrito a Abreu e Lima condenando os pontos de vista no livro *O Deus dos Judeus e o Deus dos Cristãos*. Abreu e Lima teria retrucado as discordâncias do missionário em uma carta, momento em que o pernambucano defende que o Brasil estava certo em não permitir o culto a outras seitas, como o protestantismo (CHACON, 2003, p. 38).

Pernambucanos célebres”, pois, “estranhamente aqueles que reverenciaram Abreu e Lima no decorrer dos anos nunca tiveram a preocupação de difundir, através de reedições, as suas mais importantes produções literárias”⁴². Em 1868 Abreu e Lima escreveria seu último trabalho, a *Carta* ao General Páez, que representava o único testemunho conhecido até agora das Guerras de Libertação da “Grande Colômbia” feita por um brasileiro, e serviu de base para seus biógrafos. Essa *Carta* de Abreu e Lima seria uma resposta a outra que lhe havia sido enviada por Páez, no momento em que estava de passagem pelo Rio de Janeiro, em julho do mesmo ano. Nessa *Carta*, Abreu e Lima faria mais uma vez um testemunho autobiográfico, sendo que nesse momento encontraria fôlego para unir as pontas de uma narração que resumiria meio século de vida.

Abreu e Lima havia nascido rico e morreria pobre, vivendo até seu falecimento do que arrecadou com seus escritos e da parte que lhe coube da devolução dos bens de sua família. As questões religiosas ainda faziam parte de seus eventos até os últimos dias de vida. Mais tarde envolveu-se em mais uma polêmica, que ficou conhecida como “O Bispo e o General” (FILHO; PEREIRA, 1973)⁴³. Mesmo que Abreu e Lima se posicionasse contra as doutrinas de Lutero e Calvino, afirmando-se católico, defendia a liberdade religiosa (CHACON, 2003, p. 37). Por defender a liberdade religiosa, e por não ter aceitado se redimir diante do Bispo Francisco Cardoso Ayres, que lhe visitou em sua casa, ao morrer Abreu e Lima teve a sepultura em cemitério católico e em solo brasileiro negada pelo mesmo Bispo, que usou do Direito estrito (MEIRA, 1990, p. 149). De acordo com o Direito canônico, o Bispo errou, pois ele poderia ter negado os ofícios religiosos, nunca o túmulo (MEIRA, 1990, p. 147). Abreu e Lima faleceu em 8 de março de 1869, devido a uma grave enfermidade⁴⁴, ainda mais complicada pela sua idade (COSTA, 1982, p. 568). A família comprou uma sepultura no Cemitério dos Ingleses, no bairro de Santo Amaro, onde ele foi sepultado⁴⁵.

⁴²Dantas, 1983, nota do editor. As obras mais reeditadas foram o *Compêndio*, que teve 5 edições, sendo a última póstuma, de 1882, e *O Socialismo*, que também teve 4 edições. Outras edições póstumas saíram em comemoração a eventos, como foi o caso da *Sinopse*, que teve em 1983 sua segunda edição pelo Bicentenário de nascimento do Libertador Simón Bolívar. Já o *Resumen Histórico* só teve sua primeira edição em 1922, em comemoração ao Centenário da Independência do Brasil, um trabalho que foi organizado em parceria entre o Governo da Venezuela e o IAHGP.

⁴³A polêmica teria sido inspirada pelo Cônego Pinto de Campos (PINTO, 1983, p. 88).

⁴⁴Preocupado com as doenças que lhe acometiam, Abreu e Lima iria se interessar por homeopatia, seguindo a doutrina hahnemanniana, chegando até a prestar serviços homeopáticos aos pobres num consultório improvisado em sua casa (CHACON, 1983, p. 204).

⁴⁵A Prefeitura do Recife em parceria com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra reavivaram o pedido feito pelo Deputado pernambucano Paulo Cavalcanti em transferir os restos mortais de Abreu e Lima para um cemitério em território brasileiro, mas não conseguiram (MATTOS, 2007, p. 202).

2. Presença de Abreu e Lima na Literatura Brasileira

Abreu e Lima destacou-se primordialmente, ao longo do trabalho com as letras, como um escritor da política e da história, e não se aventurou pela ficção. Ao analisar os principais livros de História da Literatura Brasileira, desde que a Literatura Brasileira consolidou-se como disciplina, observamos que há uma disparidade nas abordagens dos críticos sobre a participação de Abreu e Lima na nascente literatura.

Dessa forma, fizemos uma explanação de sua presença na historiografia literária, partindo da hipótese de defini-lo como escritor público. Podemos concluir que houve por parte dos críticos a tentativa de incluí-lo em duas categorias. Para Sílvio Romero e José Veríssimo, Abreu e Lima pertenceria à categoria oitocentista de “publicistas e oradores”, destacando-se, sobretudo, por sua produção como jornalista. Mais adiante, Nelson Werneck Sodré vincula o nome de Abreu e Lima à “historiografia e crítica literárias”. A partir disso, pensando na sua contribuição nas discussões sobre a formação da historiografia literária brasileira, Antônio Candido, Alfredo Bosi e Roberto Acízelo de Souza cristalizam a presença de Abreu e Lima nesta última categoria.

2.1 Entre “publicistas e oradores”

O contexto de produção das principais obras historiográficas de Abreu e Lima esteve relacionado ao momento de entrelaçamento da literatura brasileira com a política, tendo seu estopim com Silva Alvarenga (1749-1814), e, posteriormente, com o grupo em torno dele, a *Sociedade Literária*, que teve desenvolvimento com os alunos por ele formados como Mestre de Retórica e Poética (CANDIDO, 2006, p. 87).

Este movimento iniciado por Alvarenga e pelos próceres da Independência teve continuidade e despertou nos escritores uma tomada de consciência de si mesmos e de seu papel em se trabalhar pela pátria. Nos primeiros idos do século XIX emergiram “no Brasil condições para definir tanto o público quanto o papel social do escritor em conexão estreita com o nacionalismo” (CANDIDO, 2006, p. 89). Era intenção dos românticos brasileiros, assim como de outros países, estabelecer a identidade nacional (RICUPERO, 2004, p. XVIII). Primeiro, inventavam uma tradição nacional, em seguida, acreditavam nela e formavam uma identidade. É importante observar que, no caso do Brasil, alguns dos escritores possuíam dupla militância, sendo políticos e escritores, e se esforçavam em impulsionar as nações.

Dessa forma, a atividade criadora se desenvolveu apoiada no nativismo e no civismo, que funcionava como maneira para aproximar o leitor, tomando como princípio a propagação das ideias. Paralelo a este evento, formou-se um público de auditores, que esperava nos escritores bom desempenho na oratória, além do apego à cor local, revelando que o homem de letras estava “disposto a falar em público” (CANDIDO, 2006, p. 91). A tradição de auditório seguiu por todo o século XIX e início do XX, e nas primeiras histórias literárias o nome de Abreu e Lima aparece vinculado ao desses “publicistas e oradores”, cabendo-nos avaliar sua inclusão nesta classificação. Neste período em que as produções literárias ainda conviviam entre a oscilação do velho e do novo padrão estético – do Arcadismo para o Romantismo –, de acordo com Antônio Candido, os escritores produziam para ganhar prestígio e para obter recompensas (CANDIDO, 2013, p. 256). Com relação à questão dos gêneros públicos, Candido faz uma divisão em “oradores” e “jornalistas”, sendo que o primeiro, fruto da inspiração do momento, não resistiu ao tempo, e o jornalístico conservou-se embasado nas publicações periódicas e nos ensaios (CANDIDO, 2013, p. 256).

De acordo com esta divisão, Abreu e Lima teria o perfil do jornalista, que escreveu, sobretudo, panfletos ou jornais breves. No seu retorno ao Brasil, foi no Rio de Janeiro, entre os anos de 1833 e 1840, que participou dos debates políticos por meio das matérias veiculadas em quatro jornais: *A Torre de Babel*, *Arca de Noé*, *Raio de Júpiter* e o *Maiorista*, em que manifestava seu apoio à Monarquia e à Maioridade de D. Pedro II. Nas páginas destes jornais, Abreu e Lima explicava o que era ser escritor naquela época. Apesar de publicar n’ *A Torre de Babel*, declarava, de modo irônico, que escrevia tendo como única razão participar da “moda” de publicar periódicos (MATTOS, 2007, p. 52)⁴⁶. Por outro lado, ele escrevia muito mais para obter prestígio, conforme apontou Antônio Candido, pois via a produção escrita como um instrumento de luta, que poderia integrá-lo à posição que almejava na conjuntura da política nacional (PAIM, 2011, p. 241).

No entanto, o caminho que percorreu na tentativa de formular uma historiografia literária e histórica foi trabalhoso. Nos últimos anos em que passou no país, ele vivia do dinheiro que resgatou dos bens da família e do que acumulava com seu trabalho. O escritor que procurava prestígio e reconhecimento atrelava-se ao lado social, e escrever passou a ser um meio de sustento, enfrentando também dificuldades, como algumas vezes em que convivia com as exigências da produção em prazos apertados, ou nos momentos em que lhe faltava dinheiro para imprimir seus trabalhos, chegando até a combinar com os editores que retirassem as notas

⁴⁶A matéria saiu n’ *A Torre de Babel* no dia 9 de janeiro de 1833.

de rodapé, pois assim custaria menos a impressão. Nesta época, Abreu e Lima integrava-se ao círculo de relações profissionais dos editores de alguns de seus trabalhos, e supomos que isso teria facilitado a divulgação de suas ideias e a colaboração na parte de impressões, como é o caso dos laços com o irmão Luís Ignácio, que tinha uma Tipografia e editou panfletos de Abreu e Lima.

No momento de produção de seus principais livros, Abreu e Lima teria também se aproximado dos irmãos Laemmert⁴⁷. Com a Tipografia Universal, além das produções de trabalhos de autores brasileiros, Laemmert interessava-se por obras traduzidas do francês (HALLEWELL, 1985, p. 169). Um dos primeiros livros que ganhou sua atenção foi a *História Criminal do Governo Inglês desde as primeiras matanças da Irlanda até o envenenamento dos chinas por Elias Regnault* (1842), assinada “Por um Brasileiro”, mas que é traduzida por Abreu e Lima. Os Laemmert e a Tipografia Universal editaram os dois volumes de seu *Compêndio da História do Brasil* (1843), e, posteriormente, uma edição única do *Compêndio* (1843), viabilizando um melhor custo e disponibilidade aos leitores, além dos 5 tomos de sua *História Universal* (1846-1847) e *O Socialismo* (1855).

Embora tivesse publicado muito, nem sempre Abreu e Lima se reconhecia como escritor. Apesar de, na maioria das vezes, não ter assumido a postura de autoafirmação, ele tinha a consciência do valor de cada obra que produzia. Em 1844, mais convicto, Abreu e Lima conceitua o que seria um homem de letras. Nas páginas da *Resposta do general J. I. de Abreu e Lima ao Cônego Januário da Cunha* demonstrou como um escritor era formado e como deveria ser alguém que atua também como crítico, capaz de emitir juízos de valor sobre outros trabalhos. Para ele, um homem de letras era, sobretudo, um escritor que publica, e um leitor, destacando o quanto era necessário ter uma base sólida e conhecer autores e obras, tanto nacionais quanto estrangeiros. É nesse texto em que ele se intitula como “escritor público”, expressando a preocupação de sua reputação como escritor depois que a sentença foi proferida pelo IHGB, na qual ele foi acusado de plágio pela avaliação de seu *Compêndio*.

Sílvia Romero, na sua *História da Literatura Brasileira* (1888), no capítulo em que abarca o panorama do Romantismo, retoma Abreu e Lima como escritor público, destacando a questão do prestígio ao integrá-lo ao círculo dos homens de letras daquele momento:

Foi o tempo em que Magalhães, Porto Alegre, Varnhagen, Torres Homem, Penna Macedo, Gonçalves Dias, Nunes Ribeiro, Adet, Bourgain, Norberto Silva, Mello Moraes, Pereira da Silva, Ignacio Accioli, Abreu e Lima, Joaquim Caetano, e vinte

⁴⁷A sociedade E. & H. Laemmert alcançou prestígio como casa editora brasileira, e, após investimentos, ficou conhecida como Tipografia Universal (HALLEWELL, 1985, pp. 160-162).

outros conheciam-se, relacionavam-se, encontravam-se no Instituto Histórico, em casa de Paula Brito, ou na Petalogia do Largo do Rocio. (ROMERO, 1903, p. 13)

Apesar de apenas citar o nome de Abreu e Lima, brevemente, entre os intelectuais que se reuniam no IHGB, Romero completa a nota afirmando que eles eram alguns dos mais valorosos talentos que o Brasil tinha produzido (ROMERO, 1903, p. 13). Apesar desta valorização para a figura pública de Abreu e Lima, ele não faz um aprofundamento da categoria de publicistas, como José Veríssimo em sua *História da Literatura Brasileira* (1916). No capítulo sobre o Romantismo, Veríssimo aponta o aparecimento de gêneros variados no período nacional, “a filosofia, a crítica e a história literária, o teatro, a oratória política e parlamentar, a ficção em prosa e as vernaculamente chamadas questões públicas, ou publicística, segundo o barbarismo em voga” (VERÍSSIMO, 1969, p. 260). Veríssimo observa ainda que no Brasil o estabelecimento da imprensa, assim como o da sede da monarquia portuguesa em 1808, estimularam o sentimento nacional, e fomentaram as publicações de assuntos econômicos, políticos e sociais feitas pela Imprensa Régia, depois Imprensa Nacional.

Na sua história da literatura, que vai de Bento Teixeira a Machado de Assis, o nome de Abreu e Lima não podia passar despercebido. Logo na parte sobre a oratória política a partir de 1823, momento em que destaca a atividade literária dispersiva na Província de Pernambuco, Veríssimo observa que Abreu e Lima deixou na sua terra natal, e no Brasil ilustrado, o renome de um polígrafo notável, e foi um dos nomes que tiveram certa popularidade na época (VERÍSSIMO, 1969, p. 261):

Escreveu com efeito compêndios de História do Brasil, polêmica literária e religiosa, o primeiro livro sobre o socialismo aqui publicado (*O Socialismo*, Recife, 1855, 352 págs.), obras de direito ou sobre questões públicas, estudos diplomáticos e médicos, etc., tudo com certo vigor de estilo, mas com graves falhas sob o aspecto da linguagem. (VERÍSSIMO, 1969, p. 261)

Embora destacasse o fato dele ter sido um “polígrafo”, ou seja, um escritor que tratou de diversas matérias científicas ou filosóficas, ele não menciona quais escritos de Abreu e Lima apresentavam graves falhas no aspecto da linguagem. José Veríssimo ratifica que Abreu e Lima pertenceu à categoria de “publicistas e oradores”, o que é correto, visto que ele próprio se definiu como escritor público, que realizava atividades extraliterárias ao escrever para a vida pública, desenvolvendo as linhas ideológicas que marcavam os debates sobre o contexto político do período da Regência e do Segundo Reinado. A avaliação dele como publicista por estes dois críticos ainda é restrita, pois eles se preocuparam muito mais em definir o conceito

do gênero em questão do que aprimorar uma análise crítica da contribuição de Abreu e Lima como jornalista ou até mesmo de discutir a questão historiográfica.

2.2 Historiografia literária

Abreu e Lima aparecia nas discussões historiográficas como um contestador, enquanto outros críticos, também contemporâneos seus, pertenciam aos círculos oficiais, como Januário da Cunha e Adolfo Varnhagen, dois pioneiros nos trabalhos em prol da historiografia brasileira, que não reconheceram as contribuições ensaísticas de Abreu e Lima, e avaliaram negativamente sua produção. Os debates suscitados com a polêmica do IHGB, que envolveram Januário e Varnhagen, contribuíram para que Abreu e Lima se posicionasse de modo mais criterioso sobre conceitos pertinentes à literatura brasileira de seu tempo, como “homem de letras”, “escritor”, “crítica literária”, “plágio”, dentre outros, e para que ele mesmo emitisse juízo de valor sobre alguns dos nomes que produziam para a literatura.

Apesar de Abreu e Lima ter tido a experiência com gêneros literários diferentes, como o diário, carta de amor e poema⁴⁸, que ainda não foram publicados e são pouco referidos por seus estudiosos, sua presença na literatura brasileira é devido a sua contribuição na historiografia com ensaios críticos para se pensar a literatura em formação, discussões presentes, sobretudo, no seu *Bosquejo* (1835).

Para Abreu e Lima, a literatura produzida pelos portugueses não trazia grandes contribuições para que houvesse um avanço intelectual, tanto para Portugal como para o Brasil, já que para ele, os portugueses se baseavam nas Memórias da Academia Real das Ciências. Mesmo assim, o Brasil apresentava algumas criações literárias como as de José Bonifácio e de Visconde de Cairu, que não deviam ser consideradas como grandes produções. Para Abreu e Lima, o trabalho mais relevante da época era o *Dicionário Clássico da Língua Portuguesa* de Antônio Moraes Silva, além do *Caramuru*, do *Uruguai* e da *Marília de Dirceu*. A falta de uma literatura estava associada à carência de uma doutrina própria, visto que Abreu e Lima compreendia a literatura como “o corpo de doutrinas que professava uma Nação”, e ao entender a literatura como corpo de doutrinas valorizava também as obras da ciência. A concepção de

⁴⁸A partir de pesquisas, fizemos o registro mais completo de sua produção literária. Ele teria deixado o seu *Diário particular do General J. I. de Abreu e Lima* (1843-1845) – título dado, supostamente, pelo copista do manuscrito original; teria escrito três poemas, dois sonetos dedicados à Frei Caneca, que integra os *Escritos* (1824) de Abreu e Lima, e mais um poema, que teria dedicado à filha do Barão de Guararapes, Mariana de Sá e Albuquerque, pertencente ao *Álbum de Recordações* de Mariana; e foi para a mesma Mariana a quem ele dedicou um conjunto de *Cartas de Amor* (1865-1869). Algumas destas *Cartas* foram digitalizadas pela Biblioteca Nacional após compra pelo Instituto Abreu e Lima. As outras *Cartas* pertencem a um acervo particular.

literatura para Abreu e Lima ainda era a de erudição, e tinha um conceito muito amplo, pois para ele a literatura não compreendia somente “os versos, os contos e os romances em si, mas tudo que por ventura tenha sido escrito ou vinha se escrevendo no campo filosófico e científico” (VIEIRA, 2002, p. 160). Quando Abreu e Lima faz uma análise de quatro séculos da história da inteligência em Portugal, ele afirma que os portugueses nunca se encaminharam pelas ciências da utilidade. Nesse ponto, para tratar mais a fundo o que seria “ciência da utilidade” Abreu e Lima retoma “o sentido tradicional que os bibliógrafos davam à palavra literatura” (VIEIRA, 2002, p. 167), “classificando os livros entre os de ciência e os de arte” (VIEIRA, 2002, p. 167):

A classificação mais geral dos livros, que tratam das ciências e das artes, é concebida nestes termos; Ciências: abstratas, positivas, exatas, experimentais e naturais; Literatura: Gramáticas, Dicionários, Clássicos da língua, Retórica, Eloquência, Poesia, História, e tudo quanto se compreende na denominação de Belas letras e Humanidades. (ABREU E LIMA, 1835a, p. 116)

O sentido de literatura para Abreu e Lima pode ser aproximado dos verbetes da *Enciclopédia* de Diderot e d’Alembert, do século XVIII, em que os autores empregam como partes da literatura “a Gramática, a eloquência, a poesia, a História, a crítica” e destacam não só o enriquecimento mútuo entre as letras e a literatura, mas também a união entre elas como fator responsável pelo florescimento de uma nação (DIDEROT, 2015, pp. 369-371). Um dos pontos questionados no *Bosquejo* é o da nacionalidade da literatura. Tanto Abreu e Lima como José da Gama e Castro⁴⁹ defendiam que o Brasil ainda não tinha uma literatura própria (VIEIRA, 2002, p. 146). O posicionamento de Abreu e Lima foi condenado por críticos contemporâneos dele como Joaquim Norberto e Nunes Ribeiro. Antônio Candido e Almeida Gonçalves apontaram que para Nunes Ribeiro o ensaio de Abreu e Lima representava uma ameaça na construção da autonomia da literatura brasileira, sendo contrário ao teor nacionalista, que tinha Nunes Ribeiro como um dos expoentes (VIEIRA, 2002, p. 37).

Apesar das várias considerações negativas no século XIX sobre as contribuições de Abreu e Lima para a historiografia, Roberto Acízelo de Souza foi quem reavaliou criticamente sua presença nesse campo. No entanto, antes dele, Nelson Werneck Sodré, Antônio Candido e Alfredo Bosi introduziram as discussões referentes a esta questão. Na *História da Literatura*

⁴⁹José da Gama e Castro foi um português de Coimbra, que viveu no Brasil durante os anos de 1838-1843 exercendo uma intensa atividade intelectual, e que questionou o conceito de literatura luso-brasileira nos três artigos que publicou no *Jornal do Comércio*, em janeiro de 1842 (VIEIRA, 2002, p. 145), afirmando que todo e qualquer escrito produzido no Brasil também faz parte da Literatura Portuguesa, uma vez que é parte intrínseca dessa língua na qual ele se expressa (VIEIRA, 2002, p. 155).

Brasileira (1938), Sodré articula o nome de Abreu e Lima em diferentes momentos. Primeiro, pela participação na história ao lado dos Libertadores, como uma figura sugestiva nas lutas de Bolívar e nas agitações do Recife (SODRÉ, 1964, p. 141), depois, por ser uma figura singular que aguarda interpretação, que espera um biógrafo. Na parte das letras, destaca o trabalho de Abreu e Lima como continuador, após Gonçalves de Magalhães, do esboço da crítica da história literária brasileira (SODRÉ, 1964, p. 225), e com relação aos seus escritos, Sodré menciona que ele “escreveu livros como a *Cartilha do Povo* e *O Socialismo*, verdadeiramente surpreendentes no âmbito do tempo” (SODRÉ, 1964, p. 225), que “deixara trabalhos incompletos, desordenados, mas cheios de observações pessoais e de pontos de vista interessantes, inteiramente destoantes de conformismo”.

Sodré insere Abreu e Lima na tradição da crítica à história da literatura brasileira, integrando-o nas discussões após Gonçalves de Magalhães. Depois de Sodré, convém mencionarmos a avaliação de Antônio Candido, na *Formação da Literatura Brasileira* (1959), que mesmo na parte dedicada ao embrião da historiografia literária, ou nas biografias de alguns homens ilustres da província de Pernambuco, Abreu e Lima não é destacado. Apesar disso, apenas no capítulo VIII, da “Consciência Literária”, ele é citado brevemente na parte sobre a teoria da literatura brasileira, quando Candido menciona nomes que contribuíram para firmar o nacionalismo, Januário, Magalhães e Pereira da Silva, que refutavam “as ideias defendidas por Abreu e Lima”, Gama e Castro, e Nunes. Ainda que articule o nome de Abreu e Lima na parte referente à historiografia, para Candido, Abreu e Lima seria mais um contestador, e não pertencente ao círculo oficial.

Já Alfredo Bosi, no capítulo dedicado ao Romantismo, na *História Concisa da Literatura Brasileira* (1970), foi mais adiante ao pensar em uma consciência histórica e crítica. Ele divide em quatro os grupos que estavam desenvolvendo tendências diferentes da visão romântica, e inclui Abreu e Lima como um dos integrantes do “Grupo Pernambucano”, que representava a ponta de lança do progressismo liberal romântico (BOSI, 1994, p. 155). Por seus escritos, Bosi integra-o à maneira de pensar do radicalismo, afirmando que ele viveu em aparentes contradições, com linha nitidamente liberal, e destaca oito de suas obras, sobretudo, o *Bosquejo* (1835), pelas ideias socializantes e democráticas do livro. É importante destacar as considerações de Bosi na tentativa de enquadrar os autores daquela época em grupos particulares, assim como fez com Abreu e Lima, embora nesta parte de sua História da Literatura não tenha se aprofundado sobre a historiografia.

Por fim, destacamos dois livros de Roberto Acízelo de Souza, cada qual com um capítulo dedicado a Abreu e Lima. O primeiro é a *Introdução à historiografia da Literatura*

Brasileira (2007), em que no capítulo “O Cônego e o General: uma controvérsia matricial sobre a ideia de Literatura Brasileira”, Souza faz uma atualização acerca da opinião de alguns críticos sobre a produção de Abreu e Lima, incluindo-o na categoria oitocentista de “publicistas e oradores” (SOUZA, 2007, p. 47), assim como também o classificou Veríssimo (1916). Para Veríssimo, esta categoria dos escritores daquele período teria sido impulsionada pelo regime de livre opinião e publicação de pensamento que foi articulada com a Independência, que favoreceu o advento de novas expressões da nossa atividade mental (VERÍSSIMO, 1969, p. 260). Souza ainda enfatiza que Abreu e Lima foi um dos primeiros que desenvolveu a abordagem de “insuficiência da simples natureza”, ideia abarcada posteriormente por outros autores, como Santiago Nunes ao falar de “sentido oculto” e Machado de Assis em “Sentimento íntimo x Instinto de Nacionalidade” (SOUZA, 2007, p. 53).

Na *Historiografia da Literatura Brasileira: textos fundadores (1825-1888)* (2014), Souza divide os textos fundadores da Literatura do período correspondente entre os anos de 1825 a 1888 em sete categorias. Para ele, e partindo dessas categorias, Abreu e Lima estaria enquadrado em duas: na segunda categoria, dos “ensaaios que contém verdadeiras declarações de princípios para a Instituição de uma Literatura Brasileira autêntica e emancipada, que em alguns casos se conjugam a projetos para a elaboração de sua história ou a sínteses historiográficas do seu desenvolvimento” (SOUZA, 2014, p. 18), por seu texto “Para a regeneração Intelectual do Brasil”, e na terceira categoria, dos “ensaaios que se apresentam como síntese histórica da literatura brasileira, envolvendo o seu conjunto ou cingindo-se a um gênero específico” (SOUZA, 2014, p. 18), por seu texto “Do Atraso Intelectual do Brasil”.

Dessa forma, a partir da retomada nas considerações destes quatro críticos, podemos dizer que a mais abrangente avaliação da presença de Abreu e Lima na Literatura Brasileira é feita por Roberto Acízelo. Ele não se restringe a integrar Abreu e Lima apenas como mais um autor na categoria de “publicistas e oradores”, como pensou José Veríssimo e Sílvio Romero. No entanto, ao fazer uma breve análise de como esses críticos abordaram a presença de Abreu e Lima, é Acízelo quem vai destacar que o pernambucano aparece como um contestador nestes livros. Posteriormente, na *Historiografia da Literatura Brasileira*, é o momento em que o autor trata propriamente da Historiografia integrando cada autor a uma das sete categorias que ele desenvolve. É importante ressaltar que a avaliação dele é a mais especializada das tentadas anteriormente, pois ao integrar Abreu e Lima à segunda e à terceira categoria ele vai incluí-lo como parte daqueles que pensaram a literatura naquele período de formação, e que contribuíram na construção da historiografia literária no Brasil.

3. A construção de personagens históricos: Frei Caneca e Simón Bolívar

3.1 Frei Caneca

Um dos trabalhos que Abreu e Lima escreveu está nomeado como *Escritos*. Trata-se dos *Escritos* que seguiram o *Itinerário do Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, saindo de Pernambuco a 16 de setembro de 1824, para a província do Ceará Grande*. O *Itinerário* foi escrito pelo próprio Frei Caneca antes de morrer, momento que antecedeu sua saída do oratório para ser fuzilado. O texto é narrado em terceira pessoa por Frei Caneca, que além de narrador é também o protagonista. O religioso relembra os caminhos que percorreu ao lado dos seus companheiros, dentre eles, João Soares Lisboa, Francisco de Souza e o coronel José Antônio Ferreira, e os acontecimentos são datadas até o dia 22 de dezembro de 1824.

Após uma pausa na narração, continua outro escritor, Abreu e Lima, a contar o que se seguiu depois que Frei Caneca parou de escrever. Apesar de retomar a datação do dia 20 de dezembro de 1824 e narrar até 18 de maio de 1825, não há no texto apócrifo a informação de quando Abreu e Lima o teria escrito, quais as fontes que ele utilizou, onde ele estava quando escreveu o texto, ou se ainda ele teria narrado a partir dos relatos de uma terceira pessoa. De acordo com as biografias sobre Abreu e Lima, no início da década de 1820 ele estava por terras hispânicas participando das batalhas libertárias junto a Bolívar.

A relação entre Frei Caneca e Abreu e Lima ainda carece de um trabalho em que se explique melhor a aproximação entre os dois. A hipótese que consideramos é a de que Abreu e Lima tivesse tido mais contato com o religioso no tempo em que estudou no Seminário de Olinda e durante a Revolução Pernambucana de 1817, na qual Frei Caneca atuou ativamente. Como os *Escritos* é um texto inédito, ainda não há trabalhos críticos publicados sobre ele. Cabe-nos interpretar os discursos oriundos do testemunho de Abreu e Lima a um personagem da história brasileira a fim de entender a importância do texto.

Abreu e Lima construiu um registro biográfico em terceira pessoa unindo os fios de uma narrativa que preenche aproximadamente nove laudas. Apesar de ser uma continuação do *Itinerário*, o assunto abordado nos *Escritos* é diferente:

[...] com o interesse tão somente de que esta narração sirva de memória, e exemplo aos nossos presentes, e vindouros Patrícios, arrancando deste modo das tenebrosas garras do esquecimento que talvez confundisse as sepulturas desses caros penhores da Pátria. (ABREU E LIMA, 1824, p. 76)

Da mesma maneira que o sentido de história para Heródoto, Abreu e Lima pretende evitar “que o passado dos homens seja esquecido com o tempo” (DOSSE, 2015, p. 125). Situado em um contexto que assinala o despertar de um novo século, no plano discursivo dos *Escritos* evidencia-se o diálogo de transição dos modelos no gênero biografia, momento em que os “memoriáveis” cedem espaço à representação do herói. Como caráter memorialístico, ao retomar um personagem da história pernambucana, Abreu e Lima utiliza um dos topoi recorrentes a quem escreve biografia histórica, o desejo de evidenciar a grandeza da história.

Abreu e Lima desenvolve uma biografia que se diferencia do modelo tradicional, em que se narra o relato de uma vida seguindo uma ordem cronológica, que integra os acontecimentos desde o nascimento até a morte. A partir desta escolha, pode-se inferir que Abreu e Lima também restringe o biografado a um pretexto, a fim de retomar um momento da história: a Confederação do Equador, de 1824. Abreu e Lima se preocupa em descrever “como seja útil saber-se dos acontecimentos, e resultado das sentenças da Comissão não só para com o mesmo meritíssimo Patrício, mas ainda para os outros Presos” (ABREU E LIMA, 1824, p. 76). Além de evidenciar o processo, que incluem os julgamentos e as catástrofes que se seguiram, o escopo de Abreu e Lima está em descrever o dia da execução de Frei Caneca.

Entendendo a vida como um “conjunto coerente e orientado” (BOURDIEU, 1986, p. 184), Abreu e Lima tratará muito mais do objetivo, que constitui o término, do que a própria origem. Dessa forma, os acontecimentos que estão relacionados à morte de Frei Caneca são mais detalhados, e isso demonstra que o biógrafo apreendeu uma visão totalizante daquilo que Frei Caneca foi durante sua trajetória. A narrativa é linear, e a partir de uma ordem cronológica, são destacados datas, horas, e, algumas vezes, períodos climáticos, que contribuem dando suporte ao momento da morte. Abreu e Lima não se atenta às causas e consequências do episódio, mas em tratar o antes, o durante e o depois do fuzilamento.

O motivo da morte de Frei Caneca não é revelado no texto⁵⁰. Nos *Escritos* são abordados os momentos que antecederam a morte, destacando neste ponto os espaços que o religioso percorreu, desde a masmorra, pela cadeia, passando pelo oratório até chegar ao patíbulo; o dia do fuzilamento, em que é enfatizado como o próprio Frei Caneca ensinou aos carrascos como deveriam amarrá-lo para ser o alvo; e de como foi o Recife naquele dia após sua execução. Abreu e Lima se preocupa em entender como Frei Caneca é parte integrante daquele contexto,

⁵⁰No início da Confederação, Frei Caneca desenvolvia atividade jornalística, posteriormente, foi julgado e acusado do crime de sedição e rebelião contra as ordens do Imperador, e condenado à morte por enforcamento. Como não houve nenhum carrasco capaz de enforcá-lo, terminou sendo fuzilado próximo ao Forte das Cinco Pontas, no Recife.

fazendo uso de mais um dos topoi preferidos dos biógrafos, o de agir como advogado de seu próprio objeto. Ao construir o perfil do biografado, o narrador utiliza algumas estratégias com o objetivo de defender o personagem em questão.

Para a defesa, o narrador utiliza-se dos recursos da linguagem, como a função emotiva, para delinear os valores do religioso, e o uso demasiado de adjetivos para qualificar e mostrar que o personagem foi um herói, e, de certa maneira, questionando qual o lugar que Frei Caneca ocupa na história do Brasil. São vários os exemplos dos adjetivos usados, que substituem o nome de Frei Caneca em várias passagens da narração e engrandecem o herói, como em “patrício”, o “sábio patriota”, “varão probo”, “virtuoso”, “herói pernambucano”, ou que tentam atenuar a situação de sofrimento por meio de palavras no diminutivo, como em “carneirinho”. A partir desses e de outros exemplos ao longo do texto, podemos afirmar que há uma tentativa de aproximar o biografado ao herói revolucionário. Apesar dos outros personagens também serem tratados como heróis, é Frei Caneca quem vive os acontecimentos, quem conquista sua grandeza pelo mérito de sua vida e morte e passa a ser o representante daquele grupo. Tratar a morte é a temática mais trabalhada nos *Escritos*, e cada recurso utilizado pelo narrador ratifica o sacrifício de Frei Caneca em defender a causa revolucionária, e, por conseguinte, ser o próprio religioso a peça central que legitima a revolução. Mesmo não destacando devidamente os principais momentos da vida do religioso, como, por exemplo, sua formação, alguns eventos encontram-se implicitamente assinalados durante o texto, ou melhor, Abreu e Lima complementa o perfil do Frei em meio a versos dedicados ao religioso. Os dois poemas que estão nos *Escritos* são inéditos, e somados a mais um, que dedicou à filha do Barão de Guararapes⁵¹, até o momento são os únicos de que temos notícia de que fez Abreu e Lima em suas raras tentativas na ficção. Os poemas dos *Escritos* têm como títulos apenas a referência à forma, “Soneto”⁵². Apesar de ter a estrutura do soneto italiano, com rimas ABBA ABBA CDC DCD, por meio da escansão observou-se que os dois sonetos têm versos livres.

No primeiro dos sonetos é novamente lembrada a morte do herói, mas que tinha o destino traçado para lutar pela liberdade, pelos povos e pela Pátria. Ao fazer uso, metaforicamente, do substantivo “satélite” (v. 3) para referir-se ao religioso, o sentido de herói como pessoa devotada a fazer o bem é retomado. O segundo soneto, ao fazer uso dos substantivos “estrage” (v. 3) e “horror” (v. 3), o poeta alude à catástrofe da morte. No primeiro

⁵¹O poema ainda não publicado é dedicado à Mariana de Sá e Albuquerque e foi escrito por Abreu e Lima na última década de sua vida, e pertence ao *Álbum de Recordações* de Mariana. O poema encontra-se em um acervo particular.

⁵²Para efeito de análise, consideramos como primeiro e segundo sonetos.

verso há uma metáfora construída a partir da crueldade da imagem física que se entrelaça ao último verso deste primeiro quarteto, em que a imagem principal passa a ser a memória. No quarteto seguinte, a palavra “memória” aparece no sétimo verso, momento em que o poeta relembra que ao longo da história muitos liberais foram assassinados por lutarem por seus objetivos. Nos dois tercetos aparecem palavras que integram um campo semântico comum, o da resistência, como “dureza” (v. 9) e “fereza” (v. 11), e demonstram que apesar dos pedidos para que a sentença do Frei fosse mudada, não tiveram êxito, e morria mais um liberal na história. Dessa forma, a partir da retomada da vida desta personalidade pernambucana, Abreu e Lima defende que a individualidade e exemplaridade de um personagem representaram também uma vontade coletiva.

3.2 Simón Bolívar

Abreu e Lima nos seus *Escritos* resgatou um momento histórico brasileiro, enaltecendo a Confederação de 1824. Estando por terras hispânicas em 1828, ele publicou nos periódicos e panfletos de época, entre 1828 e 1830, o *Resumen histórico de la última dictadura del Libertador Simón Bolívar; comprobada con documentos*, limitando-se ao período entre 1826 e 1830, momento em que Bolívar saiu do Peru e partiu para a Grã-Colômbia. Para o contexto tratado no seu novo trabalho, ele teve que alargar sua visão do que antes era particular, neste caso, por abordar um país, para se pensar não só em várias repúblicas, mas também como a obra deveria repercutir na Europa.

Abreu e Lima, que no final do ano de 1826 estava afastado do exército, foi chamado por Bolívar para voltar a seus serviços em 1828, e fazer sua defesa completando e corrigindo a obra do abade Dominique Dufor de Pradt (1759-1837), no *Courrier Français*, dos ataques que o filósofo Benjamin Constant fazia-lhe em diversos periódicos franceses. Em cada página, Abreu e Lima retoma as marcas dos difíceis anos em que os exércitos da Espanha e de Bolívar se enfrentaram nas batalhas pelo desejo de expulsar os colonialistas e fundar uma retórica República Sul-Americana.

Para explicar melhor a origem do *Resumen*, retomaremos as razões que levaram Bolívar a solicitar o trabalho. O agente confidencial da Colômbia escreveu para Bolívar, em 1829, dizendo que apareceu o artigo de nome *Memoirs of Bolívar* na imprensa de Paris, tratando da visão que o povo inglês tinha do Libertador, chegando depois a ser esclarecido que se tratava de um certo Bowring, e que foi editado em Boston. As acusações foram maquiadas por

Benjamin Constant, estudioso da escola Talleyrand, e que tinha o vício de depreciar os homens. A partir da análise de alguns manuscritos, como os de Augusto Victorino Alvez Sacramento Blake, é que enviaram o *Resumen* ao abade de Pradt. O *Resumen* foi escrito a pedido de Bolívar em 1827, e sua primeira parte foi publicada em Cartagena de Colômbia, no mesmo ano. Bolívar adorava os liberais da Europa, mas com certo temor, visto que qualquer ataque, por menor que fosse, representava um suplício interminável. O medo das acusações de Constant e dos liberais de Europa representava uma dúvida se ele conseguiria a defesa necessária a sua conduta. Desta maneira, Bolívar escreveu pedindo a seus amigos que lhe enviassem os materiais e documentos para sua defesa, e para Abreu e Lima que escrevesse a redação. Abreu e Lima aceitou o trabalho que lhe foi dado com muito gosto, e em agradecimento ao abade de Pradt.

Apesar de sua repercussão na época, alcançando visibilidade no exterior, o *Resumen histórico* só foi reunido à obra de Abreu e Lima em 1922. Sabendo que existe uma carência de trabalhos críticos sobre as obras de Abreu e Lima, com o *Resumen* não seria diferente, e o fato de ter sido publicado apenas naquele ano contribuiu para que o livro não fosse muito explorado pelos estudiosos. Seus biógrafos, como Argeu Guimarães, Chacon e Pereira da Costa, comentaram sobre o *Resumen* tecendo considerações gerais, a partir do próprio testemunho de Abreu e Lima, presente na sua carta ao General Páez, de 1868. Apenas em 2006 o *Resumen* foi um dos objetos de estudo acadêmico, e que, até o momento, segue sendo a análise mais desenvolvida da obra. Luís Cláudio Rocha, em sua dissertação de mestrado, apresenta uma retrospectiva da história da publicação do *Resumen*, além de tecer algumas considerações das ideias contidas na obra. Para ele, o *Resumen* tratava-se de uma memória com finalidade historiográfica. A seguir, faremos também uma breve explanação das estratégias utilizadas por Abreu e Lima no seu *Resumen*, que não só construiu uma identidade para Bolívar, como também conseguiu articular sua defesa ao repelir a mentira com a verdade:

Este pequeno traço, livre de desculpas escolásticas e cheio de verdades simples irá todo comprovado com documentos retirados dos arquivos do governo, de modo que ninguém poderá revogar dúvida. Nós estamos muito distantes de tentar a defesa do Libertador; ela está feita, e é a seu ilustre defensor a quem somente tributaremos esta pequena mas sincera homenagem de reconhecimento e gratidão. (ABREU E LIMA, 1830, p. 86)

Ao fazer a defesa de Bolívar, a postura de Abreu e Lima é a de um biógrafo que atua para reconstituir a complexidade de uma vida, ou melhor, atribuindo intensidade ao seu relato escolhe narrar os anos mais conflituosos da vida do biografado. Ele faz uma defesa fortemente estruturada, que atende ao cânone disciplinar da história, pois é embasada por notas que indicam

com exatidão as fontes e o registro dos arquivos consultados (DOSSE, 2015, p. 117). Abreu e Lima estava diante da posse de documentos públicos, e escolheu trabalhar principalmente com a *Gaceta de Colombia*, pelo fato deste periódico ter um carácter oficial e ampla circulação, e por corresponderem aos últimos anos da ditadura de Bolívar (ABREU E LIMA, 1922, p. 290). Dessa maneira, Abreu e Lima conseguiu provar a marcha desde as primeiras ações, em 1826. Para ele, não era necessário fazer uma defesa, pois ela já estaria feita, sendo preciso somente enviá-la ao defensor.

Para este “projeto de biografia” Abreu e Lima seguiu o modelo clássico, o de tratar o relato na terceira pessoa do singular. No entanto, atua como narrador-personagem da história, escrevendo no calor da polêmica, e deixando que questões pessoais estivessem também ali entrelaçadas (MOURA, 2013, p. 43). Diferente dos *Escritos*, onde não se sabia o lugar de quem estava narrando, no *Resumen* Abreu e Lima teria vivenciado junto ao biografado aqueles acontecimentos. Na narrativa, Bolívar se destaca como figura central, ao lado dos Generais Santander e Páez. Como todos os envolvidos no relato estavam vivos, Abreu e Lima se ocupa em tratar do que considera ser verdadeiro, e por isso, posteriormente, faria várias inimizades (MOURA, 2013, pp. 63-64). Neste contexto, Abreu e Lima também encarna a figura de advogado do biografado, o que no *Resumen* ganha mais destaque por se tratar propriamente de uma defesa.

Nas primeiras linhas observamos a preocupação de Abreu e Lima em trabalhar com os aspectos políticos e sociais a respeito do que foi e do que era a Colômbia naquele momento, no ano de 1826. Para a defesa, ele destaca que Bolívar não podia ser acusado pelo caos que a República colombiana enfrentava, pois Bolívar só tinha chegado anos depois daquele começo de guerra civil:

No frenesi das reformas, de novas aspirações e de interesses divergentes, cada Departamento se pronunciou por um objeto diferente; a Constituição era um escândalo, as leis o martírio dos povos, a administração um câncer destrutivo, e toda a República um caos. — “Colombianos apelamos a vosso testemunho!” Detratores! Nega a evidência dos fatos!! Era o General Bolívar acaso o que havia trazido a república para este fim? Não: ele estava fora três anos antes destes acontecimentos; sua presença vivificava dois povos diferentes, que sua espada tirou-a da escravidão, e que seu gênio elevou-a à dignidade de nações independentes. (ABREU E LIMA, 1830, p. 88)

Em diferentes momentos do texto Abreu e Lima vincula a figura de Bolívar ao do grande homem, personagem próprio das biografias do século XIX. Apesar de todas as dificuldades para manter unida a Grã-Colômbia, Bolívar enfrentava várias conspirações, além dos atentados contra sua vida, mas não se esquecia do objetivo pátrio em defender o desenvolvimento das

nações que surgiam, fazendo com que seu propósito também representasse a vontade de uma nação. Abreu e Lima destaca que a presença de Bolívar trazia vida para os povos e reintegrava a paz na Colômbia. Na Venezuela, a direção tomada por Bolívar foi outra, pois quando o povo acreditava na necessidade de um exército para auxiliar o Presidente, ele teve outros planejamentos: atuou contra todos que se rebelaram contra ele com o intuito de erradicar os maus atos. Do momento em que esteve na Venezuela, Abreu e Lima destaca o fato de Bolívar ter sufocado a guerra, que como grande homem, alcançou a vitória pensando em promover a paz, perdoar e promover o bem para o povo de quem era porta-voz.

Na segunda parte do *Resumen*, escrita depois da aprovação da primeira, Abreu e Lima descreve “a alma” (ABREU E LIMA, 1922) de Bolívar e trata mais da Venezuela. Ele analisa as causas da rebelião da Colômbia, que poderiam comprometer a pessoa de Bolívar, mas que foi justificada e protegida por todos os documentos:

Onde estão, portanto, esses andaimes que servem como medidas para entronizar o despotismo? De onde são estas manchas de sangue que mancham o brilho de sua ditadura? Pelo contrário, estes monumentos de honra desaparecem à vista de seus atos, e o caminho da glória se abre através de sua generosidade. É perdendo que ele dá ao mundo um grande exemplo, é esquecendo os insultos que ele sobe ao topo do poder supremo, é finalmente gratificando em vez de punir, que ele aumenta o número de seus detratores, porque a ingratidão tem sido sempre na democracia o prêmio dos grandes cidadãos. (ABREU E LIMA, 1830, p. 96)

O Bolívar caracterizado no *Resumen* era uma pessoa de alma boa, que não fazia distinção entre ninguém, abraçava amigos e inimigos, e era capaz de alçar nações com sua voz. Abreu e Lima reúne argumentos ao longo do texto para cravar a figura de Bolívar em um retrato de generosidade e bondade a partir de suas ações, mostrando que até mesmo quando ele pensa em lutar contra aqueles que se rebelaram contra sua pessoa, ele prefere educar suas ações a exterminá-los, fato que realça ainda mais a ideia de grande homem. Abreu e Lima encontra solução para todas as situações em que se tenta derrubar a imagem de Bolívar. Ao fazer um resgate de sua figura pública, mostra que ele não conseguiu agradar a todos, até que foi representado na Europa como ambicioso e detentor de muitas mortes e usurpação do poder. No entanto, não é isto que nos conta a história, pois atuando mais uma vez como advogado da vítima, Abreu e Lima aponta que o jogo na aparência dos fatos tem que ser comparado e provado para ser verdadeiro.

Neste jogo de ataques e defesas, acreditamos que pela proximidade com a vítima, Abreu e Lima deixou-se ser tomado pelo fascínio ao relatar a vida do biografado, e a partir da narrativa, parece-nos que o narrador conhecia cada gesto, cada pensamento e cada um dos fatos que

envolvia a história de Bolívar. Abreu e Lima faz um testemunho fiel de sua inocência, mostrando que o meio envenenava as pessoas, assim como os partidos políticos, responsáveis por tentar corromper Bolívar, mas ele não era o culpado, pois até mesmo quando errava seria sem percebê-lo. No texto, Abreu e Lima trata das ideologias de outros personagens da história, como Henrique IV, ou ainda retoma obras de cunho político, como *O Príncipe*, de Maquiavel, para comparar aos posicionamentos de Bolívar:

Se o General Bolívar fosse o ambicioso que se diz, haveria seguido aquela máxima de Maquiavel, contida no capítulo 10 do livro 1º de seus discursos – “que um Príncipe ambicioso de fama deve querer tomar posse de um estado desorganizado e corrupto, não para consumir, mas para paralisar a obra da iniquidade, que outros começaram; não para completar a ruína, mas para evitá-la”. Mas, muito longe de pensar como aqueles ambiciosos, ele acredita que pode encontrar neste caminho a infâmia, o perigo e desassossego perpétuo; ele nunca se enganou por falsas noções do bem, e as falsas aparências da glória; ele sabe seus verdadeiros interesses, e o caminho que deve levá-lo, não só à fama, mas também à segurança e tranquilidade. (ABREU E LIMA, 1830, p. 93)

A partir do exemplo acima, podemos observar que Bolívar atuava como um indivíduo centrado tentando evitar a ruína. Abreu e Lima reafirma, em outro momento, que Bolívar sempre cultivou a generosidade, o perdão em vez do castigo, a vontade de se desvincular da tensão quando exercia o poder absoluto. Abreu e Lima também demonstra que este foi um dos motivos que levou o Libertador a ter êxito em suas ações, chegando também a compará-lo à César, a Pompeu e a Sila. A felicidade para Bolívar estava em fazer o bem para aqueles por quem lutava. Para Bolívar, a felicidade do outro era também sua felicidade. Em um determinado momento do texto ele é retratado como uma pessoa feliz, por ter o povo diante de seus braços, reafirmando, dessa maneira, seu objetivo patriótico e o desejo de querer a união de todos.

No final do texto, Abreu e Lima retoma os feitos grandiosos de Bolívar, e ratifica por meio do discurso nacionalista como ele reuniu elementos para ser considerado um grande homem. Abreu e Lima recorda que a América renunciou aos gritos do Libertador, e de como seu povo tinha respeito às suas deliberações, mesmo quando os partidos desejavam acabar sua soberania. Ele termina o texto com várias indagações, mostrando que havia perguntas que não se podiam responder: “Quem poderia opor-se à conduta de Bolívar?” “América, Europa?”. A defesa de Bolívar estava feita, sua “figura célebre do gênero humano” estava protegida, e em cada traço do povo americano se via um espelho da imagem do Libertador como forma de gratidão, pois “a mais justa das causas já tinha sido conquistada, a Independência”.

Ao escrever o *Resumen histórico* Abreu e Lima procurou, principalmente, descrever tudo o que aconteceu nos atos públicos para conservar a conduta e a consciência de Bolívar,

informando que aceitou o trabalho pelo fato da temática ser concordante com suas ideias e pela honra de torná-lo órgão de um justo tributo à opinião pública (GUIMARÃES, 1926, p. 44). Dessa forma, podemos dizer que o *Resumen histórico* não só contribuiu para a defesa de Bolívar ante as acusações de Benjamin Constant, mas também consolidou a atividade de Abreu e Lima como escritor, pois ele ganhou visibilidade no exterior e mais confiança para redigir outros trabalhos. Além disso, devido à publicação, Abreu e Lima ascendeu ao posto de General como forma de agradecimento pelo empenho, entrando no círculo de homens de confiança do governo do Libertador.

4. Discussões de historiografia literária: o *Bosquejo* e o *Compêndio*

4.1 O *Bosquejo*

O *Bosquejo Histórico, Político e Literário do Império do Brasil, ou análise crítica do projeto do Dr. A. F. França. Seguida de outra análise do projeto do deputado Rafael de Carvalho sobre a separação da Igreja Brasileira da Santa sede apostólica* (1835) foi a primeira publicação de Abreu e Lima quando retornou ao Brasil depois das batalhas libertárias. O contexto histórico de publicação da obra esteve atrelado ao momento em que o Brasil vivia o Período de Regência. Nessa conjuntura, a obra surgiu de artigos publicados no *Mensageiro Niteroiense*, e Abreu e Lima teve como escopo reivindicar os projetos de lei que tinham sido apresentados pelos deputados Antônio Ferreira França e Rafael de Carvalho, sobre a causa monárquica do Brasil e a Igreja Católica.

Além de debater acerca dos projetos dos deputados citados, Abreu e Lima aborda assuntos que integram várias áreas do conhecimento, como história, geografia, política e filosofia, incluindo também uma análise crítica da literatura escrita no país. O *Bosquejo* é a principal referência de Abreu e Lima no tocante a sua contribuição nas discussões sobre a formação da literatura brasileira. Por esse motivo, o livro foi abordado por estudiosos da historiografia literária, os quais desenvolveram as primeiras reflexões dirigidas à obra, e foi alvo de críticas, primeiramente, no *Jornal do Comércio*, por intermédio de José da Gama e Castro, e depois, na polêmica conhecida como “Minerva Brasiliense”, no ano de 1843, momento em que Santiago Nunes Ribeiro debatia a posição de Abreu e Lima acerca da literatura.

Ser descendente de portugueses era um mal que atingia todas as áreas da formação do Brasil, sobretudo, na maneira de se expressar por meio da literatura. O posicionamento de

Abreu e Lima acerca da influência portuguesa na literatura brasileira revela o estado pouco desenvolvido das letras no país. Se considerássemos a literatura no sentido de ciência de utilidade, Portugal não possuía nenhuma das ciências, mas se atribuísssemos um sentido mais concreto à palavra, como a dos bibliógrafos, os portugueses tinham uma literatura própria e original. Nessa parte, a fim de reiterar seu posicionamento, Abreu e Lima contribui também na historiografia ao fazer uma retomada do estágio literário desde Portugal até chegar ao Brasil. Nesse percurso, ele cita autores e obras das “ciências e das artes”, e faz uma análise crítica de alguns desses trabalhos. Na falta do uso de uma classificação mais rigorosa das tendências literárias, conforme conhecemos hoje, Abreu e Lima tenta agrupar os escritores em momentos que podem abranger a participação deles em um mesmo período temporal, ou ainda nos eventos históricos, como a “decadência das letras em Portugal”.

No caso de Portugal, ele destaca Camões e o Abade Correia da Serra como os nomes da literatura portuguesa mais conhecidos na Europa. Em seguida, quando aborda o florescimento da poesia nos séculos XV e XVI, ele ratifica sua postura destacando que “Camões é o colosso da literatura portuguesa” (ABREU E LIMA, 1835a, p. 116). Depois da decadência das letras, apareceram escritores que se passaram por clássicos, e Abreu e Lima menciona Jacinto Freire de Andrade entre estes nomes, e como o responsável em restaurar o crédito da literatura portuguesa naquele período, destacando sua contribuição com o livro *Vida de D. João de Castro* por ser um modelo para a história profana. Abreu e Lima lembra também de alguns nomes que contribuíram em outros gêneros, como Gil Vicente, Falcão, Dinis, Garção, Quita, Francisco Manoel e Bocage. Ainda tratando sobre o desenvolvimento da literatura, Abreu e Lima ressalta o fato da Academia Real das Ciências, que era a base do saber dos portugueses, não ter dado tanta importância à literatura, pois nem mesmo se empenharam em concluir o *Dicionário da Língua Portuguesa*, que seria a obra de referência nesse campo, e cujo primeiro tomo só apareceu em 1793.

Abreu e Lima ainda destaca os “trabalhos interessantes” do publicista Silvestre Pinheiro, além de “Giraldes, Cardoso e Borges”, e aponta como o “espírito público” contribuiu para desenvolver a capacidade de um povo. No entanto, sua tarefa em reunir estes nomes que colaboraram na construção da literatura portuguesa não se estende muito, pois ele mesmo menciona que não havia muita coisa de proveito. Em virtude disso, ao fazer um estudo particular do que havia reverberado dessa literatura no Brasil, ele observou que não podíamos avançar muito, e se a rejeitássemos, ficaríamos reduzidos “a uma condição *quase* selvagem”.

Com relação ao Brasil, Abreu e Lima é crítico ao afirmar que não tínhamos nenhuma obra clássica no ramo das ciências positivas, exatas ou experimentais, mas destaca como melhor

produção o *Dicionário clássico da língua Portuguesa*, de Antônio de Moraes Silva, assim como também enfatizou um dicionário quando estava tratando da literatura portuguesa. Em seguida, ele faz uma avaliação das obras de alguns nomes que escreveram naquele período – como Antônio Carlos, Martim Francisco, Costa Aguiar, Marqueses de Baependi e Paranaguá, José Saturnino – demonstrando exemplos de apatia, ou ainda José Bonifácio, que contribuiu mais na política do que na literatura, e Visconde de Cairu, que por ser pesado e indigesto deveria ter tido poucos leitores. O objetivo com tais autores era de que suas considerações servissem para nos corrigirmos e nos conhecermos. Embora tenha feito uma rígida observação, ele destaca um período de “glória passageira” com os poetas, mencionando as obras que se sobressaíram, pois os mesmos ficaram conhecidos pelos títulos dos trabalhos: “o *Caramuru*, o *Uruguai* e a *Marília de Dirceu*”.

Para finalizar suas considerações acerca da literatura brasileira, Abreu e Lima observa que a condição pouco desenvolvida das letras, em geral, não era apenas pela herança portuguesa, ou por “incapacidade e ignorância”, mas pelo “desleixo, por apatia e por preguiça” dos próprios brasileiros. Ele reitera o fato de que os brasileiros poderiam ter produzido mais e ter legado obras não só no campo da literatura, mas também das outras ciências se tivessem feito bom proveito de sua capacidade intelectual.

4.2 O *Compêndio*

O *Bosquejo* de Abreu e Lima ficou conhecido por causa das discussões sobre a literatura brasileira em formação, mas oito anos depois publicou o seu *Compêndio da História do Brasil*, que teve mais repercussão por causa da polêmica suscitada com o IHGB envolvendo a obra e seu autor. Além disso, o livro ganhou destaque por ter sido usado no Colégio D. Pedro II, entre os anos de 1850 e 1862, para o ensino de História do Brasil. O livro foi o primeiro *Compêndio* do país na área da história, e foi dedicado ao Imperador. Abreu e Lima levou uma brochura antes da publicação para o Imperador ler, e tendo-o agradado, dedicou-lhe o trabalho. O Imperador aceitou a dedicatória, disse que podia ser impressa, e assim o nome de Pedro II saiu à frente da obra. Abreu e Lima pretendia oferecer uma contribuição para a literatura brasileira, e ao apresentar um livro de história ele estaria cumprindo seu objetivo, tendo em vista uma conceituação da literatura que começa pela história.

Apesar do livro ser de história do Brasil, Abreu e Lima abordou outros assuntos que também serviram para discussões, sobretudo, para os questionamentos sobre nação. Anos

depois de ter feito o *Bosquejo* ele ainda iria se posicionar sobre a literatura brasileira logo no prefácio do livro, ressaltando a necessidade de se produzir uma literatura nacional. Para Abreu e Lima, o Brasil não possuía uma literatura autônoma, tendo em vista que era uma nação muito jovem, e para possuir uma literatura própria era preciso já ter se firmado há anos. Mesmo assim, Abreu e Lima defende o fato do povo brasileiro não ter produzido por ter se deixado levar por aqueles que “nos ditavam a lei”. É nesse contexto que ele destaca os escritores que produziram na fase colonial, pelo fato de pertencerem à literatura portuguesa e tirarem do Brasil o direito de ter sua própria expressão:

No entanto sem dependência imediata, sem contato moral, as ideias começam a desligar-se, e nós começamos também a receber a impressão deste clima, que exclusivamente nos pertence, e deste solo, que nos nutre e nos abriga. Sem os estorvos que o zelo indiscreto dos Portugueses nos punha sempre por diante, para impedir o rápido voo da nossa inteligência, devemos cuidar de reparar o tempo perdido, dando princípio à obra da nossa regeneração intelectual e preparando os elementos de uma literatura propriamente brasileira. (ABREU E LIMA, 1843a, p. 130)

Abreu e Lima havia amadurecido seu posicionamento com relação à capacidade intelectual, mostrando que só depois de vinte anos de emancipação é que o Brasil tinha começado a se desligar dos progenitores, e era hora de reparar o tempo perdido. Ele próprio vai destacar o fato de ter feito um livro de história, e, por conseguinte, estar contribuindo para a literatura. Depois disso, ele menciona para quem o livro se destinava – “para a mocidade Brasileira”. Nesse ponto, reiteramos a tese defendida por Mattos (2007), a de que o livro tinha uma proposta pedagógica e era voltado para o ensino.

5. As escritas do eu: o *Diário* e a *Carta* de Abreu e Lima

5.1 O *Diário*

O que Abreu e Lima produziu como diário corresponde a um documento que foi feito entre os anos de 1843 e 1845, momento em que o General passava por um período de transição entre o Rio de Janeiro e Pernambuco, chegando ao Recife em abril de 1844. O manuscrito foi doado ao IAHGP, juntamente com outros textos de Abreu e Lima. Depois de estar em posse do Instituto, um descendente do General fez uma cópia do original e levou-a consigo, não sabendo hoje onde se encontra esta primeira cópia. No entanto, ele teria deixado mais uma cópia no Instituto, que ficou sob responsabilidade de um de seus sócios.

Dita cópia, supostamente do manuscrito original, conferida pelo citado sócio do Instituto Arqueológico, foi entregue em mãos do Vice-presidente do Instituto Abreu e Lima, Fellipe de Andrade Abreu e Lima. De acordo com o sócio do IAHGP, o manuscrito se encontra fragmentado, e por este motivo não permitiu ter mais acesso ao documento. Como era muito importante para minha pesquisa fazer o resgate deste texto de Abreu e Lima, por se tratar de um dos poucos registros dele na tentativa de escrita do eu, por meio de Fellipe Abreu e Lima conseguimos uma cópia fac-símile para poder utilizar neste trabalho, tendo em vista que há um projeto em parceria entre o IAHGP e o IAL para publicar o texto na íntegra.

O diário está nomeado como *Diário Particular do General J. I. de Abreu e Lima*. Como não tivemos acesso ao original, acreditamos que este título foi dado por um dos copistas, além de não sabermos quando foi feita esta cópia que estamos usando, pois não há mais informações a respeito. O que nos foi passado pelo IAHGP era que se tratava de um diário íntimo, que não podia ser divulgado a qualquer pessoa. No entanto, em uma das pesquisas que realizamos no IAHGP, no ano de 2012, conhecemos um historiador que afirmou ter usado trechos do diário em sua tese sobre revoluções em Pernambuco, pois o documento contribuía para se conhecer melhor o contexto da época. Não podemos dizer que a tese existe, pois não obtivemos dados sobre ela, e o próprio autor não quis falar mais do assunto. Ao pesquisar em vários sítios na internet, não encontramos nada a respeito, e acreditamos que o referido pesquisador possa ter conseguido o documento com o primeiro copista, visto que por meio do IAHGP seria inviável obtê-la. Achamos importante ter feito esta ressalva, pois ainda não há documentado um trabalho crítico sobre o diário. Mesmo com todo este impasse que dificulta que a maioria dos estudiosos sobre Abreu e Lima tenham conhecimento do texto, dois de seus biógrafos, Chacon (1983) e Pinto (1983), apresentam um breve comentário crítico sobre o diário em seus livros, o que nos leva a assegurar que eles tiveram acesso privilegiado ao mesmo durante suas pesquisas no IAHGP.

Feitas estas observações, analisamos algumas das estratégias que Abreu e Lima utilizou no texto a partir dos trechos que selecionamos na transcrição, e oferecemos uma interpretação para o mesmo, pensando também, devidamente, na preservação de algumas informações que serão divulgadas futuramente, quando da publicação do diário por completo. O que levou Abreu e Lima a escrever este diário quando já se aproximava da idade de 50 anos?

De acordo com Lejeune (2014, p. 308), a prática do diário seria própria a temperamentos fracos ou personalidades perturbadas, mas o inverso também pode ocorrer, derrubando esse preconceito. No caso de Abreu e Lima, de fato, acreditamos que ele se aproxima de uma compleição perturbada, tendo em vista as complicações de saúde decorrentes da idade, que são

frequentemente referidas no texto, e devido ao excesso de informações podemos supor que isso era uma preocupação em sua vida: as doenças, como as dores de cabeça, a soltura do ventre ou o fato de ter amanhecido “com a cara muito inchada” (ABREU E LIMA, 1843d, p. 159), e os tratamentos, que começou a fazer com o uso de água fria para beber e banhar-se, o chamado método hidropático, e a tomar onça de sal ou o uso das pílulas de Meghin.

Por outro lado, escrever um diário é visto como prática anormal, de alguém que escreve sozinho uma coisa que ninguém vai ler (LEJEUNE, 2014, p. 299). Abreu e Lima não imaginou que na véspera de completar 150 anos de sua morte parte de seu diário estaria sendo aberta de modo público. Sabemos que são raras as pessoas que escrevem diário por longo tempo. Se Abreu e Lima escreveu como uma atividade passageira o certo é que ele nos legou um registro de uma fase de sua vida muito importante, do momento em que ele deixou seu nome nas discussões sobre a historiografia.

Se a prática do diário está correlacionada à solidão, e que se escreve porque nos sentimos sós, ao contar alguns anos de sua vida Abreu e Lima demonstra o contrário, pois destaca frequentemente o contato com os diferentes extratos sociais, o que nos faz concluir que um de seus princípios era saber valorizar as relações na sociedade. Contudo, também podemos inferir que este diário, além de ser “testemunho do indivíduo que escreve”, é também “testemunho do grupo ao qual pertence ou tenta se integrar” (HAROCHE-BOUZINAC, 2016, p. 25). A descrição do dia 21 de julho de 1843 é um bom exemplo de como ele procurava se relacionar com diferentes personalidades, que vai desde as visitas às casas de famílias, a companhia do amigo Gustavo, a relação que mantinha com um dos editores de alguns de seus livros, o Laemmert, até o contato direto com o Imperador:

À uma hora fui com o Laemmert a São Cristóvão e avisado o Imperador, veio logo falar-me e aceitou a minha [sic] Dedicatória da História do Brasil, e tratou-me muito bem. Dali voltamos e eu fui à câmara, onde falei com o Viana, e levei descendo [?] o Peixoto à casa, Jantei rua da cadeia. Falei com o Doutor Mendes na rua. Estive à noite casa do Gustavo com o Britinho e o Bôa e toda a família menos o Gustavo. Vim para casa às dez, mandaram-me um corte de casimira à casa. (ABREU E LIMA, 1843d, p. 151)

O diário de Abreu e Lima não foi feito para ser substituto ou concebido como obra, mas a partir do acesso direto aos seus bastidores foi possível entender alguns dos pormenores que estavam relacionados ao seu ato de escrever. Primeiramente, Abreu e Lima destaca os momentos em que se dedicava a escrever em reservada hora do dia (11/07/1843, 13/12/1843) ou o dia todo (31/07/1844); depois, a importância de ter um retorno do seu público leitor sobre suas obras (18/07/1843, 20/07/1843); seu papel como leitor, como no momento em que ele

estava no Rio e pediu que buscassem os jornais de Pernambuco para que ficasse atualizado nas informações (23/07/1843); seu ato de presentear um amigo com um exemplar de seu livro (27/07/1843); o tratamento aos documentos, como na vez que ganhou dois para serem usados no seu livro (09/08/1843); as relações com os editores, a exemplo do dia em que brigou com Laemmert para que retirasse seu nome da *História Universal* (10/08/1843); a elaboração de um projeto de tipografia (22/08/1843); o fato de ter pedido ao Imperador a proteção para suas obras literárias (26/08/1843); comenta sobre a crítica que circulou no *Jornal do Comércio* sobre sua *História* (30/08/1843); relembra o convite para participar de uma associação literária a qual se negou (06/09/1843); a disputa que teve sobre literatura (13/09/1843); sua função como jornalista, quando diz que estava escrevendo artigos para o *Diário Novo* (03/09/1844); comenta também sobre a escrita de algumas de suas obras, como a *Sinopse*, seu *Compêndio* e a *História Universal*; e dentre muitos outros episódios que demonstram a forte presença de Abreu e Lima em vários campos relacionados às letras no Brasil naquela época.

Além de tratar de sua personalidade como escritor, Abreu e Lima abordou outros assuntos como a crônica e a história social ou política do seu país. Abreu e Lima morreu, mas seu diário não. Podemos dizer que seu diário possui elementos que o classificam como um “diário verdadeiro” (LEJEUNE, 2014). Primeiramente, por se tratar de um texto não-narrativo se considerarmos começo, meio e fim. Este diário não tem um começo com uma apresentação pessoal, seu nome, título, pacto com o leitor, tudo feito pelo próprio autor, nem segue uma narrativa autobiográfica tradicional, que começa pelo nascimento do autor, seguido de sua formação, etc. Sua matéria descritiva começa e termina em um dia comum, sem ser premeditado. Ao entender o diário como uma escrita que se sobrepõe à morte (LEJEUNE, 2014, p. 311) por termos depositado nele a ideia de uma “escrita sem fim”, Abreu e Lima também não destacou que 31 de janeiro de 1845 seria o último dia que abriria seu diário para escrever, havendo simplesmente uma interrupção.

É um diário verdadeiro também pelo fato de ser redundante e repetitivo, até porque a vida é feita de atos e de atividades que se transformam em rotineiras, e em boa parte deste diário os acontecimentos são previsíveis, tendo em vista que foram citados em outros dias, como por exemplo, os jantares na Rua da Cadeia, as visitas às casas dos amigos, a companhia do Gustavo, a hora dedicada ao chá, e até as dores de cabeça. Juntamente com estes lances do cotidiano, Abreu e Lima, como autor-personagem-narrador, também traçou sua autobiografia fragmentária através da narrativa retrospectiva, e autodiegética, de como foi parte de sua história individual a cada dia.

Outro traço importante é a de ser um diário lacunar. O próprio estado de conservação deste manuscrito tornou-o lacunar, pelo fato de ter muitos trechos ilegíveis na cópia datiloscrita. De acordo com Lejeune (2014, p. 315), sabemos que um diário se define por um único traço: a datação. Apesar desses escritos de Abreu e Lima serem chamados algumas vezes equivocadamente de caderneta, pois caderneta é um “diário sem data” (LEJEUNE, 2014, p. 300), ele é bem datado, acompanhado, geralmente, do número cardinal referente ao dia, mas também há alguns dias em ordinal, e a oscilação pode ter sido tanto do autor como um problema da transcrição do copista, seguido dos dias da semana em espanhol, atitude que revela certa influência ou lembrança de suas andanças por terras hispânicas.

A primeira data do seu diário é primeiro de julho de 1843, e é precisa até o dia 8 de maio de 1844. Depois dessa data há uma lacuna no diário, revelando, provavelmente, que Abreu e Lima parou de escrever, só retornando a atividade no dia 5 de julho de 1844, e segue novamente precisa até 31 de janeiro de 1845. No entanto, também há uma lacuna no dia 18 de janeiro deste último ano, que não aparece sendo descrito entre os demais dias. A forma como Abreu e Lima utilizou a datação pode despertar no leitor a curiosidade em ler como foi aquele dia não só para ele, mas também pode nos oferecer uma ideia do contexto a partir das entradas, que revela “a autenticidade do momento” (LEJEUNE, 2014, p. 300).

Como registro da impressão de uma época, destacamos as menções que Abreu e Lima faz sobre alguns acontecimentos após citar a data, sobretudo aos aniversários, que vai desde a comemoração de um amigo até um feriado, como o aniversário da Maioridade (23/07/1843), o do amigo Peixoto (24/08/1843), o da Independência: “Hoje foi dia de grande gala, aniversário da Independência” (07/09/1843) (ABREU E LIMA, 1843d, p. 156), o 27º aniversário da morte de seu pai (29/03/1844), ou o seu próprio aniversário (06/04/1844), momento em que ele revela um traço de sua personalidade: “Cumpro hoje 50 anos, meio século, homem informal” (ABREU E LIMA, 1844, p. 161). No entanto, também há espaço para mencionar particularidades, que servem como dados históricos, como o registro do casamento do Imperador (04/09/1843), do casamento da Princesa Januária com o Príncipe Diniz (28/04/1844), a menção ao envio da carta com o *Compêndio* para o IHGB (08/09/1843), as informações do que acontecia em outras Províncias: “Desde sábado até hoje tem corrido a notícia de uma revolução em Pernambuco que dizem vieram por via da Bahia” (02/01/1844) (ABREU E LIMA, 1844, p. 159), a conversa com o irmão Luís, ou o dia em que teve ciência do parecer do Instituto Histórico (22/04/1844) acusando-o de plagiador:

Estive casa do Doutor Maia, que me fez jantar com ele, e deu-me a *Revista do Instituto*, onde vem um tremendo artigo de Varnhagen contra o meu *Compêndio da História do Brasil* e o parecer do Cônego Januário. Fui pedir ao Ramiro uma notícia da Bahia, e ficou de mandá-la pedir. Estive com o Bivar, e falei-lhe sobre impressões da *Sinopse*, e ficou de dar-me resposta em poucos dias, ajustei com o Nicolau a impressão da minha *Sinopse*. (ABREU E LIMA, 1844, p. 161)

Logo no dia seguinte, ficamos sabendo que ele foi ao Instituto devolver “por uma carta ao Secretário do Instituto” (ABREU E LIMA, 1844, p. 161) o seu “Diploma de Sócio honorário”, e ele mesmo tinha levado a carta, e entregou-a à “Irmã do Lagos”. Além disso, a partir de sua leitura também é possível conhecer mais sobre os costumes daquele tempo, como tomar chá, receber convites para bailes estrangeiros, ir ao teatro, com destaque para a menção à presença do Imperador, no dia 23 de janeiro de 1844: “O Imperador estava no teatro” (ABREU E LIMA, 1844, p. 160). Nesse sentido, o diário torna-se um meio de revisitar espaços, de conhecer mais dos personagens históricos, ou ainda de saber como estavam as condições climáticas em alguns dias, como em 12 de janeiro de 1844, em que ele diz, curiosamente, que “choveu muito pela noite, e houve grande tempestade, e dizem caíra um raio em casa de Tomaz Guido” (ABREU E LIMA, 1844, p. 160).

Abreu e Lima costumava fazer anotações no seu diário, relatando questões pessoais, momentos de viagens, que podiam ser utilizados como fragmentos de textos que escrevia. É possível sugerir que este *Diário* de Abreu e Lima tinha a finalidade de muitos dos elementos observados por Lejeune (2104, pp. 302-309): uma construção da memória, dando-lhe uma “identidade narrativa”, tornando a vida memorável, uma fixação do tempo passado, a “transmissão de algum alter ego”, um espaço para desabafo e análise de si mesmo, uma base que pode trazer coragem e apoio para aquela fase de sua vida, e também um local onde se deixa um vestígio, e, de fato, restou-nos um registro mais íntimo da escrita de si e do cotidiano de Abreu e Lima.

5.2 Entre Gerais

Após revisitar obras que abarcaram diferentes gêneros e temas, chegamos ao último texto da antologia, uma carta entre gerais. Trata-se da *Carta* que Abreu e Lima enviou ao General Páez, em setembro de 1868, por meio do Cônsul de Buenos Aires, que estava residindo no Recife. Ela foi resposta a outra que ele recebeu em 16 de julho do mesmo ano, quando da passagem de Páez pelo Rio de Janeiro a caminho de Buenos Aires. Como se trata de uma

resposta, deve-se marcar a data que foi recebida, neste caso, Abreu e Lima já menciona isso desde o primeiro parágrafo.

Na maioria das vezes não se escreve uma carta pensando em publicá-la, até mesmo pelo fato de que após ser remetida estará em poder do destinatário. Como não sabemos a intenção de Abreu e Lima, e mesmo que ele estivesse apenas pensando em responder o amigo, há uma preocupação em conservar a carta, expressa logo após a despedida, “porque desejo que esta carta não se perca” (ABREU E LIMA, 1868, p. 173), mostrando que este manuscrito tinha um imenso valor para ele.

A carta não se perdeu. Abreu e Lima faleceu no dia 08 de março de 1869, cinco meses depois de tê-la feito, e foi este um dos últimos trabalhos que escreveu. Não sabemos se a carta chegou ao seu destinatário, mas apenas a intenção de enviar teve tanto valor quanto sua realização efetiva (HAROCHE-BOUZINAC, 2016, p. 11). Nas biografias sobre Abreu e Lima não há menção de que Páez recebeu a carta, tampouco informa as vias da transmissão do manuscrito, mas acreditamos que ele tenha recebido a mesma pelo fato dela ter tido um respaldo imediato, atribuindo muito valor ao manuscrito, e a teria doado para que fosse publicada.

A carta foi primeiramente publicada em espanhol em *La Revista de Buenos Aires*⁵³, um mês após ser escrita, em outubro de 1868, seguida de um comentário de Florentino Gonzáles sobre a repercussão de Bolívar⁵⁴. No dia 23 de abril de 1873 saiu uma publicação da carta original em português e segundo o seu próprio manuscrito, pelo periódico nova-iorquino *O Novo Mundo*, em sua 31ª edição⁵⁵. Em 20 de maio de 1873 saiu uma versão no *Diário de Pernambuco*. Ela também foi editada em Caracas, no ano de 1877, no 1º volume do livro de Ramón Ázpuruá. Em 1982 foi publicada uma versão no *Dicionário de Pernambucanos Célebres*, de Pereira da Costa, e em 1983 no livro *Abreu e Lima – General de Bolívar*, de Vamireh Chacon. Uma versão em espanhol saiu recentemente publicada no site do Instituto Abreu e Lima, por Felipe de Andrade Abreu e Lima.

Abreu e Lima não imaginaria que sua carta seria publicada em suportes distintos e que também serviria de base para quem escrevesse sobre ele. Se ele desejava manter segredo sobre

⁵³*La Revista de Buenos Aires*. História Americana, Literária y Derecho. Año VI., nº 66. Tomo XVII. Buenos Aires, outubro de 1868. Pág. 162-171. “Dos guerreros de la Independencia de Colombia. El General Páez- El General Abreu y Lima” (sic).

⁵⁴A informação aparece no artigo *Abreu e Lima, Páez y la élite argentina*, de Ricardo Alberto Rivas, publicado no *Cuaderno del CISH* 4 e 2º semestre de 1998.

⁵⁵De acordo com Pereira da Costa (1982, p. 556) a carta teria sido primeiramente publicada neste periódico, desconhecendo a publicação que saiu em Buenos Aires. Pereira da Costa apenas cita o periódico e não informa sobre a publicação.

algum dos assuntos tratados, que só dizia respeito a ele e ao seu destinatário, a carta acabou sendo divulgada em diversos meios. Seus biógrafos citaram a carta e ressaltaram brevemente a importância dela, como Chacon e Pereira da Costa, além de outros estudiosos, como Gilberto Freyre, mas apenas foram feitas duas avaliações críticas, com informações incompletas, da carta como objeto de estudo⁵⁶. A primeira foi de Ricardo Alberto Rivas, em 1988, que no seu artigo “Abreu e Lima, Páez y la élite argentina” fez uma breve interpretação da carta retomando a publicação em *La Revista de Buenos Aires*. Rivas propôs uma leitura da carta a partir do contexto argentino acerca do posicionamento de Abreu e Lima sobre Bolívar e Santander. Para Rivas, os críticos argentinos não concordaram com a postura de Abreu e Lima no tocante ao General Santander. A outra interpretação da carta foi feita por Felipe Abreu e Lima, publicada juntamente com a transcrição no site do IAL. Ele fez uma contextualização da publicação da carta, situou as relações entre Abreu e Lima e Páez, além de destacar que a carta representou o “único parecer brasileiro conhecido sobre as guerras de independência da Grã-Colômbia”.

Quais as estratégias discursivas Abreu e Lima utilizou para tornar este manuscrito tão importante? Primeiramente, destacamos o emprego das partes mínimas que caracterizam o gênero, a indicação do destinatário (Exmo. Sr. General J. A. Páez) e a subscrição explícita (José Ignacio de Abreu e Lima). Além disso, há também outros elementos da carta: o local e data (Pernambuco, 18 de setembro de 1868), a saudação (“Meu querido general e amigo”), desenvolvimento do assunto, despedida (“Entretanto, aceite um abraço bem apertado. Do seu amigo, sincero e grato”), e a assinatura, que já foi mencionada anteriormente.

Este texto de Abreu e Lima pode ser classificado como “carta familiar” (HAROCHE-BOUZINAC, 2016, p. 39), destinado a um amigo, de forma respeitosa, e pensado na esperança de manter uma continuidade entre as relações: “De uma carta se espera, de modo muito diferente conforme a época, notícias da vida política ou pessoal, anedotas, relatos agradáveis, análises, reflexões, revelações sobre si, confidências, expressão de sentimentos”. (HAROCHE-BOUZINAC, 2016, p. 27)

Por meio da exposição das ideias e dos sentimentos, Abreu e Lima em sua carta tratou de notícias da vida política ou pessoal, de relatos agradáveis, reflexões, fez revelações sobre si e confidências para abordar um objetivo: a reconciliação com o amigo Páez, assunto presente logo no início do segundo parágrafo: “Há 43 anos que o não vejo, e separei-me de V. bem descontente” (ABREU E LIMA, 1868, p. 168). Ao longo da carta Abreu e Lima evidenciou a

⁵⁶Durante sua vida, Abreu e Lima escreveu diversas cartas, sobretudo, trocadas entre as personalidades políticas com quem se relacionou na época. Ainda não foi feito um estudo que englobe a produção epistolar de Abreu e Lima.

importância de afirmar este sentimento de separação (HAROCHE-BOUZINAC, 2016, p. 100), e de demonstrar o quanto sofreu na ausência do amigo: “o que eu sofri então, sabe V. melhor do que ninguém” (ABREU E LIMA, 1868, p. 168). Para isso, ele usa palavras que pertencem ao mesmo campo, que fazem parte da tentativa de reconciliação: “*intrigaram-me* com V. e quando supuseram que V. me havia *abandonado*” (ABREU E LIMA, 1868, p. 168), “*separei-me* de V.” (ABREU E LIMA, 1868, p. 168), “*lhe tomei* tão grande *amizade*” (ABREU E LIMA, 1868, p. 170), “Por que, pois, me *separaram* de V. os *intrigantes*?” (ABREU E LIMA, 1868, p. 170), “como diabo tiveram aqueles canalhas a habilidade de me *separarem* de V.?” (ABREU E LIMA, 1868, pp. 171-172) “e *separado* de V.” (ABREU E LIMA, 1868, p. 172).

A maior preocupação de Abreu e Lima durante o texto foi no tocante à separação de Páez, que aparece como destinatário ideal – forte e amigo –, sobretudo, abordando quais teriam sido as causas. José Antônio Páez (1790-1873) foi três vezes presidente da República Bolivariana da Venezuela, desde 1830, e foi General Chefe do Estado Nacional. Ele participou do movimento denominado *La Cusiata*, em 1826, que propôs a separação da Venezuela da Grã-Colômbia. Páez vai para Buenos Aires em 30 de maio de 1868 para fugir das revoluções e tentativas de golpes no contexto interno venezuelano. As relações com Abreu e Lima surgiram durante as batalhas de libertação dos diversos reinos do domínio espanhol na América, juntamente com Simón Bolívar, momento em que Páez estava numa escala superior, hierarquicamente, ao pernambucano. A proximidade entre os dois é relatada na carta.

Com relação a esta aproximação, podemos dizer que Abreu e Lima constrói seu discurso retoricamente, com o propósito de agradar, comover e convencer o destinatário: o epistológrafo escreve para agradar e ser amado, tem o desejo de ser reconhecido (HAROCHE-BOUZINAC, 2016, p. 179). Para agradar, Abreu e Lima trata seu destinatário com humildade e louvor para com um superior, já presente desde a saudação “meu querido general e amigo” (ABREU E LIMA, 1868, p. 168), afirmando que brigou em Bogotá com Santander por causa dele, mostrando que “estava pronto a dar a vida” (ABREU E LIMA, 1868, p. 172) por Páez. Mais adiante, confessa que teve uma calorosa disputa, novamente com Santander, para defendê-lo, que nutria tanta amizade por Páez que preferia “ser seu ajudante de campo a ser chefe do Estado Maior de Venezuela e Apure, ou a qualquer comando das armas” (ABREU E LIMA, 1868, p. 170). Abreu e Lima faz um grande elogio à Páez, considerando-o não como um chefe, mas como um pai, e que o adorava, aproximando-o de um deus.

E comover, Abreu e Lima consegue através da expressão dos sentimentos e das emoções, muitas vezes permeados pelo uso dos adjetivos: logo no primeiro parágrafo declara que a carta que recebeu foi “uma surpresa tão agradável” (ABREU E LIMA, 1868, p. 168),

ainda na mesma frase, saber que Páez não o esqueceu encheu-lhe de “prazer” e de “contentamento”, que separou-se de Páez “levando uma chaga no coração” (ABREU E LIMA, 1868, p. 168). Em seguida, Abreu e Lima afirma que deve sua carreira, os postos de tenente-coronel e de coronel à Páez, revelando-se mais uma vez submisso a ele. No final da carta, apelando para as lembranças, Abreu e Lima retoma a memória afirmando que conservava o relógio que ganhou de Páez, depois da Batalha de Carabobo, há 47 anos. Ele também relembra quando se despediu de Páez pela última vez, em Puerto Cabello. Com a finalidade de convencer, Abreu e Lima esclarece seus exemplos mostrando que agiu conforme o melhor caminho: ele confessa quem era Santander para explicar qual foi a causa da acusação de Páez ante o Senado, ao relembrar como prova de confiança que viveu no centro da família de Páez, a quem devia mil favores, assim como na despedida, em que se diz ser sincero: “Do seu amigo sincero e grato” (ABREU E LIMA, 1868, p. 173).

Além do uso destes elementos, esta carta também nos permite uma leitura de inclusão, projetando uma imagem do destinatário, onde é possível reconstruir sua identidade: “Consideram-se na pessoa a quem se escreve a situação física, do espírito, da fortuna, suas virtudes, suas riquezas, seu natural, seu estado, sua qualidade e seu nome; na essência, observam-se o sexo, a nação, o mérito e a pátria”. (JACOB *apud* HAROCHE-BOUZINAC, 2016, p. 84)⁵⁷.

Abreu e Lima considera no seu destinatário a situação física, expressando logo no primeiro parágrafo que o general estava vivo, pois ele achava que morrera em virtude de um terremoto em Cumaná, e retoma esta questão física no último parágrafo da carta, relembrando que Páez estava na idade de 79 anos com todo vigor “indo explorar uma empresa em terra estranha para viver” (ABREU E LIMA, 1868, p. 173); seu nome que é expresso na saudação (J. A. Páez), em outras passagens remete-se ao general Páez, e na maioria da carta trata-o como “V.”, que supomos ser Você, pela proximidade das relações de amizade; suas virtudes, como amigo leal; de sua fortuna, ao exibir as qualidades de Páez como exímio general, que tinha autoridade no assunto, e que estava sob suas ordens; suas riquezas, que mesmo sendo “um dos homens mais ricos de Colômbia” (ABREU E LIMA, 1868, p. 173), possuidor de “ricas propriedades em Ocumare, em Maracay (a famosa fazenda do Marquês de Casa León) no Apure, e na lagoa de Valência” (ABREU E LIMA, 1868, p. 173). A respeito da essência, retoma em vários momentos o envolvimento e as participações de Páez nas causas libertárias em prol da nação, e destaca no fim da carta a situação atual de Páez, rico e expatriado.

⁵⁷Não encontramos a referência da obra de Jacob (1646) citada por Haroche-Bouzinac.

Além de abordar assuntos como o da reconciliação, ou de nos projetar uma ideia da personalidade do destinatário, a carta também pode ser usada com finalidade histórica e biográfica. Como documento histórico, dá testemunho de uma pessoa individual (HAROCHE-BOUZINAC, 2016, p. 18). Nesse caso, por se tratar, primeiramente, da relação entre os generais citados, Abreu e Lima deu testemunho, em “recordações de meio século” (ABREU E LIMA, 1868, p. 173) das guerras de libertação junto ao exército de Simón Bolívar. A carta é um gênero dependente da história, dos fatores ligados ao contexto histórico, estrutura hierárquica das relações sociais, etc. (HAROCHE-BOUZINAC, 2016, p. 26). Sendo assim, a partir da leitura dessa carta foi possível conhecer mais sobre o contexto da época, da hierarquia que predominava entre os militares, sobretudo, no tratamento e respeito “entre generais”, além de permitir o entendimento das relações familiares nos círculos sociais, e de apresentar também a situação política do país:

Hoje, sou o primeiro a confessar que vamos muito mal; porém, não serei eu o que tome a menor parte na política do país – lá se avenham as facções – eu sou liberal do tempo antigo, e contento-me com as minhas ideias sem o desejo de propaganda. (ABREU E LIMA, 1868, p. 172)

Para explicar o motivo do Brasil estar passando por intempéries, Abreu e Lima olha para o passado projetando uma imagem para o futuro, ressaltando que poderia ter um país “hoje tão importante como os Estados Unidos” (ABREU E LIMA, 1868, p. 172). Ao retomar do passado a herança dos colonizadores portugueses, Abreu e Lima está implicitamente reafirmando um posicionamento que adotou em 1835, quando da publicação de seu *Bosquejo*, e que em 1868 encontrava-se tão atual, de que o Brasil tinha um atraso intelectual por ser descendente de portugueses. No entanto, ele não deixa de mencionar duas qualidades: a riqueza de “nossas cidades, o nosso comércio, a nossa riqueza territorial; e a nossa população” (ABREU E LIMA, 1868, p. 172), e personalidade – somos valentes – e, além de ter bons soldados.

Ao usar o contexto histórico como base de sua narrativa, chegamos à finalidade biográfica da carta. Como biografia, é válido mencionar que ela foi publicada nas *Biografías de Hombres Notables de Hispano-América*, de Ramón Ázpúrua, em 1877, além de ter sido difundida por seus biógrafos. Na verdade, trata-se de uma autobiografia, de uma “narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência quando focaliza sua história individual, em particular a história de sua personalidade” (LEJEUNE, 2014, p. 16). Como se trata de uma carta para um amigo militar, tendo como escopo um cenário de reconciliação, Abreu e Lima faz um testemunho de sua participação nas batalhas libertárias, tendo em vista que Páez também participou juntamente com ele de muitos dos acontecimentos

narrados, ou ainda podemos inferir que ele considera este período como um dos mais importantes de sua vida. A figura de Abreu e Lima é a matéria mais desenvolvida durante a carta. No entanto, a crônica e a história social ou política também ocupam um certo espaço na narrativa.

Como autobiografia, primeiramente destacamos a relação de identidade entre o autor, o narrador e o personagem. Abreu e Lima é o epistológrafo, o protagonista, e é também o narrador em primeira pessoa. Sabemos que uma das qualidades da carta é a brevidade, mas como se trata de uma carta de amizade, convida ao seu correspondente escrever mais extensamente (HAROCHE-BOUZINAC, 2016, p. 83). Era preciso de muitas páginas para rememorar meio século de vida. Diferente da postura que Abreu e Lima expressa quando se refere a Páez, ele é narcisista quando narra sobre si mesmo. Como o narcisismo é um recurso que deve ser evitado na escrita epistolar, acreditamos que o posicionamento de Abreu e Lima em tratar-se com superioridade e elogio é uma autoafirmação de que conseguiu vencer diante das dificuldades. Nesta carta são citadas apenas alguns dos obstáculos que enfrentou: refere-se implicitamente ao momento em que cumpriu pena por ter ferido fisicamente o jornalista Leocádio, por ter cometido “a loucura de acutillar o primeiro canalha que lhe provocou”; que foi “vítima da primeira revolução que se fizera no Brasil (1817) pela independência” (ABREU E LIMA, 1868, p. 169) do país, momento que seu pai fora fuzilado; relembra de uma batalha em que escapou mais morto do que vivo; pela funesta eventualidade que passou com a morte do amigo Bolívar; e que mesmo tendo nascido rico e estando pobre, conseguia viver “independente do governo e de todo o mundo” (ABREU E LIMA, 1868, p. 171), com um pequeno capital, que acumulou pelo seu trabalho.

Na retrospectiva de sua existência, Abreu e Lima não deixa de mencionar os principais acontecimentos de seus primeiros anos, que corresponde à sua formação: [...] pertencia a uma das mais distintas famílias deste país; que tinha nascido rico, que tinha tido uma educação de príncipe; que possuía vários títulos científicos, que tinha sido capitão de artilharia na idade de 18 anos [...] (ABREU E LIMA, 1868, p. 169).

Depois de sua formação no Brasil, integrou-se ao exército de Bolívar para lutar pelos povos hispano-americanos. Da imagem de personagem nas guerras, presente na narrativa, destacamos das qualidades que ele mesmo aponta no texto: “valente” (afirma que brigou por causa de Páez, que recebeu o título de guapo), “ilustre” (foi nomeado chefe do Estado Maior do Zulia, serviu na Colômbia com os mais distintos chefes, “com os mais distintos generais da América” e que prodigalizaram a ele os “mais subidos elogios”, em outro momento alude também a algumas das mais difíceis batalhas ao destacar que foi um “dos poucos de Vargas, de

Tópaga, dos Mollinos, e ultimamente, de Boyacá”, que usou seu título de “General com todas as honras inerentes”), “fiel” (gozava de intimidade não só junto a Páez, como também a Santander e a Bolívar). Além dessas virtudes, sobressai-se também o religioso e o patriota. Como religioso, em algumas passagens, ele diz que por obra do milagre escapou das dificuldades (da cadeia na Bahia, das piores batalhas), e no final da carta, entrega o amigo nas mãos de Deus, reafirmando uma postura cristã, que nos últimos anos de vida foi contestada⁵⁸: “Adeus meu querido General, Deus o acompanhe na sua empresa, e o faça feliz para gozar dos últimos anos de vida em paz” (ABREU E LIMA, 1868, p. 173). Como patriota, Abreu e Lima destaca que como não tinha pátria, adotou a Colômbia como casa, ressaltando a luta pelos povos, e que se orgulha de ser chamado como “um dos libertadores de Venezuela e dos da Nova Granada” (ABREU E LIMA, 1868, p. 170).

Outra faceta de Abreu e Lima que se destaca na carta é a de escritor, tanto pensando naquele que lê e sabe interpretar, assim como quem escreve. Abreu e Lima comenta que leu as *Memórias* de Santander e as *Memórias* e as *Máximas* de Páez. Sobre o que produziu, ele destaca os trabalhos pertinentes ao tempo em que estava por terras hispânicas, sobretudo, o *Resumen histórico de la última dictadura del Libertador Simón Bolívar*, além de boletins de batalhas:

[...] quando o General BOLÍVAR me encarregou, à vista de todos os seus documentos, que pôs à minha disposição, de escrever um esboço da sua vida pública para mandar ao ABADE de PRADT que acabava de defendê-lo na Europa de uma tremenda acusação de BENJAMIN CONSTANT. V. não faz ideia como o libertador me ficou agradecido por esse trabalho, e de que fez por mim antes de morrer. (ABREU E LIMA, 1868, p. 169)

Mesmo a carta tendo terminado, após a assinatura, Abreu e Lima volta a falar do seu lado como escritor, destacando que “tenho escrito e publicado várias obras no Brasil, das quais possuo um ou outro exemplar” (ABREU E LIMA, 1868, p. 173). Ele informa que encaminhou, juntamente com a carta, 2 exemplares para Páez, um da *Sinopse* dos fatos principais do Brasil, e o outro do *Socialismo*, e que ao conseguir um exemplar de sua *História do Brasil* também enviaria para ele. Abreu e Lima termina a carta dizendo que espera que Páez “acuse a sua recepção” (ABREU E LIMA, 1868, p. 173). Com essa postura, acreditamos que ele estava pensando também em um retorno, ou melhor, em uma avaliação de sua obra por parte de Páez. Geralmente, quando se comenta de obras na carta, e aprofunda-se a questão, espera-se no destinatário um exemplo de público futuro, já pensando em evitar críticas, em conhecer o gosto

⁵⁸Polêmica o “Bispo e o General”, mencionada anteriormente neste trabalho.

dos leitores (HAROCHE-BOUZINAC, 2016, p. 165), mas no caso de Abreu e Lima, como suas obras mencionadas já tinham sido publicadas há anos, era mais importante saber da opinião do amigo sobre o que escreveu.

6. Considerações finais

Diante de um quadro de autores ainda pouco explorados, que integraram o período oitocentista no Brasil, e que, por vezes, não são lembrados por suas contribuições, ou até mesmo não aparecem nos livros de ensino de Literatura, Abreu e Lima desponta como mais um desses “contestadores”, como assim o definiu Souza (2007, p. 51), por não fazer parte do “círculo de oficiais”.

Quando se trata de Abreu e Lima, geralmente, correlacionam o personagem histórico à sua atuação como general no exército libertário juntamente com Simón Bolívar. Todavia, elucidamos o seu papel como escritor público, que além de colaborar nas discussões historiográficas, apareceu nas primeiras histórias literárias, como na de Sílvio Romero e José Veríssimo, incluído na categoria oitocentista de “publicistas e oradores”, destacando-se, sobretudo, por sua produção como jornalista. No entanto, podemos inferir que a partir de Nelson Sodr e Alfredo Bosi as contribuições de Abreu e Lima começam a ser reavaliadas e seu nome a ser inserido na tradição da historiografia literária, sendo a avaliação feita por Roberto Acízelo de Souza (2014) a mais abrangente.

Ao refazer o caminho que percorreu Abreu e Lima para se consolidar como escritor público, escolhemos seis textos que apresentam três níveis de abordagem de seu objeto: o olhar autobiográfico, o olhar para o outro, e o olhar que se configura na literatura de uma nação. Podemos dizer que sua atividade como escritor público começou por terras hispânicas, a partir da incumbência em desenvolver o olhar para o outro, Bolívar. Com a recepção do *Resumen histórico*, ele ganhou visibilidade no exterior e mais confiança para redigir outros trabalhos. Com relação aos *Escritos* que seguiram o *Itinerário do Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*, tendo em vista que o texto só está sendo agora reunido à sua obra, não podíamos agregá-lo ao processo de consolidação da atividade de Abreu e Lima como escritor, mas destacamos a ênfase dada ao evento histórico para que ele não ficasse esquecido com o tempo. Apesar de Abreu e Lima retomar nas duas obras um contexto histórico particular, sobressai-se nos textos a aproximação com a biografia, gênero na fronteira da Literatura. Com Frei Caneca, Abreu e Lima espelhou o biografado ao herói revolucionário, demonstrando que sua individualidade e

modelo deveriam representar também a vontade de um povo. No caso de Bolívar, sua figura é vinculada ao do grande homem, mas que também atua semelhante ao herói, que luta pelo bem do povo do qual é porta-voz. Nos dois textos observamos a mudança no modelo do gênero, passando dos memoriáveis à representação da figura exemplar. Além disso, essas biografias não seguem o padrão convencional, em que a vida do biografado acompanha uma ordem cronológica desde o nascimento, mas Abreu e Lima optou por narrar um momento de suas vidas em que um dos objetivos era também o de registrar o evento histórico.

O período que Abreu e Lima retornou ao Brasil, depois do exílio, desenvolveu várias atividades nas letras, incluindo a participação nos debates historiográficos com suas obras, além das publicações jornalísticas. Observamos que sua fase no Rio de Janeiro permitiu-lhe estabilizar-se como escritor público, passando a enaltecer seus escritos como meio de luta, que poderia favorecê-lo integrando-o à posição que desejava no contexto político. Diante da possibilidade de se comunicar com o público, por meio das páginas do *Bosquejo* e do *Compêndio* ele ampliou seu posicionamento para configurar a literatura de uma nação. No primeiro, ele reitera o fato de que os brasileiros poderiam ter produzido mais e ter legado obras não só no campo da Literatura, mas também das outras ciências se tivessem feito bom proveito de sua capacidade intelectual. Posteriormente, no *Compêndio* amadureceu sua visão mostrando que anos depois da emancipação foi que o Brasil teria começado a reparar o tempo perdido e iniciar a sua própria Literatura.

Por fim, oferecemos uma leitura de dois escritos autobiográficos. Por meio do *Diário* de Abreu e Lima, pudemos ter uma compreensão do desempenho e formação de sua atividade como escritor, que incluía a dedicação em escrever, as avaliações críticas que fazia aos trabalhos da época, o processo de produção de suas obras ou ainda sua função como leitor. Quanto à carta-testemunho que escreveu ao General Páez, também podemos destacar seu papel como escritor, tanto pensando naquele que lê e sabe interpretar, assim como quem escreve. Na *Carta*, Abreu e Lima evidencia seus trabalhos pertinentes ao tempo em que estava por terras hispânicas, sobretudo, o *Resumen histórico de la última dictadura del Libertador Simón Bolívar*, além de boletins de batalhas, e reitera o fato de ter publicado várias obras no Brasil, citando a *Sinopse*, o *Socialismo*, e sua *História do Brasil*. Pudemos observar que nesta carta ele ressalta a importância em ter um retorno da recepção de sua obra, demonstrando que o escritor esperava juntamente por parte do público uma avaliação do que produziu. Ao desenvolver um relato autobiográfico no diário e na carta, Abreu e Lima retomou sua vida de forma fragmentária em um período específico, e enfatizou nas narrativas a relevância de integrar o momento histórico, assim como fez nos relatos biográficos para Frei Caneca e Bolívar. Compreendido

como um espaço de desabafo de si mesmo, em ambos os textos autobiográficos Abreu e Lima expressou sentimentos, confidências, fez revelações, e ao fixar o tempo passado estas narrativas serviram como registro da impressão de uma época a partir da testemunha do indivíduo que escreveu. Apesar de ter trabalhado com uma autobiografia que não segue o modelo tradicional, Abreu e Lima conservou muito dos elementos do gênero, sendo um deles a conservação da relação de identidade entre o autor, o narrador e o personagem, ou ainda a retrospectiva que fez de sua própria existência focalizando sua história individual, em particular a história de sua personalidade.

Dessa maneira, reconstruímos a trajetória de Abreu e Lima como escritor público, reiterando a importância de valorizar mais não só os estudos historiográficos no campo da literatura, mas também os textos de caráter biográfico e autobiográfico. Esperamos ter despertado o desejo dos leitores em aprofundar as abordagens sobre Abreu e Lima, incluindo também outras obras suas que integram diversas áreas do saber.

Referências bibliográficas

Bibliografia de Abreu e Lima:

ABREU E LIMA, J. I. de. *A Torre de Babel*. 25 de janeiro. Rio de Janeiro: Tipografia de Gueffier e C., 1833.

_____. *Bosquejo Histórico, Político e Literário do Império do Brasil, ou análise crítica do projeto do Dr. A. F. França. Seguida de outra análise do projeto do deputado Rafael de Carvalho sobre a separação da Igreja Brasileira da Santa sede apostólica*. Niterói, Tipografia Niterói do Rego e Companhia, 1835a.

_____. *Carta do General Abreu e Lima ao General Páez*. 1868.

_____. *Compêndio da História do Brasil (desde 1500 até o majestoso ato de coroação e sagração do Sr. D. Pedro II)*. Tomo I. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1843a. 1º edição.

_____. *Diário particular do General J. I. de Abreu e Lima*. 1843d.

_____. *Escritos*. Recife: IAHGP, 1824.

_____. *Resposta do general J. I. de Abreu e Lima ao Cônego Januário da Cunha (ou Análise do primeiro juízo de Francisco Adolfo de Varnhagen, acerca do Compêndio de História do Brasil, saído na Minerva Brasiliense, 1º t., p. 51 e na Revista do Instituto, 6º t., pp. 60-83)*, Pernambuco, 1844. Recife, Tipografia M. Faria.

_____. *Resumen histórico de la última ditadura del libertador Simón Bolívar, comprobada con documentos*. Rio de Janeiro: O NORTE, MCMXXII.

Bibliografia Geral:

BARBOSA, Januário da Cunha. *A rusga da Praia Grande, ou o quixotismo do general das massas*. (1831). Disponível na Biblioteca Brasileira, setor de Obras Raras, da USP.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliographico Brasileiro*. vol. 4. Rio de Janeiro: Conselho Federal da Cultura, 1970. p. 455-459.

BORDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: *L’illusion biographique*. Actes de la Recherche en Sciences Sociales (62/63): 69-72, juin, 1986.

BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. 33° ed. São Paulo: Cultrix, 1995.

_____. “Cultura”. In: *História do Brasil Nação: 1808-2010*. Direção Lilia Moritz Schwarcz Volume 2. A Construção Nacional 1830-1889. Coordenação José Murilo de Carvalho. Rio de Janeiro: Mapfre e Editora Objetiva, 2012.

BRUNI, Sérgio. *O mui desassossegado senhor general: A vida de José Inácio de Abreu e Lima*. Rio de Janeiro: FGV, 2010. 136p.

CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CANDIDO, Antônio. *Formação da Literatura Brasileira - Momentos decisivos*. 14° Edição. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2013.

_____. *Literatura e Sociedade: Estudos de Teoria e História Literária*. 12ª Edição Revista pelo autor. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006. 204 pág.

CANECA, Frei Joaquim do Amor Divino. *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. Organização e Introdução de Evaldo Cabral de Mello. São Paulo: Ed. 34, 2001.

CARVALHO, Alfredo de. “O General J. I. de Abreu e Lima”. In: *Almanach de Pernambuco*. Para o ano de 1903. Dr. Júlio Pires Ferreira (Diretor). 5° Ano. Recife: Escritório da Direção, 1902.

CARVALHO, José Murilo de. “História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura”. In: *Topoi*. Rio de Janeiro, nº 1, pp. 123-152. 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2000000100123. Acesso em 25 dez 2016.

_____. “As Marcas do Período”. In: *História do Brasil Nação: 1808-2010*. Direção Lilia Moritz Schwarcz. Volume 2. A Construção Nacional 1830-1889. Coordenação José Murilo de Carvalho. Rio de Janeiro: Mapfre e Editora Objetiva, 2012.

CHACON, Vamireh. *Abreu e Lima, General de Bolívar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. *Abreu e Lima, General de Bolívar*. Recife: CEPE, 2007.

_____. *Um herói Pan-americano: Abreu e Lima*. Revista Continente. Ano II. Nº 15/2003.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Dicionário biográfico de Pernambucanos célebres*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1982. Vol. XVI.

DIDEROT, Denis. *Enciclopédia, ou Dicionário razoado das ciências, das artes e dos ofícios*. Volume 2: O sistema dos conhecimentos/ Denis Diderot, Jean le Rond d'Alembert; organização Pedro Paulo Pimenta, Maria das Graças de Souza; tradução Pedro Paulo Pimenta, Maria das Graças de Souza, Luís Fernandes do Nascimento. – I. ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2015.

DOSSE, François. *O Desafio Biográfico: Escrever uma Vida*. Tradução Gilson César Cardoso de Souza. – 2º ed. – São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 13º ed. 1º reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FILHO, Andrade Lima; PEREIRA, Nilo. *O Bispo e o General*. Recife: Separata da Revista do Departamento Estadual de Cultura. Ano III – Nº 8 – Dezembro –, 1973.

GUIMARÃES, Argeu. *Um brasileiro na epopeia bolivariana (biografia do General Abreu e Lima)*. Recife: Empresa Graphico – Editora, 1926.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. Tradução de Maria da Penha Villalobos e Lólio Lourenço de Oliveira, revista e atualizada pelo autor. São Paulo: T. A. Queiroz: Ed. da Universidade de São Paulo, 1985.

HAROCHE-BOUZINAC, Geneviève. *Escritas epistolares*. Trad. Ligia Fonseca Ferreira. São Paulo: EDUSP, 2016.

IGLÉSIAS, Francisco. *Trajetória Política do Brasil: 1500-1964*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. 8º reimpressão.

LEJEUNE, Philippe. *O pacato autobiográfico: de Rousseau à Internet*. Trad. Jovita Maria Gerheim Noronha, Maria Inês Coimbra Guedes, 2ª Ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

MATTOS, Selma Rinaldi de. *Para formar os brasileiros. O Compêndio da história do Brasil de Abreu e Lima e a expansão para dentro do império do Brasil*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MAZIN, Angelo Diogo; STEDILE, Miguel Enrique. *Abreu e Lima: general das massas*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MEIRA, S. *O julgamento da história: O Bispo Cardoso Ayres e o General Abreu e Lima*. Rio de Janeiro: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Nº 151 (367):147-159, abr./jun., 1990.

MENEZES, Raimundo de. *Dicionário Literário Brasileiro*. Rio, Livros Técnicos e Científicos Editora, 1979.

MOURA, Luís Cláudio Rocha Henrique. *Abreu e Lima: uma leitura sobre o Brasil*. Dissertação (Mestrado). Instituto de Ciências Humanas – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

_____. *Ideias de Nação na Argentina, Brasil e Chile (1830-1860): Juan Bautista Alberdi, José Inácio de Abreu e Lima, Andrés Bello*. Tese (Doutorado). Instituto de Ciências Humanas – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

OLIVEIRA, Paulo Santos de. *O General das Massas: a epopeia do brasileiro Libertador das Américas*. 1º Edição. Recife: Nossa Livraria, 2012. 448p.

PAIM, Leandro Burgallo. *A Nação como possibilidade: imprensa e manuais didáticos na difusão da identidade nacional no Brasil oitocentista*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

PAIVA, Beatriz Costa. *Sangue latino: Um Herói Continental – vida e trajetória de Abreu e Lima*. Ipojuca: Prefeitura de Ipojuca, 2008.

PINTO, Estevão. *O General Abreu e Lima*. Ci. & Tróp. V. 11 n. 1. 1983.

QUINTAS, Amaro. *Amaro Quintas: O Historiador da Liberdade*. Edição Comemorativa do centenário do autor. 3º ed. Recife: CEPE, 2011. 455 pp.

ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*. 2º ed. Rio, H Garnier, Livreiro – Editor. 1903. Tomo Segundo.

RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. – (Coleção temas brasileiros).

SOBRINHO, Barbosa Lima. “Centenário da morte do General José Inácio de Abreu e Lima”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Volume 283. Abril-junho-1969. Departamento de Imprensa Nacional. Rio, 1970.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira. Seus fundamentos econômicos*. São Paulo, Cultura Brasileira, 1938; 5º ed. Civilização Brasileira, 1969.

SOUZA, Roberto Acízelo de. *Introdução à Historiografia da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007. 166 p. (Série Ponto de Partida).

_____. (Organizador). *Historiografia da Literatura Brasileira: textos fundadores (1825-1888)*, volume I/ Organização Roberto Acízelo de Souza. 1. ed. – Rio de Janeiro: Caetés, 2014. 584 p.

SPINA, Segismundo. *Introdução à Edótica: Crítica Textual*. 2º ed. rev. E atual. – São Paulo: Ars Poetica: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

VERÍSSIMO, José. *História da Literatura Brasileira*. Rio, Francisco Alves, 1916; 3º Ed. Rio, José Olympio, 1954. (5º Ed. 1969).

VIEIRA, Anco Márcio Tenório. *Entre Tupã e a cruz de malta – A autonomia literária e o conceito de literatura luso-brasileira no século XIX: 1800-1875*. Tese (Doutorado) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2002.

Site:

INSTITUTO ABREU E LIMA (www.institutoabreuelima.com.br)

Arquivos consultados:

Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE)

Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ)

Instituto Abreu e Lima (IAL)

Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP)

Liceu de Artes e Ofícios de Pernambuco

PARTE II- ANTOLOGIA

Nota Editorial

Utilizamos como método de transcrição a edição modernizada, e procurando manter parte das Normas Técnicas para Transcrição e Edição de Documentos Manuscritos (NTTEDM), regras previstas no Encontro Nacional de Normatização (realizado em São Paulo nos anos de 1990 e 1993, que teve como objetivo padronizar as atividades para documentação brasileira). Respeitamos o estilo original da obra, mantendo pontuações, palavras em itálico, e uso de maiúsculas e minúsculas. Trabalhamos para facilitar a leitura e retificar as falhas nos textos, e nesse quesito, alterando a ortografia quando necessária e desenvolvendo as abreviaturas, além de corrigir omissões e erros sem alterar o espírito da obra original. Quanto às notas, mantivemos as notas presentes no texto original em cada parte selecionada e não acrescentamos notas informativas, nem de análise nos textos transcritos.

Informações sobre alguns sinais utilizados⁵⁹:

I. **[sic]** = Aos enganos, omissões, repetições e truncamentos, que comprometam a compreensão do texto, recomenda-se o uso da palavra latina [sic] entre colchetes e grifada.

II. **Frei** = As abreviaturas não correntes deverão ser desenvolvidas com os acréscimos em grifo.

III. **[?]** = Quando a leitura paleográfica de uma palavra for duvidosa, colocar-se-á uma interrogação entre colchetes depois da mesma: [?]

IV. **po[dia]** = As palavras que se apresentam parcial ou totalmente ilegíveis, mas cujo sentido textual permita a sua reconstituição, serão impressas entre colchetes.

V. **ilegível** = As palavras ilegíveis para o transcritor serão indicadas com a palavra ilegível entre colchetes e grifada: [ilegível].

VI. **corroídas ± 6 linhas** = As linhas ou palavras danificadas por corrosão de tinta, umidade, rasgaduras ou corroídas por insetos ou animais serão indicadas, por exemplo, pela expressão corroído entre colchetes e grifada e com a menção aproximada de seu número: [corroídas ± 6 linhas].

VII. As notas de mão alheia serão transcritas em rodapé.

VIII. **L. Cintra** = As assinaturas em raso ou rubricas serão transcritas em grifo.

⁵⁹As informações sobre os sinais utilizados foram copiadas do artigo “As normas técnicas para transcrição e edição de documentos manuscritos e alguns fatos gráficos da história da escrita nelas normalizados”, de Roberto Jorge Chaves de Araújo, Universidade Estadual da Paraíba.

I – *Escritos* (1824) do General que seguiram o *Itinerário* (1824) que fez Frei Joaquim do Amor Divino Caneca

Trata-se dos *Escritos* que seguiram o *Itinerário* (1824) que fez Frei Joaquim do Amor Divino Caneca. O *Itinerário* do Frei encontra-se publicado pela Coleção Formadores do Brasil (1994), mas a parte dos *Escritos* ainda não teve publicação. Uma cópia manuscrita, que integra o *Itinerário* e os *Escritos*, supostamente, do original, encontra-se no IAHGP. Foi-me permitido fotografar o documento para uso na pesquisa do Mestrado que desenvolvi. Não se sabe quando o texto apócrifo foi manuscrito por Joaquim Pinto Lapa, a pedido de Domingos de Sampaio Ferraz. Domingos conferiu a dita cópia e a ofereceu ao IAHGP, em 1921, e integra parte do acervo de Abreu e Lima que está no Instituto.

Escrito pelo próprio Frei Caneca, até o momento em que saiu do oratório, para ser fuzilado (visto como não se encontrou um carrasco que obedecesse a ordem de enforcar) e continuado depois pelo General Abreu e Lima – cognominado o General das Massas.

Fiz esta declaração por ocasião de mandar reencadernar o mesmo – em novembro, 1897, Rio.

L. Cintra.

Domingos de Sampaio Ferraz.

[Transcrição da capa]⁶⁰

Copiado do original manuscrito por Joaquim Pinto Lapa, a pedido do Sr. Domingos de Sampaio Ferraz, possuidor de dito original, afim de oferecer dita cópia ao Instituto Arqueológico Etnográfico e Histórico de Pernambuco.

Joaquim Pinto Lapa.

Ao Instituto ofereço a presente cópia que foi por mim conferida. Recife em 22 de agosto de 1921.

Domingos de Sampaio Ferraz.

[Transcrição da contra-capa]

Até aqui escreveu o nosso Patrício de saudosa Memória Frei Joaquim do Amor Divino Caneca o seu Itinerário, e como seja útil saber-se dos acontecimentos, e resultado das sentenças da Comissão não só para com o mesmo meritíssimo Patrício mas ainda para os outros Presos, continua outro Escritor a narrar, como melhor possa essas catástrofes, com o interesse tão somente de que esta narração sirva de memória, e exemplo aos nossos presentes, e vindouros Patrícios, arrancando deste modo das tenebrosas garras do esquecimento que talvez confundisse as sepulturas destes caros penhores da Pátria.

Do dia 20 de Dezembro do mesmo ano de 1824 por diante depois de terem respondido à Comissão o Padre Mestre estava escrito Mestre Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, o Rangel, e o Agostinho foram tirados da horrorosa masmorra das cabeças, e conduzidos para os quartos de cima, da sala livre [sic], porém ficando trancados, incomunicáveis sempre, posto que em maior alívio por existirem com claridade, e mais desafogados; o que nos deixou em boa

⁶⁰ Manuscrito. (cópia). 1824.

disposição, de que não seriam sanguinárias as sentenças: entretanto ficaram os outros quatro persistindo na medonha masmorra.

Neste mesmo dia, foram passados do quarto do Oratório os presos, chamados de Estado Manuel Ferreira, José Joaquim de Alencastro, Francisco Antônio das Dores, Carlos Timbó, e outros para bordo do Navio Lord, que servem de Presiganga no Lameirão além da Barra: tratou-se logo de se escavar o do quarto, caía-lo, indício certo de que estava escrito, de que por ali se destinava novos moradores.

No dia 24 a repetidas instâncias e empenhos foi o Carneirinho passado para cima, e posto em um corredor, posto que incomunicável, porém passou já mais desafogado ficando sempre jazendo no infernal, tenebroso, e imundo calabouço os três presos, o Padre Meraz [?], José Maria Idelfonso, e o Padre Iguaci Bento.

Aqui é de notar [sic] que tendo José Maria Idelfonso alcançado tão bem um despacho para ser dali tirado, jamais pode conseguir, que o malvado Carcereiro Antônio Nunes Viana [Illegível] o houvesse de mudar porque [sic] não tinha falas enérgicas⁶¹, deste modo ficaram [sic] todos três padecendo o martírio por mais de vinte dias, depois de que foram passados para o seguro, e aí passaram tempo bastante, até que vieram para a sala livre.

No dia 25 tendo o malvado carcereiro já dado as ordens para o arranjo da Cadeia, e descendo a longa e enfadonha escada desta, que faz saída para a rua, lembrou-se de dar a última disposição que tinha, e gritando do pé da escada, estava escrito – e gritando do pé da escada para cima diz ao seu Soldado [?] o seguinte – se aqui vier o Alcaide, diga-lhe que se faz necessário três alvas, três covas, e três trinchetes, que essa é a ordem que tenho para lhe dar –. Ficava pois um dos três que já tinha respondido à Comissão em um quarto cuja janela da grade de ferro desta para o lado da escada principal, era este o Rangel, a cujas vozes fez este perder logo toda a esperança que podia ter de viver, e igualmente os seus dois companheiros da Comissão o Padre Mestre Frei Joaquim, e o Agostinho. Não cessava este malvado Carcereiro de mandar [?] a cada instante destas e de outras perseguições aos Presos denominados Jacobinos.

No dia dez de Janeiro depois do meio-dia foi inesperadamente tirado do quarto em que estava posto incomunicável o sempre Digno, Memorável sábio, Constante, e nunca assaz Louvado Patriota Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, para ouvir a sua sentença sanguinária,

⁶¹Falas enérgicas é linguagem na qual se expressou o 2º Carcereiro, quando ao José Maria Idelfonso, que já lhe tinha vindo o despacho para ser mudado, porém que era preciso fazer ao Nunes Carcereiro falas enérgicas, isto é, dar-lhe algum dinheiro: que podia chamar generosidade.

e horrorosíssima, que veio cobrir de leito os bons Pernambucanos, e marcar nos anais desta Província uma Época para sempre lamentável.

Este homem de século ouviu sem a menor perturbação a fatal [sic], e arbitrária sentença, que o destinava a sofrer a pena última, sem deixar de entre a leitura deste informe e execranda sentença fazer ver aos circunstantes as falsidades de algumas fracas, e aleivosas razões, que nela se apontavam como causal daquele bárbaro, e inumano proceder.

Foi imediatamente metido no Oratório onde sem jamais mostrar o menor sobressalto, antes ao contrário animado cada vez mais do espírito de Constância, e Fortaleza só própria dos Heróis, jamais cessou de fazer práticas sábias, e discursos os mais bem demonstrativos do injustíssimo proceder dos Tiranos contra o decoro, e dignidade das Nações, e Povos livres, especialmente contra os honrados Cidadãos, que procuravam esclarecer, e ilustrar os Povos nos deveres [sic] de libertar a sua Pátria do jugo férreo da opressão, e tirania, cujos sábios discursos não digo eram a constante conversa, com que entretinha o oficial assistente, e aos sentinelas, dizendo-lhes por muitas vezes, que eles que então serviam de apoio ao Déspota não tardariam muito a receber a ordinária recompensa com que esse ingrato costumava tratar desprezivelmente aos próprios, que serviam de sustentáculo de seus indignos caprichos. Nestes, e semelhantes discursos continuou pelo espaço de três dias, sempre mostrando a serenidade de seu semblante um ar alegre, e intermeando as conversas com algumas histórias divertidas.

E como lhe trouxessem um Religioso Franciscano, algum tanto estúpido, e outros que tais Manigrepos, e Barba [?] e Barbadinhos para lhe fazerem a costumada assistência Religiosa, e o confortarem com palavras devotas, ele com um ar de dignidade, e prudência os despediu dizendo-lhes, que lhes ficava sumamente agradecido ao seu religioso obséquio, porém, que por hora não precisava, digo, necessitava de instruções sobre uma matéria de que se achava assaz instrutivo. [Ilegível], e que quanto ao dever, que tinha a preencher da confissão, ele tinha com quem melhor mestre [?] confessar-se, que era o seu Provincial dos Carmelitas Turonenses, a cuja Religião pertencia, e que o mandaria chamar. Deste modo despediu a todos estes, e mandou então chamar o seu Provincial, o Padre Mestre Frei Carlos de São José, com o qual se confessou, e recebeu o Viático na manhã do dia 12. Não cessando jamais de discorrer, e conversar divertindo com a maior liberdade de espírito. De espírito como de antes até a hora de sair para o Patíbulo.

Neste mesmo dia ajuntou-se o cabido todo formado de Cruz alçada, e juntamente os religiosos de todas as diversas ordens para representarem a Comissão, que demorasse a execução sanguinária daquele Sacerdote até que viesse resposta de uma súplica que passavam a dirigir ao Imperador porém esta ação de humanidade religiosa, em vez de ser atendida, ou ao

menos recebida com a devida urbanidade a tão respeitável corporação, ao contrário, foi reputada por aqueles sangue-sedentos membros da Comissão, como um ato de rebelião, e por isso nem quiseram ao menos permitir, que lá entrasse o sobredito cabido mandando-se pelo Coronel salvador proibisse a entrada, e despedi-los da porta do Palácio: respondendo asperamente aos Cônegos, e Religiosos para se atreverem a obrar de semelhante maneira, que dava mostras de uma nova forma de rebelião.

Aconteceu neste mesmo dia na cadeia uma ação notável, pois que tendo-se elegido a um pardo preso por nome Agostinho Vieira para ir servir de Carrasco, este não só rejeitou com a maior constância dizendo, que jamais o fariam obrar semelhante ato de ser Algoz do Povo, mas até sofreu por isso o mais martirizante tratamento da parte dos Soldados, que o belo do Carcereiro fez entrar na enxovilha para o fazerem obrigar, porque estes deram-lhe com os coices das granadeiras sobre os peitos, que o deixaram por morto [ilegível], e o segundo preso sofreu tudo isso com a maior coragem, dizendo que o matassem muito [?] embora, que ele não ia por forma alguma servir de Carrasco em semelhante ato.

O mesmo aconteceu com dois pretos tão bem presos, que depois de tocados a coices de armas, e pauladas, e até postos em ferros, e levados à força para o pé do patíbulo, perseveraram constantes, em não quererem jamais servir de carrasco para enforcar Padre: o que deu ocasião de mudar-se a sentença de força para a fuzilação.

Na manhã do dia treze de janeiro de 1825: dia certamente de mágoa, luto, e pranto eterno, foi este grande Herói da Pátria a ser barbaramente fuzilado: tendo a coragem de estar ele mesmo a animar, e ensinar o Alcaide a como o deviam amarrar à coluna destinada para alvo dos fuzis. E querendo principiar a fazer uma última prática demonstrativa de seus patrióticos sentimentos liberais, foi ali interrompido pelo seu Provincial, o qual como Amigo, e Companheiro afetuoso lhe pediu que se calasse, o que fez cedendo as rogativas da estreitíssima Amizade, que consagrava ao seu Santo Padre Mestre.

Desta maneira acabou a golpes de fuzil um Sábio Patriota, um Varão Probo, e Virtuoso, um Herói Pernambucano, para quem Pernambuco eternamente derramará saudoso pranto. Neste dia não se viu no Recife chegar a varandas pessoa alguma, até as inocentes crianças prantearam a morte do justo, e reinaria nesse dia no Recife um total e pesaroso silêncio se não fosse a vozeria das Pusas, estava escrito das Pusas taverneiras que com gritos de alegria solenizaram o dia da ignominiosa morte de um Pernambucano que com os seus escritos, e erudição foi a causa muito principal de Pernambuco anuir a rude perda, e quebrar as vergonhosas cadeias do jugo lusitano, o que ainda hoje as Pusas sentem mortalmente, e sentirão enquanto existir o Reino de Portugal, e o Império do Brasil.

A execução findou-se pelas duas horas da tarde, e logo apareceram quatro frades Carmelitas Turonenses, que recolhendo as saudosas Relíquias do Religioso, e as foram sepultar no seu convento do Recife estava escrito, Recife. Imediatamente toldaram-se os céus de negras e medonhas nuvens, e houve tão grande trovoadas no Recife, que se encheram de horror todos os seus habitantes.

“Soneto”

Morres. Tinha seus dias consagrado
À prol da Pátria, à prol da Humanidade;
Satélite fiel da Liberdade,
Caro a Palas, das Musas embalado.

Marcando hora do globo e espaço dado,
Sábias lesões ditava a Mocidade,
Ora destro piloto em tempestade
Guiava afoito ao porto a Nau do Estado.

Deixa, Olinda, correr o triste pranto:
Por deste um sábio: as vistas se eclipsaram
Nesse dia fatal de chorar tanto.

Té [?] mesmo os insensíveis se abalaram,
O dia se vestiu de negro manto
Gemes Natura: os Polos trovejaram.

Daqui por diante se foram continuando as sanguinolentas execuções da tirânica e monstruosa Comissão.

No dia 20 de Janeiro seguiu-se a morte do Capitão de Guerrilhas, Lázaro de Souza Fontes, que foi enforcado.

E a 3 de fevereiro subiu ao Patíbulo com sentença Antônio Macário.

A 21 de março dia da Procissão dos Passos de Jesus Cristo pelas duas horas da tarde entrou para o oratório o Major de pretos Agostinho Bezerra Cavalcanti, homem igualmente digno de um pranto interminável, pelos seus heroicos sentimentos liberais, o qual sendo de alguma instrução, e vendo que alguns Religiosos, e clérigos corcundas o vinham confortar, despediu-se com urbanidade, e pediu que só queria para seu confessor, e assistente ao Padre

Mestre [sic] Provincial dos Carmelitas, com o qual se confessou, e recebeu, como Cristão o Viático, e subiu ao Patíbulo onde foi enforcado, fazendo uma enérgica e bem tocante fala, na qual mostrava comprazer-se por ter a morte dos Heróis da Pátria, e finalizou o seu discurso, rogando aos assistentes 3 Ave-Marias, uma pela Paixão de Cristo lhe recebesse sua alma no Paraíso, outra pelos seus Amigos, e a última pelos Mártires da Pátria.

É de notar, que este homem tinha salvado de serem incendiadas em um certo dia, as casas dos comerciantes europeus, contra quem a população estava escrito, a população se havia raivosamente enfurecido, e por cujo não pequeno rasgo de humanidade, a beneficência, todo o Comércio fez uma representação à Ilustríssima Majestade Imperador ao seu favor a mesma Comissão julgar tão digno de absolvição, que enviou a sua sentença recomendada a inata piedade do Imperador, e, este não só confirmou a sentença, mas ainda mandou que se não demorasse a sua execução pelo que sem se atender aos dias, que a Santa Religião consagra aos seus mais sagrados mistérios fez-se-lhe a execução na própria semana Santa.

No dia 12 de Abril foram fuzilados de uma só vez os três Heróis Liberais, o Capitão de Guerrilhas Antônio do Monte, o Capitão de Artilharia Nicolau Martins Pereira, e o Americano Inglês Jaimes Rodrgnes.

A coragem destes 3 homens foi admirada. Eles caminharam para o Patíbulo conversando alegres, como quem iam a um passeio de gosto, e fizeram no Patíbulo suas bacantes falas, excitando os Povos o Amor da Pátria, e aversão ao Despotismo. O terceiro destes antes de morrer desprezou a Seita de Calvino, e abraçou a de Jesus Cristo, batizou-se, e tomou o nome de Diogo, e recebeu todos os Sacramentos foi enfim Herói da Pátria, e da Religião.

Estes também tiveram sentenças recomendadas à vista piedade do Imperador, principalmente Nicolau, o qual tinha no Rio de Janeiro em 1822 salvado a vida do mesmo Imperador, na ocasião em que Jorge de Alvez resistia impugnando sair daquela Praça com a Tropa Lusitana, estava escrito lusitana.

A pago foi a confirmação de sua sentença de morte: estas execuções foram feitas depois de se ter publicado um chamado Decreto de Anistia de 7 de Março, e aqui promulgado em 2 de Abril. Aos 18 de maio ainda se fez a execução de morte de força de Francisco Antônio Fragoso, o qual posto que corajoso não subiu no Patíbulo senão enfraquecido, por ter tomado antes uma poção de veneno, que lhe provocava a vômitos, e o tornou enfermo, e sem forças.

Tal tem sido a lamentável catástrofe que aconteceu a tão famosos Heróis, tão dignos filhos da Pátria por se defenderem os direitos de sua Nação, e propugnarem pela Liberdade do Brasil, cujo Imperador mesmo constantemente os excitava a proclamar a sua completa Liberdade, recomendando-lhes por dever – Independência ou Morte – e movendo-os a

advogarem a causa da Nação Brasileira, ainda que fosse contra sua própria pessoa, e jurando solenemente consentir organizar-se uma Constituição Liberal à livre escolha dos Deputados da mesma Nação.

“Soneto”

Ó Frei da crueldade imagem nua,
Descarrega esse brado deixa armado;
Pois o estrago, e horror mais diz usado
Será quem o teu nome perpetua.

Não vês que a morte o mérito [?] gradua
Dos liberais, que tens assassinado,
E quão Templo da Memória celebrado
Saberá deles, e dessa imagem tua?

Neles exerce enfim toda a dureza
Escogeta [?] algum meio mais fatal,
Que possa preencher tua fereza!

Em vão, em vão te cansas desleal,
E sabe, para que arreio [?] da empresa [?];
Lua nasceu mil [?], se morre um liberal.
Fim.

FOTOGRAFIA 1

Legenda: foto da contra-capa do manuscrito, que inclui o *Itinerário* de Frei Caneca e os *Escritos* de Abreu e Lima.

Fonte: Fotografado por Tatiane Oliveira durante pesquisa realizada no IAHGP.

FOTOGRAFIA 2

não q.^a asentar por Pexid.^e apontando
 legítimas razões, estava escripto, legi-
 timas razões, de sua inababilidade, e de
 rebelar salvo se procuram confederar-se,
 e unir-se com outros Provincias limi-
 trofes p.^a parir instantente. os Imperadores
 q.^a cumpria a sua palavra, e puxando q.^a
 subindo ao Trono e leuente estava escripto
 dolosamente prestou de parmiter ao Povo
 Brasileiro, o fazer livremente p.^a mais de
 seus Representantes em Cortes / q.^a
 q.^a ele seu justa causa de o lido p.^a sua
 Constitucional interviem.^a liberal, e rebel-
 dia: salvo finalmente p.^a o lido se é
 ser rebelde e fugir p.^a evitar a morte,
 em com p.^a o lido de seu Exército, q.^a
 m.^a a p.^a Todo os lugares de baixo de
 v.^a e lido estandarte do Imperio dando
 pelo m.^a Imperador, pro clamando
 p.^a o lido e cortor nos os mais interiores
 sectores vivas ao m.^a Imperador
 Constitucional.
 Em o m.^a dia foram responder iguale.
 a camisa o Pangel, e o Pangel, e
 das suas res postas, e de fexas assa-
 gas, colige-se o m.^a do m.^a de sair
 com promissas, em sentença alguma,
 as m.^a de pena ult.^a, pois não
 existe e tal m.^a de crime de Re-
 belião de q.^a falsamente se che o q.^a
 § 33
 Atte a qui escripto a m.^a Patreio
 de sua dona Memória Sr. Joaquim

Legenda: foto do manuscrito, do momento em que continua outro escritor a narrar, Abreu e Lima.

Fonte: Fotografado por Tatiane Oliveira durante pesquisa realizada no IAHGP.

II – *Resumen histórico de la última dictadura del Libertador Simón Bolívar; comprobada con documentos* (1830)

(Transcrito e traduzido do espanhol para o português)

Disponível no acervo do site do IAL. Publicada como folhetos nos periódicos da época, entre os anos de 1828 e 1830, na Colômbia e na Europa. Sua primeira e única edição só saiu em 1922, uma parceria entre o Governo da Venezuela e o IAHGP, e em comemoração ao centenário da Independência do Brasil. Esta edição de 1922 está dividida em dois documentos. O primeiro agrega um prefácio organizado por Goulart de Andrade, e artigos escritos por Juan Zorrilla de San Martín, José Henrique Rodó e Diego Carbonell, que abordam, sobretudo, a imagem e a personalidade do Libertador. Além de falar de Bolívar, Carbonell também questiona a personalidade de Abreu e Lima e trata das razões que levaram este pernambucano a ser escolhido por Bolívar para escrever sua defesa. O segundo documento é o *Resumen* propriamente dito e as observações feitas por Abreu e Lima. A iniciativa em publicar o livro surgiu depois do governo de Venezuela conhecer melhor a vida e obra de Abreu e Lima, e compreender a importância dele como ponte entre o Brasil e Venezuela.

Um dos manuscritos originais encontra-se no IAHGP, e foi doado pelo próprio Abreu e Lima. É curioso mencionar que Moura destaca uma reedição do *Resumen histórico*, por iniciativa da Venezuela, no ano de 1983, feita pelo *Centro Abreu e Lima de Estudios Brasileños*, de Caracas (MOURA, 2006, pp. 16-17). No entanto, não há mais informações sobre esta reedição.

A transcrição feita na antologia é de uma edição fac-similar, publicada no site do IAL, em sua edição de 1922. A partir da transcrição foi realizada uma tradução do espanhol para o português.

Um gênio eminente e recomendável pela vasta extensão de ideias, que fez circular no imenso oceano político de ambos os mundos, atreveu-se a atacar a reputação do Libertador de Colômbia de um modo pouco digno da liberalidade de seus princípios. Esta produção, que poderia ficar esquecida, entre o bulício de muitas novidades, como as que ocupam atualmente a Europa, despertou no entanto, o amor da verdade, qualidade característica de outro gênio não menos fecundo em pensamentos brilhantes, e sempre feliz pela boa-fé de suas intenções. Se se fossem calcular os efeitos do ataque pela influência de seu autor, poderíamos dizer que sua mesma inconsideração foi a que produziu a vitoriosa defesa que tanto lisonjeia o reclamante; ela por si só destrói um milhão de erros; é uma luz que acende um fogo imenso; milhares de monumentos atestam a verdade, que ela contém, e milhares de bocas a repetem e propagam em outros tantos lugares diferentes. Cercam-nos, detratores, de vossos Satélites numerosos, por meio dos quais ela abrirá caminho, e os alcançará até em vossos retiros para deixá-los. E vós, Apóstolos da impostura, assalariados as mil bocas da calúnia, armado os mil braços do fanatismo político; a verdade, como a cabeça de Medusa, não tem mais que aparecer para petrificá-los. Tremendo; ela cai em raios de fogo para reduzir à cinzas vossas Persépolis. Contudo, nós devemos ao ilustre defensor do General Bolívar uma quantidade imensa de gratidão, que começaremos a pagar, proporcionando-lhe o gosto de possuir os documentos públicos, que caracterizam mais os atos de sua ditadura atual.

Nosso objetivo, então, se reduz a dar uma ideia sucinta do progresso do Libertador em sua carreira ditatorial, desde que pisou no infeliz território da República em 1826⁶² até a conclusão das nossas perturbações internas evidentes [?]. Este pequeno traço, livre de desculpas escolásticas e cheio de verdades simples irá todo comprovado com documentos retirados dos arquivos do governo, de modo que ninguém poderá revogar dúvida. Nós estamos muito distantes de tentar a defesa do Libertador; ela está feita, e é a seu ilustre defensor a quem somente tributaremos esta pequena mas sincera homenagem de reconhecimento e gratidão.

⁶²Como é claro a partir do texto, Abreu e Lima estuda a época menos bela da epopeia Bolivariana: aquela em que Páez reincide em seus instintos de bárbaro, e Bolívar aparece diante dos homens enrolado em um processo político que nunca deixou de ser uma afronta dirigida contra as verdadeiras ambições do Libertador: o ano de 26 é a época da “cosiata”, o ano em que Páez se “incha” quando não consegue que Bolívar atenda a medida política que os amigos de Páez esperavam da proposta ou carta apresentada por Antônio Leocadio Guzmán.

Digo que nunca deixou de ser uma afronta a “intenção” monárquica atribuída a Bolívar, porquanto nunca deixou de ser cesáreo o líder e fascinador.

O fato de querer para sua cabeça uma coroa nunca coube em suas ambições: Bolívar nunca foi Arlequim e sempre teve horror ao ridículo. – (*Nota do Doutor Carbonel*).

Sempre que na imaginação corre o sinistro quadro dos eventos que afligiram a Colômbia desde o ano de 1826 até a data, sempre que se apresenta novamente à memória o estado deplorável da República nos dias escuros da anarquia e da confusão mais terrível, gostaríamos de retroceder para apagar com o esquecimento a imagem desoladora de tantos males, mas a cada dia nós achamos indispensável esta lembrança; e apenas atenua, um pouco, sua pena o constante e incansável interesse que o General Bolívar tomou pela paz e o bem-estar de sua pátria. Os tumultos, a efervescência dos partidos, a animosidade com que se tem ofendido tantas vezes perversamente, a divergência de tantas ideias políticas, tais como as que se propagaram nestes últimos três anos; a intriga dos anarquistas, a sedução e traição de um povo vizinho unido em nossas agitações internas; a rebelião dos nossos companheiros, e a corrupção dos líderes do povo, foram pequenos esforços para sufocar seu grande patriotismo e motivos poderosos apenas para duplicar o seu intenso amor ao trabalho de sua criação.

Poucas vezes terão visto uma calma mais falaciosa, como a que existia na Colômbia antes do ano de 26. As pessoas mortas pelo peso da guerra e das exações; o Exército sempre em movimento; uma administração cheia de esperanças, e a perspectiva de uma ordem de coisas que prometia a estabilidade porque os homens ansiavam; foi o que encobriu por algum tempo os defeitos das instituições e o vazio das leis. A aparente tranquilidade da nação se parecia com o descanso de um Atleta, depois de uma grande batalha, para voltar a ela com mais vigor. As pessoas sofriam de uma paralisia enganosa, e ao recuperar suas forças perdidas, viu-se sem diques e sem cercas. Na ausência do Libertador aconteceu uma grande crise, mas não era o verdadeiro sintoma de saúde, e tal estado não poderia durar. Seja-se nossa ignorância colonial, ou então nossa inexperiência, nossos vícios e necessidades, ou seja-se a consequência de uma revolução terrível, cujos eventos colocaram sobre a cena personagens de diferentes personalidades; a verdade é que Colômbia se viu dividida no início do ano de 1826 em mil elementos discordantes. Um vulcão era toda a República e a cratera apareceu na cidade de Valência. Um orgulho mal-entendido pela existência efêmera de um código imperfeito excitou, e produziu, a primeira lava que banhou os Departamentos do norte.

Um ilustre General⁶³ foi chamado a responder por sua conduta perante o Senado, e Colômbia sabe que seu primeiro impulso foi a obediência; mas preparados os efeitos que outras causas produziram, a explosão era inevitável, sendo aquele o tempo mesmo sem intenção

⁶³O General Páez, Comandante Geral de Venezuela. Isto se escrevia em Setembro de 1829 antes de que este General houvesse manchado pela segunda vez com a escandalosa deserção de Novembro do mesmo ano, protegendo a separação de Venezuela, que depois se constituiu em um Estado separado. – (*Nota de Abreu e Lima.*)

deliberada. Desobedeceu portanto ao governo, e a este desobedecimento se seguiram os atos ilegais que reduziram nove Departamentos a uma situação bem crítica. Infelizmente tarde para os provocadores de muitos males, foi então que conheceram o poder efêmero de leis sem força e um acordo sem garantias. No frenesi das reformas, de novas aspirações e de interesses divergentes, cada Departamento se pronunciou por um objeto diferente; a Constituição era um escândalo, as leis o martírio dos povos, a administração um câncer destrutivo, e toda a República um caos. – “Colombianos apelamos a vosso testemunho!” Detratores! Nega a evidência dos fatos!! Era o General Bolívar acaso o que havia trazido a república para este fim? Não: ele estava ausente três anos antes destes acontecimentos; sua presença vivificava dois povos diferentes, que sua espada tirou-a da escravidão, e que seu gênio elevou-a à dignidade de nações independentes.

Foi nesta época calamitosa que desapareceram todos os princípios conservadores de ordem; não havia estado, não havia classe na sociedade que não faltasse aos seus juramentos; uns violando as leis, as outras usurpando os direitos de toda a comunidade; Foi pela primeira vez que a força armada deliberou contra os objetos de seu instituto; as províncias se dividiram em interesses, e o grito de cada uma era discordante; já um poder enérgico, já a divisão, já a abnegação da soberania, já o completo exercício da que pertence exclusivamente à nação; umas se declaravam contra a administração, outras apoiaram a ordem estabelecida; “um mesmo povo solicitava hoje a federação, amanhã uma concentração mais vigorosa: tal era, em suma, a divergência de opiniões que não havia probabilidade de compreendermos”, somente era uniforme o voto por mediação do General Bolívar.

Tão logo como desapareceu a força moral, ou seja, a opinião em que parecia estar cifrada a administração do Doutor [?] Presidente, todos os partidos recorreram ao Libertador; o General Santander foi um dos primeiros, que lhe apropriou sua causa e a causa da República, chamando-o como mediador entre ele e Páez; enquanto isso os partidos se incendiavam e encarniçavam, e de lado a lado se ganhavam novos prosélitos. Já eram irreconciliáveis quando o Libertador, pisando no território de Colômbia, oferece-lhes desde as margens do Guayas um beijo de paz⁶⁴; no entanto, todos cedem menos o partido de Bogotá. Os povos do Sul foram os que mais exageravam as pretensões, e apesar da firme resolução de todas as classes em manter a ordem alterada, apenas caminha em solo pátrio quando começam a acalmar os terrores, restabelece nos povos do trânsito até a Capital o regime constitucional, oferecendo em sua conduta o contraste mais honroso com o proceder dos povos que haviam-no transtornado; convém cargo

⁶⁴As notas indicadas por números pertencem ao General Abreu e Lima e estão no final do trabalho, como fossem escritas nos originais.

da administração; proíbe as juntas e as reuniões de militares, não autorizadas pelas leis; convida a todos a que se esqueçam das reclamações e das queixas, e com sua influência benéfica clareia o horizonte em Cundinamarca”.

No entanto, este não era mais que a calma da febre ardente da revolução; existiam os princípios destrutores que cultivavam devidamente no coração da República. Uma administração corrompida por ódios e rivalidades, o tesouro esgotado, a nação oprimida com o peso de uma dívida enorme, os ânimos alterados pelo choque de diferentes partes, e especialmente todo o espírito de localidade que tinha tomado em sua volta desde o dossel do Vice [?] Presidente até a cabana do camponês miserável, eram outros tantos obstáculos contra os quais tinha que lutar o Libertador. Colômbia foi um novo teatro para ele; todos esses princípios destrutivos se tinham criado em sua ausência; ele não conhecia mais que a aparência do mal, e a hipocrisia pode ocultar-lhe naqueles momentos nossa verdadeira situação; sem dúvida, não lhe era desconhecido que as fomes⁶⁵ da discórdia existia nos recintos da Capital. Deixando assim à generosidade dos homens o que devia ser consequência de sua influência e ainda de seu poder, isto é, esquecendo o passado, marchou, em seguida à Venezuela, onde a agitação já havia se tornado um caráter ameaçador; “onde por todas partes se projetavam o rancor e a discórdia, onde todo o útil estava paralisado”.

Deixemos partir o Libertador, e entretanto, corramos um pouco o véu à intriga da Capital. Sua ausência animou o partido que se acreditava sufocado, e foi então que a máscara caiu, apresentando-se os indivíduos como eram e não como pareciam. Novos ressentimentos se somaram às suas fortes queixas, e com estes dados se formou ao General Bolívar seu primeiro processo. Quem diria que depois dos expressivos protestos do General Santander se tinham de seguir as perseguições mais atrozes? Não eram suficientes os esforços do Libertador para restabelecer a união, nem seu desejo constante para curar as feridas da pátria, dando decretos sobre a fazenda arruinada, evitando gastos supérfluos, e contendo os abusos da imprensa, que tinham sido tão fatais à tranquilidade pública. Nada disso bastou para conter o ódio irreconciliável do partido do governo. Uma hidrofobia espantosa se tinha apoderado dos partidários, que desencadearam sua excitação misturando com apelidos o nome do Libertador. Santander nivelava-o consigo mesmo, e acreditava que assim como ele pertencia a um partido,

⁶⁵Significa “fome”. No texto, Abreu e Lima usa a palavra em português. (nota nossa)

que o General Bolívar devia pertencer a outro, e queria que fosse ao seu, que ele chamava dos *princípios*; mas à chegada do Libertador se desenganou de que este não pertenceria à nenhuma facção, e isto irritou mais seu rancor e seu despeito.

No entanto, tudo se acalmou naqueles momentos, quer dizer, enquanto a residência do Libertador em Bogotá; a opinião do partido do governo mudou, abandonando alguns as linhas do Vice-Presidente; mas os que antes estavam prontos à derramar seu sangue e fazer todos os tipos de sacrifícios para escarmentar à Páez, restituir a ordem alterada na Venezuela e restabelecer o império da *razão* e dos *princípios*, mudaram de sistema, opondo-se à toda medida neste sentido; então os rebeldes já eram seus irmãos, o castigo de Páez devia ser uma transação pelo corpo legislativo, e o império da Constituição restituído por obra do Espírito Santo; isso não é exagero. Deixemos ao mundo imparcial julgar se tais sentimentos e conduta devem atribuir-se aos *princípios* ou à paixão, à razão ou à loucura. Então, qual causa influenciou para que os partidários do General Santander fossem obstinados e fracos, teimosos e covardes? Outra mudança de opinião, ou melhor, o mesmo que se manifestasse em uma outra forma; os hábitos e noções facciosas que se mudaram para noções de política e de honra; fizeram-no acreditar que unindo-se todos seriam de um peso tão considerável, que qualquer grande evento poderia fazer inclinar a balança a seu lado, e que entretanto, o sofrer com coragem e por espírito de partido, fazia-lhes uma honra, de que poderiam lisonjear-se muito justamente. Deste modo continuaram fiéis às obrigações que os mais deles quiseram em seu interior nunca haver contraído, e padeciam por uns princípios, em cujo apoio ninguém quis expor-se à outro risco que o falar de traições e de tirania no meio das ruas.

Para isso o General Santander não empregou a autoridade do Governo, senão o artifício, que segundo Bacon, é a sabedoria esquerda e torcida; e nós diremos que é uma parte, bem que a mais baixa da sabedoria, de que unicamente uns se valem porque precisam das demais partes, e outros porque ela é tudo quanto se necessita dentro dos limites que foram predeterminados a suas ações, bastando-lhes para os fins que se propõem. Após esses meios, não muito honrosos para o General Santander, foram postos no chão, começaram a destruir a ordem existente das coisas, e a criar felizes e infelizes. O General Santander teve então a debilidade de alistar-se no partido, que ele mesmo havia criado e posto a sua frente. Aqui começaram as queixas; os abusos vieram à luz pública, e todo equívoco por parte do governo se reputou em um ato de intenção premeditada e má-fé; ultimamente o General Santander foi perseguido por seus amigos e inimigos. O governo deveria ter formado com a intriga e com o influxo oculto do suborno uma facção para opor-se à perseguição? Quando o Executivo e alguns de seus agentes andam a par nos delitos; quando tudo deve retirar-se de medo que por algum motivo imprevisto possa revelar

os planos ridículos da malícia, e expor-se à vista do público toda a vileza da administração, não há recurso, é preciso que se forme um partido desta classe porque somente tal partido pode cometer tão grande baixeza.

O que era imperdoável foi a aspereza com que esse partido estava filmando todos os extremos da República; no seu furor eles queriam viver asilados e separados de todos os povos que em seu conceito tinham solicitado reformas. Um dos facciosos de mais crédito dizia que os limites de Cundinamarca estavam assinalados, ou seja, o Táchira e o Zulia; Colômbia para eles era um nome que pouco significava; acreditavam-se impuros se chegassem a formar um corpo social como o que existia. Desde esse momento se formou o plano de federação e se estabeleceram as bases da divisão política que foi a grande tentativa desse mesmo partido na Convenção de Ocaña. Fácil seria manifestar com muitos exemplos, e em particular com o de unir em lugar de dividir e de governar pelos manejos dos partidos e facções, a grande diferença e ainda oposição que existe entre os interesses da ambição pessoal e do patriotismo verdadeiro. Os homens, portanto, à quem inflama aquela, e que não conhecem isto, declararam-se a favor da divisão, assim como se declaravam em favor da corrupção para confirmar a necessidade das divisões. Não existe necessidade desta espécie, porque parece tão absurdo dizer que devem fomentar-se as divisões populares porque não podia conseguir-se a união do povo, como afirmar que se deve jogar veneno em uma ferida porque não se pode curar. A prática da moral na vida privada jamais chegará à perfeição ideal, mas talvez por isso devemos abandonarmos a todo tipo de imoralidade?

Enquanto isso o Libertador seguia sua marcha imperturbável para os Departamentos do Norte. Em seu trânsito teve ocasião de examinar as necessidades dos povos, os extravios da administração e as leis vãs.

Ele viu por si mesmo que o decantado pacto de Cuenca era uma mesa para os réprobos e uma lâmina para a classe necessitada; que nem a Constituição nem as leis haviam melhorado o destino dos povos; que várias de suas concessões, em proveito de alguns desses mesmos povos que mais se distinguiram na luta pela liberdade, haviam sido suspensas sob o pretexto da muito mal entendida abolição de isenções e privilégios; como se alguma lei humana pudesse prejudicar em justiça aos que precisam da proteção do governo, e como se esse governo fosse só constituído para remover e não para reparar os males que ele mesmo tinha causado. Desde Bogotá à Maracaibo, que às vezes não exclamou o Libertador chorando os efeitos de sua ausência!! Que eloquente parecia a seus ouvidos o clamor dos povos por reformas eficazes!!! Foi então que, mais persuadido que nunca destas, livrou-se inteiramente a acalmar os sustos e a preencher os desejos de seus concidadãos.

Chega finalmente a Maracaibo e promete convocar a Grande Convenção que era o grito da maioria, quando já tinha estourado sobre as paredes de Puerto Cabello o canhão fratricida. Esta é sem dúvida a época mais calamitosa para o Libertador e o momento mais clássico de sua vida pública. Foi ali que ele implantou toda a força de seu gênio e que sua alma sofre a última prova do civismo mais apurado. Voa, no entanto, ao campo de onde se cobriam de ignomínia os membros de uma mesma família, “a pôr-se entre seus tiros e seus seios” e onde pela primeira vez se deu ao mundo o escândalo da guerra civil em Colômbia. O que encontra na Venezuela? Diferentes corpos de cavalaria na província do Apure tomando posições e obrando estrategicamente uma divisão situada em Puerto Cabello e outra sobre a capital de Barinas; Caracas ocupada por dois Esquadrões e o Ocidente cheio de tropas. Já o General Bermúdez tinha sofrido um revés e evitado outro com extrema prudência; novas facções de um caráter alarmante tinham sido criadas no Departamento de Maturín; dois líderes tinham sido assassinados e o povo estava dividido em duas metades, uma que oprimia e a outra oprimida; Caracas mesma, o berço do Libertador estava a ponto de sofrer um golpe de mão. O General Páez, que havia dirigido os primeiros movimentos, já não tinha o poder de conter seus extravios; um ambiente todo novo afogava-o pela heterogeneidade de suas moléculas; finalmente Venezuela era um Inferno, cheio de fúrias, vomitando a discórdia por cada uma de suas bocas. Vós, que desde vossos gabinetes pesais o mundo na balança do vosso quietismo; sim, vós, carecidos com a civilização europeia: venha às regiões quentes do Equador e aos países conquistados para a liberdade por um gênio que não pertence à era de nossa infância, e notareis a diferença que existe entre o cinza do velho mundo e a puberdade americana. Venha, e veja o infinito na cadeia de nossas paixões desenfreadas; vereis a natureza lutando com a razão para expulsá-la do peito, e os vórtices de Descartes vivamente representados pela multidão de nossos vícios, e de nossas necessidades. Ah! E como detereis o braço que serve de barragem aos nossos delírios!!!

Um novo raio de luz parte do gabinete de Puerto Cabello; é a voz de Bolívar que soa através das montanhas e penetra pelos ricos vales de Tacarigua. O Decreto de 1º de Janeiro de 1827, foi a salvação de Venezuela; o barco que levou ao porto seguro o desperdício dos partidos; a âncora prodigiosa que estancou a revolução; finalmente, o material precioso que soldou a cisão da República. Sim, Colômbia tinha desaparecido; Venezuela e Cundinamarca eram como dois atletas, que manejavam suas armas para despedaçar-se, e Bolívar as quebrou fazendo que se abraçassem. Pela segunda vez Colômbia aparece triunfante, e o gênio do mal algemado pela mesma mão que formou a redenção de Venezuela. Tudo cede à sua voz; ao império de seu influxo desaparecem as inimizades e se aplacam os ódios; tudo se esquece, tudo fica sepultado

entre seus braços, aqueles braços sempre prontos para estreitar de vez a amigos e a inimigos, a justos e a injustos, quando é por meio da felicidade comum. Foi então que “os gritos de uma alegria delirante encheram o coração da pátria”, mas não era o momento de triunfo da paz, porque foi escrito outra coisa nos livros do destino.

Em meio ao incêndio de Venezuela, quando os partidos feriam de morte o coração da pátria: quando por todos os lugares se anunciava o extermínio dos homens ilustres, e se acreditava na necessidade de um Exército para fazer impor a autoridade do Presidente, o General Bolívar agiu de forma diferente; ao passo que em sua previsão tudo estava calculado, ainda o último caso. Ele concebeu que talvez se veria obrigado, como Henrique 4º da França, à conquistar aos seus; mas neste caso, sendo vencedor, seria também como aquele grande Monarca o pai do povo. Ele tinha perseguido com as armas àqueles que se atrevessem a pegar em armas contra ele, mas assim os perseguiria de modo que melhor buscasse-os como a filhos rebeldes para corrigi-los, que como a inimigos irreconciliáveis para destruí-los. Outro sopraria a chama da guerra civil com uma severidade a que não tinha sido provocado; faria que fossem seus inimigos ferozes aqueles que, na melhor das hipóteses, eram indiferentes; e que o desafeto de outros passasse a ser uma rebelião declarada; e, quando houvesse triunfado de uma facção, que ele ajudara a formar, poderia atribuir voluntariamente este sucesso a um partido, a fim de ter este pretexto para continuar mandando pelo mesmo partido. Muito superior a Henrique 4º, o Libertador deixou as vantagens de fazer a guerra em vez de perder a oportunidade de promover a paz; ele perdoou antes, como perdoaria no calor da batalha, e foi tão condescendente, como o seria com o triunfo da vitória; finalmente, ele apagou com seu valor o fogo da guerra civil, e solenemente até as faíscas dela.

Se o General Bolívar fosse o ambicioso que se diz, haveria seguido aquela máxima de Maquiável, contida no capítulo 10 do livro 1º de seus discursos – “que um Príncipe ambicioso de fama deve querer tomar posse de um estado desorganizado e corrupto, não para consumir, mas para paralisar a obra da iniquidade, que outros começaram; não para completar a ruína, mas para evitá-la”. Mas, muito longe de pensar como aqueles ambiciosos, ele acredita que pode encontrar neste caminho a infâmia, o perigo e desassossego perpétuo; ele nunca se enganou por falsas noções do bem, e as falsas aparências da glória; ele conhece seus verdadeiros interesses, e o caminho que deve levá-lo, não só à fama, mas também à segurança e tranquilidade.

Neste estado “quando tudo o útil estava paralisado”, é que o Libertador compromete a regeneração de Venezuela sob um sistema adequado à seus hábitos, usos e necessidades. A administração mudou de mãos e de ordem; a agricultura, o comércio, a educação, tudo de instituição pública, desde a administração da Justiça até a baixa polícia, ocupou muito

particularmente sua atenção; finalmente no espaço de seis meses ele formou um código para Venezuela e organizou da melhor maneira possível os ramos de sua administração civil, econômica e militar. Enquanto isso se tinha reunido a legislatura em Bogotá no meio do conflito dos partidos. Já não restava outro recurso aos que tanto haviam soprado o chá da discórdia, mas exasperar aos povos ignorando seus votos; mas o Libertador, sabendo todo o peso desta cabala, havia oferecido convocar por si a Grande Convenção, e toda a intriga do General Santander não pode evitar este golpe. Inicia-se, pois, o Decreto: é objetado pelo Poder Executivo, e ainda, insiste-se em sua sanção; mas, restava ainda outra nascente [?] para tocar, e não se perdeu tempo. A pedra angular da anarquia foi colocada no Decreto regulamentar para as eleições.

Ainda não se tinha reunido o Congresso quando o Libertador, pelo órgão do Presidente do Senado, apresentou a demissão da primeira magistratura com que tinha sido investido por unanimidade de votos nas eleições do ano passado. Este único documento é a decantação de resíduos de sua sinceridade – “gemendo diz, entre as agonias de seus concidadãos e os julgamentos que o esperam na posteridade, considera sua cabeça cercada das suspeitas de uma usurpação tirânica que incomodam os corações colombianos; para tirar das garras da ambição e para livrar seus concidadãos de inquietudes, renuncia uma, mil, milhões de vezes a Presidência da República”. Esperar uma morte sombria no silêncio da casa da família, é tudo o que pede em troca de seus imensos sacrifícios.

O Libertador retorna à capital entre os sons de aplausos; todos nomeiam-no o pai da pátria e a âncora de salvação; por todas partes são ouvidos os gritos de uma alegria delirante; e são esquecidas mágoas passadas dos que tinham traído a confiança pública. Ele assume pela terceira vez a administração, e sem mais orientação do que a sua própria consciência e a felicidade dos seus concidadãos, traça através do poder os limites da imensa autorização com que tinha sido revestido pelo entusiasmo das pessoas. Este grande ato de liberalidade, que se deve confundir aos anarquistas, acendeu ao contrário sua ira, porque viram diminuir-se os motivos de suas supostas queixas; no entanto, eles mentem tranquilos apesar de suas consciências que picam-nos incessantemente. O General Bolívar, pelo contrário, aparece nu de todo o ressentimento, e com a franqueza que lhe é característica “não fala de liberdade, porque se começa à manter sua palavra, seríamos mais do que livres, seríamos respeitados”. Enquanto isso, nós nunca tivemos tantas garantias em Colômbia, e sem os acontecimentos desastrosos de 25 de Setembro do mesmo ano, tínhamos apresentado ao mundo a imagem mais inconcebível, de um *povo cheio de liberdade sob a palma da Ditadura*. Neste caso, assim como em muitos outros, pode acontecer que as coisas estranhas pesem por improváveis ou impossíveis; e como

nada pode ser mais incomum para um juiz como o General Bolívar, não será nada estranho, que os efeitos naturais e certos de seu comportamento pareçam a muitos improváveis ou impossíveis.

Enquanto que o Libertador livrava os povos da incerteza de seu governo, traçando as linhas de sua conduta; enquanto que todos alienados de alegria por este ato eminente de civismo, entregavam-se aos espetáculos recíprocos da felicidade futura; enquanto que criava os auxiliares de sua administração, e organizava os ramos que mais exigiam providências imediatas; o General Santander planejava com seus cúmplices, na escuridão de segretos conclaves, o extermínio da pátria com a vida de seu fundador. Eles já haviam sido autorizados a ver os sintomas da injusta agressão; cada ato público do General Santander foi um novo escândalo; falava-se de morte e de punhais como de meios honestos e não reprovados pelas leis; os excessos cresciam e os homens prudentes temiam muita sanidade no aumento desta insolente licença pela clemência com que o Libertador se manipulava com seus inimigos. Todos os dias recebia novas acusações, e sua alma pura, como a dos justos, ouvia tais relatórios como excesso de amor à sua pessoa; mas que lições recebeu em contraste com sua suavidade!!!

Aproxima-se finalmente o tempo em que a mão treme ao descrever o ataque mais iníquo daqueles cometidos nas idades do mundo conhecido. É chegada a hora do crime e os assassinos invadem a mansão do governo para cravar o punhal no coração do Chefe da República. “As tropas são atacadas à mão armada à quem foi confiada a guarda da ordem e do governo, e o palácio deste convertido em teatro mortal”. Quem tem assim encorajado aos maus a realizar tão horríveis atentados? A indulgência com que o governo tinha até então querido caracterizar todas suas medidas”. Para ser justos devemos confessar que há muitos culpados neste crime, mas se fossem sérios, não iríamos encontrar outro diferente do Libertador, sim: ele mesmo tem provocado por sua bondade a mão que não devia existir na liberdade desde que traiu sua posição, corrompeu a nação, esgotou seus tesouros, alimentou a indisciplina e chamou por final o estrangeiro para escravizar a sua pátria em meio ao frenesi de sua própria ambição.

Colômbia teve a felicidade, no entanto, preservada de sua ruína irremediável, tendo escapado milagrosamente o Libertador do furor com que foi ameaçada sua vida. Evitados os agressores, não sem vítimas por ambos os lados, foi atingido quando da apreensão de alguns cúmplices. Ao momento da voz pública, e os gritos dos rebeldes na fúria de seu ataque, denunciaram os autores de tão enorme delito. O General Padilla, a quem depois do horrível atentado de Cartagena, tratava-o com olhares até o ponto de alargar um processo que não devia durar mais de 15 dias, foi primeiro que com sua própria mão feriu mortalmente o General Bolívar, e escalando a parede do Principal chegou ao Palácio, onde foi colocado à cabeça dos

rebeldes. Os vivas repetidos dos rebeldes aos Generais Santander e Padilla colocaram de plano toda a intriga e toda a perfídia dos dois líderes, que, ao restaurar-se a ordem, tiveram que sofrer a pena de Talião, se o ataque tivesse sido perpetuado contra outro que não fosse o General Bolívar.

Até então ele não tinha derramado uma única gota de sangue na Colômbia sob sua administração; os desordeiros de Cartagena foram apenas presos, e por todas partes não se ouvia um só gemido que indicasse a viuvez nem a orfandade pelos efeitos de seu poder. O Libertador foi um verdadeiro pai, e até então não havia deserdado a ninguém dos direitos que tinha cada colombiano sobre seu coração; ele via seus extravios como erros transitórios, e sua prudência ia mitigando a tempestade, quando esta explodiu sobre sua cabeça. Quem diria que a punição mais exemplar não devesse seguir-se ao ataque? O corpo de delito foi vaporizando com o sangue das vítimas, e os infratores identificados por sua própria audácia. No entanto, não são repassadas as fórmulas nem as leis, e todos são levados a um Tribunal, que devia pronunciar-se sobre os fatos e uma lei preexistente. Alguns dos agressores sofrem a penalidade de sua traição, mas os mais inteligentes se escondem sob as fórmulas para escapar da punição. Finalmente evidenciam-se as provas e o Tribunal condena o primeiro líder; e, quando Colômbia aguardava ansiosamente a revanche de sua dignidade ultrajada, o Libertador perdoa, como se fosse unicamente o ofendido. Onde estão, portanto, esses andaimes que servem como medidas para entronizar o despotismo? De onde são estas manchas de sangue que mancham o brilho de sua ditadura? Pelo contrário, estes monumentos de honra desaparecem à vista de seus atos, e o caminho da glória se abre através de sua generosidade. É perdoadando que ele dá ao mundo um grande exemplo, é esquecendo os insultos que ele sobe ao topo do poder supremo, é finalmente gratificando em vez de punir, que ele aumenta o número de seus detratores, porque a ingratidão tem sido sempre na democracia o prêmio dos grandes cidadãos.

Em meio à agitação mais violenta, entre o dever de punir por justiça pública e o desejo de perdoar pelas sugestões de seu coração, comuta todas as penas e dá um decreto perdoadando a todos aqueles que tomaram parte nos eventos anteriores. Limpa a Capital do aparelho da morte; faz marchar a seus destinos os vencedores, e retorna para o compromisso assumido com a pátria para aliviá-la de seus problemas. Ah! E que outra prova restava-lhe ainda à sua combatida constância!!! Dois coronéis, um deles membro da grande Convenção, e o outro devedor especialmente ao Libertador de imensos benefícios, levantam a bandeira da rebelião em Cauca, por prêmio de sua incredulidade. Ambos haviam sido relatados e a declaração do Doutor Muñoz como conspiradores, e tudo o que aconteceu depois, minuciosamente detalhado pelo mesmo Muñoz como resultado da combinação feita em Ocaña, para rasgar pela força os membros de

Colômbia, que resistiram ao ataque da intriga. As tropas do governo foram derrotadas em todas as direções, desconhecida a autoridade do Libertador, perseguidos os melhores cidadãos e entronizada a anarquia e a guerra civil, pelos agentes daquele mesmo líder, que acabara de receber a vida por prêmio da morte que estava dando à República.

Neste estado chega ao Sul o Libertador, quando o inimigo não deu nenhuma esperança de uma honrosa acomodação; já se tinham esgotados os meios da persuasão mais amigável e da reconciliação mais fraternal, tudo era em vão, e não tinha nenhum critério senão o das armas. No entanto, ele tenta novamente os meios rejeitados, e faz novas ofertas ao inimigo, que ignora pela segunda vez o grito da paz. A guerra era então forçada, e as operações continuaram, entretanto a estação permitiu estreitar o inimigo, cuja inevitável destruição devia pesar apenas sobre seu líder. No entanto, já não era mais possível ao General Lamar esconder por muito tempo seus pontos de vista ao povo peruano; os mesmos a quem ele fascinou por alguns meses tinham perdido a esperança de encontrar naquele chefe as qualidades de que ele acreditava ter; embora muitos tivessem o ódio contra a Colômbia, eles nunca tinham empreendido uma guerra, cujo resultado não poderia ser feliz sem os eventos que o General Lamar prometia, e por meio de seus parentes e amigos em Guayaquil, ou já pelos mesmos desnaturados Colombianos, que se propuseram a acabar com a sua pátria por ignóbeis ressentimentos. Sabendo os Peruanos a falsa posição em que tinha-os colocado aquele Chefe, voltaram-se sobre si e cortaram de um acerto a cabeça da hidra infernal que tinha-os enganado. Esse novo distúrbio impediu muitos males.

Separado finalmente Lamar da Presidência do Exército e do Peru, aconteceu, como esperado, à crise violenta outra crise de esperanças; mas, quando esses eventos deviam aumentar as nossas, muito mais pela próxima chegada ao Pacífico de forças marítimas superiores às do inimigo, aproveitou-se o Libertador desta turbulência, não para tirar vantagem da guerra, mas para promover a paz; não para provocar novos ódios e novos ressentimentos, mas para amortecer os já revertidos e fazer reviver a calma e a tranquilidade, que tinham desaparecido por atos repetidos de abominação. De fato, envia à Lima um Assessor para felicitar ao Chefe Supremo provisório, e um Emissário à sede do Exército do Peru criada em Piura, a fim de negociar um armistício até obter respostas decisivas sobre a continuação da guerra, ou até celebrar a paz. Enquanto isso recebeu do General Gamarra, sucessor de Lamar no comando do Exército, um convite para suspender as hostilidades à consequência de ordem expressa do governo provisório do Peru. “Desde então começou a raiar a madrugada de 22 de Setembro, dia de paz e de glória para dois povos irmãos, em origem, em sangue e em interesse”.

Já se acreditavam dissipadas as lembranças sinistras das diferenças levantadas pelo intruso Chefe peruano, quando o tratado de armistício realizado em Piura pode renovar as feridas de Colômbia, que ainda derramavam sangue. Certamente não teria obtido a ratificação do Libertador, “tendo sido resolvido a dar paz a ambas Repúblicas, e a se afogar em um oceano de generoso desapego e de amizade perfeita os ressentimentos nacionais, as fúrias do amor próprio, o sangue, enfim, das vítimas imoladas pelo orgulho mais tolo”. Ratificado pois o armistício, cessaram as hostilidades: o Departamento de Guayaquil foi evacuado pelas armas peruanas: nossas costas atravessaram o comércio; e o Libertador se ocupou em cultivar as relações políticas entre ambos governos.

A Nação Peruana saiu sem dúvida da mais abjeta pressão, quando volta a si ouviu os gritos de sua própria consciência. Um governo puramente nacional não podia ignorar ao voto geral pronunciado pela paz, e pela injustiça da guerra, rompidos os laços que acorrentavam a opinião, pronunciou-se de um modo positivo sobre as razões de uma luta que não era nacional; Colômbia foi vindicada e o Libertador recebeu do Chefe do Governo provisório os testemunhos mais honrosos enquanto a pureza de suas intenções. “A Paz era o instinto de ambas as nações, e antes de comprometer suas diferenças o governo do Peru correspondeu de modo mais solene às demonstrações de amizade com que o Libertador acabava de convidá-lo. Chegaram a desaparecer até os descontentamentos e antipatias que engendra a mesma revolução”.

Considerados os interesses, a paz era a melhor garantia para nossas diferenças; mas a guerra tinha rasgado o acordo existente, e foi necessário lançar os alicerces de novos tratados. Na verdade foi celebrado um tratado, em que apenas se consultaram os princípios conservadores da paz, como testemunho irrefutável de que nem o Libertador, nem Colômbia nunca quiseram diminuir a boa vontade do chicote da guerra sobre seus irmãos. Colômbia desistiu generosamente dos dois grandes pontos, que poderiam excitar a discórdia entre povos adjacentes e envolvidos nas negociações fiscais; ela não insistiu em incorporar à seu território o que correspondia-lhe por antiga possessão, e apresentou a satisfação de sua dúvida à boa-fé do povo peruano; ultimamente “o tratado pode ser considerado como o monumento erguido para a tranquilidade de dois povos soberanos e independentes”. Ao ratificá-lo, o Libertador inundou-se da alegria mais pura que nenhum mortal foi capaz de experimentar: selou a paz perpétua entre Colômbia e o Peru, abriu a ambas Repúblicas os caminhos da prosperidade: preencheu seus votos; e correspondeu à ilimitada confiança com que a nação honrou-lhe a ordem de seus destinos.

Pode provar por alguns momentos as alegrias da paz o pérfido comportamento de um General valente, que no meio da próspera fortuna cavou o abismo de seus dias. Antioquia foi o

teatro de sua imprudente loucura: uma única batalha decidiu seu destino, legando à sua família a desolação e o pranto, e ao Libertador uma nova vitória, confessando-se ao morrer culpável de traição e de ingratidão. Seu irmão, devedor ao mesmo tempo de imensos benefícios, e cúmplice do mesmo crime que levava muitas vítimas inocentes, recebeu das mãos do Libertador a redenção de sua culpa pelo prêmio de sua deslealdade; e a Província de Antioquia, novamente agradecida, expressa os sentimentos da vergonha e da confusão, que é consequente a novos benefícios após a ingratidão.

A deserção do General Córdova colocou em movimento muitos corpos do Exército do Sul: a paz com o Peru fazia desnecessária o que estava reunido nos Departamentos meridionais, e o Libertador deu ordem para voltar ao Norte uma parte daquela força, reduzindo o resto a simples acessórios; entretanto tentou metodizar sua administração; e houve regulamentos para proteger as dilapidações de seus fundos, e para aumentar um sistema de contabilidade. Mas, ao chegar à Quito, o Libertador observou que o quadro que apresentavam as províncias do Sul foi a mais lamentável; a guerra tinha feito desaparecer até o miserável sistema de rendas que existia anteriormente; as leis e decretos da República tinham caído em desuso, e teve de aplicar determinadas medidas contra os males conhecidos. O Libertador criou pelo seu Decreto de 17 de Abril um conselho Provisório Distrital, composto de Deputados para os três Departamentos do Sul, para que em uso de Direito de petição, propusesse ao governo as reformas consideradas adequadas. Consequentemente houve várias resoluções, a favor das quais melhorou muito o destino daqueles povos.

Alcançados os grandes propósitos de conciliar os Colombianos uns aos outros e com os estrangeiros, que têm sido as vistas cordiais do Libertador em 1829; provocada a nação para lançar seus sentimentos políticos e para expressar sua vontade soberana, restava-lhe reunir e instalar o Congresso que devia constituir a Colômbia sobre as únicas bases capazes de assegurar a felicidade das nações: paz, ordem e liberdade. A dignidade nacional exigia por este tempo que chegasse à Capital para presidir a instalação da assembleia; um nobre pressentimento encorajou-o a dar antes um passo que lhe honrará eternamente⁶⁶. Gostaríamos de apresentar ao mundo a bela imagem de um coração desinteressado, de uma alma sem ambição, mas ainda não é chegado o tempo, em que se possa disfarçar este mistério⁶⁷, sem que por seu desenlace se

⁶⁶Ao retornar do Sul o Libertador, ele soube positivamente em Popayán que o Conselho de Ministros trabalhavam um plano de Constituição, em que se lançavam as bases da anarquia, com o objetivo de oferecê-lo ao Congresso em nome do Governo, para sua aprovação ou rejeição.

⁶⁷O Libertador não pode conter a indignação ao ver que se abusava assim de sua ausência para um passo que ele acreditava atentatório à soberania nacional, e imediatamente comunicou ao Conselho, desaprovando sua conduta e proibindo qualquer ato que ultrapassasse o objetivo de seu instituto. Este causou finalmente a dissolução do

afete a delicadeza de alguns homens, a quem não é justo desprezar. Em tais circunstâncias, o Libertador sucedeu na sua resolução final, até que os votos do Conselho de Ministros e de quase todos os Representantes viessem à Capital e presidisse o maior ato da instalação do Congresso.

Não era em meio da calma que se ia lançar as bases da tranquilidade pública; a ata de Caracas havia dispersado os elementos de estabilidade futura. No entanto, o Libertador não desmaia, instala o Congresso, dirige-lhe uma bela mensagem, cheia de luzes e de experiência; ataca pela raiz os vícios da sociedade e pede instituições adequadas à dignidade do gênero humano e compatível com a natureza e caráter dos governados: solicita instituições que dão respeitabilidade e força ao governo e garantias positivas aos cidadãos. Não podem esconder-lhe ao mesmo tempo as opiniões daqueles que tinham pervertido à Venezuela; ele vê ainda mais os resultados de partidos que se odeiam e se detestam; o povo é a vítima que o Libertador deseja salvar do imenso sacrifício da guerra civil; esquece as atrocidades que não podem ofender ao inocente; denuncia à seus caluniadores, e quer voltar ao ponto, onde queria fundir-se salvando à seus concidadãos”. Nobre e generoso empenho!!! Ao olhar a mediação do Libertador pela tranquilidade de Venezuela, e a conduta do Congresso nos meios adotados para uma reconciliação fraternal, nenhum homem, por desnaturado que seja, não se sente sobrecarregado de uma dupla admiração.

Em meio a tanta turbulência, o Libertador sofria horrivelmente, e era natural que o seu estado de saúde enfraquecesse a ponto de não ser capaz de dedicar-se ao trabalho exigido pelo escritório do Executivo, e delegando-o nas mãos do presidente do Conselho de Ministros, deu-se ao sofrimento e ao pesar. Neste estado, começou uma nova época, cuja história ocuparia muitas páginas; ela será o objeto de outra memória dedicada à permanência do atual Congresso em Bogotá, às suas deliberações, e aos eventos que mais influenciaram os seus debates. Depois de ter recorrido aos fatos mais marcantes da vida pública do Libertador até o último ato de sua administração, fica um vazio na memória que não é fácil de preencher sem a comparação de outros fatos e de outros homens; parece que todo ato seu lembra outro ato semelhante, e a alma divertida em comparar o que acha? Disparidades, dessemelhanças; o reverso de sua medalha. O orgulho da facção inchou-se declamando: *tiranía! Usurpação!* Quando toda a América

Conselho de uma forma que terminou de lançar por terra o edifício social. Esta nota oficial seria por si mesma a melhor defesa do Libertador; se ele tivesse consentido em publicá-la. – (*Nota de Abreu e Lima*).

desmente seu choro. Bolívar reuniu em Colômbia quatro assembleias constitutivas; realizou uma no Peru e reuniu outra; convocou a primeira de Bolívia e nunca parou sequer por algum tempo as seções de nenhuma. Não existia corpo legislativo que não tinha achado no Libertador submissão e respeito nas suas deliberações; até mesmo quando as partes queriam rasgar a soberania, ele sempre alinhou-se do lado da vontade geral; atualmente... mas, não: esta época faz-lhe mais honra do que todas as de sua vida.

O que pode opor-se ao seu comportamento? Em América como na Europa a causa do gênero humano não teve uma defesa semelhante. Cada povo americano é um elogio do General Bolívar, porque na imagem de suas calamidades vê-lo, pelo reverso que contraste!!! Itúrbide desfaz a assembleia que investira da púrpura imperial: Riva Agüero destrói a que lhe honrou com o bastão de Marechal: em Chile se atenta à mão armada contra as deliberações do Congresso e se dispersam seus membros: em Buenos Aires não há segurança no Santuário das leis e da majestade do povo: em Guatemala os mesmos funcionários atacam o princípio de sua autoridade e a fonte de seu poder: em Bolívia viu-se ameaçada a assembleia e os Representantes do povo perseguidos como criminosos: em Brasil o monarca mais liberal da terra, o criador e fundador de um império popular, o primeiro que tendo na mão o diadema, jogou-o de si para recebê-lo da nação, destruindo por este nobre exemplo o grande dogma da legitimidade que não viera do povo; esse mesmo monarca, professando os princípios que combatem toda usurpação tirânica, dissolveu em 1823 a primeira assembleia constituinte, mas deu com outra mão uma Constituição mais liberal.

Povos da América, que gema sob a lâmina dos ambiciosos! Decides sobre o lugar que deve ocupar o Libertador da Colômbia entre os benfeitores da humanidade. México, Guatemala, Chile, e Buenos Aires. Onde estão os monumentos de vossos feitos ilustres? Confundidos no horror da monarquia, cobrem-nos as cinzas de vossas vítimas. A sorte da América, acorrentada pelas mãos do destino, arrasta-nos poderosamente pela influência maligna do mau exemplo. A demagogia é plantada em todos os lugares para confundir os heróis com os criminosos, a virtude com o vício, o desprendimento com a usurpação; mas, se a justiça não está proscria da terra; se os homens não estão todos condenados ao fracasso, é necessário que haja sequer um átomo de luz, que deixe ver por entre a escuridão das paixões quanto importa aos povos da América a causa do General Bolívar; infelizmente é o único brasão de que podemos gabar-nos até agora para legitimar a mais nobre, a mais justa das Causas, a INDEPENDÊNCIA⁶⁸.

⁶⁸A segunda ditadura do Libertador pertence, corretamente, ao crepúsculo de sua vida pública. Parece-me curioso o próximo julgamento copiado do *Moniteur* de 15 de outubro de 1828, traduz o *Diário Fluminense* já mencionado,

III – *Bosquejo Histórico, Político e Literário do Império do Brasil, ou análise crítica do projeto do Dr. A. F. França. Seguida de outra análise do projeto do deputado Rafael de Carvalho sobre a separação da Igreja Brasileira da Santa sede apostólica (1835)*

A obra está disponível no acervo do site do IAL em edição fac-similiar da primeira publicação. A edição que usamos para a transcrição é da versão que se encontra no site do IAL.

em sua edição de 30 de dezembro do mesmo ano: “Certamente a natureza foi liberal com o Ditador, sem dúvida, sua carreira política começou tarde: ele tenta pelo menos 30 anos e sua vida anterior não estava pronta para o grande papel que lhe estava destinado. Ele era um menino rico, divertido com seus prazeres, apaixonado pelas mulheres, com muito fogo e muito espírito, mas altivo e imperioso. O exercício do poder militar não devia comprometer essa inclinação. Suas profissões de fé liberal têm sido alguma vez exageradas; mas ele tem mostrado que quando deixa-lhe conta, não a esconde. Comparemos as primeiras linhas de sua mensagem à Convenção com a boa recepção que ele fez aos dissidentes daquela Assembleia e suas respostas às autoridades de Bogotá. Ainda assim Bolívar é um homem superior, e não é impossível que no final de sua carreira se decrete o título de Grande.” – (Nota do Doutor Carbonell.).

Resolvidos, como estamos, a denunciar ao Povo Brasileiro o maior atentado que, nas atuais circunstâncias, poderia cometer um seu Representante, reimprimimos em seguimento o Corpo de delito, assim como os artigos da Constituição, que nos hão de servir para formarmos o processo de *insigne* Criminoso.

Estamos resolvidos a provocar um Juízo nacional, perante o qual ninguém é irresponsável. A inviolabilidade do Deputado não pode exceder a alçada dos Tribunais Ordinários; ele não pode ser chamado à juízo segundo o foro comum, porém não está isento do grande Tribunal da pública opinião. Ainda assim há quem opine, que a inviolabilidade de *uma opinião* não é a inviolabilidade de um *fato*; que um PERJÚRIO não é opinião, é um fato, e que os fatos constituem Crimes, quando são opostos às leis positivas, e quando atacam a moral e a lealdade de um Povo culto. Talvez seremos chamados à juízo pelo Deputado, porque não omitiremos meio algum para apresentá-lo em suas verdadeiras cores aos olhos da Nação; estamos determinados à fazer recair sobre ele toda a execração dos seus Constituintes.

Todavia, guardando neste caso a decência, que requer um assunto tão grave, nada tememos de um recurso perante qualquer autoridade; pois que estamos certos de que não haverá uma só, que possa vacilar um instante entre o Imperador e o Deputado França, entre a Constituição do Império e o mais escandaloso perjúrio, entre a *inocência* do Infante Monarca, e a *sedição ronha* do velho Deputado. Podemos enganar-nos, porém como Brasileiros, temos o nobre orgulho de pensar, que não haverá um só, que deixe de sentir a mais justa indignação contra o ultraje, que se acaba de fazer à boa-fé e à sinceridade do Povo mais dócil, mais humano, e mais generoso, que existe sobre a terra.

Não é o Imperador unicamente, a quem o Deputado ofendeu no seu projeto, é a Nação inteira, da qual o Senhor Dom Pedro 2º é *Sagrado* Pupilo, e debaixo de cuja salva e guarda repousa durante a sua menoridade. A Nação deve vindicar a sua honra com a dignidade, que corresponde a um Povo civilizado, pronunciando-se de uma maneira, que não reste dúvida, sobre a louca e temerária proposição do Deputado França. Começaremos pois pelos fatos, e acabaremos pelas suas horríveis consequências.

Foi lido um Projeto do Senhor Ferreira França em que se declara:

“Do presente em diante todos os que nascerem no Brasil serão livres.”

Não se julgou objeto de deliberação.

Foi lido o seguinte Projeto:

“A Assembleia Geral Legislativa decreta:

“1º. O Governo do Brasil cessará de ser patrimônio de uma família.

“2º. O atual Imperador e suas Augustas Irmãs cederão de seu privilégio, e receberão por uma vez um subsídio para completar sua educação, e principiarem seu estabelecimento.

“3º. A Nação será governada por um Chefe eleito de dois em dois anos, no dia 7 de Setembro, a maioria de votos dos Cidadãos eleitores do Brasil.

Paço da Câmara dos Deputados, 16 de Maio de 1835. – Antônio Ferreira França.

Relativamente a este projeto, disse o Presidente, que entendia, que a Constituição, que autorizava a Assembleia Geral Legislativa para fazer as suas reformas, não a autorizava para que ela se estendesse a tanto quanto se pretende no Projeto, que se achava sobre a mesa, e que por isso recusava expô-lo à votação da Câmara.

O Senhor Henrique de Rezende disse, que a Constituição não fazia exceção de nenhum de seus artigos para que não pudessem ser reformados; *que ela manda, que de quatro em quatro anos se possam reformar pelas regras prescritas*; e concluiu declarando, que a proposta *não era anti-constitucional*.

O Senhor Cornélio França disse, que era verdade que o projeto era contra a Constituição, porque se ele o não fôra, não proporia a reforma de um de seus artigos; mas que apoiando o Ilustre Deputado, que tinha acabado de falar, diria também, *que se podia reformar a Constituição em toda a sua extensão*; e até se podia fazer do nosso Governo uma perfeita República, *ou um Governo absoluto*; que portanto [*sic*], segundo a mesma Constituição, devia ser posto este projeto à votação da Câmara para ser apoiado por uma terça parte dos Deputados; e concluiu dizendo, que não tivesse pois o Presidente receio algum de propor este objeto à votação da Câmara.

O Senhor Assis Coelho disse, que até teve receio de pedir a palavra para falar nesta tão importante questão, que envolvia nada menos, que a subversão da ordem pública: que fazia justiça às puras intenções do autor do projeto, e se curvava diante dele, porque fôra seu mestre; mas que se curvava ainda mais ante a própria pátria, e o Corpo Legislativo! ... Tornar o Brasil uma República era o que se oferecia no projeto em questão, que para evitar os males, que daqui se podiam seguir, é que os Legisladores estabeleceram que o Chefe do Estado fosse hereditário; que pois o artigo era fundamental, e não podia ser alterado. O Ilustre Deputado continuando a insistir na sua opinião, concluiu dizendo, que requeria ao Presidente, que ainda continuasse na sua repugnância em expor este projeto à votação da Câmara, porque a matéria era a mais transcendente, que se poderia tratar nesta Assembleia, pois que nela se incluía a salvação da ordem pública.

O Senhor Ernesto França requereu ao Presidente, que mantivesse a ordem, porque o ilustre Deputado já tinha entrado na discussão do Projeto: requereu mais que se observasse o que manda a Constituição a tal respeito, que era propor o projeto ao apoioamento.

O Presidente disse, que estava firmemente resolvido, a não por à votação semelhante projeto.

O Senhor Carneiro Leão disse, que entendia que não podia chegar a tanto a reforma da Constituição, que ao seu ver, a mesma Constituição não queria que a Proposição fosse lida sem o apoioamento de uma terça parte dos Deputados; e que neste caso eram necessárias as suas assinaturas; e que finalmente, quando na Constituição se estabeleceu esta regra, se teve já em vista oferecer dificuldades ao aparecimento de reformas; e ele parecia também pouco generoso apresentar-se este Projeto na época da menoridade do Menino. (*Apoiado*).

O Ilustre autor do Projeto sustentou em como o Presidente devia oferecer à votação da Câmara o seu Projeto; sustentou mais que o Governo não deve ser o patrimônio de Família alguma; que esta proposição já não era de todo nova, e que se Deus lhe desse vida, e a Proposição fosse admitida, *havia de propor ainda cousa melhor*.

O Presidente disse, que passava a propor à Câmara se aprovava o procedimento dele Presidente, em recusar de pôr à votação semelhante projeto.

O Senhor Rodrigues Torres disse, que o Senhor Presidente ainda deveria ter feito mais, que era não consentir em semelhante discussão, e dá-la por acabada; que sim se podia alterar um, ou outro artigo da Constituição, e não destruí-la nos seus fundamentos, porque os Legisladores do Brasil não estavam autorizados para tanto; que se ele Deputado desejava que este projeto fosse oferecido à votação, era para se dar mais um testemunho ao Brasil de que todos estão na firme resolução de manter ileso o Governo Monárquico Representativo, tal e qual se acha na Constituição (*apoiados*); porém que estava convencido que Sua Excelência o não podia fazer (*apoiados*), e que devia imediatamente dar por concluída semelhante discussão, pois que julgava bastante indecoroso tratar-se de tal objeto (*apoiado*).

O Senhor Odorico Mendes pediu que o 1º Secretário lesse em voz alta o Juramento que prestam os Deputados, e assim se fez.

O Senhor Barbosa Cordeiro pediu que a votação fosse nominal.

O Presidente disse: “Os que são de voto que o Presidente obrou em regra, queiram levantar-se. Levantaram-se 44 Deputados, e ficaram sentados 33.

(Do *Jornal do Comércio* de 18 de Maio).

É a segunda vez, que Tenho o prazer de Me achar entre vós. É esta a segunda vez que o Amor, que EU consagro ao Brasil, aqui Me conduz.

Mineiros! Não Me Dirigirei somente a vós: o interesse é geral. Eu falo pois com todos os Brasileiros. *Existe um partido desorganizador*, que, aproveitando-se das circunstâncias puramente peculiares da França, pretende iludir-vos com inventivas contra a Minha Inviolável, e Sagrada Pessoa, e contra o Governo, afim [sic] de representar no Brasil Cenas de horror, cobrindo-o de luto; com o intento de empolgarem empregos, e saciarem suas vinganças, e paixões particulares, a despeito do bem da Pátria, (a que não atendem) aqueles que tem traçado o plano revolucionário.

Escreveu sem rebuço, e concitam os Povos à federação; e custam salvar-se deste crime com o Artigo 174 da *Lei Fundamental*, que Nos rege. *Este Artigo não permite alteração alguma no essencial da mesma Lei.*

Haverá um atentado maior contra a Constituição, que Juramos Defender, e Sustentar, *do que pretender alterá-la na sua essência?* Não será isto um ataque manifesto ao Sagrado Juramento, que, perante Deus, Todos Nós muito voluntariamente Prestamos? Ah! Caros Brasileiros, Eu não vos Falo agora como vosso Imperador, e sim como vosso Cordial Amigo. *Não vos deixeis iludir por doutrinas, que tanto tem de sedutoras, quanto de perniciosas. Elas só podem concorrer para a vossa perdição e do Brasil; e nunca para a vossa felicidade, e da Pátria. Ajudai-Me à Sustentar a Constituição, tal qual existe, e Nós Juramos.* Conto convosco [sic]: contaí Comigo. Imperial Cidade de Ouro Preto, 22 de fevereiro de 1831.

IMPERADOR CONSTITUCIONAL, E DEFENSOR PERPÉTUO DO BRASIL.

Artigo 1º- *O Governo do Brasil cessará de ser patrimônio de uma família.*

Toda esta frase contém uma pedantaria ridícula; é a enunciação de um princípio, aliás verdadeiro em outro sentido, porém tornado insubstancial aqui pela maneira, com que foi emitido, sem dúvida por crassa ignorância do seu autor. O Governo não pode servir de patrimônio porque é encargo; se por governo se entende o ato de *administrar, reger, e governar*, como pode ser patrimônio aquilo mesmo que serve de *ônus*? A Nação paga a todos os seus empregados, e esta paga não é *regalia*, é uma recompensa garantida pela Constituição, pelo trabalho do Cidadão, que exerce uma função pública. Pelo contrário, patrimônio é o usufruto de *bens herdados, ou adquiridos*, dos quais se vive; as expressões de governo e de patrimônio se repelem mutuamente. Se pode haver propriedade de um encargo, só a Nação é a proprietária, porque é ela quem nomeia os seus administradores. Porém o Deputado França ouviu dizer, ou

leu alguma cousa semelhante, que lhe toou bem, e quis improvisar um sistema todo seu, avançando uma proposição errônea, que carece de senso comum.

Em tempo da revolução francesa, no segundo período da República, quando toda a odiosidade se tinha feito recair sobre a *Monarquia absoluta*, atribuindo-se defeitos do absolutismo à sucessão hereditária, e outras sandices deste jaez, fruto necessário de uma revolução popular; era mister recalcar o princípio da Soberania do Povo, excluindo toda ideia de *direitos magestáticos*, que se chamavam regalias *del Rey*, os quais consistiam na jurisdição Real, que abrangia *honra, vida, e fazenda* dos Cidadãos, sobre quem não tinha limites o poder absoluto do Monarca. Foi então que para dar uma ideia mais distante do que era uma Nação, tomada coletivamente pelo território e seus habitantes, reunidos em Sociedade política, se estabeleceu este princípio inconcusso:

“A NAÇÃO não é patrimônio de nenhuma família, nem pessoa; porém esta verdade demonstrada em uma Monarquia absoluta, é uma verdadeira antinomia de princípios em outra representativa, visto que residindo a Soberania essencialmente na Nação, nenhuma função pública existe senão por delegação especial do *Soberano*. Mas o Senhor França tomando o Governo pela Nação⁶⁹, como em um governo absoluto, quis recordar ao Povo, depois de 12 anos de um regime constitucional, que ele devia cessar de ser *patrimônio de uma família*. Será isto ignorância, ou mais alguma coisa? Será efeito de um amor próprio exclusivo, ou de uma pravidade consumada? Sem embargo, o Brasil agradece ao Deputado a *feliz* lembrança de recordar-lhe agora o que deixou de ser à 12 anos; o Povo foi neste caso mais providente que o seu procurador.

É tão inútil uma declaratória semelhante em um país constitucional, onde todos sabem que nenhuma parte da Soberania é exercida, senão por delegação especial, e que a Nação pode confiar este exercício a quem lhe *convier*, já vitalício, como os Senadores e aos membros do Poder Judicial, já hereditário, como ao Imperador; ou a todos por tempo limitado, como assim lhe parecer; que os Estados Unidos do Norte, donde saiu um enxame de *novas doutrinas*, que

⁶⁹Luiz 14 dizia = L'état c'est moi =

inundaram o mundo político de ideias vagas a respeito de *governo, de direitos, e garantias*, não se lembrarão de colocar o artigo 1º do Doutor França em nenhum dos seus atos públicos.

Nem a Constituição federal de 1787, nem a Ata da Independência sancionada em Congresso no dia 4 de julho de 1776, nem a Declaratória dos direitos o homem pelos Representantes da Virgínia reunidos em *Williamsburg* no 1º, de Junho do mesmo ano; nenhum destes documentos contém uma cláusula semelhante, porque ela seria uma redundância dos princípios baseados na Soberania do Povo.

Nas 3 Constituições, que assinalaram as épocas mais notáveis da revolução francesa, tão pouco se acha nenhuma cláusula igual. Na de 1791, onde estão consignados os princípios mais gerais do governo monárquico representativo, não existe um só artigo que exprima semelhante ideia; na Constituição Consular de 1799 nada se encontra, que expresse um tal conceito; na de 1795, depois das vicissitudes por que tinha passado a França, apenas se lê um artigo concebido nestes termos = “*As funções públicas não podem ser propriedade daqueles que as exercem*” = alusão feita, se se quer, ao Poder Supremo, que exercia o Monarca *absolutamente* pela reunião dos 3 Poderes políticos; mas que tinha cessado no momento, em que a Nação tinha recobrado os seus títulos, e reivindicado os seus direitos. Na França absoluta, assim como em Espanha e Portugal, *el Rey* vendia a serventia de certos ofícios públicos por um certo número de vidas de Pais a filhos; estes ofícios passavam de possuidor a possuidor como bens de útil domínio, fossem bem ou mal administrados, porque eram considerados, como *propriedade daqueles que os haviam comprado*. Semelhante abuso devia acabar no mesmo instante, em que se estabeleceu a Liberdade política. Deus permita que no Brasil consagrássemos o mesmo princípio, afim [*sic*] de que o Povo se persuadissem de que *os empregos não são propriedade dos que os EXERCEM, senão encargos meramente de serventia pública*.

Algumas Constituições Americanas, como a de Cúcuta em 1821, a de Lima em 1825, a de Bolívia em 1826, a de Bogotá em 1830, etc., consagraram explicitamente aquele cânone – “A NAÇÃO não pode ser patrimônio de nenhuma família nem pessoa”, – porém nenhuma destas Constituições tomou o *governo pela Nação*, erro em que não cairia senão um ignorante das noções mais simples do direito público. Todavia, nenhuma Constituição monárquica, nenhum Povo, que se respeita, admitiu nunca semelhante declaratória, como uma ofensa irrogada à sua própria dignidade. Veja-se a França e suas 3 Constituições monárquicas; veja-se a Inglaterra; vejam-se os Estados Unidos, e advirta-se, que em nenhum dos seus atos públicos existe semelhante cláusula. Somente os Brasileiros haviam de duvidar que são livres a 12 anos, e que desde essa época nenhuma função pública se exerce, senão como delegação do Povo?

Não só as Monarquias Constitucionais, como também muitas Repúblicas, deixaram de fazer menção deste dogma político, por ser a sua expressão contrária à Soberania de um Povo livre e independente, que tem a consciência da sua própria dignidade. Vejam-se as Constituições dos Estados Unidos, da República Helvética, de Haiti, de México, de Buenos Aires em 1819, de Venezuela em 1811, da República Francesa em suas 3 diferentes épocas, e se achará, que nenhuma delas contém a máxima injuriosa da sua *manumissão*. A Independência e Soberania de um Povo, são objetos de tanta magnitude, que a ideia somente de que possa ter um amo, ofende o seu próprio decoro. No tratado de Campo Formio os Alemães estabeleceram um precedente, reconhecendo a República Francesa; Napoleão borrou o artigo, dizendo “*A República é como o Sol, é um cego quem a não vê*” dando a entender que um Povo, que conhece a sua grandeza e poder, não necessita que lhe digam, que ele existe. Estatuir que uma *Nação não será patrimônio de uma família ou pessoa*, é supor a possibilidade de tornar-se escrava. Os Brasileiros devem rechaçar tão indecoroso pressuposto.

Em um governo absoluto, onde as regalias da Coroa alcançavam até os próprios haveres do Cidadão, onde tudo levava o cunho da escravidão, e do domínio direto; onde os Cofres públicos se chamavam *Reais*, *Real* a marinha, e o exército; até os caminhos e pontes de pública serventia, tudo era de direito majestático; em um governo semelhante concebemos bem em que consiste o patrimônio do Monarca; porém em um governo, como o nosso, a que chama o Deputado França *patrimônio de uma família*? Será o poder que ela exerce? Seguramente não, visto que nem este poder é exercido coletivamente pela família, nem mesmo pelo Imperador; mas sim pelos Ministros de Estado, (artigo 102), que são todos responsáveis pelos atos, que emanarem dos seus respectivos ministérios. Será acaso o subsídio, que a Nação concede ao Imperador e às Suas Augustas Irmãs, em virtude dos artigos 107 e 109 da Constituição? Por certo que não; porque este subsídio é concedido debaixo dos meus princípios e condições, com que outros funcionários o percebem [*corroídas*] Tesouro Público, como indenização dos serviços prestados ao Estado, em cujo caos se acha toda a família daquele Deputado. Será acaso o Brasil patrimônio do *Senhor* França? E sem embargo, tanto ele como seus filhos e genros percebem da Nação para mais de 40 mil cruzados anuais; *Cara* família, que tão caro custa!!!

Ora bem, se no sentir do Deputado França, a Nação é patrimônio da Família Imperial (é por isto que ele não quer que continue a sê-lo) porque concede ao Imperador um Subsídio como a seu *primeiro Representante*, (artigo 98) segue-se que ela o é igualmente da família França, porque também [*sic*] lhe paga um subsídio enorme, que bastaria para saciar a fome de 40 famílias honestas, que tem prestado ao Brasil serviços de outra monta; e que jazem entretanto na mais degradante miséria, enquanto [*sic*] toda a família do *nobre* autor do Projeto farta-se

com demasia da substância nacional. Ordinariamente são estes melhores aquinhoados os que se levantam com o Santo e com a esmola. E pode sem rubor falar do Subsídio Imperial um homem, cuja família vive toda a cargo do Tesouro público? Se houve jamais um impudente, que provocasse com justo motivo a indignação do Povo, foi, é, e será o Deputado França, cuja história deve servir de eterno baldão para a Província que o elegeu.

Artigo 2º. *O atual Imperador e Suas Augustas Irmãs CEDERÃO de seu privilégio, e receberão por uma vez um subsídio para completarem sua educação, e principiarem seu estabelecimento.*

Este artigo envolve outra pedantaria tão ridícula como a do 1º. O que entende o Deputado por estas palavras = *cederão do seu privilégio*? = Será que o faço por ato espontâneo, ou pela força? Se é por ato espontâneo, pode o Senhor França de boamente acreditar, que possa haver vontade própria, e sobretudo, que possa ser válida uma cessão feita por um Menino de 9 anos? E se é pela lei imperiosa do mais forte, então para que exige que *cedam*? Basta declarar a *prescrição* da Monarquia, e o Sólido desaparecerá. Porém o mais interessante deste artigo é a condição *generosa* pela qual a Imperial Família deve *ceder de seu privilégio*, recebendo por uma vez um subsídio, que sirva para *completar a sua educação, e principiar o seu estabelecimento*. Causa tédio, causa asco semelhante anomalia. Se a Nação declara, que o Governo *cessará de ser patrimônio de uma família*, é seguramente a que julga, que o governo hereditário é uma *usurpação* da Soberania; neste caso, porque há de ela comprar a sua liberdade a preço de dinheiro, resgatando-se por uma soma destinada a fazer a fortuna do Usurpador? A França, quando declarou a prescrição de Carlos 10 e do Duque de Bordeaux, não comprou por dinheiro algum a liberdade de mudar de Dinastia; nem consta que fizesse pensão alguma para que Henrique 5º *completasse a sua educação*; e muito menos a Inglaterra ao Príncipe Pretendente Carlos Eduardo.

Porém, se por privilégio entende as prerrogativas da coroa, a franquia e imunidade da Pessoa, e o direito de reinar no Brasil em virtude do Pacto Social, como pretende o Deputado que o Imperador *ceda um depósito* que a Nação lhe confiou? Se o Monarca é um Delegado do Povo, este pode retirar-lhe a sua delegação, quando bem lhe parecer; mas unicamente pelos mesmos meios de que se serviu para entregar-lhe o depósito sagrado do Poder, e da Constituição. Enquanto [sic] esta existir, não pode haver sessão, senão transmissão do Poder pelos meios que a lei admite; estes meios são os da *abdicação*. Todavia, o que é abdicação? É um ato de poder, um ato de autoridade em virtude do *exercício* do Poder Real; e como poderia abdicar o Imperador Menor, quando não exerce ainda poder algum? Além disso, em quem

abdicaria? Logo é absurda a *sessão*, e muito mais absurda a maneira de a exigir, enquanto [sic] durar a Constituição.

Sem embargo, haverá um meio legal, ou pelo menos mais conforme ao espírito do direito público constitucional, para que uma Nação possa mudar a forma do seu pacto primitivo, quando *o gênero existente não preencher o fim do seu instituto, ou quando a Liberdade for ameaçada pelos Agentes do Poder*? Sim, há, e tem sido algumas vezes empregado. Este meio consiste em que uma Assembleia do Povo declare prescrita a Constituição, e convoque imediatamente outra Assembleia para constituí-lo de novo. Porém esta Convenção deverá ser investida do exercício da Soberania em toda a sua plenitude; em cujo caso o novo pacto será o complemento da primazia da vontade geral, que é o que consiste a Soberania da Nação. Antes disso todo ato tendente à subverter a Ordem traçada pela Constituição, é um atentado execrando; é um exemplo horrível para o Povo, se semelhante escândalo fica impune.

Pelo que acabamos de dizer se deduz claramente, que entre as duas Assembleias, uma que declara insubsistente o pacto social, e outra que o constitui de novo, há um vazio que o poder constituinte não pode preencher, sem cair em todos os inconvenientes e anomalias da Convenção francesa; principalmente quando se trata de mudar a forma primitiva do governo. Entretanto é mister, que os negócios marchem e que haja quem dirija a máquina social durante o interregno da lei fundamental. Suponhamos que haja um poder, que declare *prescrita* a nossa Constituição monárquica. Como fica o governo quando trata de organizar-se de novo? Acharemos a resposta nas seguintes palavras do Livro 11º do Comentário sobre o Espírito das Leis por Doutor Tracy = “Nenhuma Nação, quando trata de organizar-se de novo, *deve empreender a organização do seu novo pacto social, sem que todos os poderes da Sociedade estejam reunidos nas mãos de uma AUTORIDADE favorável ao projeto*; isto é a revolução e a destruição, o de mais não é senão organização. Neste estado pode empreender as suas reformas, quando haja um poder que *vele sobre os interesses do momento*, e que reserve para si a conduta e direção dos negócios; então a Assembleia Constituinte, ou quem quer que seja, pode concluir a sua obra sem inconvenientes.”

O que diz o célebre Conde de Tracy, o amigo íntimo de Jefferson, é justamente o que se tem praticado em todos os países, onde tem havido reformas radicais do sistema político. Isto foi o que se praticou em Inglaterra na época da sua chamada República, em que o poder Supremo foi confiado à Cromwell: em França desde a prisão e *prescrição* de Luiz 16 até 1795, em que a Convenção exerceu todos os poderes da Nação: nos Estados Unidos, desde a Ata federal de 1778 até 1783, em cujo período o poder Supremo do Estado foi confiado a Washington com muitas pequenas restrições; em Colômbia desde que a Grande Convenção de

Ocanha declarou insubsistente a Constituição de 1821 até 1830, em cujo tempo foi Bolívar investido da Suprema Autoridade, etc., etc. Poderíamos encher grossos volumes com outros fatos históricos, que comprovam a teoria do Comentador de Montesquieu; porém bastam os que deixamos referidos para que os Brasileiros se convençam, de que não se trata de melhorar o pacto social, nem de afiançar as nossas garantias, senão de pô-los na imperiosa necessidade de abraçar uma *Ditadura*, da qual dificilmente poderíamos sair sem uma revolução popular.

Perguntamos agora, e o que nos urge para alterarmos o curso ordinário das nossas leis, o sujeitarmo-nos aos caprichos de um déspota, durante os debates de uma Assembleia Constituinte? Quem será esta *autoridade*, em cujas mãos *veríamos reunidos todos os poderes da Sociedade*? Acaso o nosso governo não preenche os seus fins, ou a liberdade está ameaçada pela influência do Poder? Qual será pois o motivo que tenhamos para cravar as nossas garantias na ponta da Espada de um Ditador? É este pois o belo presente que com ousada mão oferece o Deputado França ao Povo, que o elegeu? É este o resultado da cega confiança nele depositada? *Brasileiros!!!* Execrai a memória do perjúrio, e do traidor!!!

Artigo 3º. *A Nação será governada por um Chefe eleito de dois e dois anos, no dia 7 de Setembro, a maioria de votos dos Cidadãos Eleitores do Brasil.*

Este artigo é a prova mais relevante do estado mental do Deputado; não o dissemos unicamente pela falta de senso comum, que se observa neste tecido de disparates e de absurdos, senão também pela pravidade do seu ânimo. Com que um Chefe de 2 em 2 anos para o Brasil!! É impossível acreditar que isto seja unicamente efeito de desarranjo cerebral; aqui há oculto desígnio, ainda que o Deputado França não seja mais que a mãe visível que acerta o tiro, que nos há de privar da liberdade. Um Chefe do Poder Executivo *bienal*, escolhido por eleitores *quatrienais*, com uma Câmara temporária também *quatrienal*, e com um Senado vitalício; pode conceber-se de boa-fé um absurdo semelhante? Com que os mesmos Eleitores teriam de fazer duas distintas eleições para Chefe da Nação? Onde viu o Deputado França semelhante disparate? Como poderia existir um Executivo de tão curta duração, tendo parte na confecção das leis, juntamente com um Senado *vitalício*? Se a Constituição criou um corpo de pôr vida, foi para servir de fiel entre a Câmara temporária e o Poder executivo hereditário; foi para debilitar a ação da Realeza, quando esta fosse superior à ação popular, ou vice-versa quando a democracia quisesse afogar o prestígio régio. Porém, onde iria parar o Senado vitalício entre uma Câmara de 4 anos e um Presidente de 2? De duas uma, ou o Senado havia de absorver os dois ramos temporários, ou estes acabariam com o Senado.

Deste absurdo sistema resultaria o aniquilamento de toda a máquina Social; o poder legislativo, perfeitamente calculado segundo a ação dos outros poderes, não poderia existir,

uma vez que o equilíbrio traçado pela Constituição desaparecesse por um contrapeso em um dos braços da balança política; logo o mencionado projeto envolve esta proposição = “A Constituição do Império caducou; a Nação deve prover a sua segurança e bem estar, como melhor lhe parecer.” = Esta indicação seria mais conforme ao bom Senso, ainda que ilegal, porque a legislatura atual, como poder constituído, não pode exercer a integridade da Soberania, única que pode declarar dissolvido o pacto social.

Ainda assim, como é possível conceber-se na vasta extensão do Brasil uma eleição *bienal* para Chefe do Estado? O que nos oferecem as Províncias extremas, cujo imenso território abrange infinidade de léguas, com maus caminhos, péssimos transportes, difíceis meios de comunicação e [?] são [?] [corroídas] estes os elementos para uma eleição de 2 em 2 anos, e para fazer depender a administração pública de meios tão insubsistentes e tão precários? Um país onde tudo se dificulta por falta de unidade na ação do governo, onde todas as molas se tem debilitado à título de exigências locais, é o que pode oferecer garantias para a contínua mobilidade do Agente principal da máquina social? Agora mesmo temos à vista um exemplo com a eleição do Regente; e não será fora de termo e afirmar com probabilidade que a fins de Julho ainda não haverá eleição completa, isto é, não terá chegado à Capital a totalidade das atas eleitorais, 4 meses depois de verificada a eleição geral em cada Província do Império.

Um poder de tão curta duração é bem singular no nosso continente, a menos que não seja o resultado de constantes revoluções, como em Buenos Aires; o que não serve de regra, porque aquilo mesmo é uma exceção. Vejamos o que se observa no resto da América. Haiti e Bolívia têm Chefes vitalícios; Colômbia tem um Chefe por 8 anos sem reeleição; os Estados Unidos do Norte, México, Guatemala, Peru e Chile têm Chefes por 4 anos com reeleição; porém o que mais tocou ao Velho Deputado, o que mais lhe quadrou foi a *bela perspectiva* de Buenos Aires, onde cada 2 meses aparecia um novo Chefe; e isto ao mesmo tempo em que aquele país, cansado de suas vicissitudes políticas, abraçou o partido de dar-se um *Senhor absoluto por cinco anos*. Sem embargo, nós outros, *cuja moralidade é acima de todo encarecimento, cujo saber e identidade de interesses reclamam imediata influência do Povo nos negócios públicos*, devemos ter um Chefe cada 2 anos para darmos ao mundo o espetáculo de uma *democracia sem turbulências*.

Finalmente o Doutor França e seus filhos querem uma República para o Brasil. Será isto de boa-fé? Não, não, não, diz toda esta Cidade. Não pode haver boa-fé em um velho, que já no fim de seus anos faz ostentação em público de uma *ferocidade brutal*; a odiosa comparação do Imperador Menor, de um Inocente de 9 anos, com uma *víbora enregelada*, descortina os arcanos daquele frio coração, e desenvolve as dobrezes de uma alma refohada. Sem embargo, como

ainda possa haver algum *simples*, que imagine a possibilidade de um governo democrático no nosso malfadado país, vamos a dar uma ideia das Repúblicas do Continente americano, comparando-as com os nossos próprios recursos: [*corroídas*], índole, costumes, e capacidade moral. Esperamos que a nossa tarefa seja galardoada pelo menos com o desengano de alguns Brasileiros, que ainda creem nas cebolas do Egito, ou na terra de promessa; esse tempo já lá foi.

Agora começaremos pela ideia vaga, que se tem propagado, da sua *superioridade* sobre todos os Povos do mundo pelas vantagens da sua situação privilegiada, riquezas naturais, etc., e mais ainda pela risível estimativa da nossa *capacidade intelectual*. Nos desvanecemos com a nossa posição geográfica, com o nosso Clima e com todas as produções do nosso solo, vendo na fecunda criação das regiões equinociais um manancial inesgotável de riquezas; contemplamos nossos rios, lagos, montanhas e campinas como outros tantos portentos da natureza, consagrados ao nosso uso, feitos e formados para nós outros; nos enchemos de um presuntuoso orgulho encarando a magnificência dos nossos bosques, e os prados selváticos que servem de pasto à imensa criação do reino animal; e buscando um equivalente na Europa, nos julgamos superiores aos homens, que a habitam, porque eles não têm um Chimborazo, um Amazonas, ou uma eterna primavera; sem acordar-nos de que as suas matas flutuam sobre os mares convertidas em baixéis: seus rios são todos navegados pela indústria comercial; e suas montanhas todas acessíveis. Que importa ao gênero humano esses bos[ques] portentosos, que atestando os séculos não servem se[não] [pa]ra provar o nosso estado ainda inculto? O que valem nossos rios sem navegação, e nossos campos sem messes? Ainda hoje comemos o pão que nos vende o Estrangeiro; em meio dessa vigorosa vegetação todos os nossos artigos de gosto são inferiores aos que produz a Europa; hortas e pomares, ainda exóticos, são infinitamente superiores ali, devido tudo ao cultivo e modo de estrumar a terra, o que prova demasiado o nosso estado de infância, e a insuficiência da simples natureza.

Aplaudimos sem cessar o nosso Clima benéfico, e quase uniforme em todas as estações, que nos aforra os atavios indispensáveis nos países frios; damos excessivo valor às nossas substâncias vegetais, que nos privam do trabalho de laborar a terra para fazê-la produzir; e fazendo valer, como um benefício imenso, aquilo mesmo que talvez constitui o maior de nossos males, o gérmen da nossa apatia, não temos pudor para dizer “*terra privilegiada, clima delicioso, natureza fecunda, em cujo seio se vê obrando a cada passo o dedo do Criador*”, e outras parvoíces semelhantes; sem lembrarmo-nos que, contemplando os nossos bosques, somos envenenados por uma Serpente, ou devorados por um Tigre; que à beira de nossos lagos

e rios estamos expostos a ser presa de um monstro aquático; que a febre periódica é um dom gratuito do nosso ardente Clima; que nas Costas e rios somos vítimas de milhões de insetos, que nos aniquilam, nos consomem, e nos devoram; que o mosquito, o bicho-de-pé, o cupim, e a formiga são outros tantos elementos destrutivos, de que abunda igualmente o nosso solo. Onde há tão somente bens? Se houvesse uma região privilegiada, seria inútil o resto do globo; portanto o que mais prova a nossa ignorância, e o nosso fátuo orgulho é ainda não conhecermos as *compensações* que os Climas e as Zonas trazem consigo [sic].

Logo que demos o primeiro passo para a Independência, nos julgamos desligados do resto do mundo, e muito superiores (não sabemos porque regra) aos nossos progenitores, àqueles mesmos que nos tinham legado todos os seus vícios sem nenhuma de suas virtudes. É mister não alucinar-nos, se ainda queremos salvar-nos do naufrágio que nos aguarda; é forçoso reconhecer o que somos, para não despedaçar-nos contra os escolhos que temos diante; somos Portugueses, porém já degenerados; e sem embargo, como ousamos lançar a barra mais lon[ge] [qu]e a França e que a Inglaterra nesse grande sistema de [conv]enção social, em que é preciso um todo perfeito e homogêneo para formá-lo? Nós, descendentes dos Portugueses, nós Portugueses, havemos de realizar o *bello ideal* das instituições políticas? Proclamamos a sansão dos direitos naturais, civis e políticos do homem, divulgamos o dogma sagrado da *liberdade*, inculcamos a Soberania do Povo, e *conservamos a escravidão servil*, a pior de todas as tiranias. Podíamos acaso fazer outra cousa? Cremos que não; nem era possível fazer-se mais. Todavia, logo que podemos conhecer pelo curso da revolução a nossa incapacidade para improvisar Constituições, devíamos convencer-nos de que as nossas reformas deviam fazer-se com lentidão e com tino; porém quando cansados das oscilações políticas, que nos têm agitado, ainda pretendemos sair da nossa esfera para admitir *utopias* como realidades práticas, merecemos por certo a execração da posteridade, e as maldições da presente geração.

Tampouco a Metrópole abundava de homens eruditos; foi o mesmo marquês do Pombal, quem teve a lembrança de reformar a Universidade de Coimbra, e de chamar alguns sábios de outros países para coadjuvar a grande empresa de regenerar as ciências em Portugal. Existiam em verdade alguns homens, que mereciam com justo título a denominação de sábios; porém deles não resta mais que uma memória estéril; se perguntarmos à Europa inteira que ideia faz da literatura Portuguesa, ela responderá que conhece a Camões e ao Abade Correia. Nos dirão talvez, que em algumas obras estrangeiras se encontram fragmentos de vários escritos portugueses; porém isto deve considerar-se como rasgos históricos de filologia e ciências de antiguidades, como bem se pode ver em Bouterweck, Sismondi, Balbi, e outros que citam

pedaços curiosos de Gil Vicente, Ferreira, Dom Pedro I, Bispo de Silves, Couto, Barros, etc., etc. Nenhuma Nação teve tantos viajantes no século 16 como os Portugueses; mas são tão exagerados, e tão cheios das afeições do seu país natal, que passam hoje por singulares, pela maneira com que descreveram os Povos e países que visitaram, do que é um exemplo Fernão Mendes Pinto, que se reputa clássico; o mesmo João de Barros, chamado o Tito Lívio Português, não está isento destes defeitos, dominado sobretudo [*sic*] pelas ideias religiosas daquele tempo.

Se por literatura entendemos o *Corpo de doutrinas que professa uma Nação*, podemos assegurar, sem ser contestados, que os Portugueses nunca possuíram nenhuma das ciências, que os literatos chamam de utilidade; porém si, para darmos um sentido mais concreto à palavra, seguimos a classificação que fazem dos conhecimentos humanos os Bibliógrafos, então é mister confessar que os Portugueses têm uma literatura, *que lhes é própria*, e de algum modo original. A classificação mais geral dos livros, que tratam das ciências e das artes, é concebida nestes termos; Ciências: abstratas, positivas, exatas, experimentais e naturais; Literatura: Gramáticas, Dicionários, Clássicos da língua, Retórica, Eloquência, Poesia, História, e tudo quanto se compreende na denominação de Belas letras e Humanidades; neste caso é inegável que os Portugueses floresceram nos séculos 15 e 16 na Poesia, e mesmo na História; e que foram os primeiros que deram passo aos outros Povos para adiantarem-se, ficando eles estacionários. Camões é o colosso da literatura portuguesa, é o Homero dos tempos modernos; em outros gêneros também floresceram Ferreira, Miranda, Gil Vicente, Falcão, etc.; e depois da decadência das letras, o inimitável Dinis, Garção, Quita, Francisco Manoel e Bocage. Em história tiveram homens de um gênio fecundo; João de Barros passa pelo Decano dos historiadores do século 16, não sabemos porque motivo; quem tiver lido o Bispo de Silves, o despreocupado Osório, achará, comparando-o com Barros, uma superioridade, que o coloca sobre todos os Clássicos do seu tempo. As suas cartas, a sua interessante história do reinado d'el-Rei Dom Manuel, hoje traduzida pelo Padre Francisco Manoel, dão a ideia mais exata do saber profundo, da alma nobre e desinteressada daquele excelente escritor, único que pode comparar-se ao Bispo de Chiapa.

Depois da decadência das letras em Portugal apareceram ainda vários escritores, que passam por clássicos; entre eles se distingue Ja[cin]to Freire de Andrade. Em nosso conceito nenhum outro po[dia] com mais justo título restabelecer as belezas da língua portuguesa, ou restaurar o crédito da sua literatura; a Vida de D. João de Castro é um modelo em todos os gêneros da história profana. Brito, Souza, Vieira, Macedo, etc., passam igualmente por mestres da língua no estilo e arte oratória. Como Polígrafos os Portugueses só podem mencionar dois

escritores: o célebre Franciscano Macedo, conhecido pelas suas conclusões em Veneza = *de omnini re scribili* = e cujas obras têm caído em completo olvido; e o Abade Correia da Serra, insigne naturalista, estadista, e humanista. Do primeiro existem muitos e grossos volumes, quase todos ignorados pela sua nenhuma utilidade; e o segundo apenas deixou algumas obras consignadas nas Memórias da Academia Real, sem embargo de haver escrito muito em diversos periódicos estrangeiros, tanto em França como em Inglaterra, e Estados Unidos; as Transações Filosóficas de Londres encerram excelentes artigos daquele erudito Português. Quando recordamos a sorte que tiveram o Doutor José A[na]stácio, o padre Francisco Manoel, o Abade Correia, o Hipólito e outros muitos Portugueses desta ordem, nos admiramos de que ainda pudesse achar-se em Portugal um homem que raciocinasse. Que se poderia esperar de uma Nação que corria com as ciências?

Os Portugueses, antes do meado do século passado, não tinham um *corpo de doutrinas*, que lhes fosse próprio; foi no Reinado de Dona Maria I^a, e debaixo da influência do Duque de Lafões, que se criou a Academia Real das Ciências; desde então começaram a reunir, e a recolher tudo quanto havia escrito; e o mesmo Abade confessa na sua análise sobre o estado das ciências no último meio século, *que pouco havia que merecesse citar-se*. A Academia dividida em três seções, trabalhou incessantemente para descobrir materiais, e apenas preencheu o seu objeto enquanto à terceira classe, que tratava da *literatura*; assim mesmo nunca pode concluir o grande *Dicionário da Língua Portuguesa*, cujo 1^o tomo apareceu em 1793. É a Garção Stockler a quem se deve o que aparece de mais útil em ciências exatas, e ao Abade Correia o que há sobre ciências naturais. Pode citar-se-nos o prodigioso *Catálogo dos autores*, de que a Academia fez alarde; porém nós que temos examinado a cousa a fundo com escrupuloso esmero, podemos assegurar que os Portugueses nunca sobressaíram nas ciências de utilidade; neste caso nos decidimos pelo que confessam Stockler, Correia da Serra, e Aragão Morato sobre os diferentes ramos das ciências de que se ocuparam em seus ensaios.

O monumento do saber dos Portugueses está todo fundado nas Memórias da Academia Real das Ciências; salvo o que delas consta, existe uma ou outra obra clássica sobre algum ramo científico, isto é, sobre Medicina, ou legislação, onde devemos colocar a interessante *História do direito civil Lusitano* por Pascoal José de Melo, e algumas compilações, no que eles não são originais. Ainda mesmo em tempo da maior liberdade de Portugal, tudo quanto existe é formado sobre o que eles podiam colher dos Espanhóis; os seus códigos foram todos copiados ou recopilados das leis das 7 partidas; as mesmas Cortes de Lamego, se existiram em realidade, ou apócrifas como muitos supõem, são um verdadeiro arremedo das Cortes de Aragão, depois da elevação ao trono godo da raça de Pelaio. Se existe alguma cousa de mais proveito,

desejaríamos sabê-lo; porque até agora temos feito um estudo particular da nossa literatura, e não podemos dar um passo mais adiante; chamamos-lhes *nossa*, porque ainda ontem éramos Portugueses (conquanto [sic] nos pese); e se rejeitarmos a literatura portuguesa, ficaremos reduzidos a uma condição *quase* selvagem.

Não sabemos por que fatalidade os Portugueses ilustrados não se dedicavam a escrever, nem mesmo os Brasileiros, à exceção de algumas obras em poesia, ou alguma compilação fastidiosa, uns e outros merecem igualmente o desprezo em que eram tidos como literatos. O que há de José Monteiro da Rocha, e de outros sábios que honraram a Universidade de Coimbra? Algumas memórias que repousam em silêncio pela nulidade da sua importância; o mesmo José Anastácio é mais conhecido pela liberdade de suas opiniões religiosas, que pelo seu *Tratado de Matemáticas* puras. Stockler é o primeiro Matemático Português, ou o primeiro conhecido como tal; nisto não pode haver equivocação, ocorrendo para enganar-nos à sua mesma interessante história das Matemáticas; alguma coisa mais, que existe, é inteiramente desconhecida, o que se observa pela criação da Academia Militar do Rio de Janeiro, em que para organizar compêndios se lançou mão das doutrinas de Biot, La Croix, Le Gendre, Francoeur, Prony, Bossat, La Caille, Marie, La Place, La Lande, Theveneau, etc., etc. ., porém não de Português algum que tivesse escrito, ainda que Dom Rodrigo fosse todo aferrado à literatura do seu país.

É agora que começa à reviver o espírito público, e que se desperta a capacidade de um Povo, colocado em uma posição vantajosa, para todos os ramos das ciências e das artes. Já vemos produções interessantes, que asseguram um porvir mais lisonjeiro; e a literatura Portuguesa começa a aparecer à sombra das instituições livres, que garantem a inviolabilidade da opinião e a liberdade de consciência. Silvestre Pinheiro, há muito conhecido na República das letras, passa hoje por um publicista de primeira ordem; Giraldes, Cardoso, Borges, etc. têm honrado igualmente a sua Pátria com interessantes trabalhos; porém tudo isso chega tarde para nós outros; já agora temos de carregar com toda a ignorância, que nos legaram nossos Pais; cuidemos unicamente em emendar a mão, educando os nossos filhos, e dirigindo-os pelo caminho das ciências e das artes.

Entre os brasileiros tem havido alguns homens distintos pelo seu saber; porém o mesmo sucede à seu respeito, que com os Portugueses; a apatia é o nosso cunho nacional. O mais interessante das nossas produções é sem dúvida o *Dicionário clássico da língua Portuguesa* por Antônio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro: ele é superior a todo encarecimento. O Doutor Arruda (Manoel) deixou incompleta a sua *Flora Pernambucana*; Frei Leandro apenas deixou de mais utilidade a sua *Memória sobre a preparação do Chá*; o Padre Caldas legou-nos

algumas poesias sacras de gosto original; o Doutor Marreiro, algumas memórias pouco lembradas ou conhecidas; Melo Franco, um ensaio sobre as febres intermitentes, e mais algumas produções deste teor, etc., etc.; porém não existe uma só obra clássica, de que possamos gloriar-nos, em nenhum ramo das Ciências positivas, exatas ou experimentais.

Um dos Brasileiros, que mais tem escrito, é sem dúvida o Visconde de Cairu; assim mesmo é tão pesado, indigesto e de mau gosto, que apenas há um ou outro Brasileiro, que conheça ou leia os seus escritos. O mesmo Senhor José Bonifácio não tem correspondido à vastidão do seu imenso saber; e deixaria uma memória estéril e passageira no mundo científico, se não tivesse legado aos Brasileiros a imortal obra da sua independência; em bem poucos anos ele será mais conhecido como político do que como literato. Os Senhores Antônio Carlos, Martim Francisco, Costa Aguiar, Marqueses de Baependi e Paranaguá, José Saturnino e vários ilustres Brasileiros, são outros tantos documentos vivos do nosso desleixo e abandono. Não é, nem pode ser no[ssa] intenção ofender a ninguém; longe de nós a pretensão de menoscar o crédito de uma porção de homens, a quem respeitamos por infinitas razões, e sobretudo pelo seu saber; os citamos como um doloroso exemplo da nossa apatia; e Deus permita que esta lição nos sirva para corrigir-nos, e para conhecer-nos, a fim de que não adiantemos um passo sem muita precaução.

Porém não devemos por isso entristecer-nos, visto que também tivemos alguns Poetas; ainda hoje são conhecidos pelos seus títulos o *Caramuru*, o *Uraguai*, a *Marília de Dirceu*, etc.; até tivemos uma Epopeia em língua latina; desta glória passageira ainda agora nos ressentimos, por isso que ainda conservamos a mania de *Poetas*. Há vinte e cinco anos que temos uma Academia Militar; composta de inúmeros preceptores; e à exceção de Manoel Ferreira de Araújo, que escreveu um *Tratado de Astronomia*, não houve todavia, quem se lembrasse de redigir um compêndio de doutrinas próprias para qualquer dos ramos das ciências exatas que ali se ensinam. [Se]rá pois por incapacidade ou por ignorância? Não; é por incúria, por desleixo, por apatia e por preguiça. Quem ignora o saber profundo de Frei Pedro de Santa Mariana? Lecionou por espaço de vinte anos o segundo ano matemático; tem de cor todas as fórmulas inventadas, e as teorias mais recônditas de todos os cálculos imagináveis, é um poço de conhecimentos; e sem embargo, o que tem até agora publicado um homem, a quem não se pode negar os requisitos necessários para fazê-lo? Já dissemos que entre nós existem alguns homens que *sabem*, porém quase nenhum que se dê ao trabalho de instruir os outros. É agora que o Senhor Calmon se lembrou de ilustrar os seus compatriotas, brindando-lhes duas interessantes memórias, que tanto honram a seu autor, quanto versam sobre objetos de primeira utilidade. Não menos digno de elogios se faz o Senhor Cândido de Deus e Silva pelas suas traduções

corretas e com bem acertada escolha; oxalá continuem ambos com a tarefa encetada; e que seus nobres e patrióticos esforços sejam premiados pelos votos de graça de seus Concidadãos.

Todavia o nosso saber não guarda proporção com o estado atual da ilustração do mundo, nem com as necessidades de uma população nascente, porém vigorosa e cheia de nervo, que precisa desenvolver toda a sua capacidade; os nossos conhecimentos no Brasil desaparecem no meio da *imperícia* da multidão; não possuindo homens abalizados nas ciências de utilidade, tampouco [*sic*] os possuímos nas de gosto e de ornato. É mister confessarmos, que em tudo somos medíocres e escassos, ainda mesmo no número; apenas contamos meia dúzia de velhos, cuja existência vai tocando o termo da vida, e de quem já pouco devemos esperar; e alguns mais moços que não querem desenganar-se, de que as ciências se inventaram para o proveito dos homens, e não para ornato de uma cabeça, ou para lisonjear o amor próprio daqueles que as professam; neste caso a fama do sábio, que sabe para si só, é como o relâmpago que passa, deixando traz si as trevas da ignorância. Entretanto, que esperanças podemos conceber dos nossos estabelecimentos científicos? Que nos digam de boa-fé esses fátuos *encomiadores* do nosso saber: o que há de esperar das nossas Academias, dos nossos CURSOS, e dos nossos Seminários, no estado em que se acham montados? Qual é a escola que promete entre nós um resultado lisonjeiro? Qual a instituição que anuncia uma colheita de homens sábios?

Os Brasileiros começaram por onde deviam acabar; trataram das ciências maiores sem cuidar da instrução primária. Bolívar pelo contrário, antes de reformar as Universidades de Colômbia, convidou ao célebre José Lancaster para vir estabelecer em Caracas uma escola normal, e divulgar o seu método de *ensino mútuo*, fazendo-lhe presente de 20 mil pesos (24 contos de réis) do seu próprio pecúlio para gastos de viagem, e oferecendo-lhe um grande subsídio durante a sua residência em Venezuela; onde esteve dois anos, deixando um viveiro em toda a República de muitos homens aptos para divulgar a instrução elementar. Os Estados Unidos servindo-se do mesmo método, e ainda aperfeiçoando-o, têm levado a educação primária a um ponto de perfeição, que causa inveja ao velho mundo. Digam-nos agora, o que se tem feito no Brasil a este respeito? Temos muitos Advogados, muitíssimos Cirurgiões, e muitos mais aspirantes a lugares de Magistratura; e sem embargo, todo os dias pedimos a Deus, nos livre de que a nossa honra, a nossa vida, e a nossa fazenda, passem por semelhantes mãos. A classe mais útil, a classe mais interessante, aquela que constitui o Estado, jaz toda na mais completa ignorância; queremos cadeiras e mais cadeiras, *ursos* e mais *ursos*, prebendas e mais prebendas, e não temos uma escola normal em nenhum ramo de pública utilidade.

O que acabamos de dizer é uma seta ervada, que vai ferir muito amor próprio exaltado; sabemos, como de certo, que não escaparemos à pecha de detratores; contar-se-ão *pelos dedos*

os sábios de todo o Brasil, e os progressos que as ciências têm feito, desde que tivemos a dita de obter um título de Doutor deste lado do Atlântico; sabemos, que vamos a ser tachados de inimigos do nosso *crédito literário*, e que não seremos perdoados pela audácia com que ferimos o orgulho dos idiotas, paciência: tudo isso entrou no nosso cálculo, tudo estava previsto quando nos lançamos nas águas de uma crítica razoável e comedida; porém não consentiremos, que se abuse da nossa boa-fé, atribuindo-nos desígnios alheios do interesse nacional; suplicamos portanto [*sic*] a todos os nossos leitores a indulgência, que merece um escrito desta ordem; e quando a reflexão os tiver desabusado de todas as suas prevenções, se convencerão de que o nosso objeto foi unicamente despertar aquela consciência, que nos obriga a conhecer-nos, bem a nosso pesar. Tornamos a repetir que temos alguns homens, que honram a sua pátria como literatos, porém eles apenas constituem honrosas exceções em meio dessa turba empírica. Não há, nem pode haver ofensa pessoal, quando não houve desígnio de ofender.

Conheçamo-nos pelo amor de Deus, sejamos sinceros, se queremos que nos tenham sequer em conta de um Povo *civilizado*; já que não podemos aspirar à honra de sermos contemplados no número daquelas Nações, que se tem por *ilustradas*. Não enganemos o Povo, não digamos que ele se acha *adiantado*, fazendo-lhe conceber uma falsa ideia da sua capacidade; o caráter do sábio consiste em desconfiar do seu saber; aquele que crê, *que tudo sabe*, não procura mais instruir-se. Descendentes de uma Nação mesquinha em conhecimentos, pobre de ciências e de artes, não podemos elevar-nos à categoria de outros Povos educados no centro de uma vasta erudição. Já que fizemos uma experiência profícua, já que em 1822 a Providência nos colocou em uma posição vantajosa, não abusemos da sua infinita bondade, anulando os vastos desígnios da sabedoria incriada; sigamos imperturbáveis a nossa marcha, desprezemos o canto dessas Sereias, que nos fazem perder o rumo, que temos levado até hoje; e demos ao mundo um formal desmentido do pouco caso com que somos considerados e dos prognósticos da nossa dissolução. Rechacemos com indignação as lisonjeiras promessas desses lobos carniceiros, que vivem à custa da Nação, e que lhe roem as entranhas devorando a substância pública; e quando algum malvado ouse atentar contra a *dignidade do Povo*, ou contra o *voto nacional*, façamos-lhe morder o mesmo pó, que pisa sua planta iníqua.

Pela série de fatos e de doutrinas, que temos enunciado, poderemos deduzir as seguintes consequências, recapitulando tudo quanto até agora temos dito:

1º- Que sendo nós outros descendentes dos Portugueses, achamo-nos por esta causa muito mais *atrasados* em conhecimentos do que os nossos conterrâneos, e somos por isso mesmo o Povo *mais ignorante do Continente americano*;

- 2º- Que sendo a nossa população composta de cinco distintas famílias, *quatro das quais são inimigas e rivais umas das outras*, não possuímos verdadeiro *caráter nacional*, o qual consiste na uniformidade de interesses e na *homogeneidade de todos os caracteres individuais*;
- 3º- Que não havendo afinidade entre os interesses individuais, tampouco pode haver interesse geral, fundado na *participação de todos na pública administração*, porque cada classe ou família quererá a primazia;
- 4º- Que não podendo verificar-se a participação de *todos* na pública administração, está destruído o elemento democrático, que consiste na igualdade de *direitos* para todos os cargos da República;
- 5º- Que estabelecida a igualdade de direitos para todos os cargos da República, *todas as classes poderiam aspirar ao mando supremo do Estado*;
- 6º- Que qualquer exceção desta garantia *em um governo popular*, transtorna a marcha da democracia, e reduz a Nação a um governo *oligárquico ou aristocrático*; que são duas formas odiosas, em que uma parte da sociedade oprime as outras partes;
- 7º- Que para estabelecer o equilíbrio entre as diversas *classes* da Sociedade, não se tem encontrado até hoje outro remédio senão a MONARQUIA, único expediente que pode aplicar-se com feliz sucesso para chamar a um centro comum os elementos desconhecidos de um *Povo heterogêneo*;
- 8º- Que as diversas naturezas da nossa população reclamam uma concentração mais vigorosa, que não pode dar-se, *sem incorrer na perda da liberdade*, senão em uma Monarquia constitucional;
- 9º- Que, segundo Maquiavel, nenhum Povo pode conservar-se, com segurança de não cair em tirania, senão por meio da estabilidade das Ordens do Estado, que aquele político entende, que são diferentes *classes* da Sociedade, cujos direitos devem ser respeitados reciprocamente;
- 10º- Que uma República democrática no Brasil não poderia existir sem degenerar em Timocracia, isto é, sem que participasse do mando supremo uma porção de homens de todas as *classes* para equiparar a desvantagem da nossa *heterogeneidade*;
- 11º- Que esta *participação* seria impossível pelos zelos e rivalidades, que existem entre aquelas mesmas *classes*, e por consequência a *guerra civil seria inevitável*;
- 12º- Que independente da nossa diversidade de famílias, temos ainda contra nós outros a *ignorância e atraso na ciência de governo*, vindo por este meio a estabelecer-se muito pronto a ação material contra a ação intelectual, *a força contra a razão*;

13º- Que não sendo justo, *nem possível*, privar nenhuma *classe* do direito de *elegibilidade*, aquela que for mais numerosa, será sempre preponderante, e os negócios públicos lhe serão subordinados, assim como os interesses das outras *classes*;

14º- Que na colisão de uma preponderância tirânica, ou de uma exceção odiosa, todas as *classes* cuidarão de elevar-se a um número suficiente para ganhar ascendência nas votações, ora ligando-se duas *classes* contra as outras, ora oferecendo vantagens àquela que ceder de suas pretensões, em cujo caso a derrota de umas trará a vitória das outras, que participarão, como todos os vencedores, dos despojos da batalha;

15º- Que não existindo finalmente nenhuma razão de estado, que guie a um Povo turbulento, quando os seus interesses não estão acordes, o resultado será (e o tem sido sempre), o lançarem-se nos braços de uma *autoridade tutelar*, que salve a todos da anarquia, cobrindo-os com a *palma da Ditadura*. Eis aí as causas primárias dos Ditadores de Roma, e dos que oferece presentemente a história da América meridional; eis aí com melhores elementos os horrorosos troféus das Repúblicas Inglesa e Francesa sob as Ditaduras de Cromwel e de Napoleão. O nome do Doutor FRANÇA é OMINOSO na América; quererá acaso reduzir-nos à condição do Paraguai? É um velho de 79 anos, quem dirige os destinos daquele país; talvez o exemplo estimule a ambição do *caduco* parlamentar; Deus nos preserve de semelhante aborto.

Uma vez provada a *impossibilidade absoluta* de um governo democrático no Brasil, passemos a demonstrar as vantagens do governo monárquico. Principiaremos pois pela origem da Monarquia, e o que deveu ser no princípio das Sociedades esta forma de governo.

Se perguntarmos a muitos dos nossos literatos, que ideia fazem da decantada República de Platão, talvez responderão o mesmo que, há poucos dias, ouvimos a um sujeito de mediana instrução; isto é, uma associação de sábios e filósofos, ligados por anos da sabedoria, e vivendo de comum acordo debaixo de um regime democrático, e sob a influência de uma *perfeita igualdade*; ele se admirou em extremo, quando lhe dissemos, que a sua ideia era inteiramente falsa; e que o governo da República de Platão era uma *Monarquia limitada* ou uma Aristocracia, em que a desigualdade política era um dogma consagrado. E como seja um erro admitido entre nós, quando se fala em República, crer que é unicamente um governo democrático, diremos, que esta voz é tão bem equivalente ou *sinônima* de *Estado*; que em muitos dos Forais das Cidades, Vilas e Conselhos de Portugal se encontram as palavras e *cargos* de *República* por cargos municipais; que entre os Espanhóis, se acham igualmente nas leis das 7 partidas as palavras “*ofícios de República, ou encargos consejiles*” sem que se entenda por isso que os Portugueses ou Espanhóis tenham sido Republicanos em tempo algum; porém como

tenhamos a desgraça de não haver em vulgar o interessante *Diálogo sobre a justiça*, conhecido pelo título pomposo de *República de Platão*, passamos a fazer um esboço desta obra para desabusar aqueles que ainda creem em uma República imaginária, em um governo de Anjos ou em uma terra de Cogne.

Entre todos os escritos de Platão passa por Chefe de obra o seu diálogo sobre a Justiça; é o mais belo e o mais interessante de todos os seus Diálogos; e como no juízo de Cícero nenhum filósofo o igualou, segue-se que de tudo quanto nos deixaram os antigos, sobre moral e sobre política, aquela obra é a melhor e a mais bem escrita; é pois com ela à vista, que nós damos a substância das doutrinas que encerra. Existimos em um século em que todo o mundo presume de filósofo, mas comparando a moral de Sócrates com os livros daqueles que se picam de sábios, se conhece à primeira vista, que aquele filósofo, ajudado unicamente pelas luzes da razão, raciocinou melhor sobre a lei natural e sobre a essência da justiça, do que aqueles, que não reconhecem outra lei da natureza que o instinto animal, nem outra justiça que o interesse do mais forte. É cousa digna de notar-se, que um pagão elevasse um edifício de moral, cuja perfeição é devida à seus próprios esforços, em tanto que os Cristãos, que se jactam de ter herdado toda a sabedoria de Sócrates, trabalham para destruir, não só a obra de inteligência humana e da razão universal de todos os seres criados, senão a da revelação, e de uma sabedoria infinitamente superior a toda sabedoria dos homens. Porém, o que mais surpreende é ver, que a mais de dois mil anos antes, Sócrates (ou Platão) responderá a todas as objeções, que se encontram nos escritos modernos sobre a religião natural, e destruirá esses sistemas monstruosos, que ultimamente se tem improvisado como novas descobertas. Pelo menos faremos um serviço a todos aqueles, que não tem a possibilidade de ler obras desta natureza, desmascarando a má fé dos que pretendem autorizar suas precárias opiniões com os escritos destes filósofos.

O método, que Platão segue nesta obra, como em todas as outras, é o que convém a uma conversação familiar; ele se propôs nela duas coisas: 1º indagar o que constitui o homem *justo*, ou em que consiste a *justiça*; 2º comparar a condição do homem de bem com a do malvado, para poder decidir qual das duas é preferível. A primeira questão ventila-se em uma conversação entre Sócrates e o velho Céfalo; Trasímaco dá lugar à segunda, querendo sustentar a sua definição de justiça, que ele entende ser o *direito do mais forte*, anadindo [?] que a felicidade do homem cresce em proporção da sua maldade, contanto [*sic*] que ele tenha, além de vontade de cometer o mal, o poder de o fazer impunemente. Sócrates responde a todos estes argumentos, e confunde o Sofista; o primeiro livro serve como de prelúdio ao resto da obra. A disputa renasce no segundo livro, em que Glauco e Adimanto Irmãos de Platão, tomam a mesma

objeção de Trasímaco, insistindo em que tanto a justiça como a injustiça têm as mesmas consequências, consideradas isoladamente; que somente sobre o exame da natureza de uma das duas era que se podia decidir, se o partidário da virtude será mais feliz que o do vício; é então que Sócrates propõe a comparação entre uma Sociedade inteira e um indivíduo particular, fazendo sentir, que será mais fácil conceber a natureza de qualquer das duas (justiça ou injustiça) comparando o grande modelo com o pequeno; porque, diz ele, aquilo que constitui um Estado *justo*, deve constituir igualmente *justo* um particular, atentas as relações, que deverá existir entre um todo e as suas partes. Neste caso Sócrates propõe a formação de uma República; eis aí no que estriba a reputação da tão famigerada República de Platão.

Para proceder na sua análise, Sócrates se eleva até a origem da *Sociedade civil*, e estabelece os cimentos da sua República, sobre os quais se forma, cresce e aperfeiçoa; começa por não admitir senão o *necessário* para a existência dos Cidadãos deste Estado nascente; ele os supõe tais, quais deviam existir no estado de pura natureza, e diz, que uma Cidade composta de semelhantes habitantes deve ser uma Cidade perfeita. Depois disto concede-lhes por gradação aquilo que serve de *comodidade*, e mais logo o *supérfluo*; as artes liberais, que servem para recreio, entram sucessivamente nesta Cidade com o aparato que lhes corresponde. Já não é simplesmente uma pequena Sociedade, é uma Nação, cujo Corpo político ele divide em 3 Ordens ou Classes distintas: a dos *Guerreiros*, a dos *Magistrados*, e a do *Povo*. Então prova, que um estado é *justo*, quando o Povo e os Guerreiros estão sometidos aos Magistrados, e *estes às leis do país*; e examinando (livro 4º) se na alma de cada homem existe três partes, que correspondam a estas três Ordens, ele acha que, com efeito, a Razão representa o Magistrado, a coragem o Guerreiro, e as *paixões* o Povo; donde conclui que o *homem é justo*, quando a coragem e as paixões se acham perfeitamente subordinadas à sua *razão*.

Uma vez reconhecida a natureza da *Justiça*, Sócrates passa à examinar (livro 8º) quais são os seus efeitos; para o que, tornando à comparação entre o governo político e o governo interior do homem, ele apresenta cinco formas de governo, a saber: o *governo monárquico* ou aristocrático, que é o da sua República, e aquele que supõe *ser o melhor, o mais justo e o mais perfeito de todos*; o *governo timocrático*, onde reinam a *ambição, a fraude, a cabala, a intriga*, e as *facções*; tal é, diz ele, o governo de Creta e de Esparta; o *governo oligárquico*, onde somente os ricos têm parte nos negócios públicos; o *governo democrático*, ou *popular*, onde imperam todas as paixões humanas; e finalmente o *governo tirânico*, que é o pior de todos os governos. A estas cinco formas essenciais, ele opõe cinco espécies de homens; isto é, considerando o homem segundo o estado de suas afeições morais, o nosso filósofo vai comparando por uma prudente analogia cada homem a cada governo; a saber: o homem JUSTO ao governo

MONÁRQUICO; o homem ambicioso ao governo timocrático; o homem INTERESSEIRO E AVARO ao governo oligárquico; o homem dominado por todas as paixões, sem nenhuma exceção, ao governo democrático; enfim o homem possuído de uma paixão violenta, que se apodera de toda a sua alma, ao governo tirânico. É notável a inteligência e sabedoria com que o filósofo explica a *transição* sucessiva de um governo a outro menos perfeito, e de uma a outra espécie de homem.

Depois deste engenhoso paralelo, Sócrates passa a tratar da segunda questão, dizendo que, *assim como o mais feliz de todos os Estados é aquele, que é governado por um Rei filósofo, isto é, amigo da razão e da verdade*, e o mais desgraçado aquele, que tem por Chefe um Tirano; (livro 9º) do mesmo modo a condição mais feliz é a do *homem justo*, que obedece em tudo à sua razão; e a mais miserável a do malvado, dominado por todas as suas paixões. A fim de que seja completa a vitória da *Justiça* sobre a *Injustiça*, Sócrates torna ao seu primeiro argumento, (livro 10) em que ele não tinha ainda tomado em consideração os bens e males exteriores, que acompanham a prática da virtude e do vício; ele pretende agora, que se tributem à virtude as honras e recompensas, que ela deve esperar dos homens e dos Deuses, tanto nesta como na outra vida; e ao vício o opróbrio e o castigo, que ele merece. O diálogo acaba por uma alocução sobre o estado dos bons e dos maus na outra vida, que o filósofo coloca na boca de um Armênio, que acabava de ressuscitar, 12 dias depois de morto. Tal é o conteúdo do excelente Diálogo sobre a Justiça ou da *República* de Platão, como vulgarmente se diz. Esta obra, segundo o método que Platão admitia em todas as deste gênero, contém muitas digressões interessantes, que não devem considerar-se unicamente como flores ou inúteis ornatos; passemos a considerá-las em toda a sua luz.

A primeira digressão versa sobre a educação dos Guerreiros; Sócrates fala dos exercícios próprios para formar o espírito e o corpo, que ele distingue pelos nomes de *música* e de *ginástica*. É neste lugar, que ele proscree e bane a Homero, e a outros poetas, da sua República, por haverem divulgado mentiras a respeito dos Deuses, dos Heróis, dos Infernos, etc., etc.; porém não exclui absolutamente toda espécie de poesia senão a *imitativa*, que só trata de lisonjear as paixões. A segunda digressão contém a extravagante ideia da *comunidade das mulheres entre os Guerreiros*; onde pretende provar, que as ocupações dos homens destinados a defender o estado devem ser comuns entre eles e suas mulheres, e por consequência, que estas devem ser educadas na *música* e na *ginástica*; que as mulheres dos guerreiros devem ser *comuns* entre todos, afim [*sic*] de fazer da sua República uma só família, e de abolir os nomes odiosos de *meu* e *teu*, evitando desta arte toda origem de discórdia e de divisão. Esta nódoa, esta mancha, que desfigura tão belo quadro, prova que os sábios têm seus momentos de delírios, e que o

homem abandonado a si mesmo mostra sempre, que é homem. Todavia, será isto uma asserção positiva, ou uma daquelas brilhantes alegorias, com que Platão muitas vezes reveste uma importante verdade? Qual será o sentido desta ficção engenhosa? O que quereria ele significar por meio da *comunidade das mulheres*? Eis aí o que ainda nenhum crítico nos explicou, nem talvez entendeu.

A objeção, que fazem a Sócrates, dizendo-lhe, que o plano da sua República é muito belo porém *irrealizável*, produz a terceira digressão, a mais extensa, e ao mesmo tempo o rasgo mais sublime e mais brilhante de toda a obra. Respondendo a esta objeção, diz, que não há esperança de ver sobre a terra uma República semelhante à sua, enquanto a filosofia não subir ao trono na *pessoa dos Sábios*, ou os reis não forem *filósofos*, porque ele não considera, que possa dar-se *razão, justiça e sabedoria*, senão em um governo *monárquico limitado*. Para prevenir qualquer equivocação, esboça o caráter do verdadeiro sábio, a quem só convém o título de filósofo; ele prova, que são poucos os homens, que nascem com aquelas qualidades necessárias, e que ainda assim são corrompidas pela má educação; ele distingue o verdadeiro do falso filósofo, e para evitar que se atribua à filosofia os males, que tem causado os pseudo-filósofos, ele indica a maneira pela qual deve ser educado o homem destinado a governar o Estado. Enfim, no livro 10º, dá-lhe o último golpe à poesia imitativa, e a desterra de novo da sua República, permitindo-lhe antes que se defenda por si e por seus amigos.

Pelo que acabamos de expor, vê-se claramente, 1º, que este diálogo é em parte *moral* e em parte *político*; que o desígnio de Platão não foi formar um plano de governo, como muitos supõem, enganados pelo título da obra, que não é conhecida senão pela *República de Platão*; mas sim apresentar um quadro do homem *justo, virtuoso, e perfeito*, comparando-o com uma forma de governo tão excelente em seu gênero, como pode sê-lo o coração do justo; vulgarmente se diz, que o homem é um mundo em miniatura, e Platão quis, que ele fosse uma pequena República; 2º, que a hipótese de uma República perfeita não é mais quimérica, que a do homem perfeito, e que se Platão não tivesse feito entrar no seu governo os sonhos da *comunidade das mulheres*, e outras extravagâncias desta espécie, o que ele diz não seria mais impossível, nem menos praticável a respeito do governo, do que a respeito do *homem justo*, ou do verdadeiro filósofo; 3º, que Platão foi bastante sensato para crer, que nem a sua *República* nem o seu *Justo* pudesse existir tais, quais ele os imaginou; e assim se explica no livro 5º. = para dar uma ideia dos efeitos da justiça e da injustiça era mister ter diante dos olhos dois modelos completos, um da bondade, outro da maldade; que ele não pretende, que semelhantes modelos possam existir, porém, que quanto mais o homem se aproxime de um ou de outro, tanto mais feliz ou desgraçado será, etc.

Recalamos um pouco mais esta exposição, porque temos notado que muitas pessoas, aliás de alguma habilidade, não tem apreciado o sistema de Platão pelo lado, que deve ser considerado; este profundo filósofo não pode ser bem entendido sem ser muito estudado e meditado. Cada vez que lemos os seus escritos, achamos novas belezas, novas ideias, que antes nos haviam escapado; quem tiver lido Plutarco, Xenofonte, Aristóteles, e Platão possuirá sem dúvida uma massa de conhecimentos, superior aos que podem proporcionar todos os modernos juntos, que hajam tratado da política, da moral, e da história; depois deles somente achamos originais, entre os latinos, de não menor interesse; e apesar do aumento progressivo dos conhecimentos humanos depois dos séculos tenebrosos, que sucederam a invasão dos bárbaros do Norte, nem João de Barros, Mariana, Hume, Maquiavel, Casanova, Daru, etc., ainda poderão equiparar a Tito Lívio, apesar dos seus impotentes esforços para imitá-lo na dicção e na beleza. À exceção das ciências exatas, físicas ou naturais, ainda hoje os modernos não adiantaram um passo, além daquilo que nos legaram os antigos; e sem embargo blasonamos do nosso profundo saber, e desprezamos as máximas daqueles homens, que souberam mais que nós, somente por que são, ou nimamente sublimes para a nossa inteligência, ou pouco conformes com a índole atual do nosso século.

É pois nos filósofos antigos, que os nossos jovens Oradores, que quiserem constituir-se os oráculos da tribuna, devem meditar a ciência dos governos; eles devem lembrar-se de que todas as questões concernentes à moral dos Povos civilizados, que ainda hoje se dilucidam, acham-se todas resolvidas a mais de 20 séculos pelos filósofos Gregos, e que os grandes Oradores Ingleses brilharam sempre pelo estudo das antiguidades. Os famosos Sheridan, Pitt, Fox, Stafford, Canning etc., que foram o modelo da oratória improvisada, marcharam sempre pela senda dos antiquários, e encheram de espanto seus contemporâneos pelas doutrinas, que propagaram na tribuna; o último, (Mister Canning) sustentando na Câmara dos Comuns a necessidade de proteger a Constituição de Portugal, provou, que a Inglaterra por uma aliança de muito mais de cem anos com aquele estado, se achava no *casus fasteris* dos antigos, e trouxe para isso a história da liga dos Aqueus, e sucessivamente a de todas as ligas até os nossos dias, sem que os mesmos princípios houvessem nunca sido interrompidos por mais de 23 séculos de Nação à Nação, de Povo à Povo; este brilhante discurso, onde reina a erudição mais profunda, produziu a concessão dos meios necessários para a desejada intervenção.

IV – *Compêndio da História do Brasil (desde 1500 até o majestoso ato de coroação e sagração do Sr. D. Pedro II)* (1843)

Foram publicadas 5 edições do *Compêndio*. A primeira saiu em dois volumes. A segunda foi uma compilação em um único volume. Da terceira edição não consta data de publicação. A quarta edição saiu em 1852. A última foi publicada em 1882, numa edição póstuma. As edições do *Compêndio*, aqui mencionadas, são citadas por Selma Rinaldi na sua tese (2007). De acordo com a autora, todas as edições foram feitas pelos mesmos editores, ainda no século XIX, e Abreu e Lima teria tido uma participação ativa apenas nas duas primeiras edições.

O *Compêndio* está disponível no acervo do site do IAL em edição fac-similar da primeira publicação. A primeira edição que usamos para a transcrição é desta versão que se encontra no site do IAL.

Um país, que apenas conta vinte anos de existência como nação, não pode ter literatura propriamente sua; porque nos primeiros desenvolvimentos da inteligência não é dado tocar a perfeição, que se requer nas obras do espírito humano. Todas as nações existiram anos e séculos antes de possuírem uma literatura própria; e só depois da introdução das artes e das ciências, é que cada povo as vai apropriando e desenvolvendo segundo o caráter nacional, e formando deste modo o pecúlio de suas doutrinas e fatos. Assim foi que as artes precederam as ciências, que a crônica precedeu a história, porque começou-se pela prática e acabou-se pela teoria.

É verdade que, como colônia, pertencíamos a um povo civilizado, que tinha uma literatura, acrescento que desde muitos anos escritores Brasileiros se haviam assinalado entre os que tinham nascido na Metrópole; porém embebidos nas máximas dos que nos ditavam a lei, seguíamos à pista as doutrinas, os erros e até a vaidade dos nossos dominadores, sem que as nossas obras cheirassem ao menos às flores da nossa eterna primavera. Não há muito que pela imprensa se negou a naturalidade de um dos nossos melhores poetas, só porque em suas poesias falava do Tejo e do Douro, de pastores e cajados, da faia e da oliveira, em vez do Paraíba e do Rio Doce, do laço e das bolas, da jabuticaba ou da mangabeira. Isto, que em outras circunstâncias pareceria pueril, é a meu ver forte argumento para provar, que aquela parte da literatura portuguesa, obra de escritores Brasileiros, pertence-lhe exclusivamente, porque tem todo o cunho da sua nacionalidade.

Porém nós não somos um povo nascido ao acaso, de origem duvidosa, e de remota antiguidade; formados, por assim dizer, da mesma carne, crescemos com os nossos progenitores, e vigoramos debaixo de suas leis, de seus usos e costumes, e de sua educação. Emancipados pela ordem natural, achamo-nos de par em par na mesma linha de civilização; tanto que ao mesmo tempo uns e outros adotamos os mesmos princípios, e seguimos quase a mesma vereda. No entanto sem dependência imediata, sem contato moral, as ideias começam a desligar-se, e nós começamos também a receber a impressão deste clima, que exclusivamente nos pertence, e deste solo, que nos nutre e nos abriga. Sem os estorvos que o zelo indiscreto dos Portugueses nos punha sempre por diante, para impedir o rápido voo da nossa inteligência, devemos cuidar de reparar o tempo perdido, dando princípio à obra da nossa regeneração intelectual, e preparando os elementos de uma literatura propriamente brasileira.

Neste caso, todo aquele que lançar uma pedra no cimento do edifício, fará importante serviço à sua pátria, embora não tenhamos grande material por ora, porque o tempo, e só o tempo, pode reuni-lo com proveito. Felizmente para o Brasil, não sou eu o único que assim pensa; antes de mim muitos dos meus compatriotas têm já concorrido com a sua quota para o depósito comum; mas torno a repetir: todo aquele que lançar mais uma pedra, será digno de

galardão. E como na literatura propriamente dita tem o primeiro lugar a história, nenhum serviço será mais apreciado do que aquele que começar por preparar-lhe os elementos, averiguando e ordenando os fatos, corrigindo e verificando as datas, e sobretudo [sic] esmerilhando antigos documentos para salvá-los do esquecimento, ou para comprovar muitos feitos, que pela diuturnidade passam hoje por meramente fabulosos, ou que virão a parecê-lo no futuro, se correrem sem provas da sua realidade.

Devo antes declarar, que a obra, que dou a luz, não é lembrança minha; prestando-me ao encargo de formar – Um *Compêndio da História do Brasil* – para uso da mocidade Brasileira, eu não pretendo outro prêmio senão o do benévolo acolhimento do meu trabalho, se ele for digno dessa honra. Resta-me agora dizer os meios que empreguei na redação deste *Compêndio*, que muito pouco tem de própria lavra. Servi-me em grande parte do trabalho alheio, porque nem me era possível compulsar arquivos, e muito menos repassar centenaes de livros para recolher um ou outro fato, uma ou outra relação, quando antes de mim tinham alguns praticado este exame; portanto a minha obra não é uma composição inteiramente original, mas uma compilação de vários autores, que julguei mais habilitados, pondo todo o meu esmero em reunir de todos eles o maior número de fatos, que me foi possível, organizando-os depois em série por meio de uma muito exata dedução cronológica.

Eis aí pois as obras de que me servi: a muito famigerada *Corografia Brasília* do padre Aires de Casal; *História do Brasil* de Robert Southey, recopilação por Beauchamp; *Resumo da História do Brasil* por Bellegarde, recopilação do – *Brésil* – por Fernando [?] Denis; *História do Brasil*, etc., por Armitage. No primeiro capítulo, ou primeira época, segui a introdução do padre Aires com as variantes e correções dos dois escritos publicados ultimamente pelo Senhor Francisco Adolfo de Varnhagen, debaixo dos títulos – *Diário da navegação de Pero Lopes de Sousa*, etc.; *Reflexões críticas sobre o Escrito do século 16*, impresso com o título de *Notícia do Brasil*, etc.; porém na parte descritiva preferi antes a Southey e a *Introdução corográfica à História do Brasil* por Bellegarde. Do segundo capítulo por diante, até o quinto inclusive, segui a recopilação de Southey por Beauchamp, e a de Fernando [?] Denis por Bellegarde, com as correções de outros escritores, principalmente sobre a guerra dos Holandeses, etc.

Nos 6º e 7º capítulos extratei em grande parte, e segui a história de Armitage, como a única de que me podia valer; assim mesmo tive que fazer-lhe muitas alterações essenciais por outros escritos, que me pareceram mais exatos; como por exemplo: na parte relativa às províncias do Rio Grande do Sul e de Montevideú, cingi-me exatamente aos *Anais* do Visconde de São Leopoldo, como mais habilitado para falar dessas guerras, de que foi, por assim dizer, quase testemunha ocular; e no que toca à revolução de Pernambuco em 1817, extratei a história

ultimamente publicada pelo Doutor Muniz Tavares, com pequenas alterações na parte de que eu estava pessoalmente informado. O 8º e último capítulo é todo de redação própria, porque nada havia escrito dessa época.

O mérito da minha obra, se pode ter algum, consiste pois na recopilação de grande número de fatos, que se acham espalhados por muitos escritos em diferentes épocas, vindo a ser o primeiro *Compêndio* da História do Brasil, senão tão exato quanto podia sê-lo, ao menos o mais rico em documentos preciosos, alguns dos quais já são muito raros, e outros que apenas se encontram nas grandes coleções, difíceis de possuir pelo seu preço, e por isso quase impossível de consultar. Para mais facilidade, e até para avivar a memória, fiz um índice cronológico dos principais acontecimentos, referidos neste *Compêndio*, o qual deve preceder as peças justificativas. Conquanto [*sic*] os documentos por extenso não sejam essenciais pelo extrato, que deles se fez no texto, todavia tem o merecimento de se verem juntas tantas peças, que por separadas raras vezes se encontram, e para prova basta o incômodo que tivemos para obter algumas, quase esquecidas em mãos particulares.

Resta-me tão somente falar sobre o estilo, coisa que poderia omitir, porque sabe-se que a história compreende todos os estilos: a narração de um fato praticado na ordem dos acontecimentos ordinários, ou a de um fenômeno singular que produziu efeitos desastrosos, a relação de uma batalha, os atos de grande valor ou de devoção patriótica, a pintura das paixões desenfreadas, que arrastam consigo os destinos das nações, os vícios ou as virtudes de um povo, o furor do fanatismo político ou religioso, cada um destes assuntos demanda diverso modo de dizer, assim como um quadro exige diferentes tintas, conquanto [*sic*] seja delineado pelo mesmo pincel. A variedade pois do estilo, que se encontra no meu *Compêndio*, não é um defeito como se poderia supor, mas tampouco é filha da arte, pois que, como já disse, muito pouco há de própria redação; extratando ou copiando, conservei muito de propósito o estilo dos autores, de que me servi, alterando poucas vezes uma ou outra palavra, uma que outra frase.

Se me tivesse limitado a escrever tão somente acerca das gerações passadas, poderia sem receio aventurar o meu juízo sobre a sua história; porém querendo levar adiante o meu plano até a época atual, contentei-me com assinalar os fatos sem nenhuma reflexão. Muitas vezes omiti o nome de algumas pessoas, que bastante figuraram em acontecimentos melindrosos, para evitar queixumes, e talvez ressentimentos daqueles, com quem vivemos de parceria. Por este motivo antes quis passar por simples cronista do que por historiador, reservando minhas opiniões para não parecer temerário. E de certo, é quase impossível a imparcialidade na história contemporânea; qualquer juízo acerca de um fato, por imoral ou desonroso que seja, achará sempre quem o tache de injusto, por isso mesmo que, para quem o

praticou, haverá sempre uma circunstância favorável que o atenua. Neste conceito evitei, quanto me foi possível, comprometer a honra ou ferir o amor próprio de qualquer homem, que estivesse vivo, contentando-me com referir os acontecimentos, como se passaram, e deixando à posteridade o direito de julgá-los.

O nome *Brasil*, que em seu princípio só foi dado a uma parte da costa marítima, estendeu-se logo a todas as possessões portuguesas da América meridional, que hoje formam o grande Império daquele nome, ocupando a parte mais oriental desta região. Jaz entre os 5 graus de latitude setentrional, na serra da Paracáina, cabeceiras do rio Branco, e a ponta de Castilhos-grandes aos 34 graus e 15 minutos de latitude austral, tendo 785 léguas de 20 ao grau de norte a sul. De Leste a Oeste fica entre 9 graus e 30 minutos de longitude oriental do meridiano do Rio de Janeiro, e 26 de longitude ocidental, tendo 710 léguas desde a ponta de Olinda até o presídio de Tabatinga no Amazonas, pouco acima da confluência do Javary, o que faz a sua maior largura Leste-Oeste. A sua extensão encerra mais de dois quintos da América meridional; as praias e as enseadas lhe dão mais de mil e duzentas léguas de costa.

Quando se descobre do mar este continente parece montanhoso, agreste e desigual; mas de perto nenhuma vista no mundo é mais pitoresca nem mais admirável: os seus montes são coroados de magníficos bosques, e seus vales revestidos de perpétua verdura. O interior do Brasil é por assim dizer uma imensa floresta; poucas regiões do mundo são mais regadas e vivificadas com tanta profusão. O *Amazonas*, com 1:200 léguas de curso, é o maior rio do mundo, e atravessa 500 léguas de território brasileiro pela província do Pará; ao Amazonas segue-se o *Paraguai*, que passa por mais de 200. Os rios Madeira, São Francisco, Tocantins⁷⁰,

⁷⁰O Tocantins, cuja embocadura é vizinha a do Amazonas, vem misturar as suas águas por um braço de comunicação à vasta corrente do grande rio. É ali que, durante as grandes marés, a rapidez das suas ondas reunidas produz uma qualidade de fenómeno periódico, chamado *pororoca* pelos Índios. Nesta conjuntura cousa alguma se pode opor à violência das ondas do Oceano, e dos rios que se misturam com estrondo. Um ruído espantoso anuncia e acompanha esta súbita invasão; montes de água doce se elevam, abatem-se, sucedem-se, e cobrem em um instante quase toda a imensa largura do canal; espantosas ondas varrem a praia, arrancam pela raiz grossas árvores, levam consigo pedaços de terreno, e até submergem as embarcações, que estão expostas ao seu furor. (B. Hist. do Brasil).

e Paraná, formam a segunda ordem; Tapajós, Xingu, Uruguai e Araguaia, a terceira; Itapicuru do Maranhão, Paranaíba, Negro, Jacuí, Japurá e São Lourenço, a quarta; Paraíba do Sul, Mearim, Jaguaribe, Paraíba do Norte, Paraguaçu, Contas, Belmonte, Doce, Tietê, Paranapanema, Branco, Içá, Curitiba, Pardo e Cuiabá, a quinta; Capibaribe, Piranhas, Tajaí, São Mateus, Patipe, e Itapicuru da Bahia, a sexta; além de muitos outros, que por pouco conhecidos, ou menos extensos, não mencionamos.

As lagoas mais consideráveis são: as dos Patos e Mirim na província do Rio Grande do Sul; os chamados lagos Xaráes [?] e Parima são inundações periódicas, este do rio Branco e aquele do Paraguai. Além das ilhas de Fernando de Noronha, 60 léguas a Este do cabo de São Roque, e da Trindade, a 200 do mesmo rumo do cabo de São Tomé, ambas pequenas e a última deserta, as outras estão juntas à costa. São estas: a de Marajó ou Joanes no Pará; São Luís e São João no Maranhão; Itamaracá em Pernambuco; Itaparica na Bahia; Ilha grande no Rio de Janeiro; São Sebastião, Santos, e Cananeia em São Paulo; São Francisco e Santa Catarina na província deste nome.

Os portos mais notáveis e importantes, além do Rio de Janeiro e Bahia, são: Pará, Maranhão, Tutoia, Ceará, Aracati, Natal, Paraíba, Petimbú, Recife, Tamandaré, Barra Grande, Maceió, Coruripe, Cotindiba, Rio Real, Rio de Contas, Ilhéus, Belmonte, Porto Seguro, Caravelas, São Mateus, Espírito Santos, Benevente, Campos, Macaé, Cabo Frio, Ilha Grande, Paraty, São Sebastião, Bertioxa, Santos, Cananeia, Paranaguá, São Francisco, Santa Catarina, Laguna, e Rio Grande.

Os cabos principais são: do Norte na Província do Pará, São Roque no rio Grande do Norte, Santo Agostinho em Pernambuco, São Tomé e Cabo Frio no Rio de Janeiro, e Santa Marta em Santa Catarina. As cotas setentrionais, desde o Pará até o Rio de São Francisco, são semeadas de arrecifes e ilhéus, nos quais se quebram as vagas do Oceano, oferecendo repetidas vezes a imagem de um molhe natural contra as ondas, que se estendem em paralelo à costa. Aos 17 graus de latitude ao sul começam pouco mais ou menos, na distância de 12 léguas de Porto Seguro, os famosos cachopos denominados os *Abrolhos*, que se estendem mais de 60 léguas, e são o terror dos pilotos. Tem-se aqui descoberto muitos canais estreitos, por onde os navios podem abrir passagem, porém sempre com grandes perigos.

As serras mais notáveis são: as que ao norte servem de limites ao Brasil; a de Ibiapaba, que divide as províncias do Ceará e Piauí; a da Borborema, que atravessa parte da província de Pernambuco, a da Paraíba, e a do Rio Grande do Norte até o Cabo de São Roque; a das Mangabeiras, que divide as províncias do Maranhão e Piauí da de Goiás, tomando depois os nomes de Duro, Tabatinga, Araras, Cristais, Marcela, etc., e continuam separando a província

de Goiás da de Minas Gerais. A serra do Espinhaço, com os nomes de Mantiqueira, Grão Mogol, Branca, Almas e Chapada, começa nos limites da província de São Paulo com a de Minas, onde tem origem o Rio Pardo, e confluente que vão desaguar no Paraná; segue pelo interior da província da Bahia, dividindo sempre as águas que se dirigem ao rio de São Francisco, das que vêm ter ao Oceano, tendo nela origem muitos e consideráveis rios.

ZOOLOGIA: contam-se para mais de 60 espécies de animais *Quadrúpedes* indígenas dos 18 gêneros seguintes: *Mono*, *Mocó*, *Coelho*, *Quati*, *Lontra*, *Onça*, *Cão silvestre*, *Gambá*, *Porco espinho*, *Capivara*, *Caxinguelê*, *Rato*, *Tamanduá*, *Tatu*, *Preguiça*, *Anta*, *Porco e Veado*. Das Aves há um grande número, das quais são as mais notáveis: entre as rapazes, *Urubus*, *Gaviões*, *Corujas* e *Caborés*: entre os pássaros, *Araponga*, *Carajúá*, *Cardeal*, *Sabiás*, *Encontros*, *Galo da Serra*, *Andorinhas*, *Caliangús* ou *Bacorãos*, *Beija-flor*, *Pássaro-mosca*, *Saís* e *Bem-te-vis*; entre as trepadoras, *Anus*, *Surucuás* ou *Capitães do mato*, *Tucanos*, *Papagaios*, e *Picapaus*: entre as galináceas, *Pombas*, *Mutuns*, *Jacus*, *Macucos*, *Nhambus* e *Emas*: entre as paludais, *Inhuma* ou *Unicorne*, *Garças*, *Socós*, *Jacamins*, *Jaburus*, *Colhereira*, *Frangos-de-água*, *Piaçocas* e *Guarás*: entre as nadadoras, *Gaivotas*, *Pato arminho*, *Patos Caperorocas*, *Marrecas* e *Mergulhões*.

Dos répteis, descreve o Doutor Spix 18 espécies entre *Tartarugas*, *Cágados* e *Jabotis*: 4 de *Crocodilos* ou *Jacarés*: trinta e tantas de *Lagartos* e *Bípedes*: quarenta e tantas de *Cobras*, e mais de 50 de *Rãs*, *Sapos* e *Rubetas*. Dos Peixes, os mais estimados ou abundantes são: do mar, *Badejo*, *Mero*, *Garoupa*, *Cherne*, *Bijupirá*, *Linguado*, *Sardinha*, *Anchova*, *Bagres* e *Miraguaia*; de água doce, *Pirarucu*, *Bagre*, *Surubim*, *Rubalo*, *Mandis* e *Camurupins*. Há um cem número de insetos, entre os quais se contam como mais prejudiciais: *Cupim*, *Formigas*, *Carrapatos*, *Gafanhotos*, *Moscas*, *Mosquitos*, *Bichos-do-pé*, além de outros destruidores das plantações. Também há muitas espécies de *Abelhas*, assim como de *Bichos-de-seda*, e *Cachonilha*, de que poderíamos tirar grande proveito.

FITOLOGIA: Talvez não haja país, que possa competir com o Brasil na multiplicidade de vegetais, ao menos no préstimo. Entre as preciosas madeiras indígenas de construção e marcenaria contam-se: *Araribás*, *Acupá*, *Brasileto*, *Caixeta*, *Canela*, *Cedros*, *Gonçalo Alves*, *Graúnas*, *Gurubús*, *Igrapiapunha*, *Ipê*, *Jacarandá*, *Jiquitibá*, *Jetaí*, *Mirapinima*, *Óleos*, *Pau-de-arco*, *Pau-ferro*, *Pequiá*, *Peroba*, *Sicupira*, *Tapinhoã*, *Vinhático*. Das plantas alimentárias são notáveis: *Abiu*, *Abacate*, *Ambu*, *Ananás*, *Araçás*, *Açaí*, *Atas* ou *Pinhas* e *Frutas-de-Conde*, *Aipim*, *Batatas*, *Baunilha*, *Cacau*, *Cajá*, *Cambucá*, *Cana-de-açúcar*, *Carás*, *Côcos*, *Goiabas*, *Grumixamas*, *Jaboticabas*, *Jambos*, *Mamões*, *Mandibas* ou *Mandiocas*, *Mangabas*, *Maracujás*, *Mate Congonha* ou erva do Paraguai, *Pimentas*, *Piqui* e *Pitangas*. Como muito úteis à

medicina e às artes se distinguem: *Abútua, Andá assu [sic], Andiroba, Anil, Brasil, Copaíba, Fumo, Guaraná, Ipecacuanha, Mamona ou Carrapato, Opúncia ou Figueira da terra, Quinas, Salsaparrilha, Cipós, Goma elástica ou Caucho, Tatagiba, Tucum e Urucu.*

MINERALOGIA: A riqueza mineral, que foi por muito tempo objeto das mais arriscadas pesquisas, é imensa; entre os *metais* possuímos o *Antimônio, Bismuto, Chumbo, Cobalto, Cobre, Estanho, Ferro, Mercúrio, Ouro, Paládio, Platina*⁷¹, *Prata.*

Das pedras preciosas contam-se: *Ágatas, Águas marinhas, Ametistas, Cristais, Crisólitas, Diamantes, Esmeraldas, Pingos-de-água, Rubis, Safiras, Topázios.* Das pedras de construção: *Basaltos, Granitos, Jaspes, Loisas, Mármore, e Pórfiro.* Há também grande quantidade de *Carvão-de-pedra, Enxofre, Galena, Grafite ou Lápiz, Magnete, Mica, Pederneiras, Pedra-de-amolar, Pedra hume, Pedra sabão, Pedra-de-cal, Sal gema e Salitre.*

Minas Gerais, Goiás, e Mato Grosso, são as províncias, em que a mineração do ouro e de pedras preciosas é mais importante. Na de Santa Catarina existe com toda a certeza grande quantidade de carvão-de-pedra, em uma extensão de cem léguas, que abrange igualmente as duas províncias de São Paulo e do Rio Grande do Sul⁷². Em São Paulo é onde por ora se extrai

⁷¹Não é averiguado que se tenha achado a platina em grão em nenhuma parte do Brasil; tanto assim que nunca exportamos este metal, nem entrou nunca no mercado como produto das nossas minas. Se não depende isso do erro, longo tempo acreditado, de que onde há ouro há platina, deve supor-se que esta notícia não tem outro fundamento senão na riqueza mineral do nosso solo, que contém grande cópia de metais. Todavia esta suposição é desmentida pelo Barão de Humboldt (*Ensaio sobre a N. E.*, tomo 3, livro 4, capítulo 11) do modo seguinte: A platina em grãos só se acha em duas paragens do mundo conhecido, isto é: no Chocó, Província do Reino da Nova Granada, e cerca das costas do mar do Sul na Província de Barbacoas, entre os 2 e 6 graus de latitude boreal. Foi o mesmo autor quem combateu e mostrou o erro, em que a fraude tinha feito acreditar, de que a platina se encontrava nos mesmos lavadeiros de ouro, depois de muitas averiguações feitas por ele nos distritos de Santo Agostinho e de Guicama (no Chocó), onde os batedores de ouro não encontraram o menor vestígio de Platina. O erro nascia de que na Casa da Moeda de Bogotá se tinha recebido ouro de Antioquia e de Neiba, mesclado com alguma platina; mas depois das observações do Barão de Humboldt, veio-se no conhecimento de que isto era uma fraude dos especuladores, que compravam o ouro em primeira mão. – A platina é pois peculiar a certos terrenos de *transporte*, que ocupam uma superfície de seiscentas léguas quadradas. Não quero negar que haja no Brasil, e até é de supor que na zona correspondente ao hemisfério oposto, em terrenos iguais, possa encontrar-se este metal, como no Chocó; porém o que posso assegurar é que nunca entrou no mercado como produto das nossas minas. Há bem poucos anos descobriu-se na Sibéria terreno de *transporte*, contendo platina, que o mesmo Humboldt reconheceu em pessoa; e assim já existe mais uma paragem onde se recolhe este metal.

⁷²É cerca de duas léguas acima do rancho das Taboas, (Província de Santa Catarina) que começa o terreno carbonífero, o qual acaba a O. [?] da serra geral. Seu limite sul é conhecido, e está perto de Porto Alegre; atravessa provavelmente e deve terminar na Província de São Paulo, segundo informações do Senhor Pixis, sábio geólogo francês, que percorreu essa última Província. Assim, *cem léguas de comprimento* nada tem de exagerado; mas, sendo sua largura de 8 a 10 léguas, é de supor que tenha uma grande profundidade. (Doutor J. Parigot, Memória sobre as minas de carvão-de-pedra do Brasil).

o ferro em maior escala, ainda que o tenhamos por todo o Brasil, e da melhor qualidade. Possuímos também muitas fontes de águas termais nas províncias do Rio de Janeiro, Bahia, São Paulo, Santa Catarina, e Goiás, sendo o uso destas últimas muito acreditado para a cura de toda a espécie de sífilis, e até da elefantíase. Por toda a parte se encontram poços e fontes de água férrea, assim como argilas de várias cores.

O Brasil, no tempo do seu descobrimento, era dividido entre muitas nações ou povoações diferentes, umas escondidas nos bosques, outras estabelecidas nas planícies sobre as margens dos rios, ou nas costas marítimas, algumas pacíficas, quase todas errantes; estas achando na caça e na pesca a sua principal subsistência, aquelas vivendo principalmente das produções da terra, mais ou menos cultivada; a maior parte sem comunicações entre si, ou divididas por ódios hereditários, e sempre armadas.

À chegada dos descobridores europeus, mais de cem nações brasileiras ocupavam ou disputavam a imensa extensão compreendida entre os dois rios da Prata e o Amazonas; porém algumas dentre elas não foram jamais bem conhecidas: as suas transmigrações sucessivas têm lançado alguma confusão no testemunho dos historiadores e viajantes; falaremos apenas daquelas, cujas tradições foram melhor conservadas.

A grande casta dos Tapuias, a mais antiga do Brasil, tinha possuído, segundo alguns, toda a costa desde o Amazonas até o Prata; ou somente, segundo outros, uma linha do sertão em paralelo à costa, desde o rio de São Francisco até o Cabo Frio. Esta casta foi lançada fora pela dos Tupis ainda mais formidável, em época pouco remota, porque à chegada dos Europeus se lembravam os selvagens deste acontecimento. Assim os Tupis eram os senhores absolutos destas costas, quando Pedro Álvares Cabral descobriu o Brasil. Da voz *Tupá*, que quer dizer trovão e pai universal, tinham eles formado por bárbara vaidade o nome da sua própria nação. Esta palavra encerra toda a sua teologia, porque não dirigiam súplica alguma ao Criador: para eles não era objeto de ódio, de esperança, nem de temor.

Esta grande casta compreendia 16 tribos distintas, que não sendo unidas por laço algum, e tendo nomes particulares e sinais distintos, formavam outras tantas nações separadas. Entre

os Tupis, com quem os conquistadores portugueses estiveram as mais das vezes em harmonia ou em guerra, se notavam os Carijós, colocados ao sul de São Vicente, e senhores por este tempo da ilha de Santa Catarina. Os Tamoios, que habitavam os contornos do Rio de Janeiro, estendendo-se do meio-dia para São Vicente, não reconheciam por aliados senão os Tupinambás seus vizinhos, aos quais se assemelhavam em muitos dos seus usos. Os Tupiniquins estavam de posse do país de Porto Seguro e da Costa dos Ilhéus, desde o rio Camamu até o rio Cricaré [?], extensão quase de cinco graus: de todos os selvagens da casta Tupica eram estes os mais tratáveis, os mais fiéis, e os mais bravos; os Tupinás seus vizinhos conformavam-se com eles.

A Bahia e todas as suas enseadas acabavam de ser conquistadas pelos Tupinambás, a maior e a mais valente nação da casta dos Tupis. Os Caetés, tribo feroz, tinham em seu poder toda a costa de Pernambuco, da qual os Tabajares, da mesma casta que os Caetés, porém menos ferozes, ocupavam também uma parte. Enfim os Pitagoares, os mais cruéis da casta Tupica, possuíam a região do Paraíba do Norte, entre este e o Rio Grande: tais eram as principais tribos da casta senhora do Brasil. A antropofagia dominava entre todos estes selvagens; comiam em cerimonial com medonha alegria os prisioneiros de guerra; mas nem todos os Brasileiros eram antropófagos: parece que a casta dos Tupis fôra a que trouxera do sertão este uso horrendo, que os Portugueses acharam introduzido em todas as partes da costa.

A linguagem dos Tupis era a mais espalhada, ainda que se falasse até cento e cinquenta línguas bárbaras no Brasil. A língua Tupica era, segundo dizem, um dialeto do Guaraní, tido como língua mãe; o que faz acreditar que a casta dos Tupis proveio dos povos belicosos do Paraguai, onde uma povoação inteira ainda conserva o nome primitivo, que se modificou depois segundo as tribos. Antes de descrever a posição geográfica, e de dar a resenha das outras tribos brasileiras as mais famosas, vamos a esboçar em um pequeno quadro os caracteres principais, que podem fazer conhecer os usos e os costumes guerreiros da casta selvagem, que dominava o Brasil na época do seu descobrimento pelos Portugueses.

No estado de pura natureza os Tupis não conheciam divindade alguma; ao menos não anunciavam este conhecimento consolador, quase universalmente inspirado à espécie humana. Os sinais de admiração e de respeito, que davam ao sol, à lua, ao trovão, não tinham caráter algum de culto; eram produzidos pela admiração ou pelo susto, não se elevavam acima dos objetos criados; porque nenhuma palavra na sua língua exprimia a ideia de um Ente Criador e Senhor do Universo. Os sonhos, as sombras, o pesadelo, e o delírio, geraram superstições, que os adivinhadores, ou Pajés, fizeram acreditar entre os Tupis. Chocarreiros e sacerdotes juntamente, os Pajés afirmavam a existência de um espírito malfazejo, de que se gloriavam

moderar a perigosa influência; por isso eram consultados nas doenças, nas ocasiões perigosas, principalmente na guerra e na paz.

Cada Pajé vive só, e retirado em lugar ermo, onde lhe levam tudo quanto pede; e tem tal império nos ânimos, que se ele prognosticou a morte àquele que o ofendeu, o desgraçado objeto deste fatal vaticínio deita-se imediatamente na cama, e espera a sua sorte com tanta resignação, que não bebe nem come, e assim se realiza o anátema. Os Pajés antes de receberem as distinções do poder sacerdotal, passavam pelas mais terríveis provas: durante muitos anos se lhes impunha tão rigorosa abstinência, que muitas vezes a morte os privava de gozarem do fim dos seus trabalhos; a história nos conserva parte dos usos exteriores destas iniciações. Não tinham os Pajés imediata influência no governo civil, o qual era extremamente simples, e se acha idêntico em todas as tribos. Cada aldeia tinha um chefe, cuja autoridade se limitava a de aconselhar; este foi em todos os tempos o direito da velhice, por isso esses chefes eram de idade avançada, representando um pai de família no meio de seus filhos.

Todos estes povos andam nus, pintam os corpos de diversas cores, exceto a cara; alguns furam o lábio inferior, e trazem nele um pedaço de pau, ou uma espécie de jaspe verde, que os torna disformes. As mulheres não furam os lábios, porém nos grandes buracos, que têm em cada orelha, trazem pendentes, à maneira de rosários, grossas enfiadas de pequenos ossos brancos e de pedras-de-cor, que cabem sobre as espáduas. Nas suas guerras ou festas pegam com resina penas verdes, encarnadas, e amarelas na testa, faces, e nos braços, e com elas enfeitam também as suas armas. Os chefes distinguem-se comumente por um grande colar de conchas. Os Brasileiros não são geralmente polígamos, ainda que alguns chefes possam ter diversas mulheres. As raparigas, antes de casarem, entregam-se sem pejo aos homens livres: seus próprios pais as oferecem aos hóspedes; porém logo que se ligam ao estado de casadas, são fiéis a seus maridos, e o adultério é odioso entre os Brasileiros. As mulheres tornam-se escravas, seguem os maridos na guerra, e carregam com as suas provisões.

As habitações destes selvagens, mais ou menos juntas, variam na forma e no tamanho: constam ordinariamente de casas ou cabanas distribuídas em aldeias. As povoações mais adiantadas na polícia constroem e levantam muros feitos de barrotes, cujos intervalos são cheios de terra, como uma espécie de fortificação, defendida por fojos. Sem embargo desta defesa, nem sempre escapavam ao furor dos inimigos, que incendiavam as habitações lançando sobre elas flechas guarnecidas de algodão inflamado. A principal ocupação das mulheres consiste em fiar algodão para fazer redes e cordas. Elas fazem também vasos de barro, que servem para diferentes usos. A raiz da mandioca é o sustento diário destes selvagens; ajuntam-lhe outras

raízes, que pisam e reduzem a farinha para comporem bebidas ou alimentos com mais ou menos consistência. A caça e a pesca suprem o resto das suas precisões.

Menos sujeitos às moléstias, que as nações cultas adquirem pelo mimo e pelo luxo, prescrevem a seus doentes dieta absoluta, e alguns símplies tirados dos seus bosques. Celebram os seus funerais com choros e tristes lamentações, que contém ordinariamente o elogio do morto. Se é pai de família, enterram com ele as suas armas, suas penas, e seus colares; e é este o único sinal pelo qual se poderia suspeitar que a ideia da outra vida lhes não é absolutamente estranha. O homicídio é o único crime que castigam: os pais do matador o entregam aos do morto, estes afogam o culpado e o enterram. A reconciliação pronta e sincera entre as duas famílias segue ordinariamente esta sorte de satisfação ou de represália; bem diferentes nisto das nações civilizadas da Europa, entre as quais os ódios das famílias são algumas vezes hereditários.

Sem outras leis mais que os seus usos, seguindo quase sempre o instinto da natureza, os Brasileiros possuem algumas virtudes sociais e domésticas. Exercitam e respeitam a hospitalidade, e vivem tranquilamente entre si; não se desamparam nas moléstias, como fazem outras povoações da América, e são fiéis a seus aliados. Mostram em geral inclinação à indolência, e à ociosidade que caracteriza todos os selvagens meridionais; mas passando de um extremo a outro, amam com paixão a dança, e todos os exercícios violentos. É sobretudo nos combates que se manifesta a sua ativa e horrível ferocidade; então a crueldade no seu maior auge se transforma em virtude guerreira. É muito raro haver entre eles outros motivos para a guerra senão os da vingança; por isso não seria fácil determinar a causa das primeiras agressões.

A arma principal dos Brasileiros é uma clava de seis pés de comprimento, feita de pau duríssimo e muito pesado, com dois gumes; tem arcos feitos igualmente de pau consistente, com as cordas de algodão, e flechas de cana silvestre armadas de fortes puás de madeira ou espinhas de peixe. Servem-se delas com singular destreza, nunca erram um pássaro voando. Apenas o sinal é dado pelos anciões, todos os guerreiros se põem em marcha, excitando-se por expressões as mais enérgicas de vingança e de ódio. Chegados ao país, que querem devastar, buscam surpreender as povoações, incendiando-as, e cometem toda a casta de crueldades. Se são obrigados a combater em campo raso, juntam-se, marcham depressa e com firmeza, e acometem-se dando gritos espantosos. Servem-se no princípio das flechas, e depois das massas, cujos terríveis golpes são quase sempre mortais⁷³.

⁷³O Oceano era também entre muitas tribos teatro de suas proezas, e davam-se combates navais com tanto encarniçamento como em terra. Numerosas canoas, construídas de um só tronco, formavam as suas esquadilhas que pelejavam durante horas, como refere Pero Lopes de Sousa, no seu Diário (página 18), acerca do combate que

Decidida a sorte do combate, os vencedores amarram os prisioneiros, ameaçando-os com a sorte que os espera; e assim levam-nos para suas aldeias, onde entram em triunfo. Tratam-nos ao princípio com uma bondade aparente, dão-lhes até mulheres, e põem o maior cuidado em engordá-los bem. Marcado o dia da vingança, as mulheres preparam os licores para a festa, e todos os selvagens da aldeia reunidos passam dois dias inteiros a dançar, e a beber com o cativo, que apenas parece fazer o papel de convidado, pois afeta distinguir-se pela alegria. A vítima é depois amarrada ao som de um hino de morte, e neste estado levam-na a passear em triunfo; esta não dá o menor sinal de abatimento ou de susto, pelo contrário olha com altivez para todos os que se aproximam na sua passagem, fala-lhes e lembra-lhes todas as suas expedições contra eles, dizendo a um que matara seu pai, a outro que comera seu filho.

Quando a hora é chegada, aparece o executor ornado com todos os seus enfeites, e recebe das mãos do chefe da tribo a clava, com que há de matar o prisioneiro; porém antes de o fazer há um diálogo entre ambos, executor e cativo, no fim do qual levanta aquele a clava, e esmaga de um só golpe a cabeça da vítima. As mulheres se lançam logo sobre o cadáver, que despedaçam com pedras afiadas, e cujos membros ainda palpitantes são imediatamente assados e comidos. Durante esta abominável banquete os velhos exortam os mancebos a procurar ocasiões semelhantes por suas façanhas guerreiras. Não se sabe em toda esta tremenda cerimônia qual se deve admirar mais, se a engenhosa barbaridade dos algozes, ou o valor exaltado das vítimas. Estes selvagens, apesar do horroroso atrativo que os arrasta para comerem carne humana, não comem os mortos no campo de batalha.

O uso comum é amontoar nas aldeias os crânios dos prisioneiros, que devoram, e mostrar aos estrangeiros com orgulho estes monumentos de suas proezas, e de suas vinganças. Em geral estes selvagens medem a sua glória pelo número dos prisioneiros que fizeram, e tem

ele presenciara na Bahia entre cem almadias, cinquenta de cada lado, levando cada uma sessenta homens de tripulação.

sumo cuidado de perpetuar a memória de seus feitos por incisões que fazem nos braços, nas coxas, no peito, e mais partes do corpo. Tais são os caracteres mais gerais, que distinguem as castas dos Tupis; e conquanto [*sic*] se assemelham em muitas coisas às outras nações selvagens do Brasil, todavia existem algumas diferenças bem notáveis.

Os *Guaianases* e *Guaizacares* [?] possuíam as planícies de Piratininga, e os contornos de São Vicente; não eram antropófagos, e nisto diferiam essencialmente das tribos tupicas. Os Maracás [?] no interior da Bahia eram agricultores, e pescavam à linha, uso ignorado pelos Tupis. Nas regiões do sertão e sobre as margens do Siputaba [?], que desagua no Paraguai, existem os Barbados, assim chamados pela grande barba, que os distingue particularmente das outras raças índias. Nas costas de Porto Seguro existiam os Papanases, antes de serem arrojados pelos Tupiniquins; a linguagem daqueles apenas era entendida por seus inimigos. Retirados os Tapuias para o norte do Brasil, de que foram dominadores, ainda ali se distinguem das outras castas por suas belas formas e força extraordinária. De todos selvagens eram estes os menos cruéis, porque não matavam os seus prisioneiros; mas em lugar de comerem os seus inimigos, como os Tupis, comiam os seus próprios mortos como a última prova de afeto. À chegada dos Portugueses os Tapuias, assim como os Tabajaras, tinham formado os seus principais estabelecimentos na serra de Ibiapaba. Entre esta casta brasileira contam-se perto de setenta e seis povoações guerreiras, distintas por diferentes nomes, e quase todas espalhadas pelo Paraíba do Norte, Ceará, e Rio Grande.

Deste número, os Guaíós envenenam as suas flechas: os Jaborós-Apuyares, sempre errantes, não têm outras armas senão paus tostados nas duas pontas: os Paliés vestem-se com uma túnica de cânhamo sem mangas, e falam um idioma particular: os Cuxaras habitam as grandes campinas interiores: os Mandavés e os Naporás exercitam a agricultura. No meio de todos estes antropófagos, os Campeus [?] são quase únicos, que não comem carne humana, mas cortam as cabeças aos seus inimigos, e trazem-nas penduradas no cinto. Entre a nação dos Tapuias ainda se distinguem os Aquigiros, que por exceção notável são verdadeiros pigmeus; foram os Europeus que lhes deram este nome; todavia não são menos corajosos, nem menos robustos.

Também se distinguiram particularmente por outros notáveis caracteres os Mariquitos, que habitavam uma parte da costa entre a Bahia e Pernambuco: os Margajas situados entre o Espírito Santo e o Rio de Janeiro: os Aimorés, senhores do interior das terras entre a Bahia e o Rio Doce, os mais selvagens e ferozes de todos os indígenas. Levam estes ao longe o terror, assim como os seus aliados Iguigracufos [?], pela bulha estranha que fazem batendo os bastões

de madeira sonora uns nos outros. Tais são as principais variedades da grande nação dos Tapuias⁷⁴.

Os Ovaitagnasses habitavam os contornos de Cabo Frio, entre o Rio de Janeiro e o Paraíba do Sul. Os maiores inimigos desta raça eram os Outacases ou Goitacases seus vizinhos, que se estendem desde as planícies, a que deram o seu nome, ao longo da margem setentrional do Paraíba do Sul, até a meridional do rio Xipoto nos contornos de Ouro Preto. Não comiam os prisioneiros, e mais bravos que as outras castas combatiam o inimigo em campo raso. Seguem-se depois os Onaianarés e os Poriés de caráter pacífico, e os Molopaques, que têm costumes brandos, ainda que na guerra não tenham renunciado os abomináveis banquetes de carne humana. Os Molopaques deixam crescer a barba, cobrem com decência o corpo, e não usam da poligamia, posto que suas mulheres sejam belas.

Os Gueguês, Timbiras, Jeicós e Aucapuras habitavam o vasto país do Piauí para a parte do Maranhão. Os Guanarés, Arahis [?], e Caicazes avizinham-se ao Amazonas. Na outra extremidade meridional do Brasil, perto de Mato Grosso, habitam os Guaicurus (ou Índios cavaleiros, porque quando os Portugueses chegaram àquela província já acharam estes

⁷⁴Os Aimorés, que adquiriram tão funesta celebridade, só apareceram na costa muito tempo depois do descobrimento. Pensa-se geralmente que este povo descendia de uma tribo de Tapuias, que isoladas nas solidões do interior, tinha perdido até as toscas artes de seus ascendentes. Os próprios selvagens os contemplavam como irracionais por ignorarem a maneira de construir uma cabana, e não saberem adornar-se com as ricas plumas, cujo uso se encontrava em todas as outras tribos. Eles tinham ainda outro caráter mais distinto, que consistia no invencível temor da água, o que os impedia de perseguir o inimigo, quando este transpunha um rio ou um lago: circunstância que parece atestar que os Aimorés provinham das hordas habitantes das áridas planícies de Pernambuco, Ceará e Piauí; pois que um povo bárbaro, que habita as margens dos rios, não deve ignorar por muito tempo a arte de nadar. Faziam os Aimorés mais uso da carne humana do que os antropófagos, de que temos falado, e a conservavam como qualquer outro mantimento, sem a isso associarem ideia alguma de vingança. Eles assolaram Porto Seguro e Ilhéus, a ponto de obrigarem todas as Fazendas a cessar os seus trabalhos pela falta absoluta de braços; avalia-se em trezentos colonos, e três mil indígenas, e negros, o número dos mortos. Os Aimorés foram depois batidos e dispersos, e dos restos desta raça procedem os *Botocudos*, que percorrem as margens dos rios Doce e Belmonte, alguns em paz com os brancos. (Res. da Hist. do Brasil).

selvagens com criações de gado cavalar, e combatendo a cavalo), que provavelmente são da mesma casta que os Guaicurus do Paraguai. Finalmente, entre o Rio Grande do Sul e São Vicente, está situado o país dos Carijós, os mais humanos de todos os selvagens do continente ocidental, e aqueles a quem a polícia europeia achou mais acessíveis.

Acaba aqui finalmente o que acerca das diferentes povoações do Brasil é possível dizer-se em um abreviado resumo. No longo espaço de três séculos, depois de tantas transmigrações e guerras contínuas, estas povoações indígenas, a maior parte errante, deviam passar frequentemente de um a outro território: desta arte as suas mudanças, o seu mesmo enfraquecimento ou a sua inteira destruição, não permitem mais hoje torná-las a achar na sua posição geográfica primitiva. As relações frequentes destas diferentes povoações com os Portugueses, ou com as outras nações que aportaram ao Brasil, aparecerão no discurso deste compêndio, seguindo a ordem dos fatos, o progresso dos estabelecimentos e o das conquistas; o que completará o quadro dos costumes e dos usos das principais tribos do Brasil.

A revolução estende-se à Paraíba e ao Rio Grande do Norte, onde se estabeleceram Governos Provisórios à imitação do de Pernambuco; porém o Ceará tardava em responder ao brado, que já tinha ecoado naquelas duas províncias; e para acelerar o golpe foi enviado um agente secreto, o Padre José Martiniano de Alencar, hoje Senador do Império, que por ser filho da mesma província tinha nelas importantes relações de família. Com efeito partiu Alencar, e chegando à Vila do Crato, lugar de seu nascimento, deu o primeiro grito, que logo foi sufocado, sendo preso imediatamente com todas as pessoas que lhe eram mais caras. Algumas outras prisões houveram, e com estas medidas cessou o pronunciamento do Ceará. No entanto [*sic*] pela parte do Sul a revolução não tinha dado um passo, e era donde justamente tudo havia que recesso. Um homem houve que, conhecendo a importância de dar mais impulso àquele movimento, se ofereceu para ir às Alagoas, e dali à Bahia, correndo ele só todo o risco da sua temerária empresa.

Este cidadão era o Doutor José Ignácio Ribeiro de Abreu e Lima, um dos mais hábeis advogados de Pernambuco, vulgarmente conhecido depois da sua infausta morte pela denominação de *Padre Roma*. Suas relações na parte meridional da Província lhe inspiravam grande confiança, e na verdade a sua marcha até as Alagoas foi um constante triunfo; por toda a parte consegue fazer com que os povos e as autoridades se decidam pela revolução; e quando julga oportuno, volta a Maceió, freta uma balsa, e se dirige para a Bahia. Abreu e Lima, sem embargo de seus variados conhecimentos, era homem, como todos os seus correligionários, inexperiente dos manejos ocultos das revoltas; sem nenhum disfarce apresentou-se sempre,

desde que saiu do Recife, como se fosse o emissário de um governo autorizado. Ainda antes da sua marcha, sabia-se geralmente qual era a sua missão, e dela tinha sido informado o Conde dos Arcos na Bahia com muita antecipação; assim foi que ao saltar em terra no lugar da barra, foi logo preso e conduzido à cadeia da Cidade.

Por uma espécie de pressentimento teve ele o bom acordo de lançar à água todos os papéis, que levava consigo, não só proclamações como várias cartas para indivíduos relacionados com os liberais de Pernambuco; mais isto só serviu para alentar na covardia aqueles mesmos, que o deixaram sacrificar sem nenhuma mostra de gratidão. O Conde dos Arcos tinha já em seu poder o corpo de delito, que era a ata da eleição do governo provisório de Pernambuco, na qual seu nome aparecia em segundo lugar. Verificada a identidade da pessoa, foi julgado por uma comissão militar, condenado à morte, e fuzilado no dia 29 de março no Campo da Pólvora⁷⁵. O seu porte em presença do Conselho, no Oratório, e durante o trajeto para o lugar do suplício, foi sempre o de um filósofo cristão, corajoso, senhor de si, mas tranquilo e resignado. Suas faces não se desbotaram senão quando o sangue, que as atingia, correu de suas feridas, regando o solo onde, seis anos depois, se firmou para sempre a independência de sua pátria.

Foi grande o sentimento e consternação dos liberais, vendo dissolvida a Assembleia Constituinte; os Realistas porém exultaram pela maior parte. O Imperador contudo não julgou

⁷⁵Meu pai foi preso ao anoitecer de 26 de março; no dia seguinte fizeram-se todas as perguntas do costume, confrontação de testemunhas, e nomeou-se a Comissão Militar, que o devia julgar; no dia 28 foi condenado à morte, e passou para o Oratório às treze horas da tarde; foi fuzilado às oito da manhã do dia 29. No momento em que escrevo estas linhas, assalta-me todo o horror daquela tremenda noite, em que fui quase companheiro da vítima: era eu que parecia o condenado, e não ela. Tenho visto morrer milhares de homens nos campos de batalha, e muitos nos suplícios, mas nunca presenciei tanta coragem, tanta abnegação da vida, tanta confiança nos futuros destinos da sua pátria, tanta resignação enfim; era meu pai quem me animava, porque eu parecia inconsolável; uma mão de ferro me arrancava o coração; meu pranto e minha dor comoviam a todos os que se achavam presentes; era mister separar-me então para dar alívio às minhas lágrimas, e me conduziam à outra prisão, donde voltava depois a poder de minhas súplicas, até que foi forçoso arrancarem-me de seus braços para sempre.

Uma circunstância mais que todas vinha de quando em quando agravar essa espécie de martírio, com que os algozes de meu pai queriam amargurar ainda mais seus últimos instantes; meu irmão Luís, moço de compleição muito débil e delicada, fôra preso em sua companhia, e achava-se metido em um dos imundos calabouços do Oratório chamados *segredo*. Nu em carne, e estendido sobre a lama, mais parecia um espectro do que ser vivente; coberto de lodo faziam-no sair algumas vezes para que meu pai o visse; nesse momento terrível para seu coração de pai, parecia comovido, beijava a meu irmão, e como para distrair-se dirigia a palavra a algum dos Sacerdotes, que o acompanhavam. Contudo [*sic*] essa prova tremenda de brutal ferocidade não fez desmentir um só instante sua resignação como filósofo nem como cristão. Chegando ao lugar do suplício, fez um pequeno discurso alusivo à sua situação, e desculpando os soldados do ofício de algozes; depois pediu-lhes que atirassem com sangue frio para não martirizá-lo, e levando ambas as mãos algemadas ao peito, fez delas o alvo de seus tiros. Durante o Conselho protestou contra a sua competência, defendeu-se sem inculpar ninguém, e negou-se a todas as sugestões, que lhe fizeram, para descobrir o objeto da sua missão; no Oratório ninguém lhe ouviu uma queixa contra pessoa alguma, e no lugar do suplício excedeu em longanimidade a todos quantos o precederam na mesma desgraçada sorte. Os Baianos viram como morreu o homem livre; a lição devia ficar-lhes impressa.

prudente confiar-se unicamente a esse partido. Em um manifesto assinado por seu punho, com data de 16 de Novembro, todas as aberrações daquela Câmara foram sagazmente atribuídas ao gênio do mal⁷⁶. Nomeou-se em 26 do mesmo mês uma comissão especial, ou Conselho de Estado, composto de dez indivíduos, afim de organizar uma Constituição, que merecesse a aprovação Imperial; a Comissão encetou logo os seus trabalhos sob a presidência do mesmo Imperador, que lhe ministrou as bases.

O projeto da nova Constituição, outorgada por Dom Pedro, publicou-se nos primeiros dias de 1824. Remeteram-se cópias delas às Câmaras Municipais de diversas Províncias, e como algumas requeressem a sua pronta adoção, o Imperador, a Imperatriz, o Bispo Capelão Mor, Municipalidade a juraram em 25 de Março seguinte. A Família Imperial foi à noite ao teatro, e nessa ocasião aconteceu o incêndio, que reduziu à cinzas todo este edifício. Se houve nesse desastre algum projeto sinistro, como se disse depois da abdicação, ele abortou felizmente, saindo o Imperador no princípio do fogo, sem mesmo conhecer o iminente risco de que escapara.

Considerando o Gabinete de Lisboa a dissolução violenta da Assembleia Constituinte como prova irrefragável da preponderância do partido português no Brasil, concebeu algumas esperanças de que Dom Pedro ainda se sujeitaria à supremacia de seu pai, e restabeleceria a união com a Mãe-pátria. Não lhe tardou porém o desengano de que tais ideias eram falsas, e em Março de 1824 recorreu à intervenção da Inglaterra para que cessassem as hostilidades de parte do Brasil contra os navios e súbditos portugueses. Mister Canning, aceitando a mediação, deu ordens ao Encarregado de Negócios, residente no Rio de Janeiro, para propor as primeiras condições; em consequência do que partiram os Plenipotenciários brasileiros para Inglaterra, munidos das competentes instruções, e em 12 de Julho encetaram as negociações com o Ministro português. Os Comissários do Brasil exigiam independência, e os Portugueses pretendiam impor soberania, pelo que nada se conseguiu destas conferências. Vendo Mister Canning a maneira pouco satisfatória deste modo de proceder, dirigiu uma nota ao Governo português, apontando-lhe o perigo que havia, se as hostilidades continuassem; porém, ainda assim, persistiu aquele Governo em seu plano quimérico de união com o Brasil.

Enquanto o Imperador se esforçava em vão para obter uma paz honrosa, perigava seriamente no Norte a integridade do Império. Todas as províncias do Sul tinham aceitado as consequências da dissolução da Constituinte; abraçando e jurando a Constituição outorgada por

⁷⁶Vide Documentos, letra O.

Dom Pedro; mas em Pernambuco manifestava-se espírito muito diferente. Achava-se à testa da administração da Província Manoel de Carvalho Paes de Andrade, quando o Imperador nomeou para lhe suceder a Francisco Paes Barreto, Morgado do Cabo, com o intuito de prevenir os rumores, que corriam acerca de uma projetada revolução; porém alguns indivíduos resolveram, depois de se haverem reunido por três vezes em assembleias populares, que não reconheceriam outra autoridade, que não fosse a de sua eleição. Assim persistiram, até que dois Oficiais, Seara e Lamenha, tomaram o acordo de efetuar uma reação, prendendo em 20 de Março de 1824 a Manoel de Carvalho. Levado à fortaleza do Brum em custódia, a respectiva guarnição se revoltou a seu favor; e em poucas horas foi reintegrado na presidência. Todas as tropas se declararam pela causa popular, à exceção das que haviam tomado parte na prisão de Carvalho, as quais, com seus chefes e oficiais, e o presidente nomeado Barreto, seguiram até o limite da província, e se fortificaram na Barra Grande.

O Decreto de 11 de Junho de 1824, pelo qual se anunciava que uma esquadra portuguesa se preparava no Tejo contra o Brasil, foi o sinal de uma completa revolução: Manoel de Carvalho proclamou em 2 de Julho⁷⁷ denunciando a Dom Pedro como traidor, e dizendo que as suas intenções eram abandonar o Brasil aos Portugueses. Convidou também as Províncias do Norte a negarem obediência ao Governo Imperial, e a ligarem-se por um pacto, que se chamaria *Confederação do Equador*. Grande número de habitantes da Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, declararam-se depois por esta mesma causa, porém o entusiasmo não foi tão geral como se esperava, e os revoltosos de Pernambuco ficaram reduzidos aos seus próprios recursos. Contudo eles não foram molestados por muitos meses, à exceção de um pequeno bloqueio, sustentado pelo Chefe de Divisão João Taylor, que foi mandado levantar por ordem da Corte. Entretanto tinha enviado Carvalho uma forte coluna contra os dissidentes da Barra Grande, onde por muito tempo esteve à prova o valor pernambucano, combatendo quase diariamente uns contra os outros, sem nenhuma vantagem de parte a parte.

Chegando ao Rio de Janeiro notícias destes acontecimentos, resolveu o Imperador cortar o mal de raiz, mandando aprontar uma expedição capaz de suplantar os revoltosos, e de assegurar a paz naquela Província. A Divisão Naval fez-se à vela do Rio de Janeiro no 1º de Agosto de 1824, sob o comando de Lord Cockrane, que, depois de desembarcar as tropas em Maceió às ordens do Brigadeiro Francisco de Lima e Silva, passou a bloquear o porto do Recife. Já a este tempo achava-se toda a Província comovida em favor da integridade; a coluna do

⁷⁷Vide Documentos, letra P.

Major Ferreira, que sitiava a Barra Grande, já não podia manter-se no seu posto. Quando o Brigadeiro Lima se aproximava para fazer a sua junção com o Morgado do Cabo, tiveram as tropas de Carvalho de tocar a retirada, acoissadas diariamente por diferentes guerrilhas. Feita a junção, marcharam as tropas Imperiais sobre a Capital, indo na vanguarda as tropas da Barra Grande. Lord Cockrane não procedeu no bloqueio com seu costumado vigor: contentou-se com enviar à terra algumas proclamações, que não tiveram efeito; e não podendo permanecer no Lameirão com a nau por causa da estação, retirou-se para a Bahia.

Depois de uma série de escaramuças, sempre vantajosas para as armas Imperiais, o Brigadeiro Lima fez a sua entrada na Capital no dia 12 de Setembro. As tropas de Carvalho, que a ocupavam, retiraram-se para o bairro do Recife, cortaram a ponte e fortificaram-se. Felizmente para a causa da integridade, chegou nesse mesmo dia a expedição comandada pelo Chefe de Divisão Jewett, trazendo oitocentos homens de tropa, parte dos quais desembarcou logo, afim de operar no ataque do Recife. Outra feliz casualidade muito concorreu para o pronto desfecho deste drama: Manoel de Carvalho, que tinha ido encontrar-se com as tropas do Major Ferreira, ficou interceptado da Capital pela vanguarda do Brigadeiro Lima, e não podendo voltar por terra, embarcou-se em uma jangada para chegar a tempo de ocorrer à defesa da Cidade; mas já não pôde desembarcar, e foi obrigado a refugiar-se a bordo da Corveta Inglesa *Tweed*, onde chegou pouco depois da meia-noite. Divulgando-se a fuga de Carvalho, os seus partidistas julgaram a causa perdida, e no dia 17 a Cidade estava toda em poder dos Imperiais.

As tropas de Carvalho, que se tinham retirado do cerco da Barra Grande, reunidas a outras debaixo do comando do Coronel José de Barros Falcão, tentaram um ataque sobre a Boa Vista; o combate foi mortífero de ambos os lados, porém rechaçadas completamente, retiraram-se para o interior, onde foram obrigadas a entregarem-se à coluna Imperial que as perseguia. Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará sucessivamente se sujeitaram ao Governo legal, e assim acabou em poucos meses a célebre *Confederação do Equador*. Uma Comissão Militar em Pernambuco, e outra no Ceará, julgaram os mais comprometidos, dos quais doze perderam a vida. Entre as vítimas da revolução de 1824, que mais sensíveis foram aos corações brasileiros, contam-se o Padre Joaquim Caneca, de ameníssima e variada instrução, e Major de Henrique Dias Agostinho Bezerra Cavalcanti, homem, ainda que preto, de nobres e generosos sentimentos. Diz-se que o Imperador chegará a comutar-lhe a pena por intercessão do Brigadeiro Lima; mas ignora-se por que fatalidade fora executado, antes que lhe chegasse o perdão Imperial.

Lord Cockrane tinha voltado a Pernambuco, e dali percorrendo toda a Costa dirigiu-se ao Maranhão, que se achava na mais completa anarquia. As tropas, que tinham coadjuvado a

Independência, se haviam rebelado contra o Presidente Bruce e seus partidários, e lhes faziam a mais furiosa guerra; ambos os partidos reclamavam o título de Imperiais, e se tachavam mutuamente de Republicanos. A classe mais respeitável dos habitantes recebeu o Almirante com as mais vivas demonstrações de alegria; de todos os lados se lhe dirigiam facilitações. Havendo deposto o Presidente Bruce, envio-o debaixo de prisão para o Rio de Janeiro, e colocou em seu lugar a Manoel Telles da Silva Lobo, votado inteiramente a seus interesses individuais. Depois de restituir a paz à Província, passou Lord Crockrane a pôr em execução o plano, que há muito concebera. Ressentido pela maneira com que o Governo do Rio de Janeiro tinha deferido as suas reclamações sobre as presas feitas no Maranhão e na Bahia, resolveu pagar-se pelas suas próprias mãos; e para isso fez o computo do que ele chamava propriedade portuguesa, e exigiu da Tesouraria o seu valor.

Como não havia dinheiro em caixa, deram-lhe letras sobre a Alfândega, que ele fez pagar de contado, ainda que com alguma demora; e arvorando o seu pavilhão a bordo da Fragata Piranga, deu a vela para a Inglaterra em vinte de Maio de 1825, levando consigo todo o produto desta contribuição forçada. O Ministério do Rio de Janeiro recebeu com a mais viva indignação a notícia deste ato de verdadeira pirataria; mas nenhuma medida adotou contra Lord Cockrane, e contentou-se com mandar publicar as informações vindas do Maranhão, sem lhes ajuntar observação alguma. Pedro José da Costa Barros, a quem Cockrane havia remetido preso para o Pará, foi reintegrado na presidência do Maranhão.

Apenas vencida a revolução de Pernambuco, apareceu na Bahia um motim militar, que custou a vida ao Governador das Armas, em Outubro de 1824. –Vários atos de indisciplina tinham feito com que fosse preso o chefe de um batalhão, denominado dos *Periquitos*; desde logo se declararam os sintomas de um tumulto, que por fim arrebentou com horrível explosão, pedindo a tropa insubordinada que lhe fosse restituído o seu Comandante; e como o General Felisberto Gomes Caldeira persistisse na execução das suas ordens, uma companhia desse Corpo foi à sua casa para prendê-lo. O General à vista da força armada submeteu-se, dizendo: *Vou preso, com a condição de que se me não há de tocar*; porém, tanto que se apresentou a peito descoberto, um dos oficiais que conduziam a tropa deu o tremendo sinal, e o Governador caiu trespassado por catorze balas. Quatro dos comprometidos no atentado perderam a vida em virtude de sentença do Conselho de Guerra; outros temerosos se expatriaram voluntariamente, e o resto do batalhão, foi confinado para a Província de Mato Grosso.

V – *Diário Particular do General J. I. de Abreu e Lima*, texto datiloscrito, supostamente, do original, ainda inédito, que foi escrito entre os meses de julho de 1843 a janeiro de 1845

O manuscrito original está no IAHGP, e o que temos é uma cópia datiloscrita inédita, supostamente, do original, e que foi conferida da original por um dos sócios do Instituto. O IAL disponibilizou uma cópia fac-símile do texto apócrifo para a pesquisa do Mestrado que desenvolvi, da qual fizemos a transcrição.

1843

Julho

11º- Martes-

Fui à [sic] câmara falar ao Viana, que me disse [sic] que voltasse outro dia. Jantei rua da cadeia. Estive toda a tarde com o Peixoto, e à noite [sic] no Passado Público até as 8 vim para casa, tomei chá e pus-me a escrever.

18º- Martes-

Jantei rua da cadeia. Fui à casa do Peixoto. Saí zangado com ele por ter ido ele hoje em comissão de uma câmara que o desfeitou. Estive casa do Bivar, e me disse que tinha gostado muito da minha [sic] história, que era muito imparcial. Levei ao Laemmert a resposta para o Machado de Oliveira e mostrei ao Bivar a carta dele e a minha [sic] resposta. Fui à casa do Gustavo, Dona Bibiana estava incomodada e eu estive embaixo [sic] com os rapazes até as 9 ½, e vim para casa.

20º- Jueves-

Esteve aqui o Alfaiate César a encomendar-me um requerimento e lhe pedi documentos e depois levei-lhe um rascunho para dois atestados. Esteve o Laemmert com a resposta do Doutor José. O Imperador gostou muito da minha história. Saí depois das duas horas e fui à Câmara: falei ao Doutor José, que me disse mesmo repetindo-me que fosse eu mesmo falar ao Imperador. Encomendei uma sobrecasaca ao César por 58\$rs. Jantei rua da cadeia, e estive à noite [sic] casa do Gustavo com ele e, a família [sic] e deram-me 4 maçãs eu dei duas a Dona Feliciano.

21º- Viernes-

À uma hora fui com o Laemmert a São Cristóvão e avisado o Imperador, veio logo falar-me e aceitou a minha [sic] Dedicatória da História do Brasil, e tratou-me muito bem. Dali voltamos e eu fui à câmara, onde falei com o Viana, e levei descendo [?] o Peixoto à casa, Jantei rua da cadeia. Falei com o Doutor Mendes na rua. Estive à noite casa do Gustavo com o Britinho e o Bôa e toda a família menos o Gustavo. Vim para casa às dez, mandaram-me um corte de casimira à casa.

22º- Sábado-

Vieram às duas da tarde o Hermógenes, Padre Lima, Britinho, Furtado e Peixoto, e fomos todos jantar juntos ao Hotel [?] da Europa. O furtado pagou o jantar, e à noite [sic] estive com o Peixoto casa do Gustavo com ele, a família, e o Coelho, e saímos às 11 da noite, que estava chuvosa e vim descendo [?] com o Peixoto. O Laemmert também veio corrigir a Dedicatória.

23º- Domingo-

Aniversário da Maioridade. A tarde fez-se chuvosa e pela noite choveu bastante. Jantei rua da cadeia mandei ao Peixoto buscar os jornais de Pernambuco e mandamo-nos. Pela noite estive casa do Gustavo com a família [sic], o Britinho e o J. de Faria. Vim às dez para casa.

24º- Lunes-

Veio a lavadeira e paguei-lhe. Estiveram aqui o Doutor André Lima e o Doutor Cândido Mendes e Almeida do Maranhão a visitarem-me. Saí às 3 e fui ao Laemmert e ao Correio. Jantei rua cadeira. O Laemmert deu-me 2 exemplares da minha [sic] história e eu fiz presente Fernão Gustavo, em cuja casa estive à noite [sic] com a família e o Coelho, o Bôa, e me disse ia ser nomeado Presidente para o Piauí. Vim às dez para casa. Estive com o Josino na loja do Laemmert.

25º- Martes-

Saí cedo e fui ver algumas casas e nenhuma me serviu. Jantei rua da cadeira. Estive casa do Doutor Maia, com ele e a família [sic], e à noite casa do Gustavo a quem levei escrito uma Oferta da minha obra, e lá estive com ele, a família [sic], o Bôa, o Britinho as Bonitempos [?] e o Irmão. Saí às dez de carro com o Bôa, que me trouxe [?] à casa chovendo. Estive em casa de Dona Rufina.

26º- Miércoles-

Hoje foi o dia das desgraças. Saí e fui à câmara falar com Viana e mandou-me, que fosse sábado. Fui ver várias casas para mudar-me que não serviram; voltei e achei uma, penhora contra os tratos de Dona Feliciano por 76\$000rs, de alugueirs de casa e tive que dar 20\$rs depois de haver eu pago os alugueirs à ela. Quando voltei à noite achei o meu cabide quebrado e a roupa por terra – tudo é de mal agouro. Jantei rua da cadeira e à noite [sic] estive casa do Gustavo com ele, a família [sic] e Dona Tereza Gasur [?]. Vim às 11 para casa.

27º-Jueves-

Dei mais 5\$000rs a Dona Feliciana pelos 2 aparadores. Esteve aqui o Peixoto a quem fiz presente de um Exemplar de minha História do Brasil; esteve também o J. Thomaz de Oliveira Barbosa. Saí só [?] e estive casa do Duque Estrada e da Dona Geraldina, do Paula Brito, a casa. Jantei rua da cadeia. Estive à tardinha casa do Gustavo, e levei 2 cravos à sinhá. Elas saíram e eu vim à casa do Britinho, e depois fui para casa da Baronesa onde tomei chá com ela, o Fernão, o Bôa, e o Barroso; esteve ali o João Pereira de Andrade; e vim às dez para casa.

Agosto

9º-Meire, digo, Miércoles-

Continuei a beber muita água fria, em todo o dia; jantei rua da cadeia. Hoje esteve aqui o Laemmert – suas vezes [ilegível] minha História do Brasil. O Mariano ofereceu-me 2 documentos originais para a História do Brasil. Morreu a filha do Senador Saturnino e enterrou-se hoje. Estive à noite [sic] casa do Gustavo com ele e família e o Coelho.

10º-Jueves-

Continuei a beber muita água fria. Jantei casa do Peixoto. J. Bento Moreira trouxe-me aqui um convite para o baile estrangeiro. Estive casa do Doutor Bastos com a Senhora e a filha e dei-lhe uma carta para [sic] mandar para São Cristóvão. O Laemmert fez um anúncio com o meu nome para a História Universal, e eu disse ao caixeiro [?] que o tirasse imediatamente. É um desaforo. Estive à noite [sic] casa do Gustavo, com ele, a família, o Britinho, o J. de Farias e o Desembargador Barbosa, e contei ao Gustavo a ladroeira do Laemmert, e ele me disse que o podia perseguir em juízo.

11º- Viernes-

Continuei a fazer o uso da água [sic] fria. O Laemmert escreveu-me em virtude do recado que deixei ao caixeiro, e eu lhe mandei a carta que lhe escrevi ontem prevenindo-o contra o anúncio. Hoje enforcou-se o negro que matou ao Felipe Neri. Jantei rua da cadeia e pela tarde estive casa do Peixoto e pela noite fui com ele ao baile estrangeiro onde estive conversando com o Francisco Gomes de Campos, Doutor Antônio. Deixei o Peixoto e vim a pé depois de meia-noite.

12º- Sábado-

Continuei com a água fria em grande abundância – e sinto-me muito melhor, porém tomei chocolate no baile à meia noite e tive hoje grandes dores de cabeça. Jantei rua da cadeia. Estive

casa do Peixoto pela tarde e com Manoel Ignácio. Dei ao Hermógenes a lista dos assinantes da História do Brasil e para levar ao pai. A família do Gustavo foi à Santa Teresa hoje. Estive à noite [sic] casa do Bivar; ele gostou muito da minha [sic] história. Falei-lhe do Projeto da tipografia, e ele aprovou ficando eu de leva-lhe o plano. Vim para casa às 8 e tomei chá.

21º- Lunes-

Continuei com o uso da água fria. Estive na câmara e não achei o Viana nem o Peixoto. O Laemmert mandou-me hoje o exemplar encadernado para sinhá. Jantei com o Peixoto e pela noite fui à casa do Gustavo a família veio hoje de Santa Teresa, mas não recebeu, e eu estive embaixo [sic], com o Gustavo, Hermógenes até as nove e tomei chá com ele só. A noite esteve chuvosa.

22º- Martes-

Continuei com o uso da água fria. Esteve aqui o Hermógenes a quem mostrei a minha Obra encadernada com a Dedicatória para a sinhá, e gostou muito. Esteve todo o dia enfumaçado. Jantei rua da cadeia. Estive pela tarde casa do Bivar e ainda não tinha falado a ninguém sobre o projeto da tipografia. Estive à noite [sic], casa do Gustavo com ele, a família [sic], o Coelho e o J. de Faria, e vim às dez para casa. Estou muito melhor com os banhos frios.

23º- Miércoles-

Continuei com o uso da água fria. Esteve aqui o Britinho a quem mostrei o exemplar da minha história para sinhá. Saí cedo, fui à câmara e falei com o Viana. Jantei com o Peixoto. Fui à casa do Conrado, e falei com ele e dei-lhe um recado para Manoel Ignácio. Pela noite fui à casa do Gustavo e levei à sinhá o rico exemplar da minha História ricamente encadernada, e dei-lhe diante do Gustavo, e toda a família aplaudiu a minha lembrança. Saí levando a Fotonía [?] do Campos de braço até a sua porta com o Pai e o Britinho. Vim para casa às 11.

24º- Jueves-

Hoje faz anos o Peixoto e diz que 36. Fui jantar com ele, o Coronel Moraes e o Tenente Coronel Manoel Ignácio, e pela tarde fomos ambos de carro a São Clemente, e de volta estivemos até as dez casa do Capitão Meirelles, ouvindo cantar as filhas, Uberta e Mariana. Laemmert escreveu-me hoje mandando-me cobrar 500\$rs e mandou as provas da História Universal, e eu devolvi as provas dizendo-lhe que muito mais me devia ele, e que nada mais queria com ele.

25º- Viernes-

Continuei com uso de água fria. Jantei rua da cadeia. Estive casa do Peixoto, a quem fui levar dois Discursos de congratulação ao Imperador que me mandou pedir esta manhã. Recebi esta tarde uma carta insolentíssima do Carvalho do Laemmert. Estive pela noite casa do Gustavo com o Britinho e o Doutor Frederico, Getúlio. Choveu muito pela noite, e eu tive de vir para casa a cavalo em um cavalo, que me mandou o Britinho. Esteve aqui o vigário de São João d'El Rei esta manhã.

26º- Sábado-

Continuei com o uso de água fria. Pela tarde fui ao Paço e falei ao Imperador, pedindo-lhe uma proteção para as minhas Obras literárias e entreguei-lhe o Projeto da minha *Sinopse*. Jantei rua da cadeia, e pela noite fui com o Peixoto descendo [?] a casa do Gustavo, onde estivemos com ele e a família, menos a sinhá, que estava incomodada no seu quarto. Esteve o Bôa também.

27º- Domingo-

Continuei com uso de água fria. Mandeí pela manhã pagar o aluguel da casa 28\$000rs ao senhorio, que mandou recibo. Jantei rua da cadeia. Estive casa do Doutor Bastos pela tarde contei-lhe a minha visita ao Imperador. Estive também casa do Conrado com o Manoel Ignácio; o Conrado fez-me presente de um mapa seu do Norte e à noite [sic] estive casa do Gustavo com ele, a família [sic] o Brito, Bôa, o Furtado o André e o J. de Faria. Choveu pela noite fortes aguaceiros.

28º- Lunes-

Continuei com o uso de água fria. Esteve aqui o Bôa pela manhã e jantei rua da cadeia. Fui à câmara e falei ao Viana, e, depois estive conversando muito tempo com o J. Paulo Nabuco em uma loja, rua do Ouvidor, depois estive casa do Peixoto com o Manoel Ignácio. Pela noite estive casa do Gustavo com a família, o Bôa, e o Coelho. O Gustavo não apareceu.

29º- Martes-

Continuei com o uso de água fria. Às três horas reuniram-se aqui o Hermógenes, Brito, Bôa, Furtado, Peixoto de Brito, e o André Lima e fomos jantar ao Hotel [?] Racot. O André pagou. O Gustavo não quis vir. Pela noite fomos para casa do Gustavo e lá estive com ele, a família [sic], o Britinho, o Bôa, o André e o Joaquim de Faria. O Peixoto foi para Botafogo.

30º- Miércoles-

Continuei com uso de água fria. Esteve aqui o Manoel Ignácio com a resposta negativa [ilegível] para os 2 contos de reis. Esteve o Reguinho da Praia Grande. Jantei rua da cadeia. Saiu hoje no Jornal do Comércio a crítica do V. da Praia Grande contra a minha História. Paguei ao sapateiro o remonte. Estive casa do Bivar e falei-lhe em 2 contos de reis para imprimir a minha Obra e disse-me que fosse em outra ocasião. Estive pela noite casa do Gustavo com ele, a família [sic] e o Bôa de jaqueta.

Setembro

4º- Lunes-

Continuei com água fria. Veio o Britinho e saímos juntos e comprei com ele um corte de colete, e depois estivemos no Consulado Português com o J. B. Moreira a ver passar o préstito da Imperatriz até as 3 horas, o Doutor J. de Vasconcelos com quem conversei muito, com o Conde de Paraty, o Pedrosa, o Romeiro e outras pessoas. Choveu alguma cousa pela manhã e a tropa molhou-se toda. O casamento do Imperador celebrou-se às 3 horas. Eu saí e vim jantar com o Britinho rua da cadeia, viemos fumar para casa e depois deixei-o na sua porta e fui para casa do Gustavo com quem estive e com a família e o Bôa até as oito e meia que vim para casa.

6º- Miércoles-

Continuo com água fria. Esteve aqui Sigismundo filho do Floriano. O Paula Brito escreveu-me convidando-me para uma associação literária a que me neguei, e fui mesmo levar-lhe a resposta escrita negando-me. Jantei rua da cadeia. À noite [sic] fui esperar a família [sic] do Gustavo, e fomos ver a iluminação na rua direita com o Hermógenes, o Bôa, e os 2 Farias e depois fui ao Campo só com o Hermógenes, e vim para casa às nove meia, tomei chá. Paguei 12\$rs da conta do alfaiate Rasher pela calça e colete.

7º- Jueves-

Continuei com água fria. Hoje mandou-me o Laemmert 20 exemplares da minha História em brochura e um encadernado, e são para todos 24 em brochura e 2 encadernados, e logo dei um ao Nicolau e outro à Dona Feliciano. Jantei rua da cadeia. Comprei umas calças de brim ao Teixeira; e paguei logo 5\$rs. Fui ao Bivar saber se me dava o dinheiro [?] para impressão e pediu-me a Obra para ler, e eu disse-lhe que não. Pela noite saí com a família do Gustavo e com a Garcez, estivemos no quartel dos Permanentes, e fomos depois à rua direita. Eu deixei-as no Rocio e vim para casa às onze. Hoje foi dia de grande gala, aniversário da Independência.

8º- Viernes-

Faz um mês que comecei a usar o método hidropático, e estou quase bom e continuo a beber e a lavar-me com água fria. Paguei os sequilhos que tomei ontem casa do Paula [?]. Jantei rua da Cadeia. Fui ver uma casa rua dos A. Visitei a família do Britinho pela tarde, e depois fui para Casa do Gustavo onde estive à noite [sic] com a família, os Farias, o Bôa, e o Britinho que me acompanhou, e estivemos falando com o Guido. O Rego da Praia Grande veio de noite, e dei-lhe um Exemplar do *Compêndio*, mandei 4 exemplares para o Peixoto levar para Pernambuco e mandei outro para o Paula Brito, e outro ao Lagos para Instituto Histórico com uma carta.

13º- Miércoles-

Esteve aqui Rego da Praia Grande [?]. Dona Feliciano foi citada para despejo em 24 horas, apesar da promessa do tal Manoel Francisco de Araújo Amaral. Saí e fui ter com Doutor [ilegível] e jantei rua da cadeia. Estive à noite [sic] casa do Conrado com ele e Manoel Ignácio. Estive à noite [sic] casa do Gustavo com ele a família [sic], o Bôa, o Coelho, e o Britinho, e tive uma disputa com o Hermógenes sobre literatura, o rapaz não serve para nada.

14º- Jueves-

Esteve o Cabral para ajustar a minha obra. Fui casa do Doutor Maia e depois ao Paula Brito. Jantei rua da cadeia. Falei na rua ao Doutor Jacinto. Estive à noite [sic] casa da Baronesa de Sorocaba falando sobre a defesa do Tobias de que me falou Jacinto. Vim às dez para casa.

18º- Lunes-

Esteve o Gustavo a visitar-me. Estive arranjando livros. Fui dar parte da minha mudança ao Peixoto e ao Doutor Bastos. Jantei rua da cadeia. Pela noite fui ao teatro na plateia, a ouvir o Ribas, a Fanhotis, o Bassini, o Rei, o Navarro, o Motta. Estava a sinhá só com o irmão no camarote da Moller, com o Coelho e o Faria acabou-se às onze.

24º-Domingo-

Tenho a cabeça um tanto pesada. Jantei rua da Cadeia. Ontem e hoje com peixe, não achei ao Gustavo, nem a Baronesa nem J. Batista Moreira em Casa, e vim às 8 para casa ler o *Compêndio* de Gayoso, que me trouxe esta manhã o Doutor Cândido Mendes de Almeida.

28º- Jueves-

Saí e fui assinar o Museu Literário e estive na tipografia do Ignácio, mas ele não estava lá. Jantei rua da cadeia na volta encontrei o Justino, e vim dar-lhe um exemplar do meu *Compêndio*. Ontem foi o batizado do André e não me convidaram. Estive à noite [sic] casa do Gustavo com ele a família, o Brito, o Bôa, e o Coelho vim para casa depois das dez.

Outubro

2º- Lunes-

Continuei muito incomodado com a soltura de ventre. Jantei na casa e tomei apenas um caldo sem pão. Pela tarde estive casa do Doutor Bastos e do Bivar a quem levei a Introdução da *Sinopse* para Mendes. E estive casa do Gustavo, com ele a família [sic] a Margarida, o Bôa, o J. de Faria, e o Aguiar um pouco. Vim para casa às dez.

23º- Lunes-

Jantei rua da cadeia. Estive casa do Joaquim Francisco Viana, e falei-lhe com muita franqueza sobre a *Sinopse*, e prometeu-me fazer tudo da sua parte para dar-me mais subscrição estava também o irmão João Caldas Viana, fui levar ao Peixoto uma carta para meu irmão Luís [?] contra para o Desembargador Peixoto, e viemos juntos para casa do Conrado, onde estivemos com o Manoel Ignácio que vai melhor. Tomei chá e vim às nove para casa.

24º-

Hoje encerrou-se a Assembleia. Mandeí ao Joaquim Francisco Viana mais 16 exemplares do Projeto da *Sinopse* com uma cartinha. Fui pedir ao Maia algum dinheiro à conta dos cem mil rs e deu-me 15\$rs somente. Paguei ao Conrado 13\$rs que lhe devia do voltarete, levei ao Bivar o Século 16 da *Sinopse* para rever. Joguei à noite [sic] casa do Conrado e perdi 20\$rs, onze para ele e nove para o Cândido Mendes.

Novembro

15º- Miércoles-

Saí às nove estive casa do J. Francisco Viana, a quem falei, e me mandou voltar daqui a oito dias; vim à casa, almocei e fui à casa do Bivar, e estive até as duas lendo, a *Sinopse*. Jantei rua da cadeia. Estive à noite casa do Senador Saturnino com ele, o Tenente. Tomei chá, conversamos até as dez, e vim para casa à noite [sic] esteve chovendo, e fez muito calor.

22º- Miércoles-

Saí as dez estive com o Viana, que me mandou ir amanhã, e depois com o Bivar conversando até as duas, e me disse que daria o dinheiro para a impressão da obra no fim do mês. Jantei rua da cadeia estive no Passeio público e vim para casa às 8, tomei chá.

Dezembro

11º- Lunes-

Trovoada pela noite. Continuei com dores de Cabeça. Esteve o Britinho a dizer-me que não ia para a Praia Grande. Jantei rua da cadeia. Estive conversando com o Seara na rua, e falei-lhe no conto e 500 mil rs para a minha [sic] ida, e fui interrompido pelo Nunes Machado que chegou, e pelo coronel João José. Estive à noite [sic] casa do Conrado, com ele, o Bivar, o Brigadeiro Sérgio. O Luís Bivar disse-me que o avô tinha gostado da minha [sic] História do Brasil, e que lhe fazia grandes elogios. Vim para casa às dez.

13º- Miércoles-

Tomei outras duas onças de Sal, e fiz ainda muita obra. Passei uma noite cruel com grandes dores na mandíbula superior. Tive frio e febre. Amanheci com a cara muito inchada, não pude sair nem fazer a barba. Mandeí fazer um caldo em casa para jantar. Saí sempre pela noite, e trouxe malva do inedeixa [?] da que mandei fazer um cozimento, e tomei bochechos. Estive um pouco com o Nicolau; voltei às nove, tomei chá, e assim mesmo pus-me a escrever.

27º- Miércoles-

Saí cedo; fui à casa do Brigadeiro Sérgio pedir-lhe o Compêndio das eras do [ilegível] que me emprestou e ali estive com Joaquim José Lima conversando muito tempo. Jantei rua da Cadeia. Pela tarde fui à casa do Doutor Bivar levar-lhe a sua lista dos Governadores da Bahia e trouxe-me o século 16 da minha Sinopse, que lá estava. Estive no Passeio público e às 8 vim para casa do Bivar onde tomei chá com ele e várias pessoas, e vim para casa às nove e meia.

Ano de 1844

Janeiro

2º- Martes-

Desde sábado até hoje tem corrido a notícia de uma revolução em Pernambuco que dizem vieram por via da Bahia. Jantei rua da cadeia. Estive pela tarde casa do Brigadeiro Sérgio, a quem levei o Compêndio das Eras, ao Coronel Joaquim e J. Luís; que me mostrou várias cartas

do Luís e pela noite estive casa do Luís Bivar com o Moreira Marinho, tomei chá e vim para casa às dez. Dei ao Nicolau um artigo para o Josino sobre o Passeio público.

7º- Domingo-

Estive aqui o Doutor Maia a convidar-me a jantar, fiquei de ir amanhã. Ao meio-dia fui ao Ronde-vous [?] do Viana, estive com ele até as 2 ½ falamos muito; pediu meus apontamentos, que levei sobre Pernambuco, e eu lhes neguei. Nada concluímos. Jantei em casa. Saí às ave Marias a dar uma volta. Estive no Passeio Público até as dez da noite com a família de Campos; vim para casa, tomei chá, e pus-me a trabalhar.

12º- Viernes-

Saí às nove e meia e fui ver o Joaquim Francisco Viana, que me deu mais 165\$rs à conta das assinaturas de minha [sic] *Sinopse*, e formam total 275\$rs que me tem dado. Encontrei com o Doutor Meirelles mas disse-lhe que lhe não podia falar. O Viana não me falou mais sobre Pernambuco. Jantei rua da cadeia. Estive à noite casa do Senador Saturnino, com eles, o Campos, o Britinho. Choveu muito pela noite, e houve grande tempestade, e dizem caíra um raio em casa de Tomaz Guido.

23º- Martes-

Jantei rua da cadeia. Estive à noite [sic] no Teatro a ver a Norma pela primeira vez, que muito me agradou. Ali ia tendo uma disputa com um Português por causa do lugar; mas cedi, e vim para casa à meia-noite. O Imperador estava no Teatro.

Fevereiro

13º- Martes-

Estive aqui o André Pereira Lima pela manhã, e depois o Reguinho da Praia Grande e quando este saía passou a cavalo o Gustavo, e falou comigo na porta. Jantei da rua da cadeia. Estive o Joaquim, J. Luís pela tarde a despedir-se para Pernambuco e antes mandou-me pedir o *Diário Novo*. Dei uma volta pelo passeio público. Estive com o Britinho parado muito tempo na janta do Campos, e vim para casa depois das nove.

23º- Viernes-

Tomei duas onças de Sal e fiz pouca obra tenho tido todo o dia dores de cabeça. Jantei rua da cadeia. Estive casa do Bivar pela tardinha e depois levei de presente ao Campos um Exemplar

do novo *Compêndio da História do Brasil*. Estive conversando só com ele até depois das onze, que vim para casa.

Março

2º- Sábado-

Estive casa do Doutor Bastos e, contou-me o que passou entre ele, Paulo José de Mello e o Imperador, acerca do Doutor França e do Hermeto, e do meu *Bosquejo histórico*, o que há tempo já me tinha contado o Mariano, e as filhas do Thomaz Xavier. Saí às dez com o André, e o acompanhei até a sua Casa e voltei para minha.

29º- Viernes-

27º aniversário da morte de meu Pai. Amanheci sem dores no ventre, porém não me sinto bem. Jantei em casa. Não saí nem de dia nem de noite. Estive lendo gazetas de Pernambuco que chegou a *Barca*.

Abril

6º- Sábado de Aleluia-

Cumpro hoje 50 anos, meio século, homem informal [corroídas]. Jantei em casa. Saí pela noite e estive com o Nicolau e depois casa do Campos com a família [sic] e o Senador Saturnino, que saiu logo, porém eu fiquei até as dez. Tive dores de cabeça.

22º- Lunes-

O Tenente Coronel Manoel Ignácio mandou-me esta manhã um caixão de doce e fez presente a Dona Feliciano. Estive casa do Doutor Maia, que me fez jantar com ele, e deu-me a *Revista do Instituto*, onde vem um tremendo artigo de Varnhagen contra o meu *Compêndio da História do Brasil* e o parecer do Cônego Januário. Fui pedir ao Ramiro uma notícia da Bahia, e ficou de mandá-la pedir. Estive com o Bivar, e falei-lhe sobre impressões da *Sinopse*, e ficou de dar-me resposta em poucos dias, ajustei com o Nicolau a impressão da minha *Sinopse*. Estive pela noite casa do Campos com o Vibano [?], que me disse tinha uma Carta de meu Irmão para mim, que se ficou com ele, e com o Manoel Ignácio com quem saí junto.

23º- Martes-

Devolvi por uma carta ao Secretário do Instituto o meu Diploma de Sócio honorário, e levei eu mesmo a carta, e entreguei à Irmã do Lagos em Pessoa. Jantei rua da cadeia e estive casa do

Nicolau conversando com o Araújo que está muito desanimado. Estive à noite casa do Campos conversando com ele, e com o Senador Saturnino até as dez.

24º- Miércoles-

Estive aqui o Peixoto desde as 11 do dia falando das eras passadas, e eu lhe dei o Conselho, que devia seguir. Depois entrou o Brigadeiro Sérgio e depois das 3 a quem mostrei a lei orgânica do Exército. Jantei rua da cadeia. Tenho a cabeça muito pesada, e voltei a continuar com as pílulas, de Meghin. Estive com o Doutor Maia rua da Ajuda, e lhe disse que devolvi o Diploma de Membro do Instituto. Estive à noite [sic] casa do Senador Saturnino com o Capitão e o Major André até as dez, que entrou o Senador e Senhora, e eu me despedi deles, e vim para casa.

28º- Domingo-

Casamento da Princesa Januária com o Príncipe Diniz [ilegível]. Jantei rua da cadeia. Estive à noite [sic] conversando na porta do Nicolau com ele, e com [ilegível]. Vim para casa do Campos onde estive com o Senador Saturnino, toda a família e o Britinho.

Maio

2º- Jueves-

Estiveram aqui pela manhã o Rego da Praia Grande, depois o Doutor Bastos e depois o Brigadeiro Sérgio, e ultimamente o Coronel Abad [?], dizendo-me que minha casa de José Clemente. Jantei rua da cadeia. Tenho tido dores de cabeça. Estive à noite [sic] com o Nicolau, e depois casa do Campos, com o Britinho, e com o Senador Saturnino que me disse que o meu *Compêndio* tinha muitas inexatidões, porque eu o tinha feito por artigos de [ilegível] e que talvez [ilegível]. Viva o Senhor José Saturnino da Costa Pereira.

Julho

19º- Viernes-

Já hoje saiu no *Diário Novo* um pequeno artigo meu sobre o cultivo da Batata. Não saí em todo o dia. Estive aqui o João e jantou conosco. Estive aqui o tenente Fernando Montarroyo a visitar-me. Pela noite fui à casa do Peixoto, e estive lá com o Doutor Cabral até as onze horas, e depois conversando na minha porta com o mesmo Doutor Cabral sobre eleições até meia-noite.

31º- Miércoles-

Passei todo o dia escrevendo em casa. Saí pela tarde e fui fazer algumas visitas; falei na rua ao Félix Peixoto. Estive na casa da Rita, e pela noite vim cedo para casa, onde encontrei o meu Primo Moraes com sua Senhora, que vieram visitar minha cunhada.

Agosto

28º- Miércoles.

Hoje estive aqui o Ângelo com o João, e trataram o negócio da Casa Forte, e ao mesmo tempo o Nunes Machado que me obrigou a escrever um artigo para o *Diário Novo*, e o Antônio Carneiro por primeira vez muito insolente contra o Ângelo. O João jantou aqui. Saí pela tarde e falei ao Ângelo na rua da Aurora. Levei minha cunhada à casa do Magalhães; estive depois casa do Pedro Alexandrino com ele só, a Emília estava com dor de dentes e depois vim para casa. O Luís veio e disse-me que estávamos traídos, porque ele conhecia muita diferença no Nunes a seu respeito.

Setembro

3º- Martes-

Estive escrevendo artigos para o *Diário Novo*. Saí pela tarde; estive no Cais com o Joaquim e com um marinheiro chamado José Francisco e depois estive em casa do Nunes Machado com e ficamos nós falando sobre eleições.

12º- Jueves-

Estive aqui Nunes Machado e pediu-me que nem escrevesse para o *Diário*, que me defende pela impressão, que ele se encarregaria. Deputação; eu me encarreguei de tudo, e tenho escrito. Estive aqui o João, e foi embora pela noite fui ao Cais e voltei com Antônio Afonso e Joaquim Cândido, estivemos mais o Felizardo e a mulher, o Cabral, e o J. Francisco Bastos e o Doutor José dos Anjos.

15º- Domingo-

Vieram hoje jantar conosco o Antônio Afonso e o Joaquim Cláudio e desculparam-se o Urbano o Nunes e o Moraes; o Nunes veio depois do jantar e mostrei a todos as minha condecorações. Depois fomos juntos à casa do Moraes. Saímos dali o Nunes. O Afonso e eu fomos visitar, o Francisco [?] José Capistrano; eu deixei-os dei uma volta pelo Cais, e voltei à casa do Moraes; dali saí com o Luís e fomos para casa do Urbano, onde estivemos até as dez, e viemos para casa.

Outubro

3º- Jueves-

Estive a escrever todo o dia. Saí pela tarde e estive casa de Pedro Alexandrino, a quem dei uma carta de João [?] de Barros para o Barreto. Estive conversando na rua com Nunes Machado, Joaquim Cláudio, Freitas, Barbosa, vim para casa às 9, e achei Doutor Cabral. José [?] Igino [?], e depois o Fonseca da alfândega.

11º- Viernes-

Meu mano Luís partiu para Santo Antão às oito horas da manhã o João esteve aqui até as duas da tarde. Francisco Bernardo almoçou comigo, e eu lhe fiz um comunicado para Nazaré. Estive o Freitas Barbosa, e o Doutor José dos Anjos com um artigo elogiando a Thomaz Xavier que eu julguei não imprimir. Saí depois do jantar. O A. Carneiro mandou dois anúncios que eu mandei publicar. Estive com os patriotas no Cais, e depois casa do Urbano até as dez, onde li o *Diário Novo* de amanhã. O Nunes dizem que tinha escrito para Goiana.

21º- Lunes-

Hoje reuniam-se os mesmos Eleitores na Igreja de São Pedro em completamente burlado; e tive em 79 listas apenas 32 votos; o Carneiro, Joaquim Vilela e outros não tiraram demais de 60 chapas, o João juntou conosco e estiveram aqui o Paulo Carneiro e o Padre Manoel Tomás. O José [?] Francisco do Trapiche esteve aqui a visitar-me mais de 2 horas, e as únicas denúncias armas [?] a traição contra mim. Pela noite estive no Cais com o Luís e muitos eleitores.

22º- Martes-

Hoje concluiu-se a apuração geral neste Colégio e eu apenas tive 66 votos; de Santo Antão, 33, em Nazaré 25, em Paudalho 2. Tudo até hoje 126 votos; tanto completamente enforquilhado pelo partido da Praia.

Chegou o Freitas Barbosa de Santo Antão. O João juntou conosco. À noite estive no Cais com muitos dos Eleitores, e depois conversando com o Padre Francisco até quase onze horas.

Dezembro

16º- Lunes-

Pela manhã montamos a Cavalo, eu e o João, e fomos e logo para casa do Luís, onde almocei, e demonstramos os papeis do Seara, dali, fui visitar o Seara, estive com ele conversando e prometi fazer publicar a sua exposição e a do Francisco para seu respeito. Depois vim para casa,

e na loja do Morais tive com ele um altercado do Neto, com quem nos encontramos ultimamente quando vínhamos às 4 horas cortamos o cabelo eu e o João casa do Luís, montamos a cavalo às 4, e chegamos às seis da tarde no sítio, jantamos.

31º- Martes-

Aqui passamos todos juntos o dia. Pelas 5 horas da tarde montou o Luís a cavalo com a mulher e foram ambos para Mangaré, onde chegaram às oito da noite, tendo deixado aqui os dois filhos. Ninguém veio cá nem nós saímos, e passamos o dia sem mais novidade.

Ano de 1845

Janeiro

5º- Domingo-

Esta manhã pediu-me o Luís, que eu lhe recompusesse uma obrinha sobre *civilis* para ele a reimprimir, e eu disse-lhe que não podia, porque estava determinado a ir para o Rio de Janeiro, e ele calou-se, fomos lavar-nos no rio o Luís, eu e o Quinquim, eu tenho passado o dia em coma e deitei algum sangue por baixo de resto aqui passamos todos os dias juntamente sem mais novidade.

21º- Martes-

Às duas horas da tarde recebemos aviso do Luís, que uma força de Polícia vinha buscar o João, não sei para que isto é maroteira de toda. [Ilegível]. Respondi ao Luís e o João partiu imediatamente. Voltei à Casa Forte, que lá estavam meirinhos; montei a cavalo, levei chuva até lá, e quando cheguei não havia ninguém. Fui ao Poço falar com o procurador Araújo e ele me contar a história do mandado de despejo e do contramandado. Pela noite fomos, eu e o João à casa do Alconforado, e lá, soubemos que tinha vindo uma força de 16 homens de cavalaria a pedido do neto e que voltara em [ilegível] do contramandado fomos com o Alconforado, à casa do Doutor Mendes a quem contamos toda esta história vinha a força prendê-lo. Voltamos para casa às onze da noite sem mais novidade. Deram hoje alguns aguaceiros, mas curtos, e sem gotejar.

31º- Viernes-

Em virtude de um bilhete do Nuno Maria de Seixas, dizendo, que não tinha falado ao Ponce de Leão, montou o João a cavalo ao meio-dia, e fez falando a meu mano Luís para falar também ao Bastos e voltou às cinco da tarde, depois de haver, estado também com o Peixoto Joaquim e

o Luís respondeu a minha cartinha de ontem, e hoje concluí a minha correspondência [?] para o Sérgio e o Filipe Peixoto. Tomei o meu terno [?]. Não veio cá ninguém. Remiti ao Luís com um bilhete as minhas cartas para o Sérgio e Filipe Peixoto, pedindo-lhe que as mandasse por [ilegível] correio para não ficarem demoradas.

VI – Carta do General Abreu e Lima ao General Páez (1868)

A carta foi primeiramente publicada em espanhol no periódico *La Revista de Buenos Aires*⁷⁸, um mês após ser escrita, em outubro de 1868, seguida de um comentário de Florentino Gonzáles sobre a repercussão de Bolívar⁷⁹. No dia 23 de abril de 1873 saiu uma publicação da carta em sua mesma língua e segundo o seu próprio manuscrito, pelo periódico nova-iorquino *O Novo Mundo*, em sua 31ª edição⁸⁰. Em 20 de maio de 1873 saiu uma versão no *Diário de Pernambuco*. Ela também foi editada em Caracas, no ano de 1877, no 1º volume do livro *Biografías de Hombres Notables de Hispano-América*, de Ramón Ázpuruá. Em 1982 foi publicada uma versão no *Dicionário de Pernambucanos Célebres*, de Pereira da Costa, e em 1983 no livro *Abreu e Lima – General de Bolívar*, de Vamireh Chacon. Uma versão em espanhol saiu recentemente publicada no site do IAL, editada pelo vice-presidente do Instituto, Felliipe de Andrade Abreu e Lima. Argeu Guimarães (1926) informa ainda que a carta teria sido publicada na *América Ilustrada* de Nova York, na *Revista de Colômbia* e na *Revista de Buenos Aires*, e que a carta que foi publicada em 1868 só foi mencionada em Bogotá em 1875. Apesar de Guimarães destacar outros veículos de publicação da carta, ele não fornece mais informações a respeito.

A versão que utilizamos para transcrição é a que saiu no *Diário de Pernambuco*. Não tivemos acesso ao manuscrito original para dar mais informações, acerca do papel utilizado, do estado de conservação, etc. Tampouco sabemos onde se encontra o manuscrito da carta.

⁷⁸*La Revista de Buenos Aires*. História Americana, Literária y Derecho. Año VI., nº 66. Tomo XVII. Buenos Aires, octubre de 1868. Pág. 162-171. “Dos guerreros de la Independencia de Colombia. El General Páez- El General Abreo y Lima” (sic).

⁷⁹A informação aparece no artigo *Abreu e Lima, Páez y la élite argentina*, de Ricardo Alberto Rivas, publicado no *Cuaderno del CISH* 4 e 2º semestre de 1998.

⁸⁰De acordo com Pereira da Costa (1982, p. 556) a carta teria sido primeiramente publicada neste periódico, desconhecendo a publicação que saiu em Buenos Aires. Pereira da Costa apenas cita o periódico e não informa sobre a publicação.

Pernambuco, 18 de setembro de 1868.

Excelentíssimo Senhor General J. A. Páez.

Meu querido general e amigo:

Há trinta anos que não escrevo o espanhol; portanto, vai em português, que V. entenderá tão bem como o espanhol, porque pouca diferença fazem entre si as duas línguas. Recebi a sua preciosa carta de 16 de julho último desde o Rio de Janeiro; e declaro-lhe que há muito não tenho uma surpresa tão agradável: saber de V., e saber que me não havia olvidado, eram duas notícias, que deviam encher-me de prazer e de sério contentamento. Enfim, vive o general Páez, que eu supunha morto, desde que li em um jornal, que V. havia sucumbido em Cumaná por efeito de um terremoto, que havia abatido o quartel sobre V. Onde diabo partiu essa notícia? Seria mais um de tantos embustes, com que o ódio político costuma alimentar-se? O diabo leve a guerra civil!

Há 43 anos que o não vejo, e separei-me de V. bem descontente. Era eu embaraço para os intrigantes de Venezuela por causa de intimidade que eu gozava junto de V.; portanto intrigaram-me com V. e quando supuseram que V. me havia abandonado, arrojaram-se sobre mim; porém, eu estava tão irritado, tão irado, que cometi a loucura de acutillar o primeiro canalha que me provocou. O que eu sofri então, sabe V. melhor do que ninguém...; porém aqueles infames não triunfaram de mim. Separei-me de V., levando uma chaga no coração, e quase com a certeza de Colômbia desaparecer pela gangrena de Venezuela. E porém quer V. saber uma coisa muito importante? É que briguei em Bogotá com SANTANDER por causa de V. em fins de 1826 [?] ou princípios de 1827! V., meu General, não conhecia, nem nunca pode conhecer a SANTANDER pelo que li nas suas *Memórias*. V. sabe que eu tive com ele intimidade, e lhe juro que o conheci perfeitamente em Bogotá; e posso assegurar-lhe, que nunca conheci um intrigante e um perverso tão sutil, tão fino e tão astucioso. Ele foi a causa primária da sua acusação ante o senado; ele concorreu para a desmoralização e revolta do Exército de Colômbia no Peru e em Bolívia; assim como para o atentado de 25 de setembro em Bogotá, e deixou plantado o gérmen da revolução de Córdova em Medellín, e do assassinato de Sucre; porque ele estava em imediatas relações com López e Obando – López que V. conheceu tanto e serviu com V. de 1821 a 1823.

V. sabe que fui para o Zulia cumprir a sentença do conselho de guerra, que se fez na sua própria residência em Caracas; mas todo esse artefato desabou e eu fui logo nomeado chefe do Estado Maior do Zulia para servir com URDANETA. Dali me enviou URDANETA a Bogotá a entender-me com SANTANDER por certas desavenças entre os dois. Aplanei tudo, mas conheci a SANTANDER, por ocasião dos grandes sucessos de Venezuela – e nessas

circunstâncias se revelou ele tal qual era. Então, V. era o alvo de quanta injúria, de quanta infâmia lhe podiam assacar, e eu não o podia tolerar. Um dia tive tão calorosa disputa com o próprio SANTANDER a seu respeito, que me obrigou a pedir minhas letras de retiro, e voltei para o Zulía; mas logo tornei a Bogotá com URDANETA e a divisão do Zulía a chamado do libertador. Chegando a Bogotá em 1827, eu não quis ficar ali por causa de SANTANDER, nem ir para o Sul, preferindo ir como chefe do Estado Maior para o departamento de Madalena, onde servi até 1831, indo, entretanto duas vezes ao Bogotá, uma em 1829 ou 1830, quando o General BOLÍVAR me encarregou, à vista de todos os seus documentos, que pôs à minha disposição, de escrever um esboço da sua vida pública para mandar ao ABADE DE PRADT que acabava de defendê-lo na Europa de uma tremenda acusação de BENJAMIN CONSTANT. V. não faz ideia como o libertador me ficou agradecido por esse trabalho, e de que fez por mim antes de morrer. É a ele a quem devo o meu posto de general, cujo diploma foi expedido por URDANETA. Saiba V. que conservo todos os meus diplomas, atestados, cartas particulares, com poucas que se perderam; e que de V. conservo muitos documentos honrosos.

General! Ninguém sabia quem eu era; ninguém sabia que eu pertencia a uma das mais distintas famílias deste país; que tinha nascido rico, que tinha tido uma educação de príncipe; que possuía vários títulos científicos; que tinha sido capitão de artilharia na idade de 18 anos; e ultimamente que tinha sido vítima da primeira revolução, que se fizera no Brasil (1817) pela independência deste país, em que meu pai fora fuzilado, e eu escapei por milagre, da cadeia da Bahia. E sem embargo servi em Colômbia com os mais distintos chefes; e apesar de muitas intrigas, de que fui vítima, adquiri a reputação de um chefe valente, ilustrado e muito fiel – acompanhei a Colômbia até a sepultura! Então eu não tinha pátria, e fiz de Colômbia a minha pátria. Eu vi nascer Colômbia nas Queceras del Medio; eu vi a V. com 150 homens arrojar todo o exército de Morillo; eu vi fugir a cavalaria espanhola diante dos pelotões de V.; vi a infantaria inimiga recuar até a orelha do monte – tudo vi em companhia dos Generais SOUBLETTE e BOLÍVAR da margem direita do Arauca; e fui eu quem escreveu o boletim dessa jornada. A nossos pés vinham cair as balas da artilharia espanhola, ou passavam por sobre nossas cabeças.

Também assisti à infância de Colômbia na Nova Granada. Sou dos poucos de Vargas, de Tópaga, dos Molinos, e ultimamente de Boyacá! Ainda conservo a mesma medalha que me deu SANTANDER do seu uso com a Esmeralda de Muzo, pelo arrojo com que passei a ponte com os guias, creio que de Mugica. De Bogotá vim com SOUBLETTE para o norte, como seu chefe de Estado Maior – bati-me em Cúcuta, e salvei nesse dia a divisão, que se havia embriagado com aguardente. Dali vim ao Apure, estive com V. em Acháguas, e me fui com SOUBLETTE ao Oriente buscar a legião irlandesa. Ali me abandonaram moribundo; e por um

milagre dos céus vim para Angostura mais morto que vivo. Porém, apesar de ser Edecán o secretário de SOUBLETTE, logo que me restabeleci, fui espontaneamente para o Apure a servir com V.; e lhe tomei tão grande amizade, que preferia ser seu ajudante de campo a ser chefe do Estado Maior de Venezuela e Apure, ou a qualquer comando de armas.

E ainda quando eu tivesse outras comissões, voltava sempre ao seu quartel-general. Eu lhe era tão dedicado, que me batia por V. como se fosse meu pai, e não meu chefe. Carabobo, onde verti o meu sangue, Sabana de la Guardia, Puerto Cabello, me viram sempre de lança em punho como o mais simples Llanero, porque V. era tudo para mim, eu o adorava.

A V. eu devi a minha carreira; os postos de tenente-coronel e de coronel foram-me dados por proposta sua. Eu vivi no centro da sua família, a quem devo mil obséquios, mil favores; não me esqueço, general, de BARBARITA, da boa e simpática BARBARITA, de sua irmã Dona LUZIA, de suas sobrinhas; enfim, não me esqueço ACHAGUAS, VALÊNCIA e MARACAY. Por que, pois, me separam de V. os intrigantes? General, quando me lembro de NARIÑO, CARABAÑO, GUZMÁN, LANDER, PEDRO P. DIAS e outros, tenho gana de fazer a todos o que fiz a GUZMÁN, a esse miserável que V. diz nas suas memórias, que se jactava de ser seu inimigo: canalha!

Quando me recordo essa série de sucessos, das Queceras del Medio à Boyacá, de ali a Puerto Cabello; de ali à expedição do Peru e à missão aos Estados Unidos, (ainda me lembro da nossa despedida em Puerto Cabello), e que ainda tive parte no último sucesso de armas no Portete del Tarqui; que servi com os mais distintos generais da América. Com BOLÍVAR com PÁEZ, com SOUBLETTE, com URDANETA, com MONTILLA (MARIANO), com SUCRE, e que todos me prodigalizaram os mais subidos elogios; quando me recordo que V. [?] me distinguia com o título de *guapo* – guapo na sua boca era o maior elogio que se podia fazer em Colômbia a um chefe! Declaro formalmente que tenho orgulho de haver servido à Colômbia. Quando um oficial era designado por V. como valente, todos lhe abaixavam a cabeça; e essa reputação de bravura a adquiri eu debaixo de suas ordens.

Creia, V., general, que conservo todas as minhas patentes de Colômbia, todas as minhas condecorações – que me desvanço de ter sido general na velha república de Colômbia. Tenho orgulho de chamar-me um dos libertadores de Venezuela e dos da Nova Granada, e em usar das minhas veneras. Faço garbo das minhas cruces de Boyacá e de Puerto Cabello, e do meu nobre escudo de Carabobo.

Tenho e conservo o busto de ouro do libertador, que ele mesmo me deu como um diploma muito honroso.

Saiba mais que nunca pretendia entrar para o quadro do exército do Brasil; que nunca aceitei nem solicitei emprego, condecoração ou missão alguma, quer em mando de províncias ou em missões diplomáticas; que apenas o poder Legislativo por duas declarações a meu favor, uma de que estava no gozo dos direitos de cidadão brasileiro; outra do gozo e uso do meu título de general com todas as honras inerentes. A isto seguiu-se a permissão de usar das minhas condecorações, únicas de que tenho usado e uso no país. A última vez que vesti farda foi no ano de 1840 para cumprimentar o Imperador pela sua maioridade – daí por diante enterrei a farda, e apenas uso uma que outra vez da placa dos libertadores de Venezuela.

General, nasci rico, e estou pobre; mas vivo independente do governo e de todo o mundo com um pequeno capital, que pude acumular pelo meu trabalho – vivo geralmente estimado em todos meus amigos e os meus parentes – vivo no meio da classe mais distinta – e sempre lembrando-me de Colômbia e de Caracas. Diga-me: o que é feito dessas famílias com quem eu mantive as minhas estreitas relações, como da família BOLÍVAR (Dona MARIA ANTÔNIA e suas filhas, Dona JOANA e BENIGNA) de BENIGNA de quem fui tão amigo, e por quem sofri aquela furiosa intriga com o tio? Mas desde 1826 o libertador começou a tratar-me com muita amizade e carinho (é que BENIGNA já estava casada com o seu protegido BRICEÑO MENDÉZ) a ponto de dar-me as maiores provas de amizade e de consideração, vindo de Barranquilla para Santa Marta, logo que soube que eu havia desbaratado os rebeldes de Rio Hacha. Desgraçadamente poucos dias viveu em Santa Marta onde morreu a 17 de dezembro de 1830. Quer V. saber uma muito galante do General BOLÍVAR a meu respeito? Falando-se um dia diante dele de oficiais e chefes valentes, ele disse que eu era um dos mais distintos, porque o general PÁEZ lhe havia dito, depois da batalha de Carabobo, que eu era *muito guapo*? Isto quer dizer que a autoridade de V. era decisiva nesse assunto; e para ser valente era mister ter a sua aprovação.

Diga-me mais, o que é feito de sua BARBARITA, de seus filhos, de suas sobrinhas, de ROZARITO, que casou com CISTIAGA! O que é feito da família SOUBLETTE, de E. EULÁLIA [?] e de sua filha, das irmãs de SOUBLETTE (principalmente SOLITA mulher de O'LEARY); da família ESCALONA, de suas lindas sobrinhas, do Marquesito do VALLE, da família do Tovar, da família do Marquês del TORO, de Dona MELCHIORA ANNA, de ANACLETO, da família ARISTIGUISETA, das famílias ZÁRRAGA e IBARRO; e de tantas outras? Enfim [*sic*] da família MACHADO, de PEPITA, e de JESUSITA? (Lembra-se V. de JESUSITA?) Ultimamente, o que é feito de todas essas famílias, com quem vivi em tão estreitas relações? Nunca esquecerei que, caindo uma vez muito doente em Maracay, BARBARITA me tratou como se eu fora seu filho. General, como diabo tiveram aqueles canalhas a habilidade de

me separarem de V.? É que eles sabiam que eu tinha por Colômbia todo o amor de pátria, e que morreria pela sua integridade; sabiam das minhas relações com Santander; e talvez supuseram que eu fosse um obstáculo para seus planos; mas essa gente não ignorava que acima de tudo eu idolatrava a V., e que por V. estava pronto a dar a vida. É verdade que eu faria tudo pela integridade da república; é verdade que sempre fugi da guerra civil; mas uma fatalidade inexorável me acompanhou sempre em Colômbia, e afinal não me pude esquivar de cair nela.

Estava em Bogotá, quando se dissolveu a Convenção de 1830, e o general BOLÍVAR não consentiu que lhe dessem um voto pra presidente – ele queria sair do país – ele via já que Colômbia se ia desmoronar e temia sublevações no Magdalena para onde se queria retirar a fim de embarcar ali para a Europa; e me mandou adiante para ter mão nas facções como chefe que eu era ali muito conceituado.

Assisti, portanto, às últimas agonias de Colômbia, assisti à sua morte, fiz tudo por ela – despedacei as facções, esmaguei Carujo em Rio Hacha, bati-me com os Goajiros corpo a corpo, libertei Santa Marta; mas não pude livrar Cartagena da traição do general LUQUE, e aí subiu o General MONTILLA, e eu com ele. Eu porém, estava preparado para essa funesta eventualidade.

Logo que morreu BOLÍVAR, pedi ao governo minhas letras de quartel, e licença para ir aos Estados Unidos, à Europa e o Brasil pelo tempo que me conviesse. E com o competente passaporte de ida e de volta. Assim que entrou LUQUE na praça apresentei-lhe esses documentos, e embarquei para os Estados Unidos.

Morto BOLÍVAR, e separado de V., que fazia eu mais em Colômbia? Chegando aos Estados Unidos soube da abdicação do primeiro imperador, e na Europa contraí com ele muito boas relações, e supus que talvez conviesse ao Brasil a sua volta; porém, Deus o levou antes da realização desse plano; e desde então assentei de renunciar a política. Hoje, sou o primeiro a confessar que vamos muito mal; porém, não serei eu o que tome a menor parte na política do país – lá se avenham as facções – eu sou liberal do tempo antigo, e contento-me com as minhas ideias sem o desejo de propaganda. O Brasil seria hoje tão importante como os Estados Unidos, se não fôssemos descendentes dos portugueses. Se V. conhecesse as nossas cidades, o nosso comércio, a nossa riqueza territorial, e a nossa população, se espantaria de ver que um povo semelhante gastasse três anos em uma guerra, que teria durado quando muito seis meses, se tivéssemos um bom general, ou um almirante sequer – e saiba, general, que os brasileiros são tão bons soldados, e tão valentes como os Venezuelanos; e que a cavalaria do Rio Grande não é inferior de Apure.

Recebi as suas *Memórias* e as suas *Máximas*. Tenho dado a ler as suas *Memórias* a várias pessoas, e todos estão entusiasmados por V. ao ler as verdades e as façanhas que elas contém. Eu já o tinha feito conhecido, porque nunca deixo de falar de V., e de contar muitos rasgos de sua vida, de que fui testemunha ocular. – General, não me esqueço um momento de Colômbia. Se durante 13 anos que servi naqueles países, contando com as comissões fora, tive muitos desgostos, sofri muitas intrigas como estrangeiro; por outro lado nenhum oficial mereceu nunca as distinções e amizade de tudo quanto havia de mais grado no país como eu – essa amizade foi sempre tão distinta entre os homens, como entre as mulheres. General, ainda conservo o relógio que V. me deu, depois da batalha de Carabobo, há 47 anos! Poderia eu esquecê-lo nunca?

Meu general, que é feito de SOUBLETTE, de URDANETA, de ESCALONA, de MARIANO MONTILLA, de NARIÑO, de VALDEZ, de BRICEÑO MENDEZ, de CERDEÑO, de O'LEARY, de CARABAÑO, de CISTIAGA e tantos outros? General, quando eu considero que V. um dos homens mais distintos da América meridional, a quem Venezuela (senão [sic] Colômbia) deve tudo; quando me lembro que V. um dos homens mais ricos de Colômbia, vai na idade de 79 anos explorar uma empresa em terra estranha para viver, descreio dos homens e das cousas da América, e sinto ser Americano. V., cujas ricas propriedades em Ocumare, em Maracay (a famosa fazenda do Marquês de Casa León) no Apure, e na lagoa de Valência, onde V. havia criado vários atos; propriedades cujos títulos estiveram por muito tempo em minhas mãos? V. tão rico e hoje expatriado, tudo isto me parece um sonho! Enfim é mister acabar com esta carta, que é um testemunho, mas que lhe trará muitas recordações, recordações de meio século!! Adeus meu querido General, Deus o acompanhe na sua empresa, e o faça feliz para gozar dos últimos anos de vida em paz.

Entretanto, aceite um abraço bem apertado.

Do seu amigo sincero e grato.

José Ignacio de Abreu e Lima

P.D. Esta carta vai por via do Cônsul de Buenos Aires, residente nesta cidade. – Acuse-me a recepção porque desejo que esta carta não se perca.

Tenho escrito e publicado várias obras no Brasil, das quais possuo um ou outro exemplar; tomo a liberdade de oferecer-lhe 2 exemplares; um da *Sinopse* dos fatos principais do Brasil; e o outro do *Socialismo*, obra filosófica, que publiquei há anos. Logo que eu puder haver à mão um exemplar da minha *História do Brasil*, lhe enviarei pelo mesmo condutor – espero que me acuse a sua recepção.

(Do Novo Mundo)

Apêndice A – CRONOLOGIA DE ABREU E LIMA

1794 – 6 de abril: Nasce no engenho Casa Forte, Recife, José Ignácio de Abreu e Lima, filho de José Joaquim Ignácio Ribeiro de Abreu e Lima (1768-1817), o Padre Roma.

1811 – Inicia o curso regimental de artilharia, em Olinda.

1816 – Gradua-se como capitão de artilharia e professor de matemática na Real Academia Militar, no Rio de Janeiro.

1816 – É enviado para servir em Angola, passando nove meses em África.

1816 – dezembro: Retorna ao Brasil, e um mês após a sua chegada em Recife, foi acusado de crime de resistência, assuada e ferimentos.

1817 – fevereiro: A pedido de seu pai, sai da fortaleza para a cadeia.

1817 – 29 de março: É obrigado a presenciar ao lado do irmão o fuzilamento do pai, no campo de Sant'Anna, Bahia.

1817 – outubro: Consegue ser solto juntamente com seu irmão, apoiado pela maçonaria.

1818 – fevereiro: Chega acompanhado do irmão em Filadélfia.

1818 – abril: Parte para o Caribe.

1818 – novembro: Segue para a Venezuela.

1819 – 18 de fevereiro: Escreve carta a Simón Bolívar (1783-1830), oferecendo seus serviços de militar.

1819 – Integra como capitão de artilharia o exército libertário juntamente com Bolívar.

1819 – 20 de fevereiro: É promovido a capitão.

1819 – abril: Participa da batalha de Las Queceras del Medio.

1819 – julho: Batalha de Gameza.

1819 – 25 de julho: Batalha de Pântano de Vargas.

1819 – Batalha de Tópaga.

1819 – Batalha de Molinos.

1819 – 7 de agosto: Batalha de Boyacá, que consagra a libertação de Nova Granada.

1820 – Mantém relações com o cônsul da Inglaterra em Nova Granada, James Henderson.

1821 – 24 de junho: Batalha de Carabobo.

1821 – É promovido a tenente-coronel.

1821 – É promovido a coronel.

1822 – Oferece ajuda a Dom Pedro I, por meio de Antônio Gonçalves da Cruz (1775-1883), o Cruz Cabugá.

1823 – Novembro: Batalha de Puerto Cabello, em Caribe.

- 1824** – Batalhas de Sabana de la Guardia, Maracaibo e de Ayacucho, que libertou o Peru.
- 1825** – Envia um pedido para o governo imperial para voltar ao Brasil, tendo sido negado.
- 1825** – Participa de uma batalha intelectual com o jornalista Antonio Leocádio Guzmán (1801-1884). Por esta época, é também atacado na imprensa pelo poeta Luiz Tejada.
- 1825 – 11 de setembro:** É preso por ter ferido fisicamente Guzmán.
- 1825 – 8 de dezembro:** É julgado e condenado, indo cumprir pena de seis meses no deserto de Bajo Seco, na Venezuela.
- 1826** – Redige as *Memórias Sobre os Limites Entre o Brasil e a República da Colômbia*.
- 1827** – Serve de chefe do estado Maior em Madalena.
- 1828** – Escreve e publica o *Resumen Histórico*.
- 1829 – fevereiro:** Batalha de Portete del Tarquí, no Equador.
- 1829 – novembro:** É reincorporado ao exército como coronel.
- 1830** – Alcança o generalato pelos governos da Colômbia e da Venezuela.
- 1830 – 17 de dezembro:** esteve ao lado de Bolívar quando ele faleceu na fazenda de San Pedro Alejandrino, em Colômbia.
- 1831** – Publica em Cartagena o seu jornal *La Torre de Babel*.
- 1831** – É expulso de Nova Granada.
- 1831** – Embarca para a Filadélfia.
- 1832** – Retorna ao Brasil, indo residir no Rio de Janeiro.
- 1832 – 28 de outubro:** Adquire os direitos cívicos, e o reconhecimento das condecorações providas pelos governos de Venezuela e Colômbia, além do título de general.
- 1833 – janeiro:** Publica *A Torre de Babel*.
- 1833 – fevereiro:** Publica o *Arca de Noé*.
- 1833 – março:** *A Torre de Babel* deixa de circular devido a uma proibição do governo regencial.
- 1833** – Filia-se à Sociedade Conservadora da Constituição Brasileira.
- 1834** – Participa, indiretamente, do movimento das Carneiradas, em Recife.
- 1835** – Publica o *Bosquejo*.
- 1836** – Publica o *Raio de Júpiter*.
- 1839** – Integra-se como membro honorário do IHGB.
- 1840** – É responsável por editar o periódico *O Maiorista*.
- 1843** – Publica o seu *Compêndio* em 2 volumes.
- 1843** – Escreve o seu *Diário Particular* até o ano de 1845.
- 1844** – É acusado de plagiador por seu *Compêndio*, e participa da polêmica junto ao IHGB.
- 1844** – Pede desligamento do IHGB.

1844 – Colabora no *Diário Novo*.

1844 – 26 de abril: Chega ao Recife e publica sua *Resposta do general J. I. de Abreu e Lima ao Cônego Januário da Cunha*.

1845 – Publica a *Sinopse*.

1848 – Publica *A Barca de São Pedro*.

1849 – outubro: É preso como rebelde, sem haver sido, por ter participado da Revolução Praieira de 1848.

1850 – junho. É absolvido pela apelação do juiz de Direito José Tomás Nabuco de Araújo (1785-1850).

1851 – Escreve os *Apontamentos sobre a Ilha de Fernando de Noronha*.

1852 – Escreve o *Socialismo*.

1855 – Publica o *Socialismo*.

1857 – Escreve os segundos *Apontamentos sobre a Ilha de Fernando de Noronha*.

1866 – Participa de uma polêmica religiosa com o Monsenhor Joaquim Pinto de Campos.

1867 – Publica *As Bíblias Falsificadas ou duas respostas ao Sr. Cônego Joaquim Pinto de Campos*.

1868 – setembro: Escreve sua famosa *Carta* ao General Páez (1790- 1873).

1869 – 8 de março: Falece no Recife devido a uma grave enfermidade.

Apêndice B – OBRAS DE JOSÉ IGNÁCIO DE ABREU E LIMA

Para catalogar a produção de Abreu e Lima pesquisei em vários biógrafos do general, sobretudo, nos trabalhos de Menezes (1979), Pereira da Costa (1982) e Bruni (2010), mas segui a catalogação que foi elaborada por Bruni por achar mais atualizada dentre as demais. Além disso, aponte aqui obras inéditas, que ainda não foram catalogadas pelos pesquisadores de Abreu e Lima, e outras que não foram apontadas por Bruni. A respeito da imprensa periódica, citamos aqueles jornais em que ele publicou, e os que ele contribuiu com artigos. Da produção de Abreu e Lima, a parte de cartas e boletins de batalhas não está registrada aqui nem em outro trabalho, pois são muitos documentos, e ainda falta uma catalogação mais rigorosa, pois há também os que ainda não foram localizados. No entanto, não podíamos deixar de incluir entre os títulos aqui referidos a *Carta-testemunho* que ele escreveu em 1868 para o General Páez. É importante mencionar que a maioria destas cartas foram destinadas às autoridades da época. O IAL publicou no site a *Carta* ao General Santander (1823), as duas *Cartas* ao redator do Aurora (1833) e a *Carta* de Abreu e Lima para Arturo Montenegro (1896). No setor de manuscritos da Biblioteca Nacional (BN) encontram-se disponíveis para consulta algumas das *Cartas ao barão de Guararapes e a sua filha Marianinha* (1865-1869). No IHGB, estão no setor de documentos as *Cartas de Abreu e Lima. Um brasileiro na epopeia de Bolívar, pelo dr. Argeu Guimarães* (1821-1823), *Carta de José Inácio de Abreu e Lima ao dr. Emílio Joaquim da Silva Maia oferecendo exemplar do opúsculo que publicou sob o título de Bosquejo Histórico Político e Literário do Brasil* (1839), a *Carta de José Inácio de Abreu e Lima ao cônego Januário da Cunha Barbosa enviando o seu compêndio da História do Brasil para a biblioteca do IHGB e tecendo considerações sobre a mesma* (1843), e a *Carta de José Inácio de Abreu e Lima ao IHGB solicitando retirada de seu nome do livro de sócios e devolvendo diploma de sócio honorário que lhe fora conferido em 6 de novembro de 1839* (1844):

1- *Combate do Rodeador e da Pedra. 1820*⁸¹.

Disponível no acervo do site do IAL. Publicado primeiramente em 1903 na Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP). O manuscrito original encontra-se no IAHGP.

⁸¹A obra não é citada por Bruni, e foi publicada na página do IAL (www.institutoabreuelima.com.br).

2- *Escritos*⁸² (1824) do General que seguiram o *Itinerário* (1824) que fez Frei Joaquim do Amor Divino Caneca.

Estes *Escritos* ainda não foram publicados. Uma cópia manuscrita, supostamente, do original, encontra-se no IAHGP. Foi-me permitido fotografar o documento para uso na pesquisa do Mestrado que desenvolvi.

Transcrição da primeira página do manuscrito:

(Escrito pelo próprio Frei Caneca até o momento em que saiu do oratório, para ser fuzilado – visto como não se encontrou um carrasco que obedecesse a ordem de enforcar – e continuado depois pelo General Abreu e Lima – cognominado o General das Massas. Fiz esta declaração por ocasião de mandar reencadernar o mesmo – em novembro, 1897, Rio. L. Cintra)

(Copiado do original manuscrito por Joaquim Pinto Lapa, a pedido do Sr. Domingos de Sampaio Ferraz, possuidor de dito original, afim de oferecer dita cópia ao Instituto Arqueológico Etnográfico e Histórico de Pernambuco. Joaquim Pinto Lapa. Ao Instituto ofereço a presente cópia que foi por mim conferida. Recife em 22 de agosto de 1921, Domingos de Sampaio Ferraz).

3- *Vida do General Simón Bolívar, libertador da Colômbia e do Peru. 1º Parte, Cartagena, 1825*⁸³.

Ainda não foi localizada. Ela é citada por Sacramento Blake (1898) e por Menezes (1979). Não sabemos ainda se este seria outro título que Abreu e Lima teria dado ao *Resumen histórico*.

4- *Memória sobre os limites entre o Brasil e a República da Colômbia. 1826.*

A obra está, supostamente, perdida. Pereira da Costa cita que a original estava com Abreu e Lima, ainda em 1844 (p. 567). Moura (2006, p. 41) afirma que não é mencionada publicação deste trabalho, e que é conhecido pela citação de Abreu e Lima “e que seus originais foram recuperados por ele em 1827”. Argeu Guimarães informa que o manuscrito foi publicado em Bogotá, mas afirmando que teria sido em 1836, o que deve ser um equívoco (GUIMARÃES, 1926, p. 56).

5- *Resumen histórico de la última dictadura del libertador Simón Bolívar, comprobada con documentos. Rio de Janeiro: O NORTE, MCMXXII.*

⁸²A obra não é citada pelos estudiosos do General.

⁸³Obra citada por Menezes no *Dicionário Literário Brasileiro*. MENEZES, Raimundo de. *Dicionário Literário Brasileiro*. Rio, Livros Técnicos e Científicos Editora, 1979.

Disponível no acervo do site do IAL. Publicada como folhetos nos periódicos da época, entre os anos de 1828 e 1830, na Colômbia e na Europa. Sua primeira e única edição só saiu em 1922, uma parceria entre o Governo da Venezuela e o IAHP, e em comemoração ao centenário da Independência do Brasil. Um dos manuscritos originais encontra-se no IAHP, e foi doado pelo próprio Abreu e Lima na época. É curioso mencionar que Moura destaca uma reedição do *Resumen histórico*, por iniciativa da Venezuela, no ano de 1983, feita pelo *Centro Abreu e Lima de Estudios Brasileños*, de Caracas (MOURA, 2006, páginas 16-17). No entanto, não há mais informações sobre esta reedição.

6- *Bosquejo Histórico, Político e Literário do Império do Brasil, ou análise crítica do projeto do Dr. A. F. França. Seguida de outra análise do projeto do deputado Rafael de Carvalho sobre a separação da Igreja Brasileira da Santa sede apostólica. Niterói, Tipografia Niterói do Rego e Companhia, 1835a*⁸⁴.

IAL.

7- *Manifesto da Maçonaria. Aug. e Resp. Loj. Constit. Do Rit. Esc. Ant. e Acc. Para o Imp. do Brasil. Rio, Typ. Fluminense 1835b*⁸⁵.

Ainda não foi localizada.

8- *Memória sobre a elefância, no Diário Oficial e na Revista Médica Fluminense, 4º t., pp. 46-73. Rio de Janeiro, 1837a.*

Bruni indica como sendo 1837 o ano de publicação. Pereira da Costa (p. 564) diz que o trabalho foi publicado em 1838 na *Revista Médica Fluminense* e no *Correio Oficial da Corte*.

9- *Memórias sobre a planta conhecida na República da Colômbia pelo nome genérico de guaco, própria das regiões equinociais e sobre as suas principais virtudes, na Revista da Sociedade de Medicina de Bogotá, in Revista Médica Fluminense, 3º t., pp 353-78, 1837b.*

⁸⁴Em 2014, Roberto Acízelo transcreve e edita em seu livro capítulos da primeira edição. No entanto, a edição de Acízelo não é fiel à genuína, havendo acréscimos de palavras, e alterações também, como por exemplo, de “risível” (ABREU E LIMA) para “riqueza” (SOUZA), o que, provavelmente, pode ter sido descuido de quem transcreveu.

⁸⁵Obra citada por Menezes no *Dicionário Literário Brasileiro* (MENEZES, Raimundo de. *Dicionário Literário Brasileiro*. Rio, Livros Técnicos e Científicos Editora, 1979) e por Pereira da Costa (COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Dicionário biográfico de Pernambucanos célebres*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1982. Vol. XVI).

Bruni indica como sendo 1837 o ano de publicação. Pereira da Costa (p. 564) diz que o trabalho foi publicado em 1838 na *Revista Médica Fluminense* e no *Correio Oficial da Corte*. Selma Rinaldi (2007, p. 73) aponta que este trabalho havia sido publicado anteriormente, em Bogotá, em 1826, e no ano de 1837 na *Revista Médica Fluminense*.

10- *Memorial reservado (minuta) para ser apresentado a S. M. o Imperador pelo general José Ignácio de Abreu e Lima*. Rio de Janeiro, 2 de agosto de 1841. 5 fls.

IHGB.

11- *História Criminal do Governo Inglês desde as primeiras matanças da Irlanda até o envenenamento dos chins por Elias Regnault*. Traduzida do francês, anotada e argumentada com a história de muitos fatos modernos tanto no Brasil como em domínios de Portugal. Por Um Brasileiro⁸⁶. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1842.

IAL.

12- *Compêndio da História do Brasil (desde 1500 até o majestoso ato de coroação e sagração do Sr. D. Pedro II)*. Tomo I. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1843a. 1º edição.

-*Compêndio da História do Brasil (desde 1500 até o majestoso ato de coroação e sagração do Sr. D. Pedro II)*. Tomo II. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1843b. 1º edição.

-*Compêndio da História do Brasil (desde 1500 até o majestoso ato de coroação e sagração do Sr. D. Pedro II)*. Volume único. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1843c. 2º edição.

-*Compêndio da História do Brasil (desde 1500 até o majestoso ato de coroação e sagração do Sr. D. Pedro II)*. Volume único. Eduardo Laemmert, Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, (sem data). 3º edição.

-*Compêndio da História do Brasil (desde 1500 até o majestoso ato de coroação e sagração do Sr. D. Pedro II)*. Volume único. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1852. 4º edição.

⁸⁶A obra não é citada por Bruni, e foi divulgada no IAL (www.institutoabreuelimacom.br).

-Compêndio da História do Brasil pelo General José Inácio de Abreu e Lima. Nova edição mais correta e continuada até nossos dias. Volume único. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1882. 5º ed., póstuma⁸⁷.

As duas primeiras edições estão disponíveis no site do IAL. Foram publicadas 5 edições do *Compêndio*. A primeira saiu em dois volumes. A segunda foi uma compilação em um único volume. Da terceira edição não consta data de publicação. A quarta edição saiu em 1852. A última foi publicada em 1882, numa edição póstuma.

13- *Diário particular do General J. I. de Abreu e Lima. 1843d⁸⁸.*

O manuscrito original está no IAHGP, e o que temos é uma cópia datiloscrita inédita, supostamente, do original, e que foi conferida da original por um dos sócios do Instituto. O IAL disponibilizou uma cópia fac-símile do texto para a pesquisa do Mestrado que desenvolvi.

14- *Resposta do general J. I. de Abreu e Lima ao Cônego Januário da Cunha (ou Análise do primeiro juízo de Francisco Adolfo de Varnhagen, acerca do Compêndio de História do Brasil, saído na Minerva Brasiliense, 1º t., p. 51 e na Revista do Instituto, 6º t., pp. 60-83), Pernambuco, 1844. Recife, Tipografia M. Faria. (Dedicatória do autor na folha de rosto).*

O manuscrito original está no setor de obras raras da BN. O IAL disponibilizou uma cópia fac-símile do texto para a pesquisa do Mestrado que desenvolvi.

De acordo com Luís Cláudio (2006), o texto foi inicialmente publicado na seção de “Publicação Litteraria” do *Diário de Pernambuco*, na edição do dia 23 de julho de 1845.

15- *Sinopse ou dedução cronológica dos fatos mais notáveis de História do Brasil, Pernambuco, 1845. Recife, Tipografia M. F. de Farias.*

-Sinopse ou dedução cronológica dos fatos mais notáveis da História do Brasil. Prefácio de Flávio Guerra. – 2 ed. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1983. 438p.

⁸⁷As edições do *Compêndio*, aqui mencionadas, são citadas por Selma Rinaldi na sua tese (MATTOS, Selma Rinaldi de. *Para formar os brasileiros: o compêndio da história do Brasil de Abreu e Lima e a expansão para dentro do Império do Brasil*. 2007. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. De acordo com a autora, todas as edições foram feitas pelos mesmos editores, ainda no século XIX, e Abreu e Lima teria tido uma participação ativa apenas nas duas edições iniciais.

⁸⁸A obra é pouco citada pelos estudiosos do General. Chacon (1983) e Pinto (1983) citam rapidamente o Diário e tecem um comentário crítico sobre o texto. No entanto, é válido ressaltar que Pereira da Costa (p. 550) fala dos *Ligeiros Apontamentos Autobiográficos*, mas não cita mais coisas a respeito. Provavelmente, esses *Apontamentos* podem integrar outro Diário, que ainda não temos conhecimento.

A edição de 1845 está disponível no acervo do site do Instituto Abreu e Lima. Em 1983 a Fundação de Cultura da Cidade do Recife reeditou a obra pela segunda vez.

16- *História Universal (desde os tempos mais remotos até os nossos dias à época em que viveu); relatando os acontecimentos mais notáveis em todas as épocas, e os feitos dos homens mais célebres de todos os povos. Composta sobre o plano de Gabriel Gottofredo Bredoff. Rio: Laemmert, 1846 e 1847, 5 tomos. Em cinco volumes, ornados com 24 estampas a buril.*

Saíram duas edições, nos anos de 1846 e 1847, em cinco volumes. Edições dos cinco volumes encontram-se com o IAL, e disponíveis para pesquisa do Mestrado que desenvolvi.

17- *Cartilha do Povo por Franklin, Pernambuco, 1849a. Tipografia Viúva Roma e Filhos. (Dedicatória de A. Comelin ao sr. C. P. H. de Beaurepaire Rohan na folha de rosto).*

O manuscrito original está no setor de obras raras da BN. O IAL disponibilizou uma cópia fac-símile do texto para a pesquisa do Mestrado que desenvolvi.

18- *Manifesto ao Mundo. 1849b.*

O Manifesto é datado do primeiro de janeiro de 1849, e é citado no livro de Mazin e Stedile (2006, p. 50). Abreu e Lima teria escrito no momento de participação na Revolta Praieira. Ainda não foi localizado.

19- *Necrologia (do Coronel José de Barros Falcão de Lacerda, no Eco Pernambucano); no Correio Mercantil, de 5 de julho de 1852*⁸⁹.

20- *Exposição sucinta (da narração do negociante Bento José da Silva Magalhães sobre o que agravou a perseguição que sofreu por parte da justiça pública), Pernambuco, 1854*⁹⁰.
IAL.

21- *O Socialismo. Recife, Tipografia Universal, 1855a. (Dedicatória do autor ao cel. H. Beaupeire Rohan).*

⁸⁹Obra citada por Menezes no *Dicionário Literário Brasileiro* (MENEZES, Raimundo de. *Dicionário Literário Brasileiro*. Rio, Livros Técnicos e Científicos Editora, 1979).

⁹⁰Obra citada por Menezes no *Dicionário Literário Brasileiro* (MENEZES, Raimundo de. *Dicionário Literário Brasileiro*. Rio, Livros Técnicos e Científicos Editora, 1979).

-O Socialismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

-El Socialismo. Prólogo por Michel Mujica. Traducción por Luis Carlos Neves y Milton Morales. República Bolivariana de Venezuela: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2010. Publicado primeiramente no site da Biblioteca Ayacucho (www.bibliotecayacuchogov.ve) e, posteriormente, no site do Instituto Abreu e Lima (www.institutoabreuelima.com).

As edições de 1855 e 2010 estão disponíveis no site do IAL. Saíram quatro edições do livro (não localizamos a referência de uma delas). Abreu e Lima teria deixado preparada a segunda edição d'*O Socialismo* (citado por Pereira da Costa, p. 565, e não fala mais informações sobre ela).

22- *Discurso Recitado. Discursos recitados no ato da instalação solene do Hospital Português Provisório de Pernambuco, 16 de setembro de 1855. Recife, 1855b.*

Não localizada.

23- *Apontamentos sobre a Ilha de Fernando de Noronha, in: Revista do Instituto Arqueológico Geográfico Pernambucano, n° 38, [1857] 1890*⁹¹.

Disponível no acervo do site do IAL. Há dois manuscritos originais no IAHGP, um de 1851 e o outro de 1857. O de 1857 foi publicado em 1890 na *Revista* do IAHGP.

24- *Reforma Eleitoral. Eleição Direta. Na coleção de artigos publicados pelo Dr. Antônio Herculano de Sousa Bandeira (BANDEIRA, Antônio, Herculano de Souza. Coleção de artigos. Recife, 1862).*

IAL.

25- *O báculo quebrado com uma varinha de verdade na mão de um cristão velho. 1866*⁹².

IAL.

26- *Bíblias falsificadas ou duas respostas ao Sr. Cônego Joaquim Pinto de Campos pelo Cristão Velho, Recife, 1867a (escrito condenado pela Congregação do Index, de 20 de junho de 1869). Tipografia Comercial de G. H. de Mira, 1867a. (Oferecido ao imperador D. Pedro II).*

IAL.

⁹¹A Obra não é citada por Bruni, e foi divulgada na página do IAL (www.institutoabreuelima.com.br).

⁹²A obra não é citada por Bruni, e foi divulgada na página do IAL (www.institutoabreuelima.com.br).

27- *O Deus dos Judeus e o Deus dos Cristãos (terceira resposta ao Sr. Cônego Joaquim Pinto de Campos pelo Cristão Velho)*, Recife (Pernambuco), Tipografia Comercial, 1867b.

IAL.

28- *Questões Políticas e Sociais*. 1886⁹³.

Obra publicada postumamente. O IAL disponibilizou para consulta na pesquisa do Mestrado que desenvolvi.

29- *Defesa da História do Brasil*⁹⁴. 21p.

O IAL disponibilizou para consulta na pesquisa de Mestrado que desenvolvi.

30- *A mulher católica*.

-*Direito Criminal*⁹⁵.

-*Ensaio Crítico sobre diversas obras de autores modernos*.

-*Notas ao Código Criminal do Império do Brasil, seguida de um índice da legislação respectiva*⁹⁶.

-*Ordenança geral do Império do Brasil, seguida de um índice da legislação respectiva e precedida de um projeto de reforma militar*.

-*Observações relativas à História do Brasil, principalmente a respeito de pontos controvertidos da mesma história*. Recife.

As 6 obras citadas acima ainda não foram localizadas, e, supostamente, estão perdidas. Elas são citadas por biógrafos, como Pereira da Costa e Bruni, mas não há mais informações sobre elas, como ano, etc. Dois trabalhos que também não foram localizados, são citados por Pereira da Costa: trata-se de duas memórias importantes, de 1844, “uma sobre os nossos limites pelo Oyapoch e a outra sobre a antiga colônia do Sacramento e sobre os nossos primeiros estabelecimentos no Rio da Prata, provando que os portugueses foram os primeiros, que fundaram um estabelecimento em Montevideu no ano de 1723” (COSTA, 1982, p. 567). Pereira

⁹³A obra não é citada pelos estudiosos do general, ainda não foi editada.

⁹⁴A obra não é citada pelos estudiosos do general, ainda não foi editada.

⁹⁵Pereira da Costa (p. 565) menciona que o Dr. Antônio Vicente do Nascimento Feitosa havia feito uma avaliação desta obra, no ano de 1853.

⁹⁶Pereira da Costa (p. 565) menciona que o Dr. Antônio Vicente do Nascimento Feitosa havia comentado desta obra, mas não há mais informações a respeito.

da Costa (p. 559) também cita o *Manifesto aos Brasileiros*, que Abreu e Lima teria publicado em 19 de setembro de 1837, e não temos mais informações sobre o mesmo.

31- *Carta do General Abreu e Lima ao General Páez. (1868).*

A carta foi primeiramente publicada em espanhol n' *La Revista de Buenos Aires*⁹⁷, um mês após ser escrita, em outubro de 1868, seguida de um comentário de Florentino Gonzáles sobre a repercussão de Bolívar⁹⁸. No dia 23 de abril de 1873 saiu uma publicação da carta em sua mesma língua e segundo o seu próprio manuscrito, pelo periódico nova-iorquino *O Novo Mundo*, em sua 31ª edição⁹⁹. Em 20 de maio de 1873 saiu uma versão no *Diário de Pernambuco*. Ela também foi editada em Caracas, no ano de 1877, no 1º volume do livro *Biografías de Hombres Notables de Hispano-América*, de Ramón Ázpuruá. Em 1982 foi publicada uma versão no *Dicionário de Pernambucanos Célebres*, de Pereira da Costa, e em 1983 no livro *Abreu e Lima - General de Bolívar*, de Vamireh Chacon. Uma versão em espanhol saiu recentemente publicada no site do IAL, editada pelo vice-presidente do Instituto, Felipe de Andrade Abreu e Lima. Argeu Guimarães (1926) informa ainda que a carta teria sido publicada na *América Ilustrada* de Nova York, na *Revista de Colômbia* e na *Revista de Buenos Aires*, e que a carta que foi publicada em 1868 só é falada em Bogotá em 1875. Apesar de Guimarães destacar outros veículos de publicação da carta, ele não fornece mais informações a respeito.

Imprensa Periódica:

La Torre de Babel. Cartagena, 1831¹⁰⁰.

A Torre de Babel. Rio de Janeiro, janeiro a março de 1833a¹⁰¹

Arca de Noé (completo). Rio de Janeiro, fevereiro a dezembro de 1833b¹⁰².

⁹⁷*La Revista de Buenos Aires*. História Americana, Literária y Derecho. Año VI., nº 66. Tomo XVII. Buenos Aires, octubre de 1868. Pág. 162-171. “Dos guerreros de la Independencia de Colombia. El General Páez - El General Abreu y Lima” (sic).

⁹⁸A informação aparece no artigo *Abreu e Lima, Páez y la élite argentina*, de Ricardo Alberto Rivas, publicado no *Cuaderno del CISH* 4 e 2º semestre de 1998.

⁹⁹De acordo com Pereira da Costa (1982, p. 556) a carta teria sido primeiramente publicada neste periódico, desconhecendo a publicação que saiu em Buenos Aires. Pereira da Costa apenas cita o periódico e não informa sobre a publicação.

¹⁰⁰O periódico é citado por Moura (MOURA, 2006. P. 38). Após a morte Bolívar, Abreu e Lima funda este periódico em Cartagena com o objetivo de atacar os anti-bolivarianos.

¹⁰¹O periódico citado foi divulgado na página do IAL (www.institutoabreuelima.com.br).

¹⁰²O periódico citado foi divulgado na página do IAL (www.institutoabreuelima.com.br).

Raio de Júpiter. Niterói, fevereiro a maio de 1836.

O Maiorista. Rio de Janeiro, 1840¹⁰³.

A Barca de São Pedro (completo), maio a outubro de 1848¹⁰⁴.

Contribuições no *Mensageiro Niteroiense*¹⁰⁵ (Rio de Janeiro), no *Correo del Orinoco*¹⁰⁶ e *Diário Novo*¹⁰⁷ (maio a outubro de 1848), *Diário de Pernambuco*¹⁰⁸ (setembro de 1845 a agosto de 1853), *Jornal do Recife*¹⁰⁹, *Nova Luz Brasileira*¹¹⁰ (1831), *O Progresso*¹¹¹ e muitos outros.

¹⁰³O periódico é citado por Selma Rinaldi (2007, p. 84), momento em que afirma o fato de Abreu e Lima não ter deixado de escrever, atuando na imprensa periódica e militante.

¹⁰⁴O periódico citado foi divulgado na página do IAL (www.institutoabreuelima.com.br). Há também informações sobre a publicação do periódico *La Barca de San Pedro*, em forma de panfleto, em Cartagena (Colômbia), em 1830.

¹⁰⁵O periódico é citado nos livros que tratam da Imprensa Brasileira, mas ainda se precisa de mais informações sobre o mesmo. Moura afirma que Abreu e Lima colaborou neste periódico, entre os anos de 1835 e 1836. (MOURA, 2013, p. 211).

¹⁰⁶O periódico citado, da época em que, supostamente, Abreu e Lima era o redator, está disponível no IAL para a pesquisa de Mestrado que desenvolvi.

¹⁰⁷A contribuição de Abreu e Lima neste periódico é citada por Pereira da Costa (p. 566).

¹⁰⁸A contribuição de Abreu e Lima neste periódico é citada por Pereira da Costa (p. 566). Fiz um levantamento dos artigos que Abreu e Lima publicou nesse periódico, que compreende os anos de 1845 a 1853. No entanto, nos anos seguintes saíram matérias que falavam dele (como em 1867, 1869). No ano de 1981 há várias matérias, da então ocasião da visita de Hugo Chávez (presidente da Venezuela na época) e sua comitiva ao túmulo de Abreu e Lima, no *Cemitério dos Ingleses*, em Santo Amaro - Recife/PE.

¹⁰⁹A contribuição de Abreu e Lima neste periódico é citada por Pereira da Costa (p. 566).

¹¹⁰A contribuição de Abreu e Lima neste periódico é citada por Selma Rinaldi (p. 231).

¹¹¹A contribuição de Abreu e Lima neste periódico de caráter socialista é citada por Moura. De acordo com Moura, ele teria contribuído na década de 40, momento de seu retorno ao Recife (MOURA, 2013, p. 218).